

# **GEOGRAFIA, PESQUISA E CONHECIMENTO**

**Ana Rocha dos Santos  
Sônia de Souza Mendonça Menezes  
ORGANIZADORAS**



**Criação Editora**

## **CONSELHO EDITORIAL CRIAÇÃO EDITORA**

Ana Maria de Menezes

Fábio Alves dos Santos

Gilvan Rodrigues dos Santos

Jorge Carvalho do Nascimento

José Afonso do Nascimento

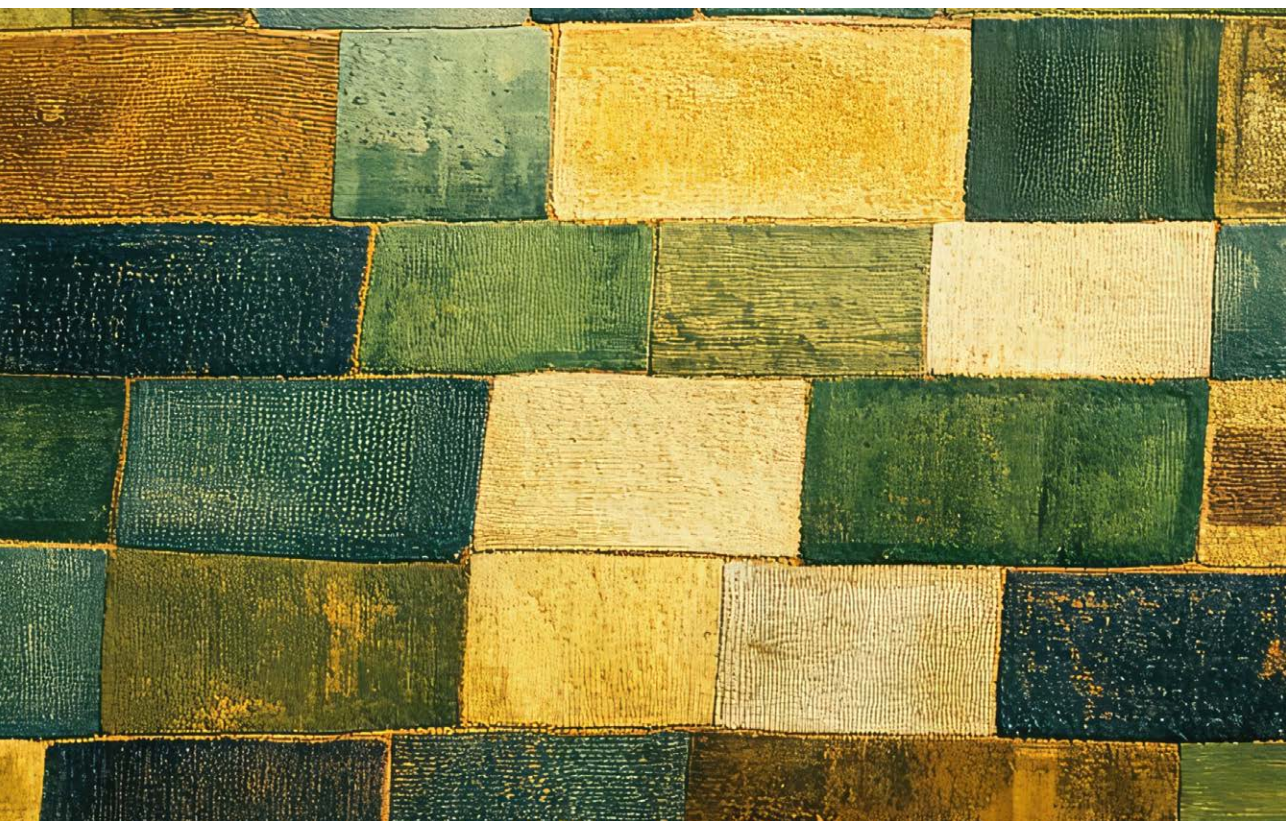
José Eduardo Franco

Justino Alves Lima

Luiz Eduardo Oliveira Menezes

Martin Hadsell do Nascimento

Rita de Cácia Santos Souza



# **GEOGRAFIA, PESQUISA E CONHECIMENTO**



**Criação Editora**  
Aracajú, 2024

Copyright © 2024 by Organizadoras

O rigor e a exatidão do conteúdo publicado  
são da responsabilidade exclusiva de seu autor.

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico  
da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Diagramação e capa  
Adilma Menezes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Isadora Pelosi CRB-5/2059

G345 Geografia, pesquisa e conhecimento / Organizadoras: Ana  
Rocha Santos e Sônia de Souza Mendonça Menezes ; Prefácio:  
José Borzacchiello da Silva . - Aracaju: Criação Editora, 2024.  
260 p  
E-Book: 2 Mb; PDF  
ISBN 978-85-8413-595-0  
DOI doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-595-0

1.Geografia. 2. Pesquisa. 3. Produção agrária.  
I. Título. II. Santos, Ana Rocha (org.). III. Menezes, Sônia  
de Souza Mendonça (org.)

CDU 91

Esta obra recebeu apoio da Capes


## **AGRADECIMENTOS**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Edital Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu acadêmicos pela viabilização desta publicação.

## PREFÁCIO

Senti enorme satisfação quando as professoras Ana Rocha e Sônia Mezezes me convidaram para prefaciá-lo livro Geografia, pesquisa e conhecimento por elas organizado. Trata-se de uma coletânea com capítulos cuidadosamente selecionados, uma amostra da qualidade da produção científica do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. O livro reúne temas fundantes da ciência geográfica. Um dos méritos da obra é a análise de um recorte territorial que abrange importante área do Nordeste brasileiro. O livro permeia interessante interlocução com novas teorias e outras já testadas, aliadas a variadas metodologias. Esse aporte garante um leque de pesquisas elucidadoras. A leitura do livro comprova o cuidado e zelo das organizadoras ao pinçarem textos que se encadeiam e garantem fluidez à obra.

Constituído de três partes, sendo a primeira, intitulada PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO, com quatro capítulos A parte 2, DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO, também é constituída de quatro capítulos e a Parte 3, ANÁLISE GEOAMBIENTAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, contém três. Denota-se interlocução entre as partes, posto que a divisão dos capítulos é coerente. Na parte 1, PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO, Aurelane Alves Santana e Christiane Senhorinha Soares Campos escreveram o texto Trabalho escravo contemporâneo no agronegócio do Oeste da Bahia: nexos entre exploração do trabalho e concentração fundiária. Trata-se de parte da tese de Aurelane quando estudou essa porção do estado da Bahia. No livro, o texto destaca as relações de trabalho em área de domínio do agronegócio e propugna a necessidade de mobilização dos trabalhadores em busca de seus direitos.



O capítulo de autoria de Lucas Gama Lima, intitulado O simulacro da floresta plantada: revisitando o problema do agronegócio do eucalipto em Alagoas, discute a territorialização do capital, através da instalação do agronegócio do eucalipto no campo alagoano. O caráter revelador e extremamente interessante no capítulo é a relação estabelecida pelo autor entre fome e monocultivos.

Tereza Simone Santos de Carvalho e Josefa de Lisboa Santos, autoras do capítulo A contra- política de fechamento de escolas no campo sergipano: a negação do direito à educação aos povos do campo, garante caráter de pesquisa denúncia mostrando o acentuado fechamento de escolas no campo brasileiro, especialmente, no estado de Sergipe. O capítulo evidencia como esse processo é perverso, uma vez que a contra-política do fechamento só contribui para dificultar o processo de escolarização das populações do campo.

José Eloízio da Costa, Adriana Lisboa da Silva e Daniela Santos Feitoza analisam Os dilemas da política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: anotações das experiências no estado de Alagoas – Brasil. O artigo em tela busca extrair experiências de uma política que passou por contradições face ao desenho institucional e sua efetividade, sendo essa estruturada na dimensão da participação da sociedade civil organizada e com atores sociais representativos das instituições vinculadas ao poder do Estado. Trata-se da política de desenvolvimento territorial de base rural.

A parte 2, DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO começa com o capítulo Crise do capital e trabalhadores descartados na produção

desigual do espaço urbano de Vitória da Conquista/BA, de autoria de Suzane Tosta Souza e Alexandrina Luz Conceição. Apresenta alguns resultados da pesquisa realizada no âmbito da Pós-Graduação e objetiva compreender de que forma o contexto de crise do capital e do eminente desemprego ocasionado pelo aumento da produtividade do trabalho, na produção de mercadorias – razão de ser do modo de produção capitalista, que dispensa parcelas significativas da classe trabalhadora, – vai impulsionar a produção ainda mais desigual do espaço urbano, tendo como lócus empírico de análise dos trabalhadores na cidade de Vitória da Conquista/BA.

Luiz Carlos Tavares de Almeida e Ana Rocha dos Santos analisam no capítulo Neoliberalismo enquanto complexo de construção hegemônica, o processo de empresariamento da educação pública e sua relação com a promoção do empreendedorismo no currículo escolar, com destaque para o processo de reestruturação curricular do Ensino Médio da educação pública do estado de Sergipe. Para tanto, foi necessário compreender e questionar a radical interferência dos setores empresariais na elaboração e condução da política educacional, sobretudo, ao editar, por dentro dos processos educacionais, a imposição irrestrita de um ideal de formação humana tendente ao conformismo e à adaptação dos sujeitos à precariedade própria das relações de trabalho atuais.

O capítulo, A dinâmica da alimentação: entre técnicas, tecnologias e as mudanças nas relações com o espaço é o título do capítulo de Greiziene Araújo Queiroz de Sousa e Sônia de Souza Mendonça Menezes, discutindo um tema contemporâneo que pauta diferentes políticas públicas, o capítulo aborda a obtenção do pão de cada dia e sua modificação com o tempo. A incerteza parece ser uma constante na história da humanidade. A coleta e a caça não garantiam uma fonte segura de suprimento diário. Com a agricultura foi possível armazenar os grãos, mas o surgimento da propriedade privada assegurou o estoque, não a distribuição. A indústria contribuiu para conservar e diversificar os itens da alimentação, mas também serve para confundir as mentes

Possibilidades de Ordenamento Territorial: Conflitos, Saneamento e Identidade, de autoria de José Wellington Carvalho Vilar, Alex das Chagas Rosa, Fagner Santos de Oliveira e Telmo da Mota Meneses foi desenvolvido com o objetivo de discutir o ordenamento territorial a partir de três elementos: conflitos, saneamento ambiental e identidade territorial. Na ver-



dade, trata-se de uma contribuição geográfica em função de componentes-chaves para entender o desenvolvimento tendo como referência empírica a realidade nordestina, mais especificamente o recorte espacial do Litoral Sergipano e do Baixo São Francisco Alagoano, a partir de alguns trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A parte 3, ANÁLISE GEOAMBIENTAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, começa com o capítulo, PPGEO-UFS: Vivência e reflexões sobre excepcionalidades à procura de lições, de Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, registra uma trajetória profissional iniciada em 1998 no PPGEO-UFS. Com extensa folha de trabalho contabiliza até a presente data 35 (trinta e cinco) orientações de Mestrado, sendo a primeira defendida no ano 2000, e mais três junto a outro programa de pós-graduação, além de 13 (treze) orientações de Doutorado, não desprezando a significância de participar de bancas examinadoras e de seleção para ingresso na instituição, uma atividade constante. Afirma ser um aprendizado derivado da vivência acadêmica, ainda em curso.

Francisco Jablinski Castelhana, Lucas Lima Ferreira e Mariana Andreotti Dias, são os autores de Dinâmica Geográfica da Precipitação no Nordeste Brasileiro em Tempos de Crise Climática. Nesse capítulo, discutem a dinâmica geográfica desse fenômeno, mas mantendo-o inserido em sua esfera mais simples, certamente, a mais conhecida, a climática. Mostram que em um contexto de Crise Climática, a partir de dados cartográficos, a dinâmica das chuvas nessa região brasileira é mais lembrada por tal variável. Com dados de sensoriamento remoto, foi possível mapear os níveis de precipitação anual para cada município do Nordeste brasileiro desde o início do século XXI, reforçando que o fenômeno da escassez de água e falta de chuvas, pelo menos até o momento, não é homogêneo e presente em toda a região. Propõem análise espacial de sua variação temporal, de modo que, foi possível estimar cenários futuros, em um contexto de Crise Climática, para a precipitação, nos municípios nordestinos. A generalização, ou talvez, expansão geográfica das secas, parece mostrar-se como uma realidade, visto que os municípios da região, tem apresentado forte tendência a queda nesta variável.

Fechando o livro, Rodrigo Souza Mello e Márcia Eliane Silva Carvalho, discutem o Nordeste em um contexto de crise climática, procurando apresentar, a partir de dados cartográficos, a dinâmica das chuvas na região bra-

sileira mais lembrada por tal variável, no capítulo Explorando a Paisagem: Integração de Geossistemas e GTP na Geografia. Munidos com dados de sensoriamento remoto, foi possível mapear os níveis de precipitação anual para cada município do Nordeste brasileiro desde o início do século XXI, reforçando que o fenômeno da escassez de água e falta de chuvas, pelo menos até o momento, não é homogêneo e presente em toda a região. Ao final, espera-se que este artigo contribua para uma melhor compreensão das interações complexas entre sociedade e natureza, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais integradas e eficazes na gestão territorial e ambiental. A interdisciplinaridade e a colaboração entre diversas áreas do conhecimento são essenciais para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos, e o modelo GTP oferece uma estrutura promissora para avançar nesse sentido.

Esse prefácio resume em algumas linhas os capítulos que garantem qualidade à Coletânea e que, certamente, despertarão no leitor a vontade de ler e consultar o livro. Estão de parabéns as organizadoras Ana Rocha e Sônia Menezes, por mais uma realização. Cumprimento os autores responsáveis por capítulos fundantes para o avanço da pesquisa em geografia. Cumprimento extensivo ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe pelo compromisso com a produção e difusão do conhecimento e permanente estímulo ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.

Fortaleza, novembro de 2024

José Borzacchiello da Silva  
(UFC-PUC-Rio)

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS ..... 5

PREFÁCIO ..... 6

## **Parte 1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO**

Trabalho escravo contemporâneo no agronegócio do Oeste da Bahia:  
nexos entre exploração do trabalho e concentração fundiária ..... 14

Aurelane Alves Santana

Christiane Senhorinha Soares Campos

O simulacro da floresta plantada: revisitando o problema do agronegócio ..... 36  
do eucalipto em Alagoas

Lucas Gama Lima

A contra-política de fechamento de escolas no campo sergipano:  
A negação do direito à educação aos povos do campo ..... 56

Tereza Simone Santos de Carvalho

Josefa de Lisboa Santos

Os dilemas da política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: anotações das  
experiências no estado de Alagoas – Brasil ..... 74

José Eloízio da Costa

Adriana Lisboa da Silva

Daniela Santos Feitoza

## **Parte 2 DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO**

Crise do capital e trabalhadores descartados na produção desigual  
do espaço urbano de Vitória da Conquista/BA ..... 98

Suzane Tosta Souza

Alexandrina Luz Conceição

Neoliberalismo enquanto complexo de construção hegemônica ..... 123

Luiz Carlos Tavares de Almeida

Ana Rocha dos Santos

A dinâmica da alimentação: entre técnicas, tecnologias e as mudanças  
nas relações com o espaço ..... 149  
Greiziene Araújo Queiroz de Sousa  
Sônia de Souza Mendonça Menezes

Possibilidades de Ordenamento Territorial: Conflitos,  
Saneamento e Identidade ..... 173  
José Wellington Carvalho Vilar  
Alex das Chagas Rosa  
Fagner Santos de Oliveira  
Telmo da Mota Meneses

### **Parte 3 ANÁLISE GEOAMBIENTAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

PPGEO-UFS: Vivência e reflexões sobre excepcionalidades à procura de lições ..... 189  
Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

Dinâmica Geográfica da Precipitação no Nordeste Brasileiro em  
Tempos de Crise Climática ..... 210  
Francisco Jablinski Castelhana  
Lucas Lima Ferreira  
Mariana Andreotti Dias

Explorando a Paisagem: Integração de Geossistemas e GTP na Geografia ..... 228  
Rodrigo Souza Mello  
Márcia Eliane Silva Carvalho

SOBRE OS AUTORES ..... 253



# **PARTE 1**

# **PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO**

# TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO AGRONEGÓCIO DO OESTE DA BAHIA: NEXOS ENTRE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA<sup>1</sup>

Aurelane Alves Santana  
Christiane Senhorinha Soares Campos

## INTRODUÇÃO

O Brasil, especialmente suas áreas rurais, enfrenta um cenário alarmante em relação ao trabalho análogo ao escravo. Desde 1995, quando a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) começaram a coletar dados sobre o trabalho escravo contemporâneo, uma parte considerável dos trabalhadores resgatados estava envolvida em atividades no campo. Isso evidencia um aspecto agrário na exploração precária e degradante da força de trabalho, que empobrece, ameaça, mutila e provoca a morte de pessoas no país<sup>2</sup>.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1995 e 2020, as atividades que mais escravizaram trabalhadores no campo brasileiro foram a pecuária, a agricultura, produção de carvão vegetal, desmatamento, monocultivo de árvores, extrativismo vegetal e mineração. No setor do agro-

- 1 O presente texto é parte da tese intitulada “Cativeros do agronegócio no campo brasileiro: uma análise da escravidão contemporânea a partir do Oeste da Bahia”, defendida em 2022, sob a orientação da Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE).
- 2 Um caso emblemático de violência laboral, resultante da escravidão contemporânea, ocorreu em 1989. De repercussão internacional, a situação do trabalhador rural Zé Pereira, de 17 anos, submetido a condições de trabalho precárias e degradantes e ao cerceamento de sua liberdade na Fazenda Espírito Santo, em Sapucaia, no Pará, veio à tona, mobilizando diversos agentes no combate ao trabalho análogo ao escravo no país e impulsionando a constituição e execução do 1º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Em linhas gerais, a história de subjugação de Zé Pereira à escravidão contemporânea levou-o a fugir da fazenda onde trabalhava. Em retaliação, foi vítima de violência armada por parte do empreiteiro (gato) e outros três funcionários da propriedade, resultando na morte de um de seus colegas de trabalho e um tiro na cabeça de Zé Pereira, que o deixou cego de um olho.

negócio, a escravização é particularmente prevalente em cultivos como cana-de-açúcar, café, laranja, fumo, tomate, pinus, algodão e soja, entre outros.

Essa prevalência indica que é na produção de *commodities* agrícolas que o trabalho escravo se manifesta com maior intensidade, atingindo uma população socialmente vulnerável, composta, sobretudo, por pessoas negras, pobres, analfabetas ou semianalfabetas e migrantes. É importante considerar que as relações laborais abusivas, além de violarem as leis trabalhistas do país, ferem a dignidade de homens, mulheres e crianças trabalhadoras.

Partimos do pressuposto de que a escravização de trabalhadores não pode ser analisada como resquício do passado escravista que caracterizou o período colonial e imperial brasileiro. Pelo contrário, constatamos que está profundamente enraizada nos padrões históricos e espaciais de acumulação de capital que, no tempo e no espaço, buscam incessantemente extrair sobretrabalho. Nesse sentido, não há nenhuma incoerência entre o desenvolvimento capitalista e as relações análogas à escravidão, tanto que, em processos produtivos com uso de modernas tecnologias e em locais de fácil acesso, tem-se verificado a ocorrência de trabalho escravo.

Corroborando essa perspectiva analítica, no ano de 2023, foram resgatados 207 trabalhadores em vinícolas do município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Submetidos a condições extremamente precárias e degradantes, enfrentaram maus-tratos, ameaças e coerção através de vigilância armada, spray de pimenta, cassetetes e choque elétrico, entrando para as estatísticas da CPT e do MTE. Esses trabalhadores, terceirizados pela empresa Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde Ltda., prestavam serviços para renomadas empresas do setor vinícola, como Salton, Cooperativa Garibaldi e Vinícola Aurora que são algumas das principais fornecedoras de sucos de uva e vinhos do país. O escândalo e a violência associados a este caso provocaram grande indignação na sociedade brasileira, deixando um gosto amargo não apenas para os trabalhadores explorados, mas também para os consumidores dos produtos dessas empresas.

A persistente multiplicidade de casos de trabalho análogo ao de escravo no país, ao longo de quase três décadas de levantamento desses dados, revela a ampla variação tanto em sua ocorrência geográfica quanto em sua incidência nas diversas atividades associadas ao agronegócio brasileiro. Considerando essa pluralidade, optamos por destacar a situação específica do estado da Bahia, que compõe uma importante fronteira de *commodities*

agrícola, aglutinando significativa produção para exportação, concentração fundiária e exploração do trabalho.

De acordo com dados do MTE, a Bahia ocupa o sexto lugar no *ranking* nacional de submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão, destacando-se de maneira alarmante nesse cenário de escravização contemporânea. Esse fenômeno é particularmente acentuado no Oeste da Bahia, uma região que integra o MATOPIBA (acrônimo para região do cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e é reconhecida pela produção intensiva de *commodities* como soja, milho e algodão. A combinação de grandes extensões de terra, alto investimento em agronegócio e força de trabalho abundante e vulnerável contribui para a perpetuação dessas práticas abusivas, tornando a região um ponto crítico na reprodução do trabalho escravo no Brasil.

Diante desse panorama, em que a Bahia registra um expressivo número de trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão, este artigo busca entender os nexos entre o avanço do agronegócio, a concentração fundiária e a reprodução da escravidão contemporânea particularmente no Oeste do estado. O estudo revela como grandes propriedades rurais nessa região dominam vastas extensões de terra, criando um ambiente propício para a exploração laboral exacerbada de trabalhadores. As vítimas, frequentemente atraídas por falsas promessas de emprego e melhores condições de vida, acabam presas em um ciclo de dívidas e maus-tratos, perpetuando a exploração e a degradação humana.

No que tange aos procedimentos metodológicos, o texto se ancorou na revisão bibliográfica, na análise documental e no levantamento e interpretação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), buscando compreender as relações entre a concentração fundiária, o crescimento do agronegócio e a incidência de escravidão contemporânea no Oeste da Bahia.

## **TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO**

De acordo com a definição legal de trabalho análogo ao de escravo, prevista no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, a escravidão contemporânea é caracterizada por condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas,



trabalho forçado ou servidão por dívida. Esses elementos configuram uma forma extrema de exploração, na qual os trabalhadores são tratados como meras mercadorias e têm seus direitos fundamentais violados.

Além do conceito legal, é crucial considerar que, no Brasil, em um contexto global de crise estrutural do capitalismo, o trabalho formal e regulamentado tem sido progressivamente substituído por formas alternativas de exploração. Essas novas estratégias, ou a reconfiguração de antigos mecanismos de subjugação laboral, amplificam a tragédia social que afeta a classe trabalhadora contemporânea. Muitos desses métodos de exploração convergem para o que se convencionou chamar de trabalho análogo ao de escravo ou trabalho escravo contemporâneo.

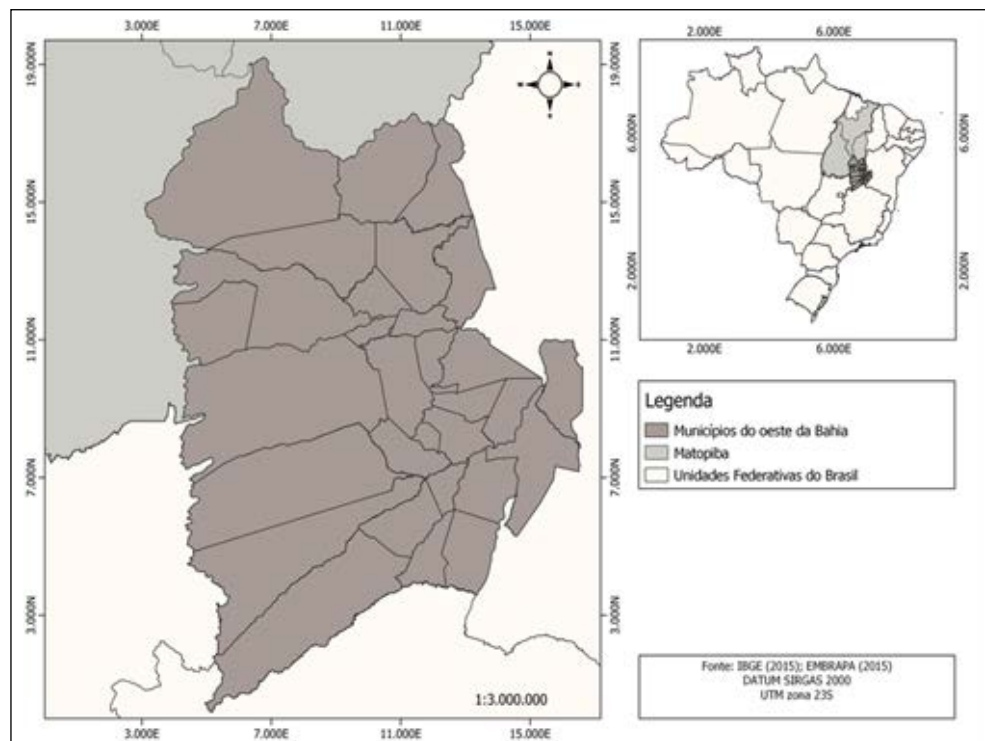
Portanto, o trabalho escravo contemporâneo não deve ser entendido como uma anomalia ou uma anormalidade dentro do sistema capitalista, mas sim como uma expressão histórica da subjugação violenta do trabalho ao capital. Essa subjugação é mantida ao longo do processo de expansão do capitalismo e se manifesta com maior ou menor intensidade, dependendo da correlação de forças entre as classes sociais e da atuação do Estado em um determinado espaço geográfico. Em outras palavras, assume-se que, no âmbito das relações trabalhistas, o capitalismo se fundamenta no “horror civilizado do sobretrabalho” (Marx, 2013, p. 224).

Isso significa que é utópico acreditar que a modernização das formas de produção levará inexoravelmente ao desaparecimento do trabalho escravo. Diversos estudos geográficos têm demonstrado a persistência desse fenômeno tanto em áreas rurais quanto urbanas ao redor do mundo (Bales, 2000; Girardi, Mello-Théry, Théry, Hato, 2014; Rodrigues, 2016). Esses estudos revelam que populações vulneráveis, como migrantes, pessoas de baixa renda e com pouca escolaridade, frequentemente sem vínculos com organizações sociais e sindicais, são as mais afetadas por essas práticas (Prado, 2002; Figueira, 2004; Suzuki, Plassat, 2020).

Tais práticas resultam em condições precárias e degradantes nas relações de trabalho, impactando negativamente a vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. A situação é particularmente grave nas áreas rurais, onde a incidência desse tipo de exploração é mais alta. Além das condições físicas adversas, essas práticas frequentemente envolvem a restrição da liberdade, o endividamento forçado e a coação psicológica, preservando um ciclo de abuso e vulnerabilidade entre os trabalhadores.

## AGRONEGÓCIO E TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO OESTE DA BAHIA

**Mapa 1:** Localização dos municípios do Oeste da Bahia que integram o MATOPIBA.



Fonte: IBGE (2015) in Santos, L.; Fernandes, D; Cavalcante, A.; Benavides, Z. (2023).

O Oeste da Bahia, uma relevante região de expansão agrícola (Mapa 1), detém a maior área destinada à agropecuária em todo o estado. Desde a década de 1980, essa área tem passado por profundas transformações espaciais, sociais e econômicas, impulsionadas por financiamentos e políticas voltadas à produção de grãos, especialmente a soja. Antes desse período, predominavam na região a agricultura camponesa e a pecuária extensiva, atividades que foram gradualmente substituídas com a introdução de incentivos para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista.

Os primeiros projetos implementados nesse território foram o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que tinham como objetivo a colonização e o desenvolvimento do cerrado. Esses projetos foram seguidos por iniciativas estaduais, como

o Programa de Ocupação Econômica do Oeste e o Programa de Desenvolvimento Social do Oeste Baiano, em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que foram cruciais para a migração de sulistas em direção a Barreiras e seu então distrito “Mimoso do Oeste”, que atualmente é o município de Luís Eduardo Magalhães (Oliveira; Vieira, 2018).

Essas políticas e financiamentos estabeleceram o agronegócio como a principal força da economia local, fazendo com que, ao longo dos anos, o Oeste baiano se destacasse na produção de *commodities* para exportação. Em consequência dessas ações, a região concentrava, em 2021, aproximadamente 99% do cultivo de soja do estado, com 1,7 milhão de hectares plantados e uma produção superior a 6 milhões de toneladas (SEAGRI, 2021). Entre 2006 e 2017, o cultivo dessa oleaginosa registrou um crescimento de 108,8%.

De acordo com dados do Conselho Técnico da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), a Bahia é o estado com a maior produtividade de soja no país, alcançando 67 sacas por hectare. Nos municípios de São Desidério e Formosa do Rio Preto, mais de 990 mil e 959 mil hectares, respectivamente, são dedicados à sojicultura. Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Correntina, Riachão das Neves, Jaborandi, Cocos e Baianópolis são os principais polos de produção, sendo que cerca de 47% do total produzido é exportado para países como China e Holanda.

Além da soja, o Oeste baiano destaca-se, também, pela expressiva produção de algodão e milho. A cotonicultura coloca o estado como o segundo maior produtor desse produto no Brasil. No entanto, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 e 2017, a soja é a *commodity* que ocupa a maior área na Bahia. A superfície destinada ao cultivo de soja aumentou de 906.968 hectares em 2006 para 1.532.306 hectares em 2017, refletindo um crescimento de 68,9%. Em contraste, as áreas destinadas ao cultivo de milho e algodão diminuíram. A área para o milho reduziu de 726.316 hectares para 391.178 hectares, uma diminuição de 46%. Para o algodão, a área passou de 225.435 hectares para 203.742 hectares, o que corresponde a uma redução de 9,6%.

Observa-se, também, que a produção de soja acompanhou o crescimento da área destinada ao cultivo, aumentando de 2.348.832 toneladas em 2006 para 4.954.412 toneladas em 2017, um incremento de 110%. Por

outro lado, para o milho e o algodão, o padrão foi diferente. Apesar da redução das áreas dedicadas a esses cultivos, sua produtividade por tonelada aumentou. A produção de milho cresceu de 1.732.358 toneladas em 2006 para 2.175.597 toneladas em 2017, um aumento de 25%. No caso do algodão, a produção subiu de 675.250 toneladas em 2006 para 904.270 toneladas em 2017, representando um aumento de 33%.

Como uma área de interesse e expansão do agronegócio, a região é marcada pela grilagem e pela intensa concentração de terras. Esse fenômeno reflete a histórica concentração fundiária no Brasil, que, por meio de práticas tanto legais quanto ilegais, exacerba o conflito entre capital e trabalho, expondo as contradições do sistema capitalista.

A concentração fundiária, uma característica essencial da formação socioterritorial brasileira, resulta no controle de grandes extensões de terra e recursos naturais por grandes proprietários e corporações. Esse controle é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo no setor rural, onde a desigualdade no acesso à terra e aos recursos perpetua um sistema econômico desigual e explorador (Sutton, 1994).

Além disso, essa estrutura é essencial para a extração de trabalho excedente e a perpetuação das desigualdades sociais, possibilitando a exploração da força de trabalho em condições extremamente precárias e contribuindo para a degradação humana. O modelo de desenvolvimento resultante prioriza o lucro em detrimento do bem-estar social e ambiental, reforçando as estruturas de poder e dominação no campo.

Essa dinâmica se manifesta particularmente no agronegócio, onde muitos latifúndios submetem trabalhadores a condições análogas à escravidão, mantendo-os presos a dívidas e abusos. Essas pessoas, via de regra, são atraídas por promessas de emprego e melhores condições de vida, mas frequentemente acabam presas em situações de exploração e maus-tratos, refletindo as profundas injustiças que permeiam o setor.

Esse modelo de dominação capitalista no campo, que é materializado sobretudo pelo agronegócio, indica uma intersecção entre concentração de terras e trabalho análogo ao de escravo. Essa confluência pode ser constatada na realidade da Bahia, e mais especificamente na da região Oeste do estado, em que observa-se uma sobreposição geográfica entre o domínio fundiário e a incidência de resgate de trabalhadores de escravidão contemporânea.

O estudo “Terra, Poder e Desigualdade” realizado pela Oxfam<sup>3</sup> em 2019, no qual se analisa a concentração de propriedades rurais em 15 países da América Latina, revela uma situação alarmante no que tange à concentração fundiária: apenas 1% de suas fazendas ou estabelecimentos rurais controla mais da metade (51,19%) de toda a superfície agrícola da região. Isso destaca a extrema desigualdade na distribuição de terras e a concentração de poder econômico no setor agrícola, comprovando um problema significativo de concentração fundiária na América Latina.

O estudo destaca Correntina, localizado no Oeste da Bahia, como um exemplo de município com alta concentração fundiária, estando entre os 1% com maior acúmulo de terras, onde os latifúndios cobrem impressionantes 75,35% da área total dos estabelecimentos agropecuários e, ao mesmo tempo, enfrenta graves problemas sociais: a pobreza atinge 45% da população rural e 31,8% da população geral. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm) é de 0,603, significativamente abaixo da média nacional. Além disso, entre 2003 e 2013, 82% das autuações do MTE ocorreram no Oeste baiano, e apenas em Correntina, 249 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão nesse mesmo período. Esses dados destacam a extrema desigualdade e as condições de trabalho precárias enfrentadas por muitos na região, refletindo a relação direta entre a concentração de terras e as sérias questões de exploração e pobreza.

Com mais de 55 mil trabalhadores resgatados de situações análogas à escravidão em todo o país, a maioria dos casos ocorrendo em áreas rurais, esses números evidenciam a magnitude do problema e a grave violação dos direitos humanos. Na Bahia, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o estado tem sido um foco crescente de operações de resgate de trabalhadores em situação de escravidão desde o início do século XXI.

De 2003, quando os resgates começaram a ser oficialmente registrados, até 2020, foram libertados 3.378 trabalhadores, resultando em uma média de 187 resgates por ano (Tabela 1). Esses números destacam a persistência das práticas de exploração extrema, onde os trabalhadores são submetidos a condições degradantes, jornadas extenuantes e, muitas vezes, são privados de sua liberdade de ir e vir.

---

3 Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>>. Acesso em: 24 de outubro de 2021.

**Tabela 1:** Total de resgatados de trabalho escravo por município na Bahia (2003-2020)

<b>Municípios</b>	<b>Nº de trabalhadores resgatados</b>
São Desidério	964
Correntina	508
Barreiras	445
Jaborandi	293
Formosa do Rio Preto	177
Riachão das Neves	91
Vitória da Conquista	73
Santa Rita de Cássia	74
Sebastião Laranjeiras	70
Luís Eduardo Magalhães	54
Rio do Pires	52
Baianópolis	49
Salvador	48
Cocos	46
Feira de Santana	41
Porto Seguro	40
Encruzilhada	32
Ilhéus	31
Sento Sé	31
Sítio da Mata	22
Várzea Nova	22
Wanderley	22
Ribeirão do Largo	22
Barra do Choça	17
Serrinha	17
Entre Rios	16
Jacobina	14
Cotegipe	14
Camaçari	13
Juazeiro	13
Uruçuca	10
Itabuna	9
Serrolândia	7
Cristópolis	7
Jaguaquara	6
Angical	5
Mata de São João	5
Ipirá	3

Municípios	Nº de trabalhadores resgatados
Uma	3
Santa Cruz de Cabralia	2
Cardial da Silva	2
Baixa Grande	1
Bom Jesus da Lapa	1
Elísio Medrado	1
Mulungu do Morro	1
Presidente Jânio Quadros	1
<b>Total</b>	<b>3.378</b>

**Fonte:** Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas.

**Elaboração:** Santana, A. A.

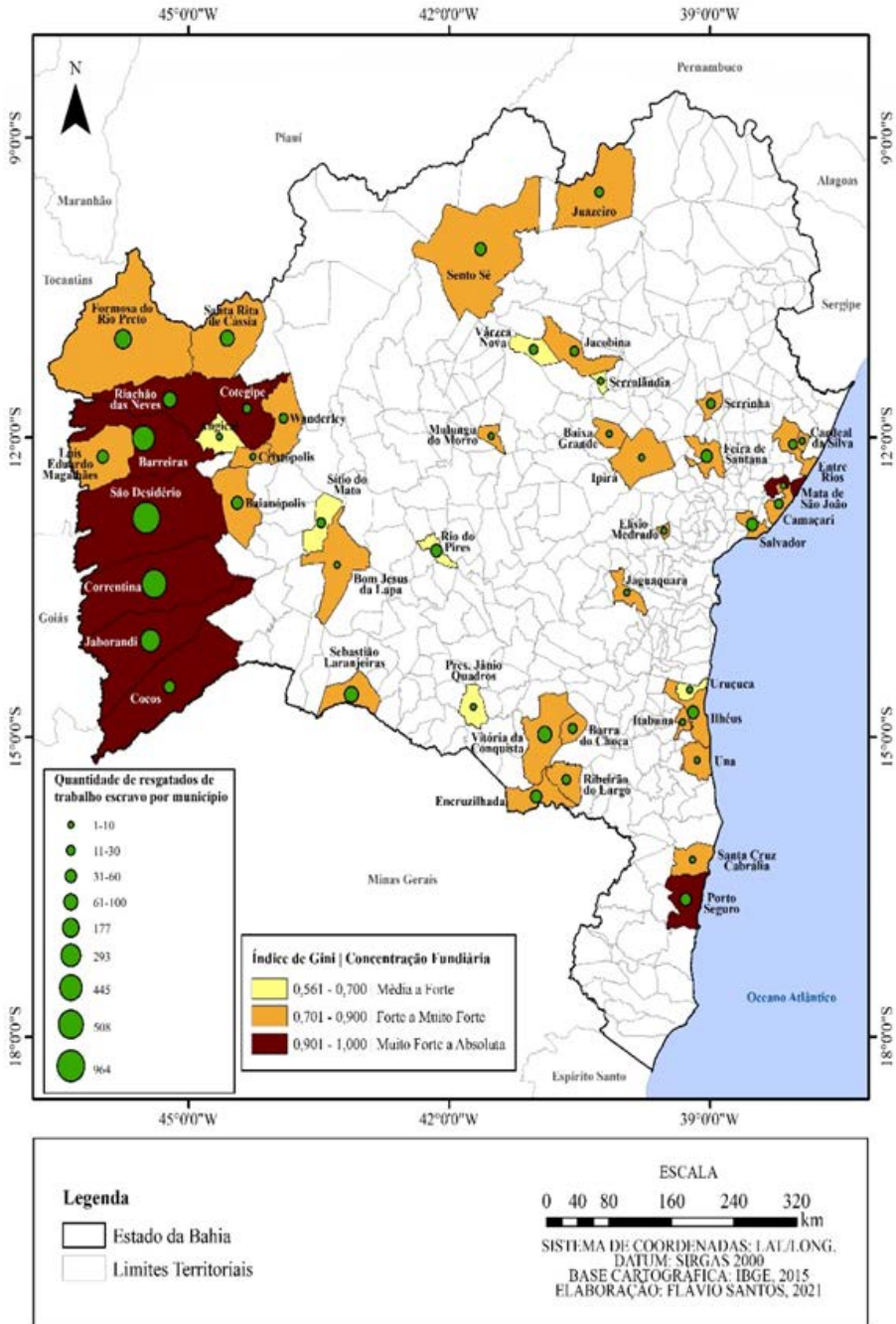
A Tabela 1 mostra que os seis municípios com o maior número de casos de trabalho escravo na Bahia estão situados na região Oeste do estado. Esta área, predominantemente coberta pelo bioma cerrado, é composta por 22 municípios. Os municípios com maior número de trabalhadores resgatados são: São Desidério, com 964 casos; Correntina, com 508; Barreiras, com 445; Jaborandi, com 293; Formosa do Rio Preto, com 177; e Riachão das Neves, com 91.

Esses números indicam uma alta concentração de trabalho escravo na região Oeste, aglutinando a incidência da escravidão entre municípios vizinhos e refletindo a violência que é inerente ao grande agronegócio de *commodities* no Brasil. No total, esses seis municípios que lideram o *ranking* de escravização na Bahia contabilizam 2.478 trabalhadores libertos de condições análogas à escravidão.

Além de São Desidério, Correntina, Barreiras, Jaborandi, Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves, também houve resgates de trabalhadores nos municípios de Cotegipe, Wanderley, Cristópolis, Angical, Baianópolis, Cocos, Santa Rita de Cássia e Luís Eduardo Magalhães, totalizando 2.749 pessoas libertas da escravidão contemporânea na região Oeste do estado, no período de 2003 a 2020.

Essa proximidade da escravização entre municípios naquela porção do território baiano coincide com as áreas de maior concentração fundiária na Bahia, ocorrendo, em uma leitura geográfica-cartográfica da região, a constituição de uma área contígua e limítrofe entre os municípios, tanto na questão da exploração do trabalho em condições análogas à de escravo quanto sobre o domínio, monopolização e apropriação de grandes extensões de terras pelo capital (Mapa 2).

**Mapa 2:** Mapa com número de trabalhadores resgatados de trabalho análogo ao de escravo (2003-2020) e índice de Gini (2017) dos municípios com registro de resgate de trabalhadores na Bahia.



Fonte: Santana, A. A. 2022, pg. 188.



Ao cruzar os números de trabalhadores resgatados na Bahia (2003-2020) com os índices de Gini (2017) dos municípios baianos onde essas práticas ocorrem, observa-se que a grande maioria dos resgates aconteceu em locais com concentração fundiária classificada como forte, muito forte ou absoluta (Mapa 2).

Conforme se pode observar no Mapa 2 foram classificados como de concentração fundiária “muito forte ou absoluta” municípios cujo índice de Gini 2017 estava entre 0,901 e 1,000. A maior parte dos municípios baianos com essas características estão na região Oeste do estado. Nessa classificação estão Cocos, Jaborandi, Correntina, São Desidério, Barreiras, Riachão das Neves e Cotegipe.

Os municípios com índice de Gini 0,701 e 0,900 foram definidos como de concentração fundiária “forte” e “muito forte”. No Oeste da Bahia, essa é a situação dos municípios de Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Wanderley, Cristópolis e Baianópolis. Quando se analisam os dados do MPT, observa-se que são exatamente nos municípios com grande concentração fundiária que se registram os maiores números de trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão. Isso revela um nexos fundamental entre a concentração fundiária e a reprodução de formas de trabalho precarizado e degradante que resultam na escravidão contemporânea na Bahia (Mapa 2).

Em outras palavras, na região Oeste da Bahia, onde a apropriação e a distribuição de terras são mais desiguais, houve uma maior ocorrência de processos violentos no campo. Esses processos podem ser de caráter espoliador e expropriatório, resultando na expulsão de comunidades tradicionais da terra e da água – como camponeses, ribeirinhos, indígenas, geraizeiros, quilombolas, entre outros – ou podem ser de natureza subordinadora e superexploradora do trabalho, com o uso do trabalho escravo. Assim, a questão fundiária não apenas se configura como um elemento central para a compreensão das dinâmicas de violência e expulsão, mas também para a persistência de práticas análogas à escravidão no espaço agrário – práticas essas que, por natureza, também são violentas em sua essência e forma.

Dessa forma, a partir da convergência geográfica entre a incidência do trabalho análogo ao de escravo e a concentração fundiária na Bahia, emerge a tese de que, quanto mais cativa é a terra para o capital, mais o trabalho é subjugado a mecanismos perversos de extração do sobretrabalho. Nesse

contexto, onde se delineiam os processos de produção do espaço agrário brasileiro, a estrutura fundiária altamente concentrada assegura os interesses e alianças dos capitalistas, não apenas na obtenção de renda da terra e lucro, mas também no enfraquecimento das lutas por terra e trabalho organizadas pela classe trabalhadora.

Essa dinâmica perversa reforça a desigualdade estrutural e perpetua um ciclo de exploração que desvaloriza o trabalhador rural, ao mesmo tempo que solidifica o poder econômico e político das elites agrárias. Essas elites são representadas por uma das maiores e mais influentes bancadas da política brasileira: a bancada ruralista, composta por políticos que defendem os interesses do agronegócio e da propriedade rural (Mitidiero Jr., 2022). Portanto, a concentração fundiária não só facilita a superexploração do trabalho, mas também se torna um pilar para a manutenção de um sistema que ignora as reivindicações por justiça social, reforma agrária e relações laborais dignas no campo.

Ainda sobre a relação entre os fenômenos do trabalho análogo ao de escravo e a concentração fundiária, observa-se que essa conexão no Oeste da Bahia não é recente. Já no Censo de 2006 era possível verificar que os municípios de Riachão das Neves, Barreiras, Correntina, Jaborandi e Cocos apresentavam índices elevados de concentração fundiária, iguais ou superiores a 0,901, enquanto Formosa do Rio Preto e São Desidério tinham índices iguais ou superiores a 0,701. O ano de 2006 e os anos anteriores foram marcados pelos maiores números de resgates de trabalhadores no Oeste da Bahia. Entre 2003 e 2006, período que coincide com a implementação e execução do primeiro Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 2.140 trabalhadores foram libertos (Tabela 2).

O primeiro Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo foi elaborado para enfrentar de maneira abrangente a exploração laboral que se assemelha à escravidão, implementando uma série de medidas e ações estratégicas, incluindo o fortalecimento da fiscalização e do monitoramento das condições de trabalho, a criação de políticas públicas voltadas para a erradicação dessas práticas e a realização de campanhas de conscientização.

**Tabela 2:** Número de trabalhadores resgatados de trabalho análogo ao de escravo no campo da Bahia por ano (2003-2021)

Ano	Nº de resgatados
2003	1.089
2004	150
2005	312
2006	589
2007	175
2008	105
2009	285
2010	101
2011	110
2012	52
2013	149
2014	72
2015	6
2016	66
2017	34
2018	55
2019	24
2020	70
2021	54
Total	3.498

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC-CPT).  
Elaboração: Santana, A. A.

Entre as principais iniciativas, destacaram-se a intensificação das operações de combate ao trabalho escravo, a integração de esforços entre diferentes órgãos governamentais e a colaboração com organizações não governamentais e a sociedade civil. Além disso, o plano promoveu a capacitação de agentes de fiscalização e a melhoria das ferramentas de denúncia, assegurando um suporte mais eficaz para as vítimas e garantindo a aplicação rigorosa das leis. A abordagem integrada do plano também incluiu medidas para proporcionar alternativas de reintegração e apoio aos trabalhadores resgatados, facilitando sua inserção em novas oportunidades de trabalho e oferecendo assistência social.

No entanto, não foi apenas uma iniciativa do governo federal, mas também, e principalmente, o resultado das intensas e persistentes lutas organizadas pela classe trabalhadora ao longo de anos de impunidade e exploração. Esse plano surgiu como uma resposta concreta às denúncias

e reivindicações dos trabalhadores que enfrentaram condições análogas à escravidão e lutaram por justiça e dignidade (Santana, 2022).

A realidade da exploração laboral no Brasil foi amplamente denunciada já na década de 1970 pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga, que, em sua famosa carta de denúncia, “Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”<sup>4</sup>, chamou a atenção para a gravidade da situação. Sua corajosa denúncia expôs as condições desumanas enfrentadas por trabalhadores e as falhas do sistema em protegê-los. Esse documento se tornou um marco na mobilização social e nas ações contra o trabalho escravo, refletindo a urgência de uma resposta mais sólida e efetiva por parte do governo.

O Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, ao estabelecer medidas abrangentes como o fortalecimento da fiscalização, a criação de políticas públicas e a realização de campanhas de conscientização, foi um reconhecimento das décadas de mobilização e pressão por justiça social. Ele incorporou algumas das demandas e experiências dos trabalhadores e das organizações que há muito lutavam contra a exploração e a impunidade, e marcou um avanço significativo na luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Dessa forma, o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo não apenas representou um avanço significativo no combate ao trabalho análogo à escravidão, mas também foi um tributo às vozes e esforços que, desde a década de 1970, clamavam por mudanças e por uma sociedade mais justa e igualitária. Essas vozes incluíam não apenas os trabalhadores diretamente afetados, mas também ativistas, organizações da sociedade civil e figuras como Dom Pedro Casaldáliga, cujo trabalho foi crucial para chamar a atenção para a gravidade da exploração laboral nos rincões do país.

É importante destacar que o combate ao trabalho escravo não decorre exclusivamente da iniciativa do Estado, que se constrói e se ajusta às dinâmicas do modo de produção capitalista, e muito menos dos capitalistas. Ao contrário, a efetiva luta contra o trabalho escravo resulta amplamente da organização e da resistência dos próprios trabalhadores, que, embora

---

4 A Carta Pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, “Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, de 1971, que revelou o cenário de violência liderado pelos grandes proprietários da região Norte do Brasil, bem como as condições precárias e degradantes de trabalho análogas a de escravo em que estavam submetidos os trabalhadores nessas áreas.

desempenhem um papel crucial, não conseguem frear por completo o ímpeto capitalista em extrair sobretrabalho.

Esse ponto corrobora com a perspectiva marxiana de que os limites à exploração laboral são impostos pela luta dos trabalhadores e suas mobilizações no tempo e no espaço. Marx (2013) aponta que, apesar de a sub-sunção real do capital intensificar os níveis de exploração e dificultar a organização política da classe trabalhadora, os limites históricos impostos à jornada de trabalho e às condições laborais resultam dos processos de luta e mobilização travados pelos trabalhadores ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

Essas lutas, como afirma Marx (2013), referem-se à disputa entre a classe capitalista e a classe trabalhadora pela regulamentação da jornada de trabalho. Nesse contexto, estão envolvidos interesses conflitantes: o trabalhador busca uma jornada de trabalho que seja compatível com as condições necessárias para sua reprodução social e bem-estar, enquanto o capitalista, “como qualquer outro comprador, [...] busca extrair o maior valor possível do uso de sua mercadoria” (Marx, 2013, p. 222).

É essa busca incessante por extrair o maior valor possível do trabalho que leva os capitalistas a implementar métodos e instrumentos para ampliar a exploração laboral. Interessados em maximizar o valor extraído do trabalho, podem adotar práticas que aumentam a intensidade e a extensão dessa exploração.

Essas formas de trabalho, geralmente precárias e degradantes, podem convergir para situações análogas à escravidão, criando severas desigualdades e ciclos violentos de subordinação do trabalho ao capital, perpetuando condições que marginalizam e depreciam os níveis de reprodução social, associando a exploração laboral a formas de violência física e simbólica. Isso resulta na formação de um grupo de trabalhadores subalternizados, cuja dignidade humana é comprometida pela incapacidade de garantir o mínimo necessário para a sua sobrevivência e o bem-estar de suas famílias.

## **Exemplificando o problema**

Esse panorama de exploração do sobretrabalho pelos capitalistas, quando alinhado à realidade do trabalho análogo à escravidão no campo brasileiro, e no caso particular do Oeste da Bahia, revela a alta concentração fundiária como um mecanismo que agrava o conflito entre capital e traba-

lho. A concentração fundiária impede que os trabalhadores se reproduzam na terra e permite que a renda gerada pela terra seja apropriada pelo capital, especialmente na forma do agronegócio. Isso perpetua um ciclo vicioso de marginalização e subalternização da classe trabalhadora.

A concentração de terras, que historicamente tem beneficiado uma minoria de grandes proprietários em detrimento da maioria, intensifica a desigualdade social e impacta diretamente a reprodução social dos trabalhadores. Esse problema não é recente e possui raízes profundas na história do país, sendo um dos maiores desafios para a justiça social (Oliveira, 2006).

O impedimento do acesso à terra, essencial para a reprodução social e econômica das famílias trabalhadoras, contribui para a manutenção de condições de trabalho precárias e para a degradação das condições de vida. Ao restringir o acesso dos trabalhadores a recursos essenciais, o sistema fomenta uma estrutura de exploração que marginaliza amplamente as populações mais vulneráveis. Esse histórico de concentração fundiária reforça a subordinação dos trabalhadores ao capital e preserva a pobreza e a violência.

No Oeste da Bahia, a Fazenda Estrondo, também conhecida como “Agro-negócio Condomínio Cachoeira Estrondo”, exemplifica a interseção entre a escravização de trabalhadores e a concentração fundiária. Composta por 22 empresas e abrangendo 315 mil hectares<sup>5</sup>, a Fazenda Estrondo é um caso emblemático de alta concentração de terras. Além de apresentar uma forte concentração fundiária e casos de trabalho análogo à escravidão, a propriedade tem um histórico de grilagem e desmatamento ilegal. A ONG Repórter Brasil considera a Fazenda Estrondo um símbolo da ocupação predatória do cerrado brasileiro. Em 2005, as Fazendas Austrália e Indiana, que fazem parte do “Condomínio”, foram flagradas explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão, o que resultou em sua inclusão na Lista Suja<sup>6</sup> do trabalho escravo.

A Fazenda Austrália, pertencente à Companhia de Melhoramentos do Oeste da Bahia (CMOB), atua nos setores de mineração e agricultura na região. A propriedade é gerida por Cláudia Vieira Levinsohn e Priscilla Vieira Levinsohn, socialites do Rio de Janeiro e filhas de Ronald Levinsohn conheci-

5 Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/exterminador-do-futuro-condominio-estrondo-inicia-desmatamento-gigante-no-cerrado/>>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

6 Cadastrado criado em 2003 pelo governo federal, publicado semestralmente, que traz os nomes dos empregadores que escravizam trabalhadores e os impossibilita de receber financiamentos e créditos.

do por seu envolvimento em crimes contra o sistema financeiro. Levinsohn é frequentemente referido como o “Conquistador do Oeste Baiano”<sup>7</sup>.

Na referida propriedade, foram encontrados 39 trabalhadores em condições análogas à escravidão, resgatados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). Entre esses trabalhadores, havia três mulheres e um menor de 16 anos. Os trabalhadores foram aliciados no município de Barreiras e transportados para Formosa do Rio Preto, onde foram forçados a catar raízes nas áreas de cultivo de soja.

Os trabalhadores viviam em condições deploráveis, alojados em barracos de zinco e lona, dormindo em sacos plásticos e sobre papelão. A alimentação era deficiente em nutrientes, e os trabalhadores não tinham acesso a Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), refeitório, água potável ou energia elétrica. Além disso, enfrentavam a realidade da servidão por dívida.

Devido à localização remota da propriedade, os trabalhadores eram forçados a adquirir produtos pessoais na cantina da fazenda, onde os preços eram elevados. Quando contraíam dívidas, eram obrigados a continuar trabalhando para quitá-las, não podendo deixar o emprego apesar das condições extremamente precárias. A fazenda também não armazenava corretamente os agrotóxicos, expondo os trabalhadores a riscos para a saúde, e não oferecia transporte adequado. Para deixar o local, os trabalhadores precisariam caminhar cerca de 130 km até o ponto de ônibus mais próximo. A distância da propriedade em relação à cidade ajudava a perpetuar essa forma de exploração. Além disso, o trabalho era realizado todos os dias da semana, incluindo os domingos, e os trabalhadores recebiam apenas R\$ 60,00 por mês. Foram registrados 18 autos de infração na propriedade devido a essas condições.

Dos 24 empreendimentos que integram o “Agronegócio Condomínio Cachoeira Estrondo”, Priscilla e Cláudia Levinsohn são sócias em 10 deles. O valor total do capital social declarado dessas empresas é de R\$ 491 milhões<sup>8</sup>. Entre o luxo e o esplendor que desfrutavam no Rio de Janeiro, acompanhados de Moët & Chandon, ocultava-se uma riqueza construída à custa

7 “Da vida em êxtase das socialites Levinsohn à violência no campo no oeste da Bahia”. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/02/12/da-vida-em-extase-das-socialites-levinsohn-a-violencia-no-campo-no-oeste-da-bahia/>>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

8 “Da vida em êxtase das socialites Levinsohn à violência no campo no oeste da Bahia”. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/02/12/da-vida-em-extase-das-socialites-levinsohn-a-violencia-no-campo-nooeste-da-bahia/>>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

de trabalho escravo e de conflitos agrários com comunidades camponesas, quilombolas, extrativistas e geraizeiras. Segundo o Livro Branco da Grilagem de Terras, publicado em 1999 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fazenda Estrondo é resultado de práticas de grilagem de terras na fronteira agrícola do MATOPIBA. Esta área, anteriormente ocupada tradicionalmente pelas comunidades geraizeiras do Alto Rio Preto, incluindo os povoados de Marinheiro, Cachoeira, Cacimbinha, Gatos e Aldeia foi usurpada por esses processos ilegais<sup>9</sup>.

No dia 31 de janeiro de 2019, seguranças da Fazenda Estrondo dispararam contra um grupo de geraizeiros, ferindo na perna Jossinei Lopes Leite, diretor da Associação Comunitária de Cachoeira. O ataque ocorreu após a retenção indevida do gado dos geraizeiros nos currais da fazenda. Conforme um vídeo divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o grupo foi recebido a tiros pelos funcionários da propriedade quando exigiu a devolução dos animais.

O conflito agrário entre os geraizeiros e o Agronegócio Condomínio Cachoeira Estrondo remonta ao final da década de 1970, quando a grilagem de terras começou a ser usada para consolidar a concentração fundiária na região. Com o avanço do desmatamento a partir dos anos 2000, que devastou severamente o Vale do Rio Preto para dar lugar a monoculturas de milho, soja e algodão, os conflitos se intensificaram e adquiriram dimensões jurídicas. Em 2017, as comunidades geraizeiras ajuizaram uma ação judicial para garantir a posse coletiva de 43 mil hectares na área do Vale, e o processo ainda está em andamento<sup>10</sup>.

O caso específico da Fazenda Estrondo exemplifica de maneira alarmante os fenômenos interligados de trabalho análogo ao de escravo e concentração fundiária no Oeste da Bahia, revelando uma realidade cruel que não é isolada. A região, marcada por uma acentuada concentração de terras, tem sido palco de práticas opressivas semelhantes em diversas propriedades. Esses empreendimentos não apenas perpetuam a exploração brutal da

9 “Grilagem – Pistoleiros abrem fogo contra trabalhadores em Formosa do Rio Preto, na BA”. Disponível em: <<http://www.sinposba.org.br/index.php/2019/02/04/grilagem-pistoleiros-abrem-fogo-contra-trabalhadores-em-formosa-do-rio-preto-na-ba/>>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

10 “Grilagem – Pistoleiros abrem fogo contra trabalhadores em Formosa do Rio Preto, na BA”. Disponível em: <<http://www.sinposba.org.br/index.php/2019/02/04/grilagem-pistoleiros-abrem-fogo-contra-trabalhadores-em-formosa-do-rio-preto-na-ba/>>. Acesso em: 03 de julho de 2019.



força de trabalho, mas também exercem um controle predatório sobre a terra, aprofundando a marginalização das comunidades locais. A situação se caracteriza por condições de trabalho degradantes e a usurpação de terras de comunidades tradicionais, refletindo um padrão recorrente de violência e injustiça. O cenário no Oeste da Bahia demonstra que a combinação dessas práticas – exploração laboral extrema e concentração fundiária – cria um ambiente onde a exploração bárbara do trabalho é sistemática e persistente no modo de produção capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do contexto de exploração laboral e concentração fundiária no Oeste da Bahia evidencia um cenário alarmante de trabalho análogo ao de escravo e injustiça agrária, onde a barbárie da exploração da força de trabalho e a usurpação da terra são práticas constantes no modo de produção capitalista. O caso da Fazenda Estrondo ilustra de maneira exemplar como a combinação desses fenômenos mantém um ciclo vicioso de marginalização e abuso. Esta realidade não é única, mas reflete uma tendência recorrente na região, onde a concentração fundiária extrema facilita práticas de exploração brutal e controle predatório sobre as comunidades locais.

É fundamental reconhecer que, no capitalismo, há uma constante pressão para maximizar a extração do sobretrabalho dos trabalhadores. O capital busca incessantemente aumentar o valor extraído do trabalho, o que frequentemente resulta em condições precárias e degradantes para a força de trabalho. Essa dinâmica de exploração é um elemento central da lógica capitalista, que está sempre em busca de novas formas de intensificar a exploração e garantir o máximo de lucro possível.

Neste contexto, a organização da classe trabalhadora emerge como uma ferramenta essencial para enfrentar e mitigar essas condições perversas. A mobilização coletiva e a ação organizada são fundamentais para denunciar abusos, pressionar por mudanças legislativas e políticas e promover melhores condições de trabalho. A história demonstra que as conquistas mais significativas em termos de direitos trabalhistas e justiça social não foram resultado da ação voluntária do Estado ou do capital; pelo contrário, foram alcançadas através da luta organizada da população trabalhadora. E no que tange ao combate ao trabalho escravo no Brasil, isso também se verifica, pois é por meio da pressão social, da luta dos trabalhadores e das organiza-

ções parceiras que foram obtidas conquistas, como a legislação que tipifica o trabalho escravo e a fiscalização desse crime.

Assim, a capacidade dos trabalhadores de se unir e atuar de forma coordenada é crucial para criar uma consciência coletiva sobre as injustiças enfrentadas e fortalecer a luta por um ambiente de trabalho mais digno e seguro, e contribuir para minimização da exploração e da violência no mercado de trabalho. Portanto, a organização e a ação da classe trabalhadora são indispensáveis para a aquisição de direitos, sobrevivendo às desigualdades e aos abusos que persistem em nossa realidade.

## REFERÊNCIAS

**BALES, Kevin.** *Disposable People: New Slavery in the Global Economy.* University of California Press, 2000.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.** *Observatório Digital do Trabalho Escravo.* URL: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo>.

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.** *Banco de Dados Dom Tomás Balduino, Cedoc.*

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra.** 1ª Ed: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004;

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Censo Agropecuário 2006.* Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2024.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Censo Agropecuário 2017: Resultados preliminares.* Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 ago. 2024.

MARX, Karl. *O Capital - Livro I - crítica da economia política: O processo de produção do capital.* Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013;

MITIDIERO JR. Marco Antonio. **Censo Agropecuário 2017: o que revela o censo do golpe?** 1ª ed. Editora Lutas Anticapital, 2022, p. 293;

**OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.** *A questão fundiária no Brasil: Uma análise histórica.* São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

PRADO, Adônia Antunes. (Coord.). **Terra e Trabalho Escravo, Violência e Impunidade,** Niterói, UFF-Centro de Estudos Sociais Aplicados, 2002;

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem: Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo / Tese de Doutorado.** Programa de Pós-graduação em Geografia da UFC - Fortaleza-CE, 2016, 213 p.;

SANTANA, Aurelane Alves. **Cativeiros do agronegócio no campo brasileiro: uma aná-**

lise da escravidão contemporânea a partir do Oeste da Bahia. 2022. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022;

SANTOS, Laís; FERNANDES, Drielle; CAVALCANTE, Aniram; BENAVIDES, Zina. **Arranjos produtivos locais nos municípios do Oeste da Bahia**: uma discussão sobre o crescimento econômico e seu impacto no local, pela análise multivariada. Revista Valore, Volta Redonda, 8, e-8042, 2023. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/612/1108>;

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA. **Relatório de atividades**. 2021. Disponível em: <http://cpu002572.ba.gov.br/noticias/2021/04/23/fim-da-colheita-se-aproxima-no-oeste-e-n%C3%BAmemos-de-productividade-produ%C3%A7%C3%A3o-e-%C3%A1rea>

SUTTON, Alison. **Trabalho escravo**: Um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. São Paulo. Ed: Loyola, 1994;

SUZUKI, Natália; PLASSAT, Xavier. O perfil dos sobreviventes. In: **Escravidão Contemporânea**. Org. SAKAMOTO, Leonardo. São Paulo: Contexto, 2020. 192 p.;

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de; GIRARDI, Eduardo Paulon; HATO, Júlio Takahiro. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009;

# O SIMULACRO DA FLORESTA PLANTADA: REVISITANDO O PROBLEMA DO AGRONEGÓCIO DO EUCALIPTO EM ALAGOAS<sup>1</sup>

Lucas Gama Lima

## INTRODUÇÃO

A formação territorial de Alagoas alicerçou-se, por séculos, numa economia derivada do monocultivo da cana-de-açúcar. A princípio prevaleceram os engenhos banguês em imensas extensões de terra, com trabalhadores negros escravizados e com produção destinada ao exterior (Carvalho, 2016). A posteriori, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, emergiram as usinas, emuladas pelo Estado (Lira, 2007), mas preservando a grande propriedade e o trabalho superexplorado.

Os monocultivos de cana-de-açúcar, historicamente, ocuparam o litoral e a mata alagoana, entre a desembocadura de diferentes rios e os tabuleiros, áreas dotadas de excelente disponibilidade hídrica e de fácil acesso aos principais meios de transporte de cada época (Lindoso, 2000).

O século XX é marcado por subsídios ofertados pelo Estado para o fomento dos monocultivos de cana-de-açúcar em Alagoas, a exemplo dos recursos provenientes do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR), do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e do Banco da Produção do Estado de Alagoas (Produban) (Carvalho, 2000). Essa foi, certamente, uma das mais marcantes dimensões desse empreendimento: apropriar-se de parcelas generosas do fundo público para a acumulação privada de capitais sem quaisquer contrapartidas.

Há pouco mais de uma década, os operadores do agronegócio sucroalcooleiro, buscando superar a perda de parte do fundo público destinado

---

1 O texto é resultado das investigações contínuas do autor, no âmbito do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra/Território (OBELUTTE), vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/CNPq) do Campus do Sertão da UFAL.

à cana-de-açúcar e suas próprias dificuldades de concorrência com a produção do Sudeste - que drena parte importante do mais-valor produzido no território alagoano - decidiram apostar na reserva de seus contingentes fundiários para a disseminação dos monocultivos de eucalipto. Desde então, milhares de hectares de terra têm sido destinados à introdução dessa espécie arbórea, que não é endêmica do Brasil (Lima *et al*, 2020; Lima e Barbosa, 2021).

A justificativa amplamente disseminada pelo Estado e vocalizada pelos operadores do agronegócio da cana-de-açúcar é que a cultura do eucalipto contribui para a diversificação da produção rural do estado e colabora para diminuir o desmatamento da vegetação nativa, através de árvores plantadas. A suposta contribuição à redução da emissão e/ou captura de carbono na atmosfera (descarbonização), uma das metas do Acordo de Paris (BRASIL, 2016) e da Agenda 2030 (ONU, 2015), é evocada como forma de legitimar o amplo apoio estatal a esse empreendimento e amainar os possíveis questionamentos.

Nesse sentido, o texto veicula uma análise pautada na crítica à territorialização do capital, através da instalação do agronegócio do eucalipto no campo alagoano. Parte-se da premissa de que o controle da terra para o plantio da espécie arbórea mencionada é dos pilares fundamentais para o funcionamento do complexo madeira-energia-papel-celulose no estado, contribuindo para a (re)produção dos elementos fundamentais da Questão Agrária de Alagoas, quais sejam: a) a grande propriedade fundiária; b) os monocultivos de interesse comercial; c) a articulação e/ou fusão dos proprietários fundiários com as grandes corporações empresariais interessadas na extração de mais-valor e de renda da terra; d) o trabalho superexplorado; e) a indiferença com a insegurança alimentar da população e com os impactos ambientais; e f) os generosos subsídios fiscais fornecidos pelo Estado.

A análise está dividida em três seções. Inicialmente, realiza-se uma contextualização da substituição parcial da cana-de-açúcar pelo eucalipto, recorrendo-se a dados de área de cultivo e quantidade produzida disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também é apresentada uma breve memória das articulações entre o Estado e o capital, personificadas no deliberado fomento do plantio de eucalipto pelo governo estadual;

na chancela científica, proveniente de pesquisa em âmbito universitário, da compatibilidade do solo e adaptabilidade das espécies arbóreas; e na instalação dos primeiros hectares do monocultivo sob a orientação de entidades patronais.

Em seguida, passa-se em revista ao discurso da descarbonização, buscando evidenciar algumas de suas contradições. Há uma insistente associação conceitual e imagética entre o monocultivo do eucalipto e uma floresta, divulgada pelos operadores do complexo madeira-energia-papel-celulose. Compreende-se que essa vinculação, ademais de se tratar de algo que não encontra respaldo fático, concorre para legitimar a alegada viabilidade do capitalismo verde. Esse simulacro é útil para ocultar que a agenda da crise ambiental tem sido muito bem acomodada no bojo do processo de acumulação do capital, sendo um relevante nicho de valorização do valor.

Finalmente, a terceira seção é dedicada a refletir acerca da relação entre a fome e os monocultivos. A formação territorial de Alagoas esteve intimamente atrelada ao empreendimento da cana-de-açúcar, privando vasta superfície agrícola de ser empregada para a produção de alimentos. O recente estímulo à instalação do eucalipto reproduz essa contradição, negligenciando culturas agrícolas como o feijão e o arroz, fundamentais à segurança alimentar, e a existência de um elevado contingente de famélicos entre os residentes do estado.

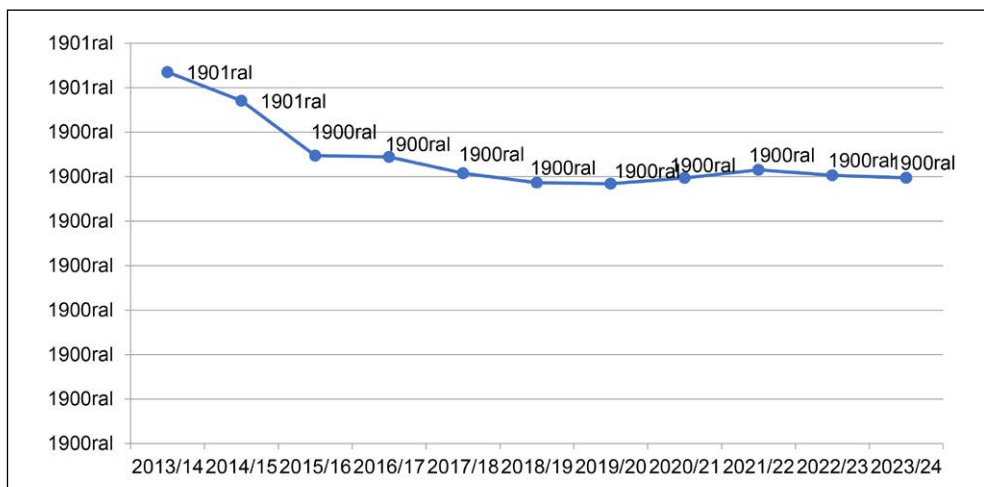
As linhas seguintes são resultado de pesquisa em andamento no âmbito do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (OBELUTTE), vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/CNPq) e radicado no Campus do Sertão da UFAL, que desde 2017 se dedica a investigar alguns dos problemas mais centrais do campo alagoano. Espera-se que o texto seja minimamente relevante e se some ao contínuo esforço de apreensão dos elementos que dão concretude à territorialização do capital em Alagoas, instrumentalizada pelo agronegócio do eucalipto.

## **O CONTEXTO DA EXPANSÃO DO EUCALIPTO EM ALAGOAS**

O estado de Alagoas, notabilizado pelos extensos monocultivos de cana-de-açúcar, é o local onde se registra um importante crescimento do plantio de eucaliptos. O cultivo da gramínea foi, parcialmente, substituído para a introdução da árvore da Oceania. O gráfico 1 revela o decréscimo da área colhida com cana-de-açúcar, nas safras de 2013/14 a 2023/24, reduzindo

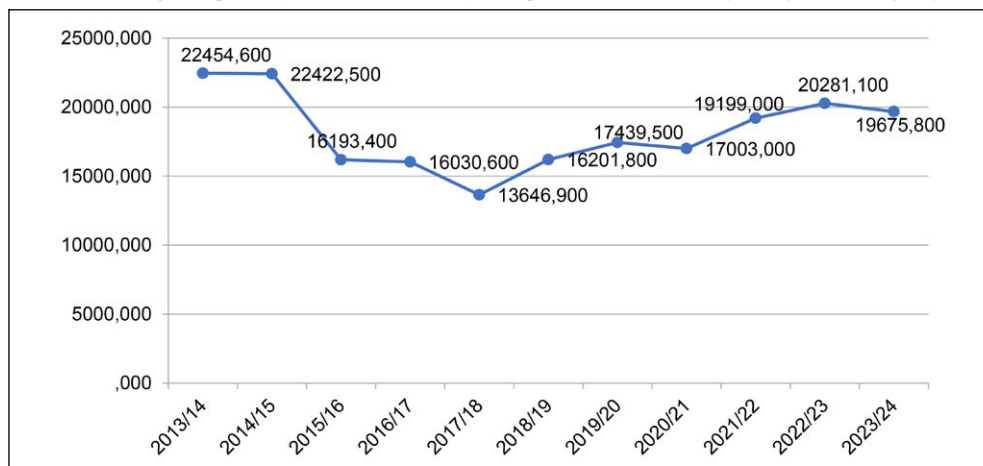
de 417,5 para 298,7 mil hectares. A produção de cana-de-açúcar também sofreu diminuição, embora tenha sido registrado um refluxo mais discreto, conforme exibido no gráfico 2. No mesmo período o volume produzido saiu de quase 22.500 para 19.674,80 toneladas.

Gráfico 1- Alagoas: área colhida de cana-de-açúcar por mil hectares (2013/14-2023/24)



Fonte: CONAB (2024). Elaboração: Lucas G. Lima, 2024.

Gráfico 2- Alagoas: produção de cana-de-açúcar por mil toneladas (2013/14-2023/24)

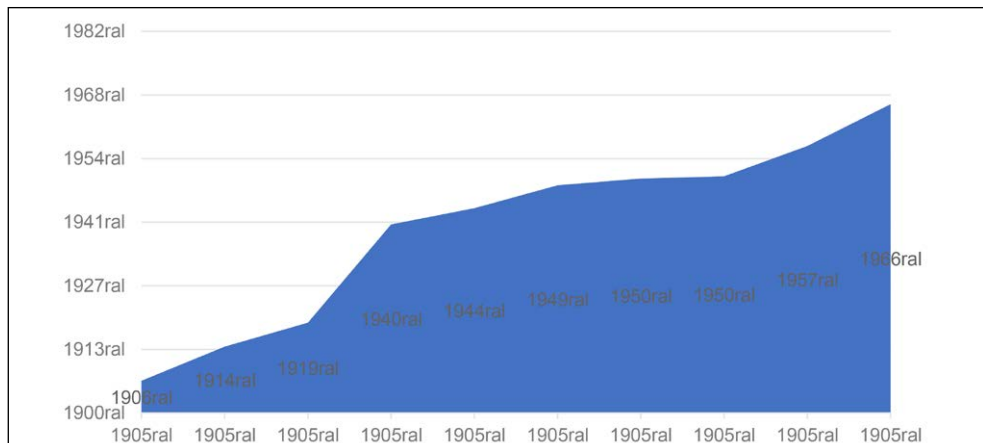


Fonte: CONAB (2024). Elaboração: Lucas G. Lima, 2024.

O eucalipto seguiu, por outro lado, um caminho oposto, como é visualizado no gráfico 3. Num período de dez anos, quase 25 mil hectares foram destinados ao cultivo da referida espécie arbórea, representando um robusto

crescimento de 861%. Esse fato fez do eucalipto a segunda<sup>2</sup> área plantada do agronegócio em Alagoas, atrás, apenas, do monocultivo de cana-de-açúcar.

Gráfico 3 - Alagoas: área com cultivo de eucalipto em hectares (2013-2022)



Fonte: PEVS/IBGE (2023). Elaboração: Lucas G. Lima, 2024.

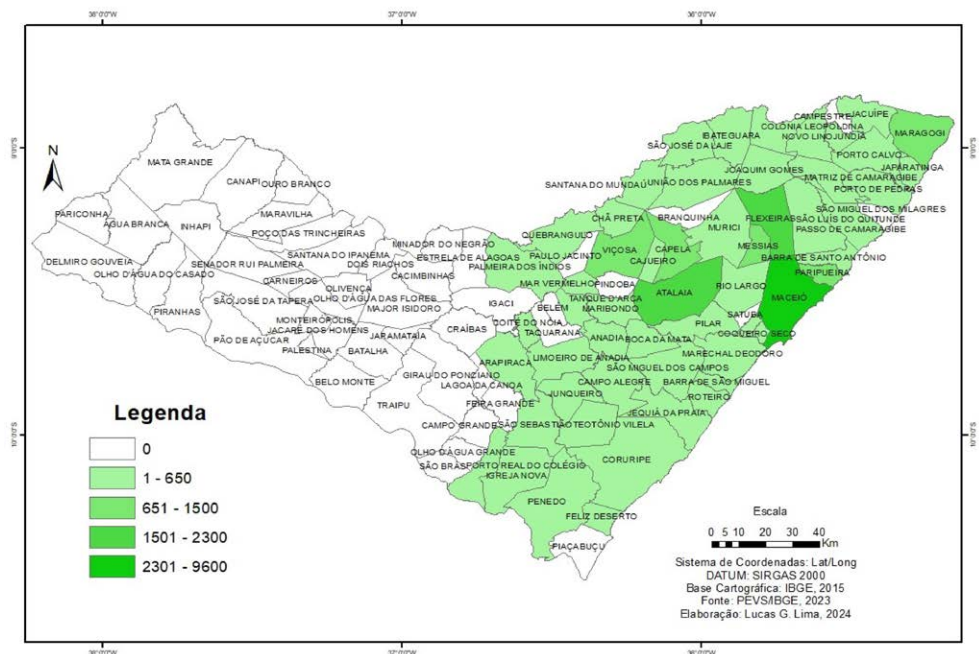
O mapa 1 ilustra, meridianamente, a espacialização do eucalipto em Alagoas. Conforme exposto anteriormente, sua introdução tem ocorrido como substituição parcial da cana-de-açúcar, por isso ocupa a Mesorregião Leste, perímetro historicamente ocupado pelos monocultivos da gramínea. Há registro de eucalipto plantado na quase totalidade dos municípios dessa mesorregião. Merecem destaque Maceió, Atalaia, Fleixeiras e Maragogi. É necessário mencionar que no mapa 1 também estão municípios da Mesorregião Agreste, onde se localizam hectares cultivados da espécie arbórea, a exemplo de Quebrangulo e Arapiraca.

No Quadro 1 constam os dez municípios com mais hectares de eucalipto cultivado em Alagoas. Todos fazem parte da Mesorregião Leste do estado. Maceió ocupa, com larga vantagem em relação aos demais, o primeiro lugar, possuindo mais de 9 mil hectares. Sublinha-se que o município detém quase 40% da totalidade da espécie arbórea. Em seguida, aparecem Atalaia e Fleixeiras, na segunda e terceira posição, respectivamente. Os valores somados dos três municípios equivalem a mais de 50% das plantações de eucalipto do território alagoano.

2 A soja tem sido cultivada na esteira da SEALBA, acrônimo que conecta as iniciais de três estados do Nordeste: Sergipe, Alagoas e Bahia. Por enquanto, os hectares destinados ao grão são pouco representativos.



Mapa 1- Alagoas: espacialização dos hectares cultivados com eucalipto (2022)



Fonte: PEVS/IBGE, 2023. Elaboração: Lucas G. Lima, 2024.

Quadro 1 – Alagoas: ordem dos municípios com mais hectares de eucalipto cultivado e percentual em relação à totalidade da área plantada no estado (2022)

Ordem	Município	Cultivo de eucalipto (ha)	Percentual (%) em relação à área plantada no estado
1º	Maceió	9.600	39,54
2º	Atalaia	2.300	9,47
3º	Flexeiras	2.200	9,06
4º	Maragogi	1.500	6,17
5º	Messias	1.050	4,32
6º	Paripueira	1.000	4,11
7º	Capela	800	3,29
8º	Viçosa	720	2,96
9º	Porto Calvo	650	2,67
10º	Murici	500	2,05

Fonte: PEVS/IBGE, 2023. Elaboração: Lucas G. Lima, 2024.

O significativo crescimento da área com eucalipto posicionou Alagoas na 4ª colocação entre os estados da macrorregião Nordeste, atrás, apenas, da Bahia, do Maranhão e do Piauí, como se pode visualizar no Quadro 2. Considerando que as três unidades da federação citadas possuem um território muito maior que Alagoas e que fazem parte do Matopiba<sup>3</sup>, ou seja, possuem uma presença expressiva de corporações empresariais do agronegócio, os dados são ainda mais surpreendentes.

Quadro 2- Nordeste: área (ha) com cultivo de eucalipto entre as unidades da federação 2022

Ordem	Unidade da Federação	Área com cultivo de eucalipto (ha)
1º	Bahia	564456
2º	Maranhão	252105
3º	Piauí	25182
4º	Alagoas	24277
5º	Sergipe	6171
6º	Ceará	1687
7º	Pernambuco	1142
8º	Paráiba	1033
9º	Rio Grande do Norte	0

Fonte: PEVS/IBGE (2023). Elaboração: Lucas G. Lima, 2024.

O pujante crescimento do eucalipto em tão breve período não seria possível sem a confluência de dois elementos: a crise do setor sucroalcooleiro e a disposição do Estado para apoiar a adoção de outras culturas de interesse comercial. Houve uma espécie de coalização entre diferentes governos de Alagoas, a pesquisa científica de universidades públicas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA). Seguramente, o marco inicial dessa *concertación* foi a pesquisa experimental da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em par-

3 Acrônimo formado pelas sílabas iniciais dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia, respectivamente, e que contempla uma vasta área com predominância do bioma Cerrado. Por ser uma área de interesse do agronegócio, várias empresas tem imobilizado capitais naquele perímetro, o que tem resultado em conflitos com camponeses, quilombolas e outros moradores.

ceria com a FIEA, realizada nas três Mesorregiões do estado (Leste, Agreste e Sertão) e finalizada em 2013<sup>4</sup>, que concluiu que Alagoas é caracterizado por clima, solo e disponibilidade hídrica favoráveis, capazes de garantir uma produtividade média entre 45 e 50 m<sup>3</sup>/ha/ano, superior a nacional, situada na faixa de 40m<sup>3</sup>/ha/ano (SENAI, 2018).

Com a publicação do mencionado estudo, o Estado cumpriu o papel de propagandear a viabilidade econômica desse monocultivo, preconizando que o plantio de eucalipto poderia se tornar o segundo mais representativo no campo alagoano, constituindo uma alternativa viável à cana-de-açúcar (Alagoas, 2015a; 2015b; Angeiras, 2017). O Estado também se encarregou, como o fez com o setor sucroalcooleiro durante décadas, de renunciar à cobrança de impostos. O Programa de Desenvolvimento Integrado de Alagoas – Prodesin<sup>5</sup> foi disponibilizado às empresas interessadas em se territorializar para o processamento industrial dos exemplares da espécie arbórea (Portal do Agronegócio, 2014).

Desde 2013 registra-se a instalação de grupos empresariais do complexo madeira-energia-papel-celulose em Alagoas, entre empresas com operação na produção fabril de pallets, painéis e outros artigos derivados do eucalipto a corporações altamente vinculadas ao capital financeiro. É imperioso citar duas dessas últimas. A primeira é a Dexco - anteriormente chamada de DURATEX - controlada pela *holding* Itaúsa, que igualmente comanda o Itaú Unibanco, além de outras tantas conhecidas marcas<sup>6</sup>. A Dexco desembarcou no estado em 2014, mediante uma operação de *joint venture* de mais de R\$ 70 milhões com a Usina Caeté, pertencente ao grupo Carlos Lyra, o que culminou na criação da Caetex Florestal, onde a companhia possui quase 60% de participação (Valor Econômico, 2014; AGFeed, 2023). A Dexco detém mais de 18 mil hectares de eucalipto plantado em Alagoas e estima que alcançará algo próximo de 40 mil hectares em até quatro anos (AGFeed, 2023). A segunda é a Veolia, multinacional sediada na França, que fez um acordo com a Braskem, maior produtora de PVC da América Latina e responsável por fazer de Maceió o epicentro do “maior desastre mineral

---

4 Esse ano é, justamente, o ano em que, à luz dos resultados dos experimentos da UFV, proprietários fundiários decidiram investir em monocultivo do eucalipto.

5 Criado pela Lei Estadual 5.671 de fevereiro de 1995, costuma ser usado pelo governo de Alagoas como instrumento de atração de empresas em meio à guerra fiscal entre entes federativos.

6 Alpargatas, Deca, Hydra e Portinari são algumas delas.

em curso do mundo” (Teles, 2023, p. 531), para o fornecimento de energia através de vapor gerado pela biomassa do eucalipto. A unidade fabril da Veolia, localizada em Marechal Deodoro/AL, região metropolitana da capital alagoana, foi inaugurada em novembro de 2023 e deverá suprir a demanda da Braskem por, pelo menos, 20 anos (Alagoas, 2023; Veolia, 2023). A empresa francesa também planeja assumir o cultivo e a gestão de mais de 5 mil hectares de eucalipto no estado (Valor Econômico, 2023).

## A DESCARBONIZAÇÃO É UM DOS SIMULACROS DA PRESENÇA DO EUCALIPTO EM ALAGOAS

Recorrente nos discursos de representantes do governo estadual e de operadores do complexo madeira-energia-papel-celulose, a descarbonização é empregada *ad nauseam* como argumento supostamente incontestado de que os monocultivos com eucalipto colaborarão nos esforços de captura de carbono e no combate ao aquecimento global. Toma-se uma frase disponível no site da Veolia como registro dessa premissa:

A nova planta de produção de vapor que acompanhará a troca de matriz energética para fontes sustentáveis na operação da Braskem em Alagoas é um grande passo para avançar em dois dos sete macro-objetivos de sustentabilidade da companhia, na dimensão do combate às mudanças climáticas: **redução de 15% das emissões de gases de efeito estufa até 2030, e alcançar a neutralidade de carbono até 2050** (Veolia, 2022, s/p, grifo do autor).

A assertiva da Veolia converge com o que pensa o atual governador do estado, Paulo Dantas. Em pronunciamento público, quando da inauguração da termelétrica da referida empresa, em Marechal Deodoro/AL, novembro de 2023, comemorou a parceria do Estado com as corporações e mencionou, inclusive, que Alagoas destaca-se no Norte e Nordeste com a produção de energia proveniente de biomassa da cana-de-açúcar, como é possível visualizar no excerto seguinte:

Com essa inauguração, reforçamos não apenas o avanço no setor energético e ambiental em Alagoas, mas, também, celebramos a bem-sucedida parceria entre o setor privado e o governo estadual para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Alagoas, líder no

Norte-Nordeste e 6º nacional em produção de biomassa de cana de açúcar, destaca-se com uma matriz energética composta por mais de 87% de fontes renováveis. O potencial para energia solar, eólica, biomassa e gás natural, aliado aos projetos em curso, consolida nosso compromisso com o futuro sustentável para o estado (Alagoas, 2023, s/p).

O foco dos discursos na descarbonização e na produção de energia “limpa” para o alcance da pretensa sustentabilidade capitalista é algo notório. Desde a emergência da chamada crise ambiental, entre as décadas de 1960 e 1970, há um movimento de adequação das operações empresariais e da retórica de seus representantes para vocalizarem em nome de uma sociedade sustentável. O Estado reverbera essa movimentação, oferecendo subsídios fiscais às companhias “mais responsáveis”, promovendo políticas públicas direcionadas e enaltecendo a crença na viabilidade de um capitalismo verde.

É fundamental observar que os operadores do capitalismo respondem às preocupações com a crescente destruição dos bens da natureza por meio da expansão das relações de produção lastreadas na valorização do valor. Disso resulta que a dita crise ambiental é acomodada dentro dos estreitos limites da reprodução do capital para ser muito bem aproveitada como potencial nicho lucrativo. Isto é, os capitalistas tiveram êxito em turvar a percepção social de suas responsabilidades pela instauração dos problemas ambientais ao tempo que se apresentaram como os fiadores mais confiáveis para a sua solução. Como assinalou O'Connor (1994, p. 16) “La crisis ambiental ha dado un nuevo impulso a la sociedad capitalista liberal. Ahora, argumentando tener en sus manos la salvación del planeta, el capitalismo ha inventado un nuevo término para autolegitimarse: el uso racional y sostenible de la naturaleza”.

O capitalismo verde é o signo maior desse enredo, pois ele postula uma arrogante pretensão de livrar esse modo de produção societal de suas próprias contradições através de uma mera transição de técnicas/tecnologias e da adoção de práticas mais admissíveis. Em síntese, é divulgada uma saída de caráter corporativo, por meio da qual cada empresa se encarrega de realizar sua tarefa para que, ao final, como um somatório de esforços, a sustentabilidade seja alcançada. Essa cantilena tem sido propagada há décadas e ganhou impulso com o Acordo de Paris e com a Agenda 2030 para o Desenvol-

vimento Sustentável, esta última preconizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que prevê um conjunto de objetivos para tal empreitada.

O fato é que a proposição de um capitalismo verde ou sustentável tem sido funcional para deslocar qualquer possibilidade de questionamento da ordem do capital (Panqueva, 2011), para pavimentar o caminho rumo à conversão de múltiplos bens naturais em mercadoria (Smith, 2007; O'Connor, 2002) e para legitimar os mais controversos negócios, a exemplo do agronegócio do eucalipto.

A despeito do suposto benefício ambiental do cultivo de eucaliptos para fins comerciais, como argumentam seus signatários, os fatos têm exibido realidade bem divergente. Vejamos:

- a) Trata-se de uma árvore que não é endêmica de Alagoas e do Brasil, mas que é introduzida para ser monocultivo que substituirá - ainda que parcialmente - outro monocultiv<sup>o</sup>, o da cana-de-açúcar. O plantio de uma única espécie em vastas áreas agrícolas pode resultar em problemas para o equilíbrio ecológico, o qual é, por excelência, diverso;
- b) Embora seja uma árvore plantada aos milhares de unidades, não pode ser considerada uma floresta, pois esta é uma complexa formação de espécies vegetais e animais. Jamais será capaz de substituir a função exercida pela Mata Atlântica, bioma originalmente presente na Mesorregião Leste de Alagoas;
- c) Há um considerável número de publicações que evidenciam os problemas de ordem ambiental provocados pelos monocultivos de eucalipto no Brasil e em outros países, a exemplo de Camarões, Equador e Quênia. Tais problemas, é forçoso mencionar, decorrem de um manejo para fins comerciais, baseado em rotações curtas e direcionado à máxima produção de biomassa, a saber: consumo demasiado de água, inclusive, de mananciais próximos, culminando na diminuição do nível ou em seu desaparecimento; deriva de agrotóxico, geralmente pulverizado através de aviões agrícolas, que contamina água, plantações adjacentes de outras culturas e, não raramente, provoca intoxicação de pessoas; ataque de insetos; compactação e erosão dos solos pelo uso de máquinas pesadas; menor diversidade de invertebrados essenciais ao solo, dentre outros (FAO, 1993; Gerber, 2009; Eskinazi e Souza, 2013; Lima *et al*, 2017; Hohenthal *et al*, 2018; Lima *et al*, 2020; Martello *et al*, 2024).

As contradições expostas servem como um bom indicador da inverdade acerca dos supostos benefícios dos monocultivos de eucalipto. A redução das emissões ou o sequestro de carbono torna-se, ao fim e ao cabo, um evento menor em face dos potenciais problemas que o plantio massivo dessa espécie arbórea pode provocar. Como dito anteriormente, não se tem o interesse em superar a crise ambiental, mas em como aproveitar-se dela para abrir flancos potenciais de valorização do valor. A boa adaptação do eucalipto às condições edafoclimáticas, as estimativas de rotações mais curtas da árvore, a excelente disponibilidade hídrica e os generosos subsídios oferecidos pelo Estado são os verdadeiros motivos que fazem de Alagoas um destino cada vez mais procurado pelas corporações do complexo madeira-energia-papel-celulose.

A propósito, caso os experimentos realizados pela UFV, em parceria com a FIEA, estejam corretos, os monocultivos de eucalipto na Mesorregião Leste de Alagoas poderão proporcionar, sem prejuízo de obtenção de outras, uma vantajosa renda de terra I, aquela derivada de fertilidade natural do solo e boa localização, como consta na famosa exposição de Marx (1991). Quando se trata de territorialização do capital no campo, esses são atributos muito apreciados pelas empresas.

Esse quadro, ora detalhado, ratifica a compreensão de que o capitalismo abriga em seu interior - e isso integra sua própria constituição - uma (re) produção social da vida que é incompatível com quaisquer medidas em favor de uma relação minimamente saudável com a natureza. Marx (1956) já havia sinalizado que a relação homem-natureza estava fraturada porque esse modo de produção societal tende a incorporar tudo na dinâmica de valorização do valor. Nesse sentido, os bens naturais, a exemplo da terra, da água, das sementes, das espécies arbóreas não estão isentas de serem convertidas em mercadoria. O eucalipto, *per se*, não é uma mercadoria, porquanto prodigalidade da natureza. Ocorre que essa espécie arbórea já foi extraída, há séculos, de seu bioma original e moldada por trabalho abstrato produtor de mais-valor. Seu funesto papel econômico na contemporaneidade, assim como, em certa medida, o é da soja, é atuar como mercadoria de apelo global, pertencente aos portfólios empresariais.

Sem dúvida, os monocultivos de eucalipto concorrem para aprofundar o metabolismo fraturado das relações homem-natureza, ainda que estejam enevoados com a manifestação fenomênica de sequestradores de carbono.

## A FLORESTA PLANTADA NÃO SERVE COMO ALIMENTO

O simulacro da floresta plantada e da descarbonização também serve para ocultar uma outra contradição, a saber: o uso da terra para a produção de culturas não alimentares. A questão agrária em Alagoas, como no Brasil, é atravessada pela estrutura fundiária concentrada e pela apropriação privada das melhores terras para a produção de bens que não são destinados, precipuamente, à alimentação humana.

A cana-de-açúcar historicamente ocupou um lugar de destaque na superfície agrícola da Mesorregião Leste do estado, mas seu propósito jamais coincidiu com a necessidade de superação do problema da fome entre os alagoanos. As críticas a esse modelo sempre foram contemporizadas pelos operadores do setor sucroalcooleiro e pelos representantes do Estado com a suposta oferta faustiana de empregos e a obtenção de desenvolvimento econômico. Essa argumentação revelou-se uma ideologia, isto é, um fenômeno decorrente da produção social da vida, mas que se apresenta aos indivíduos de forma invertida, distante de sua essência reveladora (Marx e Engels, 2007).

A despeito do discurso ideológico mencionado, os monocultivos de cana-de-açúcar têm sido garantidos mediante a oferta de empregos temporários e muito precarizados (Verçosa e Silva, 2017), a drenagem do fundo público, além de uma dinâmica no campo que concentra a terra - inclusive para fins meramente especulativos - e impede seu emprego na produção de alimentos (Machado e Lima, 2016). Culturas agrícolas essenciais à dieta alimentar do alagoano jamais gozaram de centralidade, sendo negligenciadas da partilha do fundo público. Elas ocupam, predominantemente, as pequenas e médias propriedades fundiárias, localizadas, em sua esmagadora maioria, nas Mesorregiões Agreste e Sertão, e mantidas por meio dos esforços do trabalho camponês, indígena e quilombola.

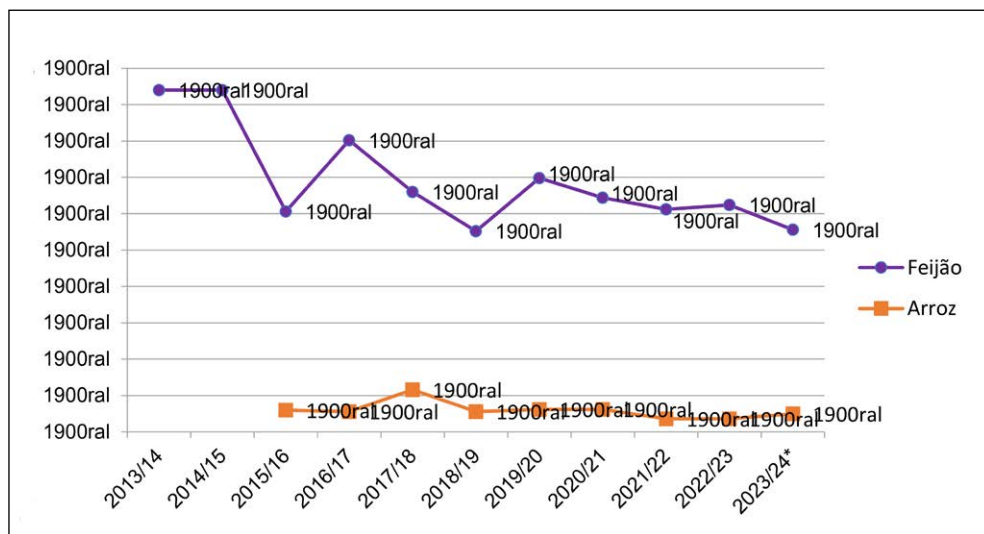
No momento em que o Estado fomenta o plantio do eucalipto como alternativa à cana-de-açúcar, manejando, novamente, alguns daqueles argumentos justificadores e sabidamente ideológicos, a produção de alimentos em Alagoas se mantém praticamente estagnada. Tomando os dados agrícolas sobre feijão e arroz, é possível verificar que o território alagoano não galgou melhorar sua oferta de itens ordinários da cesta básica.

Observando os dados presentes no Gráfico 4, nota-se que os hectares com feijão decresceram acentuadamente entre as safras de 2013/14 e



2022/23, saindo de 47 para 31,2 mil hectares. A área com arroz<sup>7</sup>, que já era pouco representativa no campo alagoano, também recuou, oscilando 1,2 mil hectares para baixo. A previsão para a safra de 2023/24 é de continuidade da queda da leguminosa e de pequeno crescimento do cereal.

Gráfico 4- Alagoas: área plantada de feijão e arroz por mil hectares (2013/14-2023/24)



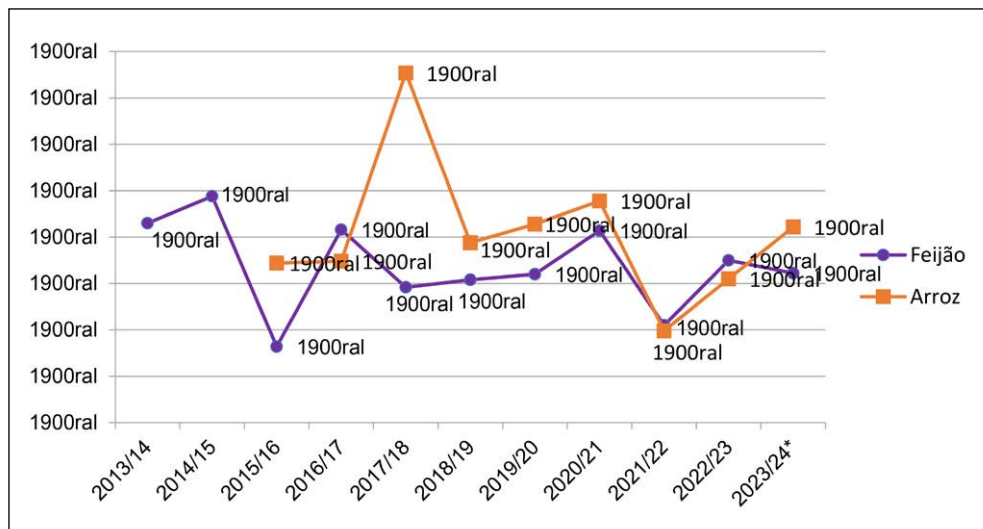
Legenda: (\*) estimativa em julho de 2024

Fonte: CONAB (2024). Elaboração: Lucas G. Lima, 2024.

O Gráfico 5, focado na produção, indicou um quadro tomado por muita oscilação, tendo o feijão apresentado um refluxo de 4 mil toneladas e o arroz, por sua vez, de 1,7 mil toneladas, dentro do mesmo intervalo temporal. A estimativa, divulgada pela Conab, é que o feijão sofra um novo decréscimo, enquanto o arroz consiga uma majoração na safra de 2023/24.

7 A Conab não disponibilizou dados da área cultivada e da produção de arroz das safras 2013/14 e 2014/15.

Gráfico 5- Alagoas: produção de feijão e arroz em mil toneladas (2013/14-2023/24)



Legenda: (\*) estimativa em julho de 2024

Fonte: CONAB (2024). Elaboração: Lucas G. Lima, 2024.

Resta claro que, independentemente das oscilações para cima ou para baixo, há um quadro de relativa estagnação na produção de feijão e arroz. Essa situação no campo, somada a claudicantes políticas de segurança alimentar, faz da fome um das mais notórias contradições da formação territorial de Alagoas. De acordo com levantamento realizado pela Rede PENSSAN (2022), o estado detém o maior percentual de pessoas que enfrentam a insegurança alimentar moderada ou grave entre todas as unidades da federação. Dentre os entrevistados, 59% figuram em uma das duas categorias. Embora a pesquisa não tenha diferenciado os locais de moradia das pessoas entrevistadas, é imperioso destacar que parte desse contingente reside em núcleos urbanos, a exemplo de Maceió e de sua região metropolitana, que detém cerca de 30% dos mais de 3 milhões de habitantes do estado, formando uma concentração populacional das mais significativas do Nordeste brasileiro. A capital alagoana apresenta população com alarmantes índices de vulnerabilidade social, nos quais a incerteza do acesso à alimentação é um deles.

Em face dessa caracterização, a presença de monocultivos de eucalipto em Maceió é um fato, no mínimo, perturbador. A capital alagoana possui quase 40% da totalidade dos hectares de eucalipto cultivados no estado. Essas plantações estão situadas na parte norte do município, próximas a bairros onde reside contingente expressivo da classe trabalhadora, a exemplo

do Benedito Bentes, do Santos Dumont e do Tabuleiro do Martins. São terras agrícolas muito férteis, historicamente usadas para a cana-de-açúcar e que, recentemente, têm abrigado exemplares dessa espécie arbórea. Uma vasta superfície que deveria ser objeto prioritário de expropriação ou desapropriação para fins de reforma agrária, que colaborasse na agricultura urbana e/ou periurbana (Santos e Santos, 2018), com o fito de garantir alimentos abundantes, isentos de agrotóxicos e a preços acessíveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cultivos de eucalipto ganharam notoriedade no campo alagoano, ao substituir, de maneira parcial, os de cana-de-açúcar. Localizados, majoritariamente, na Mesorregião Leste de Alagoas, em propriedades pertencentes a grupos do setor sucroalcooleiro, os hectares ocupados com essa espécie arbórea já correspondem ao segundo maior monocultivo do agronegócio do estado.

Em que pese o significado dessa alteração, uma vez que a árvore da Oceania passa a substituir e/ou coexistir com a famigerada gramínea datada do período colonial, trata-se de uma mudança que pode ser reputada como aparente, isto é, como dimensão fenomênica, pois, a rigor, (re)produz os elementos fundamentais da Questão Agrária alagoana.

A territorialização do capital em Alagoas, mediante os monocultivos do eucalipto, tem sido motivada, sobretudo, pelo acesso a condições edafoclimáticas potencialmente vantajosas - como evidenciaram as pesquisas experimentais executadas pela Universidade Federal de Viçosa - das quais se pode extrair variadas formas de renda da terra. Soma-se a isso, a disponibilidade de força de trabalho passível de ser submetida a regime de superexploração e os atraentes subsídios fiscais providos pelo governo estadual.

É nesse contexto que o discurso da contribuição à descarbonização é vocalizado por operadores do complexo madeira-energia-papel-celulose e pelos porta-vozes do Estado. Uma clara tentativa de vinculação conceitual e imagética entre plantação de eucalipto e criação de floresta, que tem servido para amainar as possíveis críticas ao empreendimento e, concomitantemente, legitimar a drenagem do fundo público. Consideramos que o signo do capitalismo verde não passa de uma ideologia, na qual a agenda edificada a partir da crise ambiental é perfeitamente adaptada ao processo de acumulação do capital. Em outras palavras, as contradições centrais das relações

sociais de produção sob a hegemonia capitalista são, propositalmente, deslocadas do debate público em nome da imposição de uma suposta técnica/ inovação sustentável que contribui para a valorização do valor.

Os múltiplos registros dos impactos ambientais dos monocultivos de eucalipto, relacionados, em diferentes continentes, à diminuição e ao desaparecimento dos níveis de água, à erosão e à compactação dos solos, a alterações nos ecossistemas, dentre outros, contrariam a assertiva do capitalismo verde.

Ao reproduzir os elementos fundantes da Questão Agrária alagoana, os monocultivos do eucalipto, assim como o fez, historicamente, os da cana-de-açúcar, subtraem uma parcela considerável e muito bem localizada da superfície agrícola, bloqueando seu uso para a produção de alimentos. No estado que possui o maior contingente proporcional de famélicos do país, a terra assume a forma de mercadoria, e sua serventia é estranha aos interesses da maioria da população.

Por isso, concluímos que a ideia de floresta plantada, consigna dos operadores do complexo madeira-energia-papel-celulose, é antípoda das múltiplas formas de vida, um simulacro, onde a biodiversidade, definitivamente, não comparece.

## REFERÊNCIAS

AGFEED. Dexco, da Itausa, se “embrenha” nas florestas e busca novos negócios na madeira. Disponível em: <https://agfeed.com.br/negocios/dexco-da-itausa-se-embrenha-nas-florestas-e-busca-novos-negocios-na-madeira/#>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ALAGOAS. Atlas de Bioenergia de Alagoas 2015. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo; Universidade Federal de Alagoas, 2015a. 81p

ALAGOAS. Balanço Energético do Estado de Alagoas Ano Base 2014. Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2015b. 182p

ALAGOAS. Estado ganha indústria de geração de energia limpas em Marechal Deodoro. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/estado-ganha-industria-de-geracao-de-energias-limpas-em-marechal-deodoro>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ANGEIRAS, Glauco José de Sá Leitão. Mapear a implantação de florestas energéticas em Alagoas. Governo de Alagoas: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2017. 30p

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. Série Histórica das Safras. Conab: Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras/itemlist/category/891-cana-de-acucar-agricola>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) 2022. IBGE: Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=sobre>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Nota Técnica 01/2016. Ratificação do Acordo de Paris. Disponível em: [https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/NotaTecnicaMMA\\_RatificacaoAcordoParis.pdf](https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/NotaTecnicaMMA_RatificacaoAcordoParis.pdf). Acesso em: 31 jul. 2024.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2016.

CARVALHO, Cícero Péricles de. “Novas estratégias competitivas para o setor sucro-alcooleiro: o caso de Alagoas”. **Revista de Política Agrícola**, v. 9, n. 1, p. 14-26, 2000.

ESKINAZI, Bruna Garcia; SOUZA, José Gilberto de. Especialização produtiva e homogeneização territorial: a monocultura de eucalipto no Vale do Paraíba Paulista e as transformações nas dinâmicas de produção. **Revista Pegada**, v. 14, n. 2, p. 194-211, 2013.

FAO. **Proceedings Regional Expert Consultation on Eucalyptus**. Volume I. Roma-FAO, 1993.

GERBER, Julien-François *et al.* Linking political ecology with ecological economics in tree plantation conflicts in Cameroon and Ecuador. **Ecological Economics**, v. 68, p. 2885-2889, 2009.

HOHENTHAL, Johanna *et al.* Political ecology of asymmetric ecological Knowledges: diverting views on the eucalyptus-water nexus in the Taita Hills, Kenya. **Journal of Political Ecology**, v. 25, p. 1-19, 2018.

LIMA, Adelson Rocha *et al.* Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo. **Revista Nera**, v. 34, p. 12-36, 2017.

LIMA, Lucas Gama; BARBOSA, Jéssica Lima. Do monocultivo da cana ao monocultivo do eucalipto, duas faces de uma mesma tragédia: considerações sobre o complexo madeira-papel-celulose em Alagoas. **Revista NERA**, n. 59, 2021.

LIMA, Lucas Gama *et al.* O deserto verde cresce em Alagoas: uma análise crítica da expansão do eucalipto no estado. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 63, 2020.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.

LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

MACHADO, Fabiano Duarte; LIMA, Matheus Carlos Oliveira de. **Histórica econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência**. Maceió: EDUFAL, 2016.

MARTELLO, Felipe *et al.* Eucalyptus plantation reduces diversity and disrupts predator-prey correlations of soil invertebrates within Atlantic Forest. **Forest Ecology and Management**, v. 553, 2024.

MARX, Karl. **Capital: a Critique of Political Economy**. Volume I. Moscow: Progress Publishers, 1956.

MARX, Karl. **Capital**. A Critique of Political Economy. Volume Three. London: Penguin Books; New Left Review, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes. São Paulo: Boitempo, 2007.

O'CONNOR, James. Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor. **Ecología política. Naturaleza, Sociedad y Utopia**. Buenos Aires: Clacso, 2002, p. 27-52.

O'CONNOR, Martin. El mercadeo de la naturaleza. Sobre los infortunios de la naturaleza capitalista. **Revista Ecología Política**. Cuadernos de Debate Internacional, v. 7, p. 15-34, 1994.

ONU. Organização das Nações Unidas. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PANQUEVA, Diego Rodríguez. **CAPITALISMO VERDE**. Una mirada a la estratégia de BID en cambio climático. Bogotá: Censat Agua Viva – Amigos de La Tierra Colombia, 2011.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. Indústria Madeiras do Brasil investe R\$4 milhões se instala em Maceió. Disponível em: <https://www.portaldoagronegocio.com.br/florestal/mercado-florestal/noticias/industria-madeiras-do-brasil-investe-r-4-milhoes-se-instala-em-maceio-120447>. Acesso em: 29 jul. 2024.

REDE PENSSAN. II VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Suplemento I. Segurança Alimentar nos estados. 2022. Rede PENSSAN, 2022. 66p.

SANTOS, Leandro Matias dos; SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. Identificação das áreas de ocorrência da agricultura urbana no município de Maceió/AL. In.: XIX Encontro Nacional de Geógrafos. Pensar e fazer a Geografia Brasileira no Século XXI: escalas, conflitos socioespaciais e crise estrutural na nova geopolítica mundial, 19., 2018. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ENG, 2018, p. 1-11.

SENAI. Oportunidades do eucalipto nos setores de serraria e painéis de madeira em Alagoas. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Departamento Regional de Alagoas: Maceió, 2018. 201p.

SMITH, Neil. Nature as accumulation strategy. **Socialist Register**, v. 43, p. 16-36, 2007.

TELES, Rikartiany Cardoso. Migração forçada e mineração: a cidade de Maceió-AL sob a Ótica dos Direitos Humanos. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 01, p. 517-535, 2023.

VALOR ECONÔMICO. Braskem e Veolia inauguram térmica renovável. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/11/14/braskem-e-veolia-inauguram-termica-renovavel.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2024.

VALOR ECONÔMICO. Duratex faz parceria em floresta para abastecer futura fábrica. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2014/12/05/duratex-faz-parceria-em-florestas-para-abastecer-futura-fabrica.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2024.

VEOLIA. Braskem e Veolia se unem para implementar projeto de biomassa em Alagoas. Disponível em: <https://www.latinoamerica.veolia.com/pt/noticias/braskem-e-veolia-se-unem-para-implementar-projeto-de-biomassa-em-alagoas>. Acesso em: 27 jul. 2024.

VEOLIA. Veolia e Braskem inauguram usina de biomassa em Alagoas para produção de energia de fonte renovável em larga escala. Disponível em: <https://www.latinoamerica.veolia.com/pt/noticias/veolia-e-braskem-inauguram-usina-de-biomassa-em-alagoas-para-producao-de-energia-de-fonte>. Acesso em: 27 jul. 2024.

VERÇOSA, Lucio Vasconcellos de; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Cana, labor e adoecimento: a afirmação do nexos causal como uma forma de resistência. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 216-256, 2017.

# **A CONTRA-POLÍTICA DE FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO SERGIPANO: A NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO AOS POVOS DO CAMPO**

**Tereza Simone Santos de Carvalho  
Josefa de Lisboa Santos**

## **INTRODUÇÃO**

O presente texto é parte da pesquisa de doutoramento em Geografia desenvolvida entre os anos de 2017 e 2021 intitulada “A política de fechamento de escolas como corolário da questão agrária brasileira” a qual teve como objetivo descortinar a relação entre a questão agrária brasileira e sua particularidade em Sergipe e o fechamento de escolas do campo, analisando as contradições e as resistências a esse processo. Aqui apresentaremos uma análise dos dados relativos ao que denominamos de contra-política de fechamento de escolas no campo brasileiro e no estado de Sergipe.

De acordo com Taffarel e Molina (2012), na atual fase do imperialismo, é imposto o projeto de mundialização da educação, em que o Estado tem papel mínimo para o social e máximo para o capital. No Brasil se observa a adaptação da política educacional à lógica neoliberal, conforme tratam às autoras.

Trata-se de um quadro que suscitou, nos anos 1990, em vários países, debates sobre referências nacionais curriculares com o fim de estabelecer bases nacionais comuns curriculares, dentro de um movimento global de reforma de educação, cuja exigência é mais padronização e testes de responsabilização (accountability) na educação. A padronização desconsidera a diversidade e os Estados nacionais, pois responde ao capital financeiro rentista (criador do neoliberalismo) que opera de forma supranacional (Freitas, 2018). A função da educação passa a ser “formar trabalhadores com competências voltadas para atender o mercado de trabalho capitalista, educados para o consenso” (Taffarel e Molina, 2012, p. 575).



O projeto de mundialização da educação pode ser percebido, também, segundo as autoras, nos embates e disputas entre público e privado, nas leis e medidas de governo que tiram do Estado a responsabilidade com a educação, além de precarizar e tirar direito dos(as) trabalhadores(as) da educação, nas disputas pelos recursos públicos entre os que defendem a educação pública e a privada, etc. A educação do campo insere-se nessa conjuntura de luta e de resistência quando defende uma formação fora da padronização exigida pelo capital, quando defende os interesses da classe trabalhadora contra aqueles do agronegócio, quando luta pela permanência das escolas do campo no campo. Nesse sentido, a educação do campo desperta a atenção daqueles que sempre mantiveram os povos do campo em cativeiro. De acordo com Arroyo (2010)

Os povos do campo em tantas ações e movimentos puxam o olhar amedrontado dos donos da terra, dos donos do poder, das leis, das Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs), dos aparatos da coerção e repressões, dos mantenedores da ordem e dos direitos de propriedade. Um olhar de medo. Mas também, nesse gritar e lutar, terminam puxando o olhar atento dos gestores de políticas e da academia, do latifúndio do saber, da pesquisa, da produção teórica” (p. 09).

A reação aos movimentos camponeses é materializada pelos constantes ataques à vida e aos direitos dos povos do campo, dentre estes a educação.

O que está em questão é um projeto de escola que tem uma especificidade inerente à histórica luta de resistência camponesa, indígena e negra. Ela deveria ter valores singulares, que vão em direção contrária aos valores capitalistas e à lógica patronal. Esse é um dos seus elementos fundamentais (Arroyo, 1999, p. 45).

Destarte, os avanços e retrocessos nas políticas de educação do campo os quais se davam no âmbito da legislação, nas dificuldades em aprovar determinados projetos propostos pelos movimentos sociais do campo, passaram a se efetivar com mais intensidade e de maneira mais visível, após a garantia da educação do campo no ordenamento jurídico brasileiro, por meio da destruição do *locus* onde essa educação se concretiza: as escolas. Estas precarizadas e deterioradas, material e fisicamente, não por acaso, são

fechadas e substituídas por outras, propagandeadas como modernas e mais bem equipadas tecnologicamente, porém distantes da realidade dos seus destinatários. Esse argumento foi o mesmo utilizado para “modernizar” a agricultura com base tecnológica cujos resultados são bastante conhecidos. Entre a população do campo, essa oferta é facilmente aceita; e é compreensível essa aceitação: quem, em sã consciência não iria querer uma escola mais bem equipada, com banheiro, com laboratório e com biblioteca, coisas básicas, mas que faltam em quase todas as escolas do campo?

Assim, a contra-política de fechamento das escolas do campo, sob o pretexto da melhoria da qualidade, de que são dispendiosas por conta do baixo número de alunos, da existência da multisseriação – colocada como sinônimo de baixa qualidade –, de que não têm estrutura física adequada para funcionar, é funcional na tentativa de inviabilizar o alcance dos objetivos da educação do campo de contribuir para modificar a estrutura fundiária por meio da democratização do acesso à terra e da implantação de um modelo de desenvolvimento que tenha como base a agricultura camponesa.

Dessa maneira, o fechamento de escolas na zona rural vem se configurando como uma das estratégias de desmonte da Política Nacional de Educação do Campo, desde o final da década de 1990, mesmo momento em que os movimentos sociais campesinos passaram a conquistar espaço na agenda política nacional. Entretanto, foi nos anos 2000 que essa política, ou melhor, essa contra-política se tornou mais agressiva, como podemos constatar nos apresentados a seguir.

## **A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A CONTRA-POLÍTICA DE FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO BRASILEIRO E SERGIPANO**

Do início do processo de colonização brasileira até os dias atuais, a concentração fundiária não só se mantém como se agrava. O Censo agropecuário de 2017 aponta para uma estrutura fundiária altamente concentrada. Somente 15.305 estabelecimentos agropecuários concentram 101.307.014 hectares de terra (são 6.619,21ha. por estabelecimento, em média). Estes não pertencem à agricultura camponesa/familiar cujos estabelecimentos têm, em média, 15,89 hectares. São 4.448.751 estabelecimentos distribuídos em 70.692.755 hectares. Se temos essa absurda concentração de terra apropriada pelo agronegócio, temos também a redução de terras para a agri-

cultura camponesa e a repartição do que sobra entre os familiares. Esses pequenos estabelecimentos, pressionados pela agricultura comercial, têm sido monopolizados pelo capital, deixando de produzir alimento e ampliando a produção de commodities (milho principalmente).

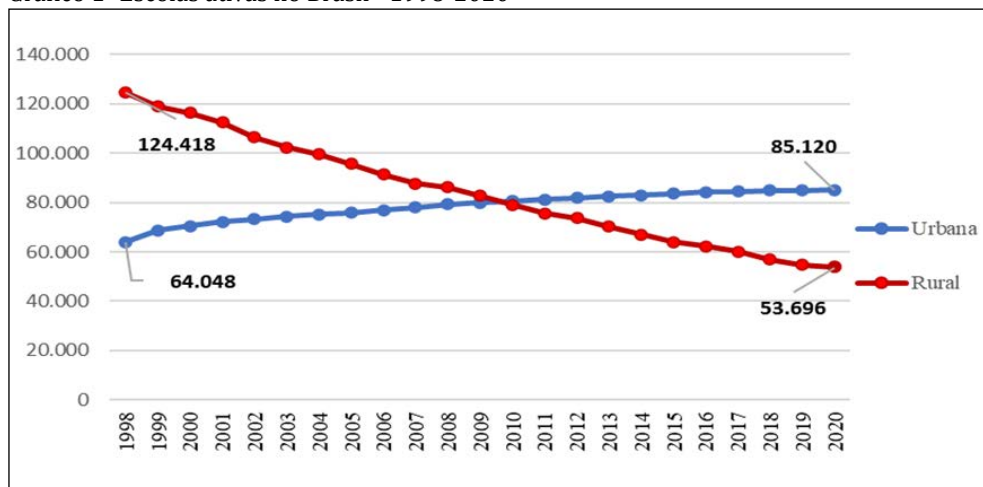
Além dos produtos agrícolas ainda se registra, nessas regiões, a pecuária que ocupa vastas extensões de terra, acentuando a concentração fundiária e aumentando a desocupação da população residente uma vez que essa necessita de um menor contingente de força de trabalho. Nesse sentido destaca-se que, em 2017, segundo dados do Censo Agropecuário, a pecuária na região Norte teve produção superior que a da lavoura, fato que, de acordo com Sampaio, Girardi e Rossini (2020) não ocorreu em 2006. Os autores ainda destacam que além das commodities, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul também concentram a produção pecuária. Conquanto, na região Norte o crescimento da pecuária foi mais intenso que nas outras regiões, onde o valor da produção subiu de 2006 para 2017, 145%. Nas regiões Centro-Oeste e Norte a produção de animais de grande porte é quase exclusiva (pecuária bovina extensiva); nas demais regiões há uma diversificação na produção pecuária.

Destarte, a luta pela permanência no campo e pela sobrevivência, tem se tornado cada vez mais difícil e desafiadora uma vez que falta ao camponês a principal condição para a sua existência e reprodução: a terra. Além desse aspecto, com a mecanização da produção e a extensa área ocupada com pastagem, o trabalho humano fica cada vez mais desnecessário ou requerido apenas em determinados períodos do ciclo agrícola, reduzindo as expectativas e as condições de vida dignas no campo. Ante essa realidade no campo, a contra-política de fechamento das escolas, vem se constituindo e se fortalecendo à medida que o agronegócio vai se tornando cada vez mais hegemônico, com controle das terras, da política pública em todos os setores, inclusive na educação cujo domínio é estratégico para garantir, de maneira sutil e duradoura, a exploração, a expropriação dos camponeses por meio da aceitação alienada da sua imagem “pop, tec, tudo” e de salvadora da pátria.

No Brasil, no período de 1998 a 2020, 70.722 escolas públicas (estaduais e municipais) localizadas no campo cessaram suas atividades; isso representa 56,8% do total dessas escolas e, por conseguinte, a negação do direito das comunidades do campo de terem acesso à educação em seus territórios. Os dados evidenciam o preocupante fenômeno do decréscimo de escolas

ativas no campo, fruto do processo que perpassa a perspectiva de política imposta aos seus sujeitos (Gráfico 1).

Gráfico 1- Escolas ativas no Brasil - 1998-2020



Fonte: Censo Escolar Inep 1998-2020  
Elaboração: Carvalho, Tereza S. S. de (2021)

As regiões Sul e Centro Oeste registram o maior percentual de escolas rurais fechadas (70,6% e 70,2%), se assemelhando à expansão do agronegócio; no Nordeste o percentual foi de 57,9%. (Tabela 1)

Tabela 1 - Número de escolas no Brasil e regiões - 1998-2020

REGIÕES	1998		2020		Redução/Aumento no período			
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural (Decréscimo)	%	Urbana (Acréscimo)	%
Brasil	124.418	64.048	53.696	85.120	70.722	56,8	21.072	32,9
Norte	19.960	3.995	12.996	5.900	6.964	34,9	1.905	47,8
Nordeste	66.919	19.681	28.179	22.627	38.740	57,9	2.946	15
Centro-Oeste	6.863	5.187	2.046	7.118	4.817	70,2	1.931	37,2
Sudeste	16.532	24.222	6.316	33.862	10.216	61,8	9.640	39,8
Sul	14.144	10.963	4.159	15.613	9.985	70,6	4.650	42,4

Fonte: Censos Escolar/INEP 1998; 2020.  
Elaboração: Carvalho, Tereza S. S. de. (2021)

Nestas regiões predomina o agronegócio, com os monocultivos da soja, do milho, da cana-de-açúcar, do algodão e do arroz, produtos que compõem a pauta de exportação brasileira. Na justificativa oficial e hegemônica para o fechamento das escolas, entre os gestores públicos e seus interlocutores, a

baixa natalidade (diretamente associada aos processos educativos e opção das famílias) e a conseqüente redução da matrícula são responsáveis pelo encerramento das atividades das escolas do campo. Não se assinala qualquer relação com os processos de esvaziamento das comunidades rurais em função do tipo de política pública fomentado no país. Por sua vez, os estudos sobre o quadro fundiário brasileiro sempre aparecem acompanhados da histórica negligência de políticas de permanência dos sujeitos do campo no seu espaço de reprodução.

Em Sergipe o quadro é semelhante ao do Brasil no tocante à concentração fundiária, às condições de sobrevivência e à contra-política de fechamento de escolas no campo. Com uma área 21.938,14km<sup>2</sup>, Sergipe possui 75 municípios e oito territórios de planejamento, onde vivia, de acordo com o censo demográfico de 2010<sup>1</sup>, uma população de 2.068.017 habitantes, sendo 26,5% residente na zona rural e 73,5% na urbana (IBGE/2010). A população atual, segundo o censo populacional IBGE 2020 é de 2.210.004 pessoas.

A distribuição de terras do território sergipano, desde a sua colonização, já apontava para a existência de estabelecimentos que, por seu tamanho, impunham dificuldades à sobrevivência dos camponeses. Nesse sentido é oportuno o estudo de Lisboa (2019) sobre o grau de minifundização das terras em Sergipe, no qual analisa o quadro fundiário sob a perspectiva do “invariável ganho de área” para a agricultura camponesa em contraposição àqueles estratos maiores. Segundo a autora, baseada nos Censos agropecuários de 1995-6 e de 2006, houve significativa redução de área no estrato de 500ha e mais (em torno de 13,44%) apontando para uma oscilação tanto para o estrato que perde como para aqueles que ganham. Porém, ela chama a atenção para um aspecto importante: os ganhos de área nos estratos entre 0 e 2ha foi somente de 0,69%; de 5 e 10ha (2,2%); entre 10 e 50ha (7,59%); e entre 500 e 200ha (2,72%), apesar de importantes,

não significam aumento dos tamanhos das propriedades, já que entre 5 e 200ha foram criados mais 8.564 novos estabelecimentos rurais. (...) Ao mesmo tempo, a criação de mais 10.252 propriedades de até 2ha denuncia o quadro de minifúndios crescente. Nesse

---

1 Quando a pesquisa foi realizada o Censo demográfico de 2020 não havia sido realizado, portanto os dados relativos à população total do estado de Sergipe bem como das populações urbana e rural têm como fonte o Censo populacional de 2010.

estrato em que o crescimento é maior, a área cresceu apenas em 0,69% (LISBOA, 2019, p. 245).

O Censo Agropecuário 2017 mostra que em Sergipe, 63,1% dos estabelecimentos rurais têm menos de 5ha. Na análise da autora o aumento do número de estabelecimentos nos estratos citados reforça o processo de resistência camponesa tanto de permanência, em alguns momentos, como de retorno, fruto da luta. Além disso, o crescimento do número de minifúndios incide diretamente nas condições e possibilidades de reprodução das famílias, uma vez que o tamanho dessas propriedades está abaixo do módulo fiscal definido pelo Incra como o mínimo economicamente viável para a reprodução de uma família no campo.

O processo de minifundização também é evidenciado por Ramos Filho (2013) para a escala do país. Ao analisar as transformações na estrutura fundiária brasileira no período de 1992 a 2011, o autor constatou a partir da relação entre o número de imóveis e a área, que não só houve a multiplicação das grandes propriedades como o ganho de área por estas controladas, mas também que a configuração espacial evidenciou mais e menores minifúndios devido à proliferação do número e da área destes.

A minifundização em Sergipe relaciona-se, segundo Lisboa (2019), à forma de obtenção da terra, a qual, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, se dá, em nosso estado, e em todo o Brasil, sobretudo por herança ou por doação; dos 93.333 estabelecimentos de Sergipe, 31,4% são frutos de herança. Esses dados mostram, como bem apontado pela autora, que a fragmentação se dá, mormente, na unidade de produção familiar.

A fragmentação da unidade de produção camponesa também é responsável pelo agravamento da questão agrária no estado. Essa, por sua vez, aprofunda os problemas do campo e da cidade. O contexto de negação dos direitos básicos para aqueles que vivem no campo tem levado, dentre outros aspectos, à mobilidade daqueles que vivem nesse território, em especial dos jovens, obrigados à informalidade laboral no próprio campo ou nas cidades, ao trabalho temporário, à extrema exploração da força de trabalho. Na PNAD contínua IBGE divulgada em maio de 2021, Sergipe aparece como o terceiro estado do Brasil com maior taxa de desocupação (20,9%). Entre a população ocupada 53,6% encontra-se em atividades informais, ficando o estado em sétimo lugar no país em trabalho informal. A falta de perspectiva que dificulta a permanência e a sobrevivência no campo compõe o quadro para

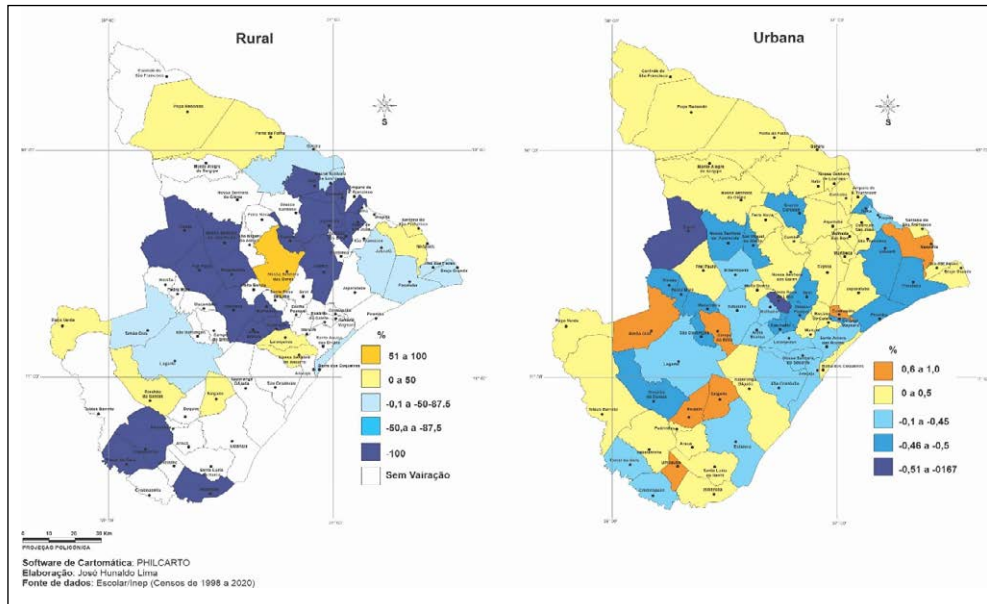
a redução de seus habitantes.

Os dados referentes à população sergipana no censo demográfico de 2010, apontam que de 1980 a 2010 a zona rural se manteve quase estável (4,8%), ao passo que a urbana cresceu significativamente nesse período (146,1%). Em que pese o forte crescimento da população do estado, a população rural quase não sofreu variação. Foram acrescidos apenas 24.904 habitantes no espaço agrário sergipano, onde a taxa de natalidade é inclusive maior do que no espaço urbano, indicando que a mobilidade do trabalho não cessa no nosso estado. Uma realidade que denuncia uma questão agrária como problema irresoluto, pois apesar de inúmeras políticas compensatórias adotadas, a política de distribuição de terras quase não é tocada.

Nesse cenário, o fechamento das escolas em Sergipe tem seguido a mesma intensidade das demais unidades federativas do Brasil e os números são alarmantes. Em 1998 havia 1621 escolas estaduais e municipais localizadas na zona rural; no ano de 2020 esse número reduziu para 865, ou seja, 756 escolas situadas no campo encerraram suas atividades, o que equivale a uma redução de 46,6%.

A despeito de apresentar acentuado crescimento da população na zona urbana do estado, não se observa nela o aumento proporcional do número de escolas. De 1998 a 2020 elas aumentaram apenas 7,4%, enquanto as escolas da zona rural diminuíram 46,6%. Há uma nítida espacialização da contra-política de fechamento de escolas no campo. As pranchas a seguir (Figuras 1 e 2) mostram a espacialização da contra-política de fechamento de escolas no campo sergipano. Quando imediatamente as visualizamos, observamos, sobretudo em relação ao quadro das escolas estaduais rurais, um forte encerramento de escolas somente no médio e baixo São Francisco, no Agreste e no extremo Sul do estado, sendo em um grupo menor de municípios, quando consideramos o estado. Mas há também, de forma destacável, o fechamento de escolas urbanas.

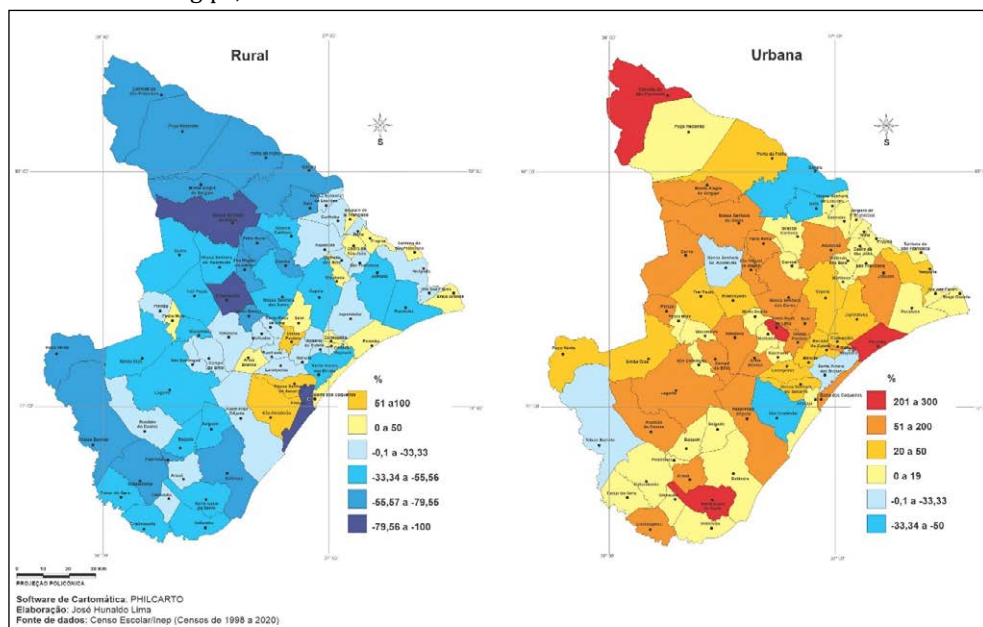
Figura 1 - Prancha - Variação relativa do nº de escolas Estaduais – Rurais e Urbanas, entre 2000 e 2020. Sergipe, 2021



Nesse ponto, é fundamental destacar que a quase totalidade das escolas do campo no estado são de educação infantil e ensino fundamental menor, por sua vez, estão sob o regime de responsabilidade dos municípios. Assim, a segunda prancha (Figura 2), na qual aparecem as escolas municipais urbanas e rurais, denunciam o encerramento de atividades das escolas do campo, conforme vimos anunciando. O domínio de municípios em que a variação aparece negativa para as escolas do meio rural, mostra um quadro grave de negação do direito à educação para os povos do campo. Por sua vez as matrículas nas escolas municipais urbanas expõem que as crianças de 0 a 10/11 anos estão frequentando escolas distantes dos seus espaços de moradia, o campo.

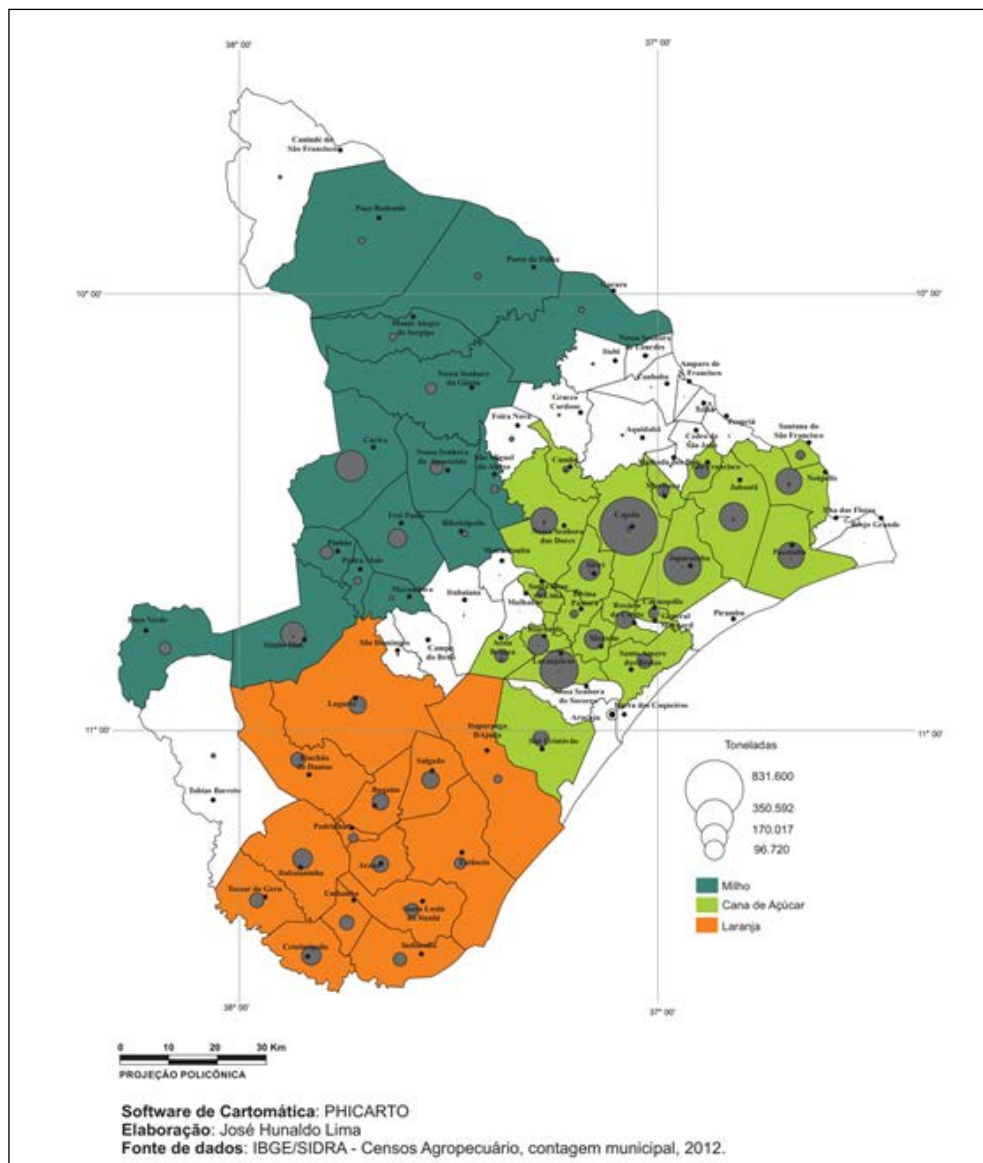


Figura 2-Prancha - Variação relativa do nº de escolas Municipais – Rurais e Urbanas, entre 2000 e 2020. Sergipe, 2021



Entre os territórios sergipanos, o que mais fechou escolas localizadas no campo foi o Alto Sertão (65,3%). Nesse sentido sublinha-se que entre os oito territórios, cinco fecharam mais de 40% de suas escolas da zona rural: Alto Sertão, Centro Sul Sergipano (51,5%), Médio Sertão (49,2%), Sul Sergipano (48,6%) e Agreste Central (43,5). É também nesses territórios onde se ampliam as áreas de terras com lavouras comerciais, assim como as políticas de fortalecimento dos monocultivos do milho (o caso do Sertão sergipano) a laranja, no Centro Sul e a cana-de-açúcar, indo da Zona da Mata ao Baixo São Francisco. Destaque-se que o monocultivo do milho avança para todas as regiões do estado desde 2006, com o fomento da ciência, sobretudo a partir dos estudos da Embrapa Tabuleiros Costeiros e investimentos em tecnologia e produção. O mapa que segue expõe as áreas de ocupação dos referidos cultivos no estado: (Figura 3)

Figura 3- Mapa do Agronegócio do milho, da cana e da laranja em Sergipe, 2012

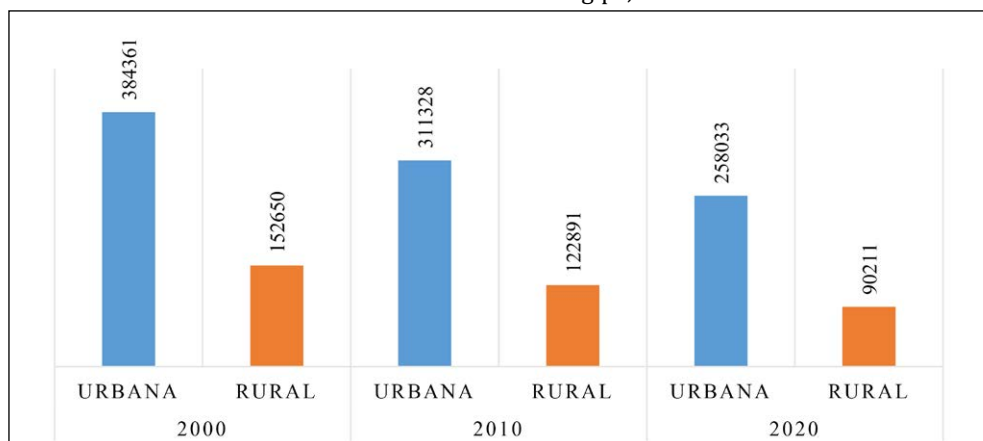


Nos territórios, a ampliação do número de estabelecimentos de ensino na zona urbana quase não ocorreu ou se deu de maneira bem tímida a exemplo do Centro Sul Sergipano, onde houve incorporação de 17 escolas na zona urbana (27,9%), mas fechou 154 estabelecimentos de ensino na zona rural (51,5%); no Alto Sertão, o aumento do número de escolas da zona urbana foi de 21,1% (8 escolas) e a redução destas na zona rural foi de 65,3%. Desse

modo, registra-se um decréscimo acentuado das escolas na zona rural sem que este seja compensado com a abertura de escolas na zona urbana, destino, geralmente, dos alunos das escolas fechadas.

Ao lado desses dados, ressalta-se também que no estado de Sergipe, assim como no Brasil, houve redução no número de matrículas das redes públicas estadual e municipal, tanto na zona urbana quanto na zona rural. De 2000 a 2020 foram 188.767 matrículas a menos (35,1%). Na zona urbana a redução foi de 32,8% e na rural de 40,9%. (Gráfico 2).

Gráfico 2- Matrículas nas zonas rurais e urbanas - Sergipe, 2000-2020



Fonte: Censo Escolar/INEP 2000; 2010; 2020.  
Elaboração: Carvalho, Tereza S. S. de. (2021)

Analisando os dados por faixa etária disponíveis nos Censos demográficos de 2000 e 2010 constatamos que a população rural em idade escolar na faixa etária de 0 a 17 anos em 2000 era de 218.298 pessoas. Em contrapartida, o número de matrículas na rede municipal e na rede estadual foi 152.650, ou seja, 65.648 pessoas deixaram de se matricular na rede pública de ensino (30% a menos)<sup>2</sup>. Em 2010, a população rural de 0 a 17 anos era de 196.980 pessoas e a matrícula foi de 122.891, o equivalente a 62,4% da população escolarizável, ou seja, 37,6% ficaram sem se matricular<sup>3</sup>. É im-

2 Excluindo a faixa etária de 0 a 3 anos, o déficit ainda permanece, pois tínhamos uma população escolarizável obrigatória (de 4 a 17 anos) na zona rural de 179.804 pessoas e uma matrícula de 152.650 (15% menos que a população escolarizável).

3 Deixando de fora as crianças em idade de creche (0 a 3 anos), temos, em 2010, uma população rural na faixa etária da escolarização de 4 a 17 anos de 167.961 pessoas e um déficit de matrículas de 26,8% (45.070 deixaram de se matricular na rede pública).

portante observar que o déficit sempre aumenta quando consideramos a idade de creche e pré-escola.

Na zona urbana do estado, como no Brasil, o déficit de matrículas é menor que na rural, mas existe. No ano 2000 o déficit foi de 16,7%. Os dados de 2010 mostram que neste ano o déficit foi de 31,2%. Se consideramos a população de 4 a 17 anos encontramos um déficit menor, de 18,2%. A Tabela 2 nos dá uma síntese sobre o exposto.

Tabela 2- População em idade escolar básica e matrículas no estado de Sergipe – 2000 a 2010

Local	2000					2010				
	População		Matrícula	Déficit	%	População		Matrícula	Déficit	%
Urbana	0 a 17	461.361	384.361	77.000	16,7	0 a 17	452.713	311.328	141.385	31,2
	4 a17	382.989		---		4 a17	380.653		69.325	18,2
Rural	0 a 17	218.298	152.650	65.648	30,0	0 a 17	196.980	122.891	74.089	37,6
	4 a17	179.804		27.154	15,1	4 a17	167.961		45.070	26,8

Fonte: Censos Demográficos IBGE/2000 e 2010; Censo Escolar Inep de 2000 a 2010  
Elaboração: Carvalho, Tereza S. S. de. (2020)

Em nenhum dos territórios houve crescimento da matrícula. O Agreste Central que fechou 43,5% das escolas da zona rural, no período de 1998 a 2020, foi o que mais reduziu matrícula na zona rural no período de 2000 a 2020 (49,7%), seguido do Alto Sertão Sergipano (44,3%), que fechou 65,3% das escolas no campo; o Baixo São Francisco fechou 30,1% das escolas da zona rural e teve redução das matrículas de 36,5 e na urbana de 45,9%.

Dentro de cada território, sublinha-se a redução de matrícula na zona rural. A maioria, porém, reduziu suas matrículas em ambas as zonas no período de 2000 a 2020 como é o caso dos municípios de Ribeirópolis e São Miguel do Aleixo – pertencentes ao Agreste Central. Nestes, tanto se agravou o fechamento de escolas no campo (81,8% e 68,8% respectivamente) como a redução de matrículas. Em Ribeirópolis a redução das matrículas na zona rural foi de 89,1% e na urbana de 38,1; já São Miguel do Aleixo teve uma perda de matrículas nas redes estadual e municipal de ensino de 91,7% na zona rural e de 35,1% na urbana. Como vemos, nesses municípios a contra-política de fechamento das escolas praticamente acabou com a oferta de educação no campo, cuja população é, de certa forma, obrigada a sair de suas comunidades e se dirigir à sede do município para ter acesso à educação.

Com raras exceções, esta é a situação dos demais municípios sergipa-

nos. As escolas na zona rural deixam de existir, mas as matrículas em ambas as zonas estão diminuindo o que aponta para uma redução na busca pela escola pública. Estará a população rural desses municípios desistindo de estudar diante dos obstáculos erigidos com o processo de nucleação/fechamento das escolas? Ou a população está migrando para a rede privada de ensino? Vejamos os dados referentes ao número de estabelecimentos de ensino e de matrículas nesta rede.

Em Sergipe, do ano de 1998 a 2020 registra-se aumento do número de escolas particulares nas zonas rural e urbana: 44,4% (de 268 para 421 escolas) e 57,1% (de 9 para 13 escolas) respectivamente. Não obstante o aumento do número de escolas particulares no estado, é mister sublinhar a inexistência destas na zona rural na maior parte dos municípios sergipanos. Em 1998 os 9 estabelecimentos de ensino particulares da zonal rural estavam localizados em apenas 8 municípios e em 2020 em 10 deles.

Entre os territórios sergipanos há uma nítida concentração das escolas particulares na zona urbana, com destaque para a Grande Aracaju, território eminentemente urbano, onde localiza-se a capital do estado e onde estavam, em 2020, 248 dos 421 estabelecimentos de ensino privados urbanos do estado; 60% destes em Aracaju. Nota-se também nos dados apresentados na tabela 3 que o número de escolas particulares no estado pouco se modificou de 1998 a 2020.

Tabela 3- Número de Escolas particulares de Sergipe, urbanas e rurais, por Território de Planejamento – 1998-2020

Territórios Sergipanos	Rural		Urbana	
	1998	2020	1998	2020
Agreste Central	2	2	25	39
Alto Sertão	0	3	9	21
Baixo São Francisco	2	0	16	24
Centro Sul Sergipano	1	3	22	28
Grande Aracaju	2	0	156	248
Leste Sergipano	1	3	12	12
Médio Sertão	0	0	4	12
Sul Sergipano	1	2	24	37
Total	9	13	268	421

Fonte: Censo Escolar/INEP 2000; 2010; 2020  
Elaboração: Carvalho, Tereza S. S. de. (2021)

A quantidade de escola particulares na zona rural e na urbana dos municípios sergipanos não dão conta de atender ou sanar o déficit de matrículas.

culas registrado nas escolas públicas estaduais e municipais. Desse modo, contata-se no estado de Sergipe, a mesma realidade perversa de negação do direito à educação para os povos do campo. As crianças e os/as adolescentes que não estão na rede pública de ensino estadual e municipal não estão se matriculando na rede privada de ensino; não há escola suficiente e provavelmente, condições financeiras dessa parcela da população para pagar por seus estudos. Os dados da tabela 4 retratam a situação.

Tabela 4- População em Idade Escolar Básica, Déficit de Matrícula na Rede Pública de Ensino e Matrículas na Rede Privada, zonas urbana e rural – Brasil 2000 e 2010

Local	2000						2010							
	População	Mat.	Déficit Rede Pública	Mat. Priv	Déficit Rede Priv	%	População	Mat.	Déficit	Mat. Priv	Déficit Rede Priv	%		
Urbana	0 a 17 anos	46.1361	384.361	77.000	63.665	13.335	2,9	0 a 17 anos	452.713	311.328	141.385	87.088	54.297	12,0
	4 a 17 anos	382.989		---		---	---	4 a 17 anos	380.653		69.325		-17.763	-4,7
Rural	0 a 17 anos	218.298	152.650	65.648	1.186	64.462	29,5	0 a 17 anos	196.980	122.891	74.089	724	73.365	37,2
	4 a 17 anos	179.804		27.154		25.968	14,4	4 a 17 anos	167.961		45.070		44.346	26,4

Fonte: Censo Demográfico IBGE/2000 e 2010; Censo Escolar Inep de 2000 a 2010  
Elaboração: Carvalho, Tereza S. S. de. (2021)

Destarte, o que podemos constatar no confronto dos dados referentes às matrículas nas redes públicas estadual e municipal é muito grave. O fechamento de escolas promovido pelo processo de nucleação e em nome da qualidade do ensino tem provocado uma redução das matrículas nessas redes de ensino, a não absorção do seu déficit pela rede privada de ensino, e, talvez, a interrupção do processo de escolarização da população do campo, fato muito provável.

A contra-política à educação do campo materializada no fechamento de escolas no campo tem trazido sérios prejuízos à população campesina com a redução do número de matrículas, com o reforço da sua desterritorialização, com o afastamento de seu modo de vida e perda de identidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento para o campo levado a cabo pelo agrogócio dispensa força de trabalho e impõe aos que ficam condições de so-

brevivência cada vez mais difíceis e precárias. O fenômeno do fechamento das escolas do/no campo no Brasil, acentuado desde a primeira década dos anos 2000, se configura como uma política de Estado ou como uma contra-política ao coincidir com o acirramento das lutas pelo direito à educação do e no campo por parte dos movimentos sociais que a concebem como uma forte arma de resistência ao processo de expropriação oriundo do avanço do capitalismo no espaço agrário. O Estado não só é responsável pelo fechamento de escolas que atendem aos filhos dos camponeses, se eximindo e negando o direito público a esse grupo social de ter acesso à educação em seus territórios, como promove e/ou reforça o desmonte da educação do campo ao autorizar a execução de uma política contrária à política de educação do campo – a contra-política de fechamento de escolas no campo – obstando ainda mais a materialização do campo como espaço de vida e trabalho.

O acentuado fechamento de escolas no estado de Sergipe, indica que a contra-política do fechamento só contribui para dificultar o processo de escolarização das populações do campo. Porém, não se pode desconsiderar que o intenso fechamento de escola nesse território condiz com a predominância do monocultivo do milho, mormente, o forrageiro, da cana de açúcar, do coco da baía, da laranja e da pecuária, atividades que requerem pouca mão-de-obra, bem como baixa ou nenhuma qualificação. Nesse contexto a escola torna-se praticamente dispensável. O treinamento satisfaz a necessidade do mercado.

O confronto dos dados referentes ao fechamento de escolas no campo no período de 1998 a 2020 e às matrículas nas redes públicas estadual e municipal revela um cenário muito grave. O fechamento de escolas promovido pelo processo de nucleação em nome da qualidade do ensino tem provocado uma redução das matrículas nessas redes, a não absorção do seu déficit pela rede privada de ensino, e, talvez, a interrupção do processo de escolarização da população do campo.

O acentuado fechamento de escolas no campo brasileiro e no estado de Sergipe indica como esse processo é perverso, uma vez que a contra-política do fechamento só contribui para dificultar o processo de escolarização das populações do campo. Porém, não se pode desconsiderar que o intenso fechamento de escola no estado condiz com a predominância do monocultivo do milho, sobretudo o forrageiro, da cana, da laranja e da pecuária, atividades que requerem pouca mão-de-obra, bem como baixa ou nenhuma

qualificação. Nesse contexto a escola torna-se praticamente dispensável. O treinamento satisfaz a necessidade do mercado.

O fechamento de escolas no espaço rural, ao mesmo tempo em que aparece como produto da questão agrária, traz o seu aprofundamento. No contexto de mercantilização da educação cada vez mais avançado e conduzidos pelos empresários da educação, o controle da educação que se desenvolve no campo é necessário para subjugar as populações que ali residem e resistem para nele permanecer fragilizando a luta pelo modelo camponês de desenvolvimento para o campo e fortalecendo o modelo hegemônico. Parafraseando Leci Brandão, é por meio da educação que se muda ou se molda uma nação. É preciso controlar a finalidade, o objetivo, o conteúdo e a forma como a educação se desenvolve e o modelo de escola mais adequado para isso. A educação do campo torna-se assim um incômodo para o agronegócio, mas uma arma de resistência para os povos do campo.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília/DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. p. 13-52. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 2)
- ARROYO, M. G. Escola: terra de direito. In: ROCHA, Maria Isabel Antunes; HAGE, Salomão Mufarrej. (orgs). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 9-14. (Coleção Caminhos da Educação do Campo, 2)
- FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 25 de maio de 2021
- IBGE. **Censos demográfico de 1980 a 2010**. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/populacao-total-1980-2010.html>
- IBGE. **PNAD Contínua**. Primeiro trimestre 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>
- INEP. **Censo escolar da educação básica**. De 1998 a 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>
- LISBOA, J. de. Estrutura fundiária de Sergipe: o fracionamento da unidade de produção familiar camponesa. In: LISBOA, J. de.; RAMOS FILHO, E. da S.; SANTOS, L. R. S. (orgs).



**Ajuste Espacial do capital no campo:** questões conceituais e r-existências. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2019. p. 219-251. (Coleção Universitária)

RAMOS FILHO, E. da S. A contrarreforma agrária no Brasil no início do século XXI. In: CONCEIÇÃO, A. L.; SOUZA, R. Á. D. de. (orgs.) **O capital e a ocupação de terras/territórios**. São Cristóvão: Editora UFSA, 2013. p. 243-300.

SAMPAIO, M. de A. P.; GIRARDI, E. P.; ROSSINI, R. E. A “expansão do agronegócio no Brasil”: um dossiê composto por olhares diversos. **Confins** – Revista Franco-Brasileira de Geografia. s.p. n.º 45, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/27871> Acesso em 28 de dez 2020.

TAFFAREL, C. Z.; MOLINA, M. C. Política educacional e educação do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. p. 569-576.

# OS DILEMAS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL: ANOTAÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS NO ESTADO DE ALAGOAS – BRASIL

**José Eloízio da Costa**  
**Adriana Lisboa da Silva**  
**Daniela Santos Feitoza**

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre políticas públicas no Brasil, como ação do Estado, incorporam em nossos dias uma vasta publicação bibliográfica, em sua maior inserção nos diversos casos que visem eliminar privações materiais às populações socialmente mais vulneráveis, em síntese, no combate à pobreza, e estruturalmente na diminuição das desigualdades sociais e regionais dentro da dimensão institucional.

Evitando discussões já definidas em searas de estudos, como a diferença entre política de governo e política de Estado, as políticas públicas permitem operar a partir de um conjunto de ações e processos sociais institucionais, com planos, metas e resultados esperados; que possam auferir com maior eficiência ao público-alvo e do papel nesse processo, destinado aos mais pobres, e que efetivamente podemos transcender a mera análise em que estas políticas são de natureza “compensatória”, sendo muito mais políticas estruturantes. Daí a necessidade de analisar o alcance social dessas políticas. O artigo em tela busca extrair experiências de uma política que passou por contradições face ao desenho institucional e sua efetividade, sendo essa estruturada na dimensão da participação da sociedade civil organizada e com atores sociais representativos das instituições vinculadas ao poder do Estado. Trata-se da política de desenvolvimento territorial de base rural.

Assim, constituímos nosso recorte analítico para entender e focar dentro das experiências vivenciadas no estado de Alagoas em que essa política foi operacionalizada pelos governos trabalhistas entre os anos de 2010 e 2017 voltadas ao mundo rural, de abrangência nacional com viés territorial.

Essa política foi articulada por um conjunto de ações sobre políticas públicas particulares, sempre sob a valoração da participação e da gestão social a partir do empoderamento de atores sociais participantes. Trata-se da Política de Desenvolvimento Territorial Rural (PDTR), instituída por estes governos a partir do ano de 2003 e dizimada com a ruptura institucional de 2016. Em 2024 retomou-se a política territorial, mas sob uma nova feição, mais simples e focada no segmento da produção de alimentos saudáveis e considerando os modelos territoriais de base estadual preexistentes, como por exemplo, da existência de territórios de planejamento no estado de Sergipe ou dos territórios de identidade no estado da Bahia. O artigo em questão não adentrará nesse novo modelo, até porque entendemos que não temos elementos fáticos e institucionais a serem analisados e que ainda estar dando seus primeiros passos enquanto arena de decisão e avaliação das políticas públicas de base territorial.

Assim, a questão que percorremos é singular em relação aos estudos que foram analisados anteriormente sobre a política territorial no Brasil (Leite, 2010, 2013, Grisa, 2018), estes basearam-se em aspectos institucionais a partir da chamada “abordagem territorial”, como espaços de integração, do papel dos atores sociais, governamentais e de desenvolvimento, além do sentido de pertencimento (identidade territorial) e dos laços de proximidade social que favoreceram a solidariedade e a cooperação (Condráf, 2005). Estudos dessa natureza foram fundamentais para entender o alcance, os limites e principalmente no processo de construção social de uma proposta territorial mais realista sob um contexto histórico tão contraditório que vivemos atualmente.

Nossa leitura é que esses estudos, como dissemos, foram de natureza institucional, ou de caráter normativo e mesmo que sejam extraídos de *cases*, ainda assim não abordam a tese que defendemos em tela: *é impossível executar essa política no Brasil*. Esses autores infelizmente não contribuíram para entender os “fracassos” da política territorial, porque se restringem a uma leitura teoricamente setorial (ou territorial) e omite ou ignora uma sociedade brasileira que atualmente percebemos: cruel, racista, preconceituosa, violenta, e principalmente, marcada pela indiferença e pelo ódio aos pobres ou as populações tradicionais que diretamente são beneficiários das políticas públicas. Daí a falácia da chamada “participação social”, ou da questão da gestão coletiva. Nossas mazelas são estruturais, fruto histórico de um país que não passou por revoluções e agora aprofundada pelo hiperindivi-

dualismo, da cultura empreendedora e do culto ao fascismo verde-amarela de destruição do Estado através da efetivação do anarcocapitalismo, do capitalismo sem Estado.

Assim apresentamos nossas justificativas da temática do nosso trabalho. A primeira relaciona-se em evitar as armadilhas de analisar a PDTR em si, com suas contradições, dificuldades, dilemas, e claro, desafios. Isso não permite articular todo esse processo com elementos estruturais de fundamental importância, como os processos sociais e territoriais que singularizam a formação social brasileira, particularmente tendo como substrato a literatura mais recente sobre a tentativa de construção de uma nova interpretação realizada por diversos autores contemporâneos. Inclusive negando uma determinada literatura que passou por décadas fazendo a leitura equivocada de um Brasil abstrato, fantasioso, inexistente. O que teria efeitos sob diversas gerações, sendo elas bazófilas em termos de categorias de análise. Podemos exemplificar figuras sociais e culturais equivocadas como a existência no Brasil do “homem cordial”, da falácia do “jeitinho brasileiro” ou da versão distorcida do patrimonialismo brasileiro. Enfim, da necessidade de transcender a concepção em que o Brasil foi um país moldado historicamente na direção do pacifismo. Nas palavras de Souza (2015), uma tremenda idiotice, que nos fizeram de tolos por décadas, inclusive debochando da inteligência progressista brasileira. Tudo isso foi muito mais mito que realidade. E agora emerge a categoria sociopolítica do “pobre de direita”, que defende e vota em seus algozes e exploradores da força de trabalho, na mesma linha culturalista de Souza (2024).

É evidente que, pelo tamanho do nosso artigo não analisamos essas novas abordagens, até pela complexidade da temática e que efetivamente merece uma abordagem mais detalhada posteriormente, por exemplo, da relação entre as institucionalidades da política territorial rural e o comportamento dos atores sociais nessas instâncias sob o viés da concepção souzariana. O que tornamos como mais uma agenda de estudos e pesquisas.

Por outro lado, é que essas versões “clássicas” rebateram institucionalmente na política de desenvolvimento territorial rural na medida em que uma das concepções idílicas é que esse homem cordial estaria encarnado, por exemplo, no trabalhador do campo, marcado pela simplicidade, honestidade e hospitalidade. Ledo engano, existiram processos sociais e territoriais muito mais fortes e terríveis que infelizmente teremos de enfrentar para as

próximas décadas, de um país condenado e derrotado ao fracasso histórico, em função de determinantes teóricas e empíricas, e agora apresenta suas abordagens de forma mais heterogêneas.

Assim, a pretensão do trabalho em tela é justamente extrair experiências vivenciadas nos territórios alagoanos e que infelizmente foram jogados recentemente no lixo da história, face à reprodução dos mecanismos das velhas mazelas sociais e políticas brasileiras, como a influência das oligarquias políticas regionais. Daí o interesse em analisar essas experiências, inclusive por uma questão de natureza pessoal, que, por décadas foi iludido por uma determinada narrativa histórica e social e que impactou em nossa formação intelectual, mas que existia outra narrativa acadêmica em construção e só recentemente observamos esse fenômeno, mas ainda de pouco alcance acadêmico e como processo social face a uma sociedade organicamente desorganizada, atomizada e profundamente conservadora e egoísta.

No presente trabalho nossa tese é da impossibilidade de viabilização dessa política decorrente de nossa formação social e política influenciada pela concepção do “vira-latismo”, ao lado da fragilidade da organização da sociedade e da esmagadora maioria da população ter incorporada em sua subjetividade uma inexorável vocação autoritária como fenômeno já naturalizado no país, passando desde o fundamentalismo religioso até o cavalariado individualismo ao estilo ascético do protestantismo weberiano. Tendo sempre como alvo o ódio aos pobres, nas quais devem ser pisoteados e humilhados cotidianamente e que já está demonstrado em nossos dias como uma sociedade doente e acanhalada.

Assim, o sentido da política de desenvolvimento territorial de base rural tem como alcance gerar resultados estruturantes em médio e longo prazo, na medida em que existe toda uma pretensão de ampliação da capilaridade e da radicalidade da democracia participativa e com ele do fortalecimento da sociedade civil e da transparência das instituições; o nosso é que esses pressupostos praticamente são impossíveis de serem materializados na medida em que isso pode ser explicado pela nova interpretação da formação social brasileira.

## BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Abordar “políticas públicas” em nível acadêmico se tornou um empreendimento repetitivo, enfadonho e de poucos resultados concretos. São abordagens previsíveis e mesmo que tenham vieses teóricos e metodológicos vigorosos, ainda o debate fica restrito ao “papel do Estado” em ações políticas que visam, mesmo que genericamente, a diminuição das desigualdades socioeconômicas ou de gerar impactos nas condições de vida das populações socialmente mais vulneráveis.

Precisamos superar esse mantra analítico que se restringe em abordar essas políticas em si mesmas, dando condições para que algumas correntes teóricas dogmáticamente “dialéticas” se enquadrem como “focalistas” ou compensatórias. É o que se percebe nesse momento da necessidade de fazer escolhas teóricas e metodológicas, evitando interpretações que aparentemente são inéditas, mas que reiteram o velho modelo da abordagem, mesmo sob um modelo sistêmico (ou dialético), porém manietado por resultados empiricamente conhecidos de trabalhos pretéritos.

É o que ecoa nos termos de Leite (2018), em abordagem interessante sobre os reais resultados das políticas públicas sobre o meio rural e seus impasses, por não ter trazido mudanças substanciais às populações socialmente mais pobres. Ou seja, não houve mudanças estruturais que impactassem na distribuição mais justa da riqueza produzida, bem como da velha análise do comportamento institucional dos gestores ou formuladores dessas políticas, além de processos, também institucionais, de negociação, elaboração, execução, monitoramento e avaliação; mostrando os limites dessas políticas nos últimos anos, em síntese, a dimensão política dessa quadra teve pouca mudança estrutural.<sup>1</sup>

Na mesma esteira relaciona-se com as constatações analisadas por Saborin (2018) em relação às políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. O pesquisador segmenta essas políticas em três gerações. A pri-

---

1 Exposição realizada em seminário intitulado “Políticas Públicas para o meio rural brasileiro no período recente: mudanças, continuidades e rupturas, realizada entre os dias 10 e 11/12/2018, na UFRRJ. O evento teve como objetivo desenvolver abordagens com estudiosos dessa área, do Brasil e de alguns países da América Latina, levando em consideração diversas temáticas como contexto internacional do segmento da agricultura brasileira, da questão agrária, do planejamento, mercados, políticas sociais, etc.

meira compreende o interregno decenal entre os anos 50 e 80 do século passado, correspondendo por ações concentradas na questão agrária e da necessidade de intervenção dos Estados nos processos de desapropriação, e a introdução das primeiras experiências com crédito, através da criação do sistema nacional de crédito rural (SNCR) em 1965. Essa seria a fase de incrementação da modernização da agricultura brasileira, com feição setorial e regional.

A segunda geração abrange o início dos anos 90, caracterizadas pela existência de um conjunto de políticas públicas focalizadas e setoriais, articuladas a partir do crédito destinado à agricultura familiar, e mesmo sob escombros, da possibilidade de redesenho da assistência técnica e extensão rural. O mais interessante nesta geração foi o papel das entidades da sociedade civil organizada vinculadas aos trabalhadores rurais e aos movimentos sociais do campo, não apenas como reativos ou reivindicatórios, mas agora ativos e propositivos, a exemplo da criação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf).

Finalmente a terceira geração, que compreenderia a partir dos anos 2000 e se caracterizaria como de políticas transversais, com efeitos sociais determinantes, naquilo que alguns denominam de “articulação de políticas públicas”. Porém a conjuntura mais recente demonstra impactos negativos, como a redução dos recursos, a desmobilização dos movimentos sociais e a destruição das institucionalidades. É o que nos interessa essa última questão para nossa abordagem.

Desse modo, transcender essa temática é relevante a partir, por exemplo, de uma nova abordagem, não apenas em suas internalizações, com seus limites, alcance ou impactos; mas focado sob um lastro teórico-metodológico contemporâneo, articulando política pública em um contexto sistêmico, aberto a processos sociais, políticos e institucionais no que se refere à realidade brasileira e que vão além dos velhos paradigmas que analisam a formação da “nação Brasil”.

Daí o recorte de uma dessas políticas implementadas e executadas por treze anos no Brasil: a Política de Desenvolvimento Territorial Rural (PDTR). O interesse é entender o PTDR sobre bases metodológicas distintas. Observar que estamos optando por essa perspectiva, ou seja, como política territorial, isso para distinguirmos do programa original dessa política e que efetivamente ainda é conhecido como Programa Nacional de Desenvolvimento

Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, e que envolveria um conjunto de ações de natureza territorial na linha das políticas públicas voltadas ao mundo rural. Desse modo, optamos como PDTR, inclusive para fins didáticos em nosso estudo, sendo uma política, mesmo ciente da existência de um programa, e que abre condições para realizarmos um estudo mais amplo. Sendo programa, suas abordagens poderiam sofrer restrições.

Com a implementação da política de desenvolvimento territorial rural, institucionalizada através da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em 2003, o primeiro impulso seria valorizar a constituição dos territórios rurais e sua organização através de institucionalidades como meio de discussão e deliberação, dentro da perspectiva das dimensões (político-institucional, econômica, sociocultural e ambiental).

No documento, “Marco Referencial para apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais” (2005), essa questão da institucionalidade é bem clara, na medida em que são arranjos onde atores sociais por interesses coesos possam realizar diálogos, consultas e principalmente deliberação e gestão. Por outro lado, a intencionalidade é dar estabilidade desses processos sociais com viés territorial, permeado pela identidade e institucionalidades territoriais na qual:

São espaços (fóruns, conselhos, comissões, comitês, consórcios, articulações e arranjos institucionais diversos) de expressão, discussão, deliberação e gestão, que congregam a diversidade de atores sociais e cuja atenção é voltada à gestão social das políticas e dos processos de desenvolvimento (página 11).

O interesse é entender a constituição de um arranjo dentro do foco da discussão e deliberação, não como “criação original”, mas de valorização dos arranjos já existentes, inclusive como espaços onde possam introduzir pautas vinculadas ao espaço rural em serra dos agricultores familiares. Isso através da permeabilidade e sensibilidade das forças sociais convergentes, com fulcro na importância social e institucional da representatividade, da pluralidade social e da paridade das forças sociais envolvidas (Ob. Cit. página 11/12).

Outro elemento central na abordagem territorial na linha do desenvolvimento rural é a *real função dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs)* e que não se resumiria a mais um arranjo coletivo e de aperfei-



çoamento dos mecanismos de gestão, e de estar diretamente vinculado aos poderes públicos em suas diversas esferas político-institucionais. Teria que ir mais além. E nele da necessidade da construção de uma *agenda territorial* onde o foco seja a política de inclusão produtiva, ou que poderíamos denominar efetivamente de políticas públicas voltadas ao mundo rural.

É pertinente observar que a Política de Desenvolvimento Territorial (PDTR), através da figura dos Territórios Rurais tinham como base de criação vertical (sob o papel institucional do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário) onde alguns indicadores mostrassem índices de desenvolvimento humano que refletissem a existência de bolsões de pobreza rural. Completando-se da definição dos territórios rurais naqueles municípios e regiões onde existiriam concentração das atividades ligadas a agricultura familiar, de assentamentos de reforma agrária, dos povos e comunidades tradicionais, e que o recorte geográfico seria a referência na oferta de políticas públicas ao desenvolvimento rural (MDA, 2014, pp. 02/03).

Desse modo, pelo documento institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, os territórios da cidadania seriam criados justamente naqueles territórios de piores condições de desenvolvimento. Assim, até o início de 2016, em todo o Brasil existiam 243 territórios, e desses 120 eram classificados como territórios da cidadania. Observar que a figura institucional dos territórios da cidadania foi resultado do amadurecimento de processos de implementação da política territorial e a classificação dos territórios não seria apenas pela pré-existência de uma população particular, residente e tivesse concentração relativamente alta de pobreza rural.

Em outro documento institucional que regula as bases referencias ao desenvolvimento dos territórios rurais, o mesmo regula em diversos termos a constituição dos territórios. Um dos mais interessantes critérios relacionava-se aos níveis mínimos em termos geográficos, isso após a definição das bases de informações e dados do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE), assim destaca e ainda define o número de territórios:

Nessa caracterização são identificados três grupos de territórios: os “urbanos”, os “intermediários” e os “rurais”. Estes últimos foram definidos como sendo aqueles que se identifiquem dentre microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 habitantes/km<sup>2</sup> e população média por município de até 50 mil habitantes. Foram preliminarmente identificados, ao todo, cer-

ca de 450 “aglomerados municipais” com características rurais, 80 com características intermediárias entre urbano e rural e 20 com perfil essencialmente urbano. (MDA, 2005, p. 16).

Nessa quadra, o advento do Programa Territórios da Cidadania (PTC) pautou-se em estabelecer uma agenda de desenvolvimento territorial rural mais ampla possível, onde o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão social dos territórios, podendo combinar com a execução de sua finalidade estratégica: a possibilidade de chegar às políticas públicas aos mais pobres do campo e principalmente a articulação dessas políticas.

Desse modo, o PTC seria um desenho institucional inédito, isso como política focalizada no combate as estruturais mazelas sociais e econômicas da sociedade brasileira e das categorias mais vulneráveis, em especial os pobres do mundo rural: as mulheres, jovens e comunidades tradicionais, caracterizando-se por uma nova “ruralidade” enquanto processo social e nosso caso socioterritorial.

Ampliando essa questão, a estratégia também estaria da necessidade de realizar mobilizações visando constituir e operar instrumentos que poderiam fortalecer a sociedade civil organizada, bem como do estabelecimento das relações de proximidade com os poderes públicos, reconfigurando a gestão social dos territórios, na medida em que as pautas estariam articuladas em um conjunto de políticas públicas. Ao lado também da formação de arranjos para o fortalecimento da sociedade historicamente abandonada no Brasil, como a constituição dos comitês de mulheres e da organização das comunidades tradicionais.

Outra questão relevante é sobre o sentido do PTC e do seu alcance enquanto articulação das políticas públicas sob o lastro da integração em níveis institucionais e principalmente com a sociedade civil; o interesse do programa a ser construído por instrumentos sob bases dentro do padrão da participação social como se observa no desenvolvimento de procedimentos de monitoramento e avaliação dessas políticas.

A questão na execução da política territorial rural é a figura institucional e talvez uma das maiores ilusões face a falta de articulação para a realidade social brasileira onde a impossibilidade de efetivar a participação social tem essas limitações, e os arranjos podem não prosperar face as assimetrias estruturais de uma sociedade desigual e violenta. Daí nossa tese da impossibilidade de efetivação da política territorial de base rural.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partimos na perspectiva das experiências que acompanhamos nos territórios da cidadania no estado de Alagoas. Assim, é pertinente abordar uma determinada temática que prove empiricamente os argumentos, *in abstracto*, particularmente quando existem dificuldades de fundamentar suas abordagens analíticas do real escolhido para entender a nossa tese da impossibilidade da democracia direta em um país de tradição autoritária como o Brasil e agora sob o signo do fascismo. As abordagens servem como suporte para fundar no que observamos e analisamos os dois projetos que desenvolvemos no estado de Alagoas sobre a questão do PDTR, levando em consideração a dinâmica da gestão social dos territórios rurais (ou dos territórios da cidadania), bem como dos resultados desse processo no aspecto da efetivação das políticas públicas, que denominamos de políticas de inclusão produtiva.

É dentro desse contexto que analisamos todo esse processo. Inicialmente sob um lastro de esperança, mas da notória ilusão que ainda não tínhamos percebido em sua essência da impossibilidade da efetividade da democracia direta no Brasil, e da perversidade histórica da *elite do atraso e dos obstáculos das oligarquias que dominam o poder político e econômico nacional*. Com base em nossa abordagem, uma tentativa da experiência participativa em escala microssocial (ou microterritorial) como observamos em todo esse tempo, podem ser extraídos elementos analíticos relevantes.

Daí a nossa interpretação a partir dos *limites e alcance dessas experiências* face as questões estruturais de uma sociedade derrotada como a brasileira, face a existência de uma elite que odeia o país. E de forma mais específica, que esses limites não estariam apenas articulados por questões intrínsecas, mas da forte influência das externalidades que alteram o desenho institucional dos processos socioterritoriais, em especial nas *questões relacionadas a fatores de política* e em contraposição da *ausência de estratégias macrossocial e macroeconômica na linha da mobilização da sociedade civil organizada*, como a formação política, bem como do confronto com a narrativa dominante da mídia venal. Completando-se com a questão do fim do pacto político em relação à agricultura familiar e da ascensão da reacionária coalizão liberal-conservadora nos termos do trabalho culminado com a ruptura institucional de 2016 (Nierdele, 2018).

No mesmo sentido no que se refere ao *alcance da política de desenvolvimento territorial, levando em consideração os obstáculos estruturais da sociedade brasileira* e sua mensuração estariam limitadas as de natureza exclusivamente rural, e ainda mais específico, da importância da agricultura familiar. E no nosso caso, da agricultura familiar situada na região Nordeste.

As metamorfoses dos processos sociais e políticos dos últimos anos no Brasil é uma leitura bem clara de uma velha prática das classes dominantes brasileiras que obstam em implementar processos de desenvolvimento em favor da maioria da população. A privatização do espaço público e a apropriação das estruturas do poder por parte desses estratos privilegiados, regado por uma ideologia de justificação, com uso intensivo da mídia empresarial para homogeneizar uma narrativa de perpetuação da dominação. E nisso observamos uma espécie de conspiração bem sofisticada no que se refere ao impedimento de qualquer possibilidade do exercício da democracia participativa.

Esse processo, no nosso entendimento, tem um preço histórico bem alto e tem como lastro a questão do problema do *amadurecimento político da população brasileira*, e que infelizmente sequer temos um marco inicial. As decisões políticas de poder sempre foram resolvidas “pelo alto” e essa vertente do processo democrático foi construído no Brasil como ficção, tanto na concepção da direita, como também da esquerda. Ou seja, a questão da *politização é um fenômeno social praticamente inexistente no país e mais difícil, da politização na linha das classes sociais*. Assim, a política enquanto processo social deve ser apropriado por poucos atores sociais, e encastelam nos estratos da classe dominante brasileira e de suas classes da “ordem” (como a categoria do braço armado, como as polícias, as Forças Armadas e dos guardas municipais, em sua maioria arrogantes e iletrados) e da classe média reacionária “formadora de opinião”. Daí a questão da gestão social como instrumento e que infelizmente teve, tem e terá sempre suas limitações estruturais.

Destarte, os limites da gestão social dos territórios estariam substantiados com elementos de natureza político-cultural face ao baixo grau de politização dos atores sociais envolvidos. Um dos maiores obstáculos no processo de desenvolvimento territorial com participação social, e que, de certa forma, independe do nível de escolaridade, *mas da maturidade face a necessidade de construir uma concepção política coletiva dentro de uma agenda determinada*.

Na mesma esteira relaciona-se com o *baixo nível organizativo da sociedade brasileira em geral*. Esse fator é determinante em se tentar formar grupos com forte identidade política. Daí a captura desse fator pelas oligarquias, ou ainda da demonização da política como antro de desonestos e corruptos. O que tem contribuído na continuidade de processos sociais e políticos de indiferença e que reflete na *hegemonia do individualismo, além dos fundamentos apresentados por Baumann (2008)* na medida em que esse novo individualismo tem a ver com uma cultura autoritária e de dominação das oligarquias ou em sua forma mais moderna, da elite atrasada brasileira articulada com as castas do serviço público, como os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos estratos militares.

Mais grave, que as abordagens analisadas pelo sociólogo polonês quando argumenta o inexorável caminho da sociedade individualizada contemporânea, como “destino”, e não como opção, em uma sociedade que não existe mais líderes para orientar as grandes questões da sociedade. O que temos, segundo Bauman, são indivíduos solitários que vivem no espaço público para encontrar outros indivíduos solitários, e que enfrentam problemas (como as ansiedades) dentro de um caminho errado, quando na verdade essas questões só podem ser eficazes se forem empenhados por processos coletivos, e não individuais. A realidade brasileira é muito mais grave, e tem raízes estruturais, que, somado as questões abordadas por Bauman, demonstram insuperáveis assimetrias de fatores de política que estão internalizadas na formação social brasileira.

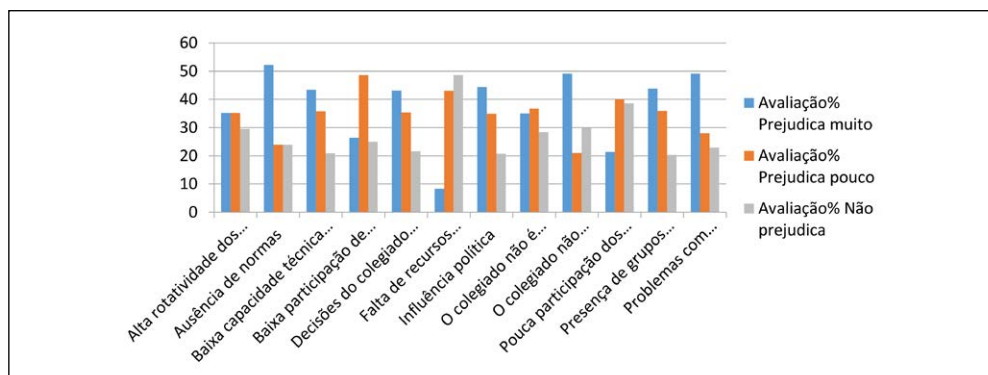
Daí essas dificuldades em estabelecer um processo real de participação social em instâncias coletivas com o CODETER (Colegiado de Desenvolvimento Territorial), onde o individualismo de alguns atores sociais territoriais impactou na baixa eficiência das ações – como as políticas públicas rurais – emparedando qualquer possibilidade de efetivação dessas ações, em um verdadeiro *simulacro de discussões* sem qualquer lastro real.

Ampliando ainda mais a questão, podemos relacionar como um dos problemas mais comuns em que observamos durante nossa vivência nas plenárias territoriais dos Colegiados no estado de Alagoas, que seria o *problema da rotatividade dos membros*, fenômeno gerado a partir da indefinição do papel estratégico dos CODETERs como institucionalidade. Iniciado em sua formação a partir das comissões de instalação entre os anos de 2004 e 2006, a construção de uma pauta pouco atrativa, a monotonia como os cha-

dados projetos de infraestrutura (Proinfs) oriundos do modelo inicial do Pronaf, sem qualquer resultado; levariam ao desalento dezenas de membros dos colegiados territoriais alagoanos que deixariam de frequentar as plenárias ou de participação direta nas suas instâncias. Os custos de deslocamento, a inexistência de “agendas mais importantes” no horário de realização das plenárias e principalmente temas irrelevantes ou até mesmo repetitivos completam a questão da alta rotatividade desses atores. E nesse aspecto, é uma questão que prejudica, mesmo que em termos relativos.

Outro indicador do quadro das situações reproduzidas nos CODETERs e também constatado em nossas vivências territoriais, é a *presença de grupos dominantes*, e nesse aspecto é um problema que prejudica em demasia o funcionamento dos colegiados na medida em que centralizam agendas que interessam de forma corporativista e isso pode ser observado, por exemplo, nas entidades mais organizadas dos territórios, destacando principalmente as cooperativas. O que viola a questão democrática nas instancias dos colegiados com a participação de todos e com poder de voz e voto. Na mesma direção relaciona-se com *problemas ligados as assessorias territoriais*, outro indicador assimétrico na medida em que vários desses assessores, contratados por empresa para essa finalidade, e muitas vezes profissionais que tinham identidade com lideranças políticas territoriais e que, de certa maneira prejudicaria tanto na mobilização como no funcionamento dos colegiados, criando situações muitas vezes desconfortáveis entre os membros, face a centralização e a manipulação de pautas (como por exemplo, as relacionadas com os projetos de infraestrutura, que envolve recursos financeiros facilmente executáveis. Veja a Figura 01.

Figura 01 - TCs Alagoas - Situações que Prejudicam o Desempenho do Colegiado - 2016



Fonte: autor. Trabalho de Campo. Colegiados Territoriais – AL – 2016-17

Finalmente destacamos o desnivelamento desses limites e tem a ver também com *externalidades*, relacionando-se com a percepção, por sinal, contraditória, de que *os colegiados não representariam os interesses dos territórios*, auferindo as dificuldades de consolidação de um modelo de participação social e de exercício da democracia direta. Esse fenômeno pode ser explicado não apenas pelo desconhecimento do papel dos colegiados, infelizmente não eficiente desde seu nascedouro, mas da percepção dos atores, que, com o tempo observaram a irrelevância dessas instâncias, na medida em que poderia ser explicitada, por exemplo, pelas agendas inapropriadas e que não tinham relevância, muitas vezes para atender determinados interesses.

Por incrível que pareça, e isso tem a ver com um dos “mitos” do funcionamento dos CODETERs, que seria sua dependência de recursos públicos. O que na percepção dos entrevistados dos colegiados seria justamente o contrário, essa questão “prejudicaria pouco”. Em outros termos, existia a possibilidade material de funcionamento dos colegiados alagoanos sem essa dependência, e de forma subliminar observou-se que a questão mais central seria a formação de uma agenda rural mais realista e que tivesse lastro a efetivação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, inclusive superando a “isca” das políticas territoriais que seriam os projetos de infraestrutura.

Agregamos também os *gargalos relacionados a mobilização para fins de fortalecimento dos CODETERs*. E isso pode ser abordado por alguns fatores relevantes em que se articulam com questões de natureza estrutural. Uma delas seria *a personificação de alguns atores sociais territoriais em suas ações nas instancias dos colegiados*. O que criaria um quadro de assimetria de conhecimento e informações e estes atores geralmente estariam umbilicalmente atrelados às oligarquias políticas locais, ou quando, com lideranças políticas de ocasião, a exemplo dos representantes das prefeituras municipais. E existia uma intrínseca identidade dessas lideranças territoriais, por exemplo, com os articuladores territoriais. O que demonstrava o espaço do uso político das instâncias dos colegiados com a finalidade de atender determinadas demandas onde as instancias colegiadas poderiam contribuir nesse processo.

Outro gargalo esteve relacionado com as *questões normativas, ou seja, da necessidade de construção de instrumentos legais*, para isso dar maior legalidade no funcionamento dos CODETERs. Fato que, para a realidade dos

territórios da cidadania alagoanos foi construído no ocaso da política entre os anos de 2016 e 2017. Tanto no aspecto da elaboração dos Regimentos Internos, como na construção das Matrizes do PTDRS (Plano de Trabalho de Desenvolvimento Rural), fruto orientado pelos comandos normativos construídos pela Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) realizada em 2013, tendo como documento-base o PNDRSS (Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário). Interessante seria a agregação da categoria “solidária” no processo de normatização da política de desenvolvimento rural, indo além do velho CNDRS (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável).

Pertinente também agregar, e nisso extrairmos das assertivas de Nierdele (2018) em relação a abordagem apresentada por Veiga (1997), em especial no período que exerceu como secretário executivo do CNDRS no governo FHC, na qual *auferia a necessidade da diversificação produtiva e o impulso das economias rurais locais*. Na percepção de Nierdele (2018, p. 6), essa pretensão não teria êxito na medida em que a hegemonia do agronegócio nas entranhas do poder do governo de Fernando Henrique, *esse segmento não teria identidade nenhuma com processos democráticos de participação, “com o passar do tempo, contudo, tornou claro que as organizações do agronegócio não se submetem a espaços públicos e participativos de governança”* (Ob. Cit. p. 06, destaque nosso). Na linha do professor da UFRGS, esse quadro rebateria no governo seguinte que abriria a fase dos governos trabalhistas, e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e seria uma estratégia de convivência com duas linhas de intervenção estatal no mundo rural brasileiro, evitando o confronto entre dois processos de desenvolvimento da agricultura: *não polarizada, mas efetivamente distintos*.

Outro aspecto limitante da efetividade da gestão social e da inclusão produtiva nos territórios alagoanos, relacionou-se com a *frequência comum dos CODETERs: a falta absoluta de uma política de planejamento territorial*. O que demonstrava um quadro permanente de improvisação e desorientação operacional, explicado pela assimetria entre as estratégias institucionais do próprio MDA, que atuou também de forma improvisada, e a base territorial. Mesmo existindo figuras institucionais como os articuladores territoriais, não houve capilaridade efetiva, e mesmo que no âmbito da mobilização, esse processo não se concretizaria.



Ainda na esteira dos limites observou-se também um processo de *mobilização*, em que destacamos que o colegiado enquanto instância com poder coletivo de discussão e decisão, *integra como mais um arranjo entre outros existentes no território onde os atores-membros atuam*. O que podemos deduzir que esses membros têm forte capilaridade no território, o que facilitaria na consolidação dos CODETERs, inclusive na questão da articulação, como foros, conselhos, comissões especiais, movimentos sociais, sindicatos etc. Daí a impressão que tivemos da *qualidade política e de conhecimento institucional* desses atores, preparados em processos políticos específicos, mesmo existindo nuances de corporativismo. A aderência a uma pauta mais atrativa nas plenárias dos CODETERs poderia ampliar ainda mais, além de contribuir na consolidação do arranjo.

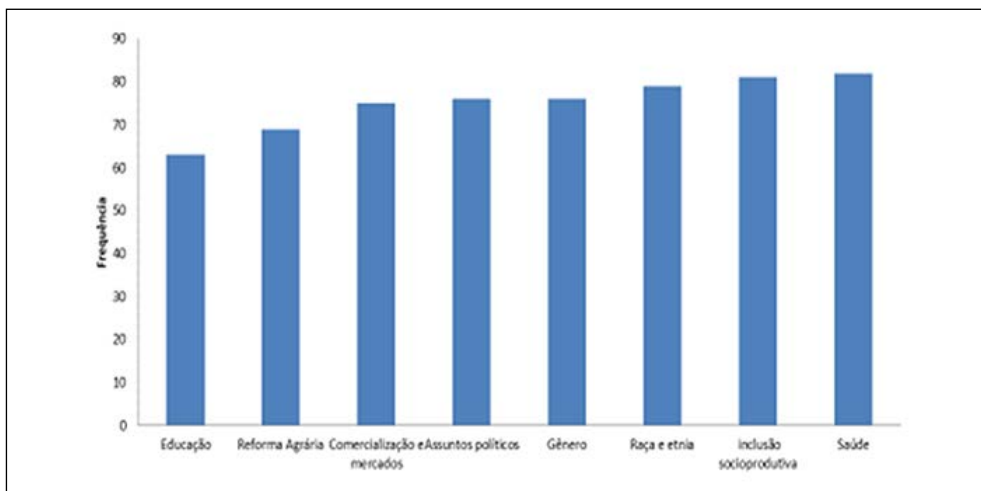
No aspecto dos limites, é pertinente também a abordagem de Nierdele (2018), que foca nos riscos que foram o pacto político da coalizão liberal-conservadora e que levou ao seu fim, impactando no definhamento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Ou seja, era impossível conciliar interesses diferentes e o avanço instituído com a ruptura de 2016 e que levaria a secundarização dessas políticas, iniciado pelo tiro de misericórdia com a extinção sumária do MDA ainda em 2016. E esse seria o erro estratégico de realizar um *“autêntico desenvolvimento rural”* sem um lastro de ampliação do espaço institucional em benefício da agricultura familiar e naturalmente na continuidade do PDTR, como podemos extrair em sua afirmação e a preocupação em relação ao futuro da crise em andamento a partir da extinção do MDA.

No mesmo diapasão relacionamos também com a construção das pautas dos CODETERs alagoanos e do grau de alcance dos atores sociais no que se refere às temáticas desenvolvidas na fase que acompanhamos estes territórios. O que demonstrou um nível de diversidade das pautas, e que as mesmas podem ser inseridas como “pautas especiais”, por serem territoriais e tenham intrinsecamente relação com a possibilidade, minimamente, de discussão entre os atores. Desse modo, como demonstrado na Figura 02, oito temas foram analisados, e observamos uma certa homogeneidade, o que mostrou a importância na perspectiva do desenvolvimento territorial. Entretanto, destacamos três: inclusão produtiva, raça e etnia e saúde. A primeira por estar vinculado aos projetos de infraestrutura (Proinfs), e as duas últimas por articularem com atores sociais engajados em movimentos

sociais e em instituições em nível estadual e municipal que tenham vínculos com a questão da saúde pública.

Observar também que os seis territórios da cidadania alagoanos representam 70,6% dos municípios alagoanos, ou seja, dos 102 municípios, 72 foram integrados ao formato da política territorial, e estão situados fora do “eixo dinâmico da economia alagoana”. No estado de Alagoas poderíamos segmentar os espaços econômicos em duas vertentes. O primeiro corresponde ao eixo litorâneo influenciado pelas atividades econômicas ligadas a capital, Maceió. O que compreende as atividades industriais no entorno da capital e na tradicional agroindústria canavieira da região da Zona da Mata, somado também a indústria turística, sendo Maceió um dos principais pontos atrativos deste segmento no Nordeste. O segundo seria o “restante” do estado, destacando alguns centros urbanos relativamente desenvolvidos, compreendendo o território da Mata, do Agreste e da região semi-árida, onde a atividade dominante seria a agricultura familiar de baixa densidade tecnológica, além de atividades ligadas ao segmento de serviços de baixa produtividade.

Figura 2 - TCs de Alagoas - Pautas mais frequentes nas plenárias



Fonte: Trabalho de campo, Colegiados Territoriais de Alagoas, 2016-17.

Importante é que o “eixo mais pobre” da economia alagoana coincide com os espaços dos territórios de cidadania, e que, de certa forma, cumprem os preceitos institucionais de formar esses territórios em áreas de baixo IDH (índice de desenvolvimento humano), baixa densidade demográfica e muni-

cípios que tenham população absoluta menor que 80 mil habitantes. Excetuando-se alguns municípios acima desses indicadores (como Arapiraca e Palmeira dos Índios), os demais municípios se enquadrariam nesses critérios de inserção dos territórios da cidadania.

Ainda na linha do alcance destacamos a construção de pautas que alterariam temáticas além das questões territoriais, o que demonstravam a maturidade de alguns processos socioterritoriais. Esse fenômeno foi observado no CODETER do Alto Sertão Alagoano em nossa vivência, e a estratégia do colegiado era vincular pautas e temas de importância territorial e que, em outra instância seria praticamente impossível, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ou os Conselhos Populares especiais (como os de Educação, Alimentação Escolar, Saúde, etc.). E o modelo do CODETER, por funcionar em um quadro de institucionalidade “transmunicipal”, e determinadas pautas se enquadravam nesse processo territorial. Desse modo, temas vinculados as particularidades do território, como a questão dos matozeiros, da eletrificação rural e do fortalecimento dos consórcios intermunicipais na questão dos aterros sanitários; foram alguns dos pontos destacados nas plenárias do colegiado sertanejo.

Completando-se com uma estratégia bem elaborada na construção de um banco de projetos nas temáticas estritamente rurais, como a questão da juventude rural ou da organização das mulheres, como observamos das mulheres rurais presentes e atuantes em diversos povoados do município de Mata Grande, que integrava o território do Alto Sertão Alagoano. Observando-se também as estratégias de fortalecimento das feiras da agricultura familiar e que passavam regularmente nas pautas do CODETER.

É evidente que a experiência entre os territórios da cidadania de Alagoas vai além do alcance ao artigo em tela na medida em que foram experiências particulares e levando em consideração dimensões como a questão da gestão social, da inclusão produtiva e do funcionamento dos Colegiados Territoriais, em que podemos abordar dentro dos parâmetros da participação social e de extrair até mesmo proposições que possam rebater na efetividade das políticas públicas de base rural e voltadas às populações rurais mais pobres. O artigo apenas aborda uma amostra relevante de uma política de grande relevância socioeconômica, e da fragilidade das instituições no campo das ações sociais, em especial na questão central da articulação das políticas públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da política de desenvolvimento territorial rural que permeou por quase uma década e meia no Brasil deu seus últimos suspiros no primeiro semestre de 2016 e o advento de uma “lógica de desmantelamento do Estado Brasileiro”, conforme aprecia o escritor brasileiro Bernardo Kucinski em sua brilhante obra ficcionista *a Nova Ordem* (2019) abriria as portas da destruição nacional. Ao lado disso, a emergência de uma importante fração da sociedade brasileira que assumiu seu caráter autoritário, e que permeia principalmente entre empresários, ampla camada da classe média e ainda parte significativa das classes populares, que podemos denominar de lumpesinato, ou ainda da literatura mais recente, que SOUZA denomina de “pobre de direita” (2024). Essa nova configuração social e política que se vivencia desde o ano de 2016 e resultou no processo de desmonte dessa política e de outras políticas públicas, bem como da necessidade de revisitar a partir das nossas vivências nos CODETERs no estado de Alagoas, do alcance e de seus limites.

Bem verdade que existe toda uma literatura já consolidada sobre o desenvolvimento territorial no Brasil, existindo um legado já escrito. A nossa pequena contribuição foi extraída dessas experiências e a nossa tentativa foi abordar dentro desta quadratura para entender como operavam os instrumentos oferecidos pela política, do papel dos arranjos institucionais, do capital humano e social envolvido, e principalmente das fragilidades observadas, tanto em nível institucional, partindo do Ministério responsável pela política, como também das realidades particulares dos territórios, fervilhado por atores profissionais, transformados em assessores territoriais, bem como da existência de vícios e virtudes, além de suas contradições internas.

O interesse seria abordar tendo como substrato essa nova literatura, que, mesmo que não tenha qualquer referência as políticas públicas e especialmente da política de desenvolvimento territorial rural; ainda assim, seus fundamentos dão uma nova roupagem na interpretação da realidade social e econômica brasileira, e que passa também por processos políticos; o fracasso e a extinção da política territorial passa por todo esse processo histórico, na qual emolduramos nossa abordagem nessa nova literatura, que, no andamento da execução da política ainda não havia sido abordado. Entretanto, o mais importante é que os fracassos das ações do Estado em benefício dos

mais pobres, como observamos na PDTR são processos inexoráveis para um país sem tradição de luta, que agora perdeu a soberania nacional e a destruição da democracia para estabelecer um Estado Pós-Democrático.

Mais relevante do que extraímos das experiências na perspectiva da gestão social dos CODETERs e de ser protagonistas de políticas de inclusão produtiva, e o potencial que esses arranjos em institucionalidades permitiram e daria condição no fortalecimento da sociedade civil organizada rural, a mais vulnerável entre as frações das classes mais pobres.

Assim, ao lado de um país que nunca lutou por nada e nunca houve “sangue na calçada”, o Brasil não está em uma encruzilhada. Mas sepultado, formado por um Estado fraco e susceptível ao avanço do Estado Policial/Miliciano, com apoio da imensa multidão neopentecostal e uma fração importante da classe média de cunho fascista.

Ainda mais importante são os defeitos internos da PDTR em que observamos na ineficácia dos resultados esperados em todos os territórios da cidadania alagoanos. A composição dos assessores (ou articuladores) territoriais por profissionais vinculados a entidades e aos movimentos sociais, a aplicação de recursos públicos para o funcionamento para efetivação da gestão social e a inclusão produtiva como pauta permanente dentro dos CODETERs, ignorando a matriz das ações territoriais executadas, por exemplo, até 2013 e que consta em documento institucional. Infelizmente, tanto os atores territoriais dos colegiados, como os próprios representantes das ações executadas das células de informação e acompanhamento e dos núcleos de extensão em desenvolvimento territorial a partir de 2014, não foram observadas essas ações, onde esses colegiados poderiam ser protagonistas nos arranjos, mobilizando, produzindo demandas, exercendo seu papel consultivo e deliberativo, além da realização da figura das mesas de diálogo. Esses procedimentos infelizmente foram colocados à margem por praticamente todos que vivenciaram a questão do desenvolvimento territorial.

Nesse entendimento, a experiência da PDTR necessita melhor ser compreendido, pela complexidade desenvolvida e os efeitos que poderiam ser aproveitados em benefício dos agricultores familiares mais pobres, especialmente do Nordeste. O que deve ser realizado por mais trabalhos acadêmicos e estudos, face a farta documentação produzida e a disposição de estudiosos e pesquisadores que abordam temas relacionados ao desenvolvimento rural. A nossa contribuição operou a partir de nossa participação e vivências

nos citados CODETERs e da necessidade de gerar produtos, como o trabalho em tela como expediente de oferecer uma pequena contribuição para entender esse processo ousado durante o período dos governos trabalhistas.

Um país vocacionado para o atraso, conduzido por uma elite autoritária e uma sociedade que nunca lutou por nada, nos leva a não alimentarmos qualquer esperança de retorno efetivo dessa política e o quadro em que se configura de neocolonialismo em pauta praticamente destrói qualquer esperança e a pilhagem em curso de um território de mais de 200 milhões de habitantes sob o domínio do capital financeiro e de empresas estrangeiras prontas para o saque de seus recursos naturais, será seu maior resultado, sem esquecer o lado do agronegócio, tão bem conhecido como produtores de commodities e não de alimentos.

Uma sociedade passiva, despolarizada, boa parte acanalhada e movida pelo ódio. O resultado final será sua autodestruição e com a perda da força do Estado, o território brasileiro será dominado pelas milícias e pelas quadrilhas. Uma típica república, não de bananas, mas uma república “africana” dominada pelo caos e pela violência. É o que esperamos do Brasil para os próximos anos e décadas como o maior laboratório das chamadas guerras híbridas. Mas aí são outros quinhentos da nossa tragédia anunciada e já posta em andamento.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Tradução: José Gradel. Rio de Janeiro: editora Zahar. 2008.

BUTTO, Andrea & BERMERGUY Esther. A Cidadania nos Territórios: o olhar da Coordenação Executiva do Programa Territórios da Cidadania sobre o Estado e as mudanças na Agenda de Desenvolvimento Nacional. In CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa, WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel & NIERDELE, Paulo André. **PARTICIPAÇÃO, TERRITÓRIO E CIDADANIA: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa, WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel & NIERDELE, Paulo André. **PARTICIPAÇÃO, TERRITÓRIO E CIDADANIA: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Resolução 52/2005. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Publicado no DOU, Seção 1, páginas 44 e 45, 17/02/2005.

COSTA, José Eloízio da. ALCÂNTARA, Fernanda Viana de & CARVALHO, Diana Mendonça de. VIRTUDES e VÍCIOS DA POLÍTICA TERRITORIAL RURAL NO BRASIL: a questão da Gestão Social nos Territórios Alagoanos. **Anais X Congresso ALASRU**, Montevideo/Uruguay, 25 al 30 de Noviembre de 2018. Trabalho Completo.

DENARDIN, Valdir Frigo. Desenvolvimento Territorial e Estratégias de Valorização da origem de bens alimentares. In WILKINSON, Jonh, NIERDELE, Paulo André & MASCA-RENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira. **O sabor da origem: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares**. Porto Alegre: editora Escritos do Brasil. 2016.

KUCINSKI, Bernardo. **A Nova Ordem**. São Paulo: editora Alameda, 2019.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo & COSTA, José Eloízio da. Contradições, avanços e desafios na formação dos territórios rurais do Alto Sertão Alagoano e Agreste de Alagoas. In LOPES, Eliano Sérgio Azevedo & COSTA, José Eloízio da. (Orgs.). **Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste**. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2009.

MALUF, Renato S. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In MIRANDA, Carlos & TIBURCIO, Breno. **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 19, 2013.

NIERDELE, Paulo André. **A Ascensão da Coalizão Liberal-Conservadora e o Fim do Pacto Político pela Agricultura Familiar no Brasil**. 56º SOBER – Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campinas/SP. (Trabalho Completo). 2018.

SABOURIN, Eric & GRISA, Catia. **A Difusão de Políticas Brasileiras para a Agricultura Familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018.

SABOURIN, Eric, BALESTRO, Moisés & SAYAGO, Doris. Circulação Regional e Origem das Políticas Públicas de DTR na Argentina, in SABOURIN, Eric & GRISA, Catia. **A Difusão de Políticas Brasileiras para a Agricultura Familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2018. Pp. 189/207.

Secretaria de Desenvolvimento Territorial SDT/MDA. **Guia de orientações para atuação territorial: Programa Territórios da Cidadania**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: MDA. N. 01. 2014, 66 pp.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: editora Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Rio de Janeiro: editora LEYA, 2017.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania Brasileira: para além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: editora Leya, 2018, 287 p.

SOUZA, Jesse. **O pobre de direita: a vingança dos bastardos**. São Paulo: editora Civilização Brasileira, 2024.

SILVA, Jislaine Lima da. **EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A Questão do Proinf e da Gestão Social no Território da Cidadania da Bacia Leiteira/AL**. São Cristóvão: PPGeo/UFS. Dissertação de Mestrado. (Orientação: Prof. Dr. José Eloízio da Costa). 2017. 224 pp.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self: a construção da identidade moderna**. Rio de Janeiro: editora Loyola. 1998.





**PARTE 2**

**DINÂMICAS TERRITORIAIS  
E DESENVOLVIMENTO**

# CRISE DO CAPITAL E TRABALHADORES DESCARTADOS NA PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA<sup>1</sup>

Suzane Tosta Souza  
Alexandrina Luz Conceição

## INTRODUÇÃO

Este capítulo traz alguns resultados da pesquisa realizada no âmbito da Pós-Graduação e objetiva compreender de que forma o contexto de crise do capital e do eminente desemprego ocasionado pelo aumento da produtividade do trabalho, na produção de mercadorias – razão de ser do modo de produção capitalista, que dispensa parcelas significativas da classe trabalhadora, – vai impulsionar a produção ainda mais desigual do espaço urbano, tendo como *lócus* empírico de análise dos trabalhadores na cidade de Vitória da Conquista/BA. Uma vez vivenciada a realidade do desemprego crônico, esses trabalhadores apresentam condições precárias de reprodução da vida, e a produção do espaço urbano reproduz essa desigualdade, composta por aqueles que conseguem acessar aquilo que a cidade oferece e aqueles que, ao terem o direito à cidade negado, lutam para garantir sua reprodução social no urbano.

A fim de tornar a referida investigação possível, entre os meses de junho a novembro de 2023, intensificamos a realização de pesquisa de campo junto aos movimentos sociais e o levantamento documental que propiciou maior aprofundamento ao tema. Foram realizadas entrevistas com famílias acampadas na Ocupação Cidade Bonita, bairro Alto Maron, em Vitória da Conquista/BA, entrevistas com lideranças, levantamento fotográfico e bibliográfico, dentre outras questões. Também, ao longo de todo o período

---

1 O presente capítulo traz resultados da pesquisa realizada durante o Pós-Doutorado, e supervisionada pela Profª. Dra. Alexandrina Luz Conceição, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, no ano de 2023.

do pós-doutorado, realizamos o acompanhamento das mobilizações desses movimentos sociais em luta por terra, trabalho e moradia na cidade de Vitória da Conquista/BA. Antes disso, por já estarmos catalogando informações sobre o tema, pelo menos desde o ano de 2021, tivemos a oportunidade de realizar levantamento *in loco* no Acampamento Terra Nobre, bairro Universidade, com realização de entrevistas com as famílias acampadas, conversas em grupos, atividades de formação e organização, acompanhamento de diversas atividades de mobilização; acompanhamento de realização de despejos e reorganização da ocupação, dentre outras atividades. Isso porque, em março de 2022, com extrema violência, as mais de 300 famílias acampadas há mais de um ano sofreram despejo definitivo pela Guarda Municipal de Vitória da Conquista, vinculada à Prefeitura Municipal e contando com o suporte repressor da Polícia Militar do estado da Bahia. Parte dessas famílias foram realocadas para a Ocupação Cidade Bonita, em que outras mais de 200 famílias lutam por moradia, terra e trabalho há mais de 10 anos, já tendo, também, sofrido despejos violentos no ano de 2017, e que já acompanhávamos desde data anterior ao período do pós-doutorado.

O acompanhamento das ações dos Movimentos Sociais de luta por terra, trabalho e moradia, em Vitória da Conquista/BA, seja o Acampamento Terra Nobre, organizado pelo Movimento ASTERRA, seja a Ocupação Cidade Bonita, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores por Direito (MTD), não visa apenas compreender a luta por terra, trabalho e moradia como um *em si*. Na pesquisa, entende-se esse processo, justamente, como uma materialidade concreta da crise estrutural do capital, que coloca parcelas crescentes da classe trabalhadora na condição de descartáveis para o capital, portanto, aparentemente, desnecessários. Porém, nas contradições da produção desigual do espaço, esses trabalhadores reafirmam sua existência e buscam garantir, na luta por terra, trabalho e moradia, as formas de se reproduzirem socialmente. Assim, por meio de uma leitura da produção desigual do espaço urbano de Vitória da Conquista, enquanto uma cidade capitalista, como qualquer outra, fundada na propriedade privada de terra e na consolidação do espaço urbano como mercadoria, buscamos compreender os rebatimentos mais diretos da contradição capital *versus* trabalho, entre quem produz e quem usufrui da cidade capitalista. Mas, não só isso. Desse modo, a pesquisa não objetivou apenas uma leitura no campo da Geografia Urbana e das desigualdades socioespaciais, embora entendamos que essa seja também

importante, mas, e sobretudo, compreender e reafirmar as contradições capital *versus* trabalho na produção desigual do espaço, e na consolidação de territórios de reprodução social da classe trabalhadora.

Ao longo da construção da pesquisa, foram levantados documentos das mobilizações realizadas pelos movimentos em questão, voltados à luta pela regularização das pequenas frações do espaço público que requeriam, documentos das entidades que apoiavam suas lutas, dados de reuniões entre os movimentos e a prefeitura; bem como registro fotográfico dessas atividades e das áreas de acampamento; também dos processos de despejo e suas repercussões na imprensa local. Nas entrevistas, buscou-se verificar de onde vinham as famílias, quais as dificuldades no processo de reprodução da vida, por que adentraram em um movimento de luta por moradia, terra e trabalho, quais as suas expectativas e dificuldades na permanência nas áreas de acampamento. Com as coordenações dos movimentos, buscaram-se as informações do histórico de ocupação em áreas urbanas, como os acampamentos surgiram, como se estabelece o diálogo com o poder público municipal, quais as pautas dos movimentos e as dificuldades em manter as famílias mobilizadas. Ainda decorrente da pesquisa empírica, foi produzido o mapeamento mostrando as áreas que os movimentos reivindicavam/reivindicam para fins de regularização e assentamento.

Essa realidade, no movimento da teoria e do método, não é tratada como um em si, ou como um fato isolado. Antes disso, revela todo um processo histórico de expropriação (inclusive de muitos entrevistados oriundos do campo), desemprego, desesperança e desamparo, que se estende para frações significativas da classe trabalhadora brasileira e mundial. Da impossibilidade de se reproduz no urbano por meio da venda de sua própria força de trabalho (única mercadoria de que dispõe), à total ausência do Estado, no sentido de lhes garantir, minimamente, as condições de uma sobrevivência aceitável (quando esse evidencia todo o seu caráter de classe), dentre outras questões, a teoria em Marx (2013) se reafirma na realidade concreta da reprodução da classe trabalhadora, sobretudo aquelas que vivem nas periferias e ocupações urbanas, na busca constante pelo trabalho como condição de sobrevivência. Como diante da crise do capital (Meszáros, 2002), sua situação se agrava. Aponta-se, ainda, para a necessidade de superarmos, na Geografia, a noção de espaço como absoluto, delimitável, cartesiano, afirmando o espaço como produção social, portanto estabelecido nas contra-

dições capital *versus* trabalho, produzindo espaços desiguais, resultado das práticas espaciais (Lefebvre, 2006; Smith, 1988). No que concerne à ação dos movimentos sociais, chamamos atenção para as estratégias espaciais que estes desenvolvem para sobreviver nos espaços periféricos urbanos, em que a luta única e exclusivamente pela moradia, pela longa experiência desenvolvida, faz-se insuficiente. É necessário dar um salto qualitativo que alie a luta por moradia à luta pela terra e pelo trabalho. Essas serão questões retomadas ao longo deste capítulo.

## **CRISE, DESEMPREGO E AS DIFICULDADES NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS QUE VIVEM DO TRABALHO**

O debate teórico sustentado, sobretudo, em Marx (2013) e Mészáros (2002), permite concluir que o capital, ao expropriar os sujeitos das condições de sua existência e convertê-los em mera “massa de força de trabalho” – em que em condições de aumento da produtividade do trabalho já não consegue explorá-los para produzir valor e os descartam – fomenta uma condição de reprodução social ainda mais precária e degradante para esses sujeitos; porque não há outra forma de o capital se reproduzir senão explorando, desumanizando e descartando os sujeitos ávidos à venda de sua própria força de trabalho (sua própria pele) para sobreviver. Para Marx,

(...) Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento (...). (...) Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformado em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores do dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho (Marx, 2013, p. 786).

Portanto, a expropriação e a conversão de massas crescentes de trabalhadores a situação de vendedores de sua própria força de trabalho são uma

condição central para ao desenvolvimento dessa forma de sociabilidade, não sendo essa uma escolha individual dos trabalhadores, e sim uma imposição. Isso é importante, também, porque desmistifica a ideia de que cabe ao sujeito garantir as condições de existência, por meio da qual, diante de um contexto de crise, difunde-se o discurso de que é atribuição do trabalhador (expropriado de tudo) suprir sua própria sobrevivência, ser empreendedor, escamoteando os resultados mais nefastos desse modo de produção.

Em outro texto, ao enfatizar os objetivos do capitalista no processo de compra da força de trabalho para produzir valor, e que na nossa realidade concreta permite compreender a situação daquela massa de trabalhadores que ainda serão incorporados, de alguma forma, ao mercado formal de trabalho, o autor vai apontar que:

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor (Marx, 2013, p. 271).

Em um processo de crise profunda do capital, quando para se consolidar expropria-se o trabalhador dos meios de produzir a vida, no campo e nas cidades, depois o converte em vendedor da própria força de trabalho, mas que, dado aumento da produtividade do trabalho já não é capaz de explorar efetivamente esse trabalhador disposto a produzir valor em troca de um salário para sobreviver. Tal situação vai agravar em muito a reprodução desses sujeitos, pois, como afirma Lefebvre (2006), embora esses trabalhadores vivam do trabalho, existem os momentos de reprodução da vida fora do trabalho. Mas, se não se tem o trabalho, a vida e a reprodução no espaço ficam ainda mais comprometidas.

E isso ocorre pois, como afirma Meszáros (2002),

(...) o capital não é (...) uma “entidade material” – também não é (...) um “mecanismo” racionalmente controlável (...) – mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter,

ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar (Meszáros, 2002, p. 96).

Observar e acompanhar a realidade concreta das mais de 300 famílias do Acampamento Terra Nobre e das mais de 200 famílias (segundo informações de campo, já foram mais) permite, também, reafirmar a crise do capital e a produção desigual, porque classista, do espaço. A realidade dessas mais de 500 famílias e cerca de 6 mil pessoas permite ler as contradições da crise estrutural do capital e da produção desigual do espaço em uma sociedade produtora de mercadoria. No caso da pesquisa em análise, essa realidade da luta pelo e no espaço urbano conquistense, além de uma evidência da crise, permite concluir que o solo urbano encontra-se completamente submetido à condição de mercadoria. E o trabalhador, mediante extração crescente da mais-valia relativa<sup>2</sup>, que garante maior produtividade do trabalho, vai sendo, sumariamente, descartado do processo.

(...) Quanto mais se desenvolve, mais o capitalismo depende da apropriação da mais-valia relativa (...). Historicamente, “atinge-se um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social torna-se o mais poderoso instrumento de acumulação”. (...) Marx (...) numa famosa passagem de *Grundrisse*, chama atenção para a necessidade do capital encorajar e até mesmo comandar o crescimento da ciência, com o fito de revolucionar continuamente o capital fixo (...). (...) se a mais-valia relativa se torna o instrumento mais poderoso de acumulação, então o capital fixo é o pivô do qual esse instrumento recebe o seu poder (Smith, 1988, p. 137/138).

Na leitura das contradições no processo de produção do espaço urbano de Vitória da Conquista, deparamo-nos com diversas situações de permutas e concessões de terrenos públicos na referida cidade, direcionados para a iniciativa privada, leia-se grandes empresas e empreendimentos imobiliá-

---

2 A mais valia relativa está ligada ao processo de desenvolvimento técnico empregado na produção, fazendo com que se produza mais. Já a mais-valia absoluta encontra-se ligada ao aumento da jornada de trabalho. Em ambas, há o aumento da extração de trabalho não pago, representando vantagens para os capitalistas.

rios. Foram realizados levantamentos de denúncias, discussões na Câmara Municipal, acompanhamento de ações dos Movimentos Sociais e outros procedimentos, que permitiram compreender que no caso de trabalhadores desempregados em luta por terra, moradia, trabalho e outros direitos, não há acesso ao espaço urbano, mas quando se trata de empresas capitalistas, o acesso ao solo urbano é garantido e facilitado, fomentando a cidade desigual.

## **A PRODUÇÃO DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA NAS CONTRADIÇÕES CAPITAL VERSUS TRABALHO**

Como já apontado, na sociedade produtora de mercadoria, o próprio espaço é alçado a essa condição. Isso porque se encontra presente o mecanismo da propriedade privada da terra, que limita o direito ao solo urbano para quem pode pagar por essa mercadoria – seja sobre a forma de terreno ou de moradia<sup>3</sup>.

Ao refletir sobre os horizontes de uma Geografia crítica radical, Carlos (2023) vai analisar que essa crise (do capital) é caracterizada:

(...)pelo aprofundamento da desigualdade vivida como privação quase absoluta por parte significativa da sociedade que caminha perigosamente em direção ao inumano – momento em que a existência humana se encerra na luta pela sobrevivência<sup>4</sup>. Esta situação vem despontando na radicalidade da luta por mudanças frente ao projeto neoliberal que se impõe contra o social (Carlos, 2023, p. 17).

Essa realidade também se reproduz na cidade de Vitória da Conquista/BA, marcada, historicamente, pelo controle sobre a propriedade privada – que se expande do campo em direção à cidade, consolidando uma classe proprietária que se alia, e obtêm vantagens, com os projetos do capital que se materializam em grandes empreendimentos, sobretudo do ramo da construção civil, redes de comércio varejistas e atacadistas,

---

3 E com essa, várias outras “amenidades”, leia-se mercadorias vendidas, fomentando um amplo processo de valorização, como: a vizinhança, os muros, a segurança, a proximidade de determinados equipamentos urbanos, a “proximidade com a natureza”, dentre outras questões (Santos, 2019).

4 Para a autora, o inumano pode ser localizado na destruição das condições que permitam a realização do ser humano como sujeito histórico.



dentre outros, reproduzindo o sentido da cidade e da moradia mercadoriana, fomentando desigualdades espaciais e segregando os sujeitos/classes nessa produção do espaço. Essa realidade, constituída sobre as bases da propriedade privada do solo urbano, e de apropriação dos resultados da riqueza social – que se estabelece pelo trabalho, retira dos sujeitos já expropriados do campo e alijados do ingresso ao mercado formal de trabalho as possibilidades de se reproduzir dignamente na cidade. Ascendem-se os processos de organização, ocupação e luta pelo direito ao espaço urbano e outras necessidades.

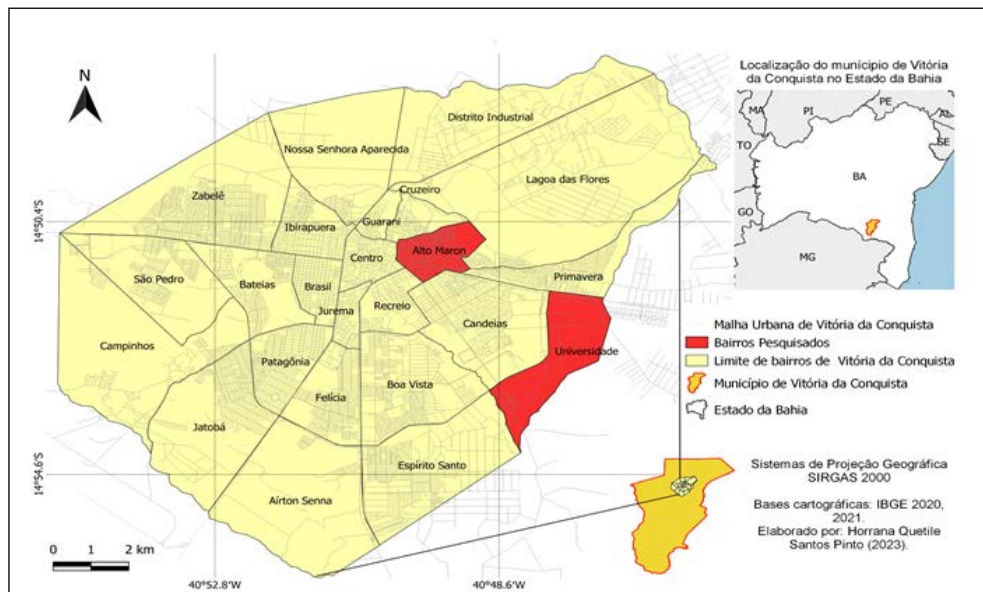
Ao analisar a luta por moradia e as ocupações urbanas, em contraposição ao avanço dessa parcela do capital produtivo – que passa a atuar, sobretudo, na construção de grandes empreendimentos, direcionados às classes distintas em Vitória da Conquista/BA –, Almeida (2005) vai ser enfática em afirmar que as políticas habitacionais estabelecidas não conseguem resolver os problemas de reprodução dos trabalhadores migrantes que chegam, em diferentes tempos, a essa cidade – seja porque não dá conta do ponto de vista quantitativo, seja porque sequer toca na sua dimensão qualitativa – que deve se ligar às formas concretas de reprodução da vida.

As ocupações/os acampamentos estudados encontram-se/encontravam-se em terrenos públicos, no caso do Acampamento Terra Nobre em área no bairro Universidade, nas proximidades do anel viário, mas em um local de forte atuação do capital produtivo e financeiro, de grande valorização do solo urbano, nas proximidades da construção de grandes empreendimentos. A ocupação Cidade Bonita encontra-se em uma sobra de terreno, entre o loteamento Nova Cidade (entre os bairros Alto Maron e Lagoa das Flores) e o anel viário, em área situada dentro da denominada Serra do Periperi. Como resultado da pesquisa<sup>5</sup>, foi produzido o Mapa 1 a seguir, evidenciando tais localidades.

---

5 O mapa em destaque foi produzido por bolsista de Iniciação Científica, que desenvolveu pesquisa sobre ocupações urbanas em Vitória da Conquista/BA, no ano de 2021/2022.

Mapa 1 - Área urbana da cidade de Vitória da Conquista - Bahia, 2023



Apesar de se constituir em um bairro “periférico” do ponto de vista do espaço euclidiano, do que se encontra longe do centro, o bairro Universidade tem sido alvo da materialização de diversos empreendimentos capitalistas fomentados, sobretudo, pela ampliação da Avenida Olívia Flores, seguida da implantação de diversos serviços e prédios públicos, representando a extensão dos empreendimentos já consolidados no bairro Candeias, considerado um dos metros quadrados mais caros da cidade (Chaves, 2018) e a Avenida José Pedral Sampaio, que liga esse bairro com o bairro Boa Vista, onde a lógica da cidade mercadoria vem se estabelecendo, sobretudo, por meio de condomínios fechados denominados de alto e médio padrão. Assim, ao se retomar o debate sobre a periferia urbana, concordamos com Maia (2010) ao destacar que a cidade, enquanto produção de uma sociedade desigual e classista, produz várias periferias, em destaque aquelas voltadas à reprodução da classe trabalhadora mais pobre – e em geral desprovida de equipamentos e serviços públicos (os mais básicos que sejam) e as periferias que expressam a necessidade das classes proprietárias e médias em optar por essa auto-segregação, ou seja por não querer se misturar, mas que são locais valorizados e cuja presença do poder público se faz evidente. Essa realidade, em Vitória da Conquista/BA foi explorada pela dissertação de Santos (2019), ao evidenciar que a produção dos espaços periféricos nessa cidade

é a própria expressão da contradição capital *versus* trabalho, mediante um processo de apropriação e direcionamento de empreendimentos do capital para determinadas periferias conquistenses. Mas, o que efetivamente interessa para esta nossa pesquisa é a compreensão de que essas periferias, e seus conteúdos de classe, não se misturam, razão pela qual, o acampamento Terra Nobre não poderia permanecer nesse espaço de acumulação de capital na cidade.

Com relação ao acampamento Cidade Bonita, ressalta-se que este, embora localizado em um bairro mais próximo do centro, possui origem popular e uma realidade de consolidação de ocupação de várias de suas áreas, desde, pelo menos, a década de 1970 – com o processo de modernização do campo e difusão do monocultivo do café – que expropriou e fomentou a mobilidade da força de trabalho do campo em direção à cidade (Medeiros, 2003). Nessa sequência, diversas outras ocupações ocorreram nesse bairro, a exemplo de partes do Nova cidade, onde em sua franja, em uma pequena fração de terra – entre o final do limite do bairro, o anel viário e o bairro Lagoa das Flores, centenas de famílias lutam por regularização e assentamento na área.

Ambos os locais reivindicados pelos movimentos sociais urbanos são colocados pelo poder público municipal como áreas de reserva, mas, na prática, a área que abrigou por mais de 1 ano cerca de 300 famílias acampadas hoje se encontra em obras, e as informações apontam que parte dessa área foi doada para passagem de tubulação de condomínios de luxo que se instalam nas proximidades. Já no entorno da Ocupação Cidade Bonita, mesmo em se tratando de uma área de ocupação mais popular, encontram-se diversos condomínios fechados, inclusive, os levantamentos apontados pela pesquisa deram conta de evidenciar a permuta de área pública na Serra do Periperi para construção de condomínios privados.

Isso é o que pode ser demonstrado no pronunciamento de um vereador, ligado à situação<sup>6</sup>, na Câmara de Vereadores ocorrido no dia 16/11/2022:

O vereador criticou o projeto de Lei nº 27 que desafeta da qualidade de bem público de uso comum áreas integrantes do patrimônio municipal e autoriza permuta por imóveis particulares de proprie-

---

6 O que já dá indícios do quão grave tem sido esse processo na referida cidade, quando a atual prefeita (do DEM) é criticada, inclusive por seus aliados.

dade da Vitória Empreendimentos e Participações LTDA -ME. De acordo com vereador, essa permuta gera prejuízo para a conservação do parque ambiental: “Isso é um absurdo, Vitória da Conquista já teve prejuízo com a degradação do Clube Social, em que o terreno até hoje está sem utilidade, a história de Vitória da Conquista foi destruída no dia que foi derrubado o Clube Social”, disse.<sup>7</sup>

Em 27 de novembro de 2023, um ano depois, a Câmara Municipal, cuja sessão pública contou com a participação de Movimentos Sociais de luta por moradia que atuam na cidade, rejeitou o PL 14/2023 de autoria do Executivo municipal que visava à permuta de terra pública para fins de indenização da empresa Vitória Empreendimentos e Participações LTDA-ME, que teria tido terras desapropriadas para a instalação do Parque Municipal da Serra do Periperi. A esses, certamente se seguem outros processos, demonstrando, claramente, como a gestão executiva do município é de claro caráter conservador e aliada às classes proprietárias – com destaque para os empreendimentos imobiliários, que constantemente são patrocinadores de eventos organizados pela esfera municipal, em que a permuta para atender “ou minimizar possíveis prejuízos às empresas” são considerados prioridades, mas, nunca, políticas efetivas que garantam moradias a centenas de famílias pobres do município. Estas são tratadas com absoluto desprezo e violência, como veremos a seguir.

Assim, erigem-se a cidade mercadoria e a produção desigual do espaço urbano conquistense. Essa, longe de representar a ineficiência do planejamento executado pelo Estado (em destaque na esfera municipal), mesmo porque esse é muito eficiente para efetivar a cidade-mercadoria, atende aos interesses das classes proprietárias; a cidade desigual e sua apropriação representam a própria expressão da sociedade de classes do capital, não se configurando em uma realidade única da cidade de Vitória da Conquista. Na literatura, isso pode ser evidenciado no livro Quarto de despejo, diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, em que a autora, uma mulher pobre e preta, mãe de 3 filhos e descartada do mercado formal de trabalho, ganha a vida catando lixo e as demais migalhas deixadas pela burguesia e a classe proprietária. Enfatizando essa realidade desigual da cidade de São Paulo, a autora vai declarar que:

---

7 Depoimento disponível em: <https://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/33470/chico-lamenta-projeto-de-lei-que-permuta-terreno-do-parque-municipal-da-serra-do-periperi>

(...) As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão de que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2020, p. 40/41).

A realidade sempre se expressa, seja sobre a forma literária, seja nas pesquisas científicas, apontando as desigualdades na produção dos espaços, sobretudo dos espaços urbanos – e de todo conteúdo de classe que permite explicar essa produção desigual. A cidade, enquanto mercadoria, é acessível a quem possa pagar por ela, ou a quem controla o poder político e econômico, ou seja – as classes proprietárias e seus representantes mais imediatos. Como aponta Conceição (2005, p. 168), “O mercado instrumentaliza o Estado, e este instrumentaliza o mercado, na política perversa de favorecimento às transnacionais”. Na cidade de Vitória da Conquista/BA, isso se expressa nos processos de ocupação e luta por direitos fundamentais para essas famílias: a moradia (o ter onde morar), o trabalho (o ter do que viver) e a terra (um importante complemento da renda diante da realidade de desemprego e acesso precário ao trabalho). Essas questões são abordadas a seguir.

## **OS SUJEITOS DESCARTADOS NA LUTA PELA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DA VIDA**

As contradições no processo de apropriação e produção do espaço urbano foram observadas ao longo da pesquisa. Evidenciou-se, ainda, que essa produção desigual expressa um capital em crise, em busca de sua reprodução social e que, ao mesmo tempo, descarta os sujeitos, negando o trabalho e os colocando na condição de supérfluos, de absolutamente descartáveis. A pesquisa empírica evidenciou uma profunda precariedade na reprodução da vida das famílias. São sujeitos que não vivenciam a realidade do trabalho formal, são, sobretudo, desempregados, vivem a odisseia da mobilidade de sua própria força de trabalho, em busca de sobrevivência. Em geral, são catadores de lixo e demais materiais aparentemente descartados pela sociedade de consumo (mas que, contraditoriamente, dão origem a outras mercadorias); são, também, auxiliares de pedreiros, em determinados momentos catadores de café, dentro e fora do município; já as mulheres são babás, dia-

ristas, cuidadoras de idosos, manicures<sup>8</sup>. Outros perderam as condições de sua reprodução social mediante processo de limpeza urbana e retirada de trabalhadores informais do centro urbano<sup>9</sup> e demais locais da cidade. Para o capital, embora indiretamente possam contribuir para a sua reprodução ampliada, esses trabalhadores não interessam diretamente; evidenciando a realidade concreta do desemprego estrutural e da precariedade da vida nas periferias urbanas.

Eu vim para o acampamento porque tenho muitos filhos, uma casa muito pequena – que não dá para todo mundo. Vim para meus filhos terem um futuro melhor. (...) não temos emprego fixo, trabalho com faxina, com as filhas; meus filhos sempre vão para o lixão em outro município (...) e assim a gente vai levando a vida (Entrevistada 3, Acampamento Terra Nobre, 2021).

Eu trabalhava como camelô, mas depois que a prefeitura tirou a gente de lá fiquei sem renda. Aí veio a pandemia, não tinha como pagar as contas. Ou era comer ou pagar aluguel, então vim pra cá. Tenho um carrinho velho, então rodo de *Uber* e fico por aqui (Entrevistado 9, Acampamento Terra Nobre, 2021).

Eu vim pra cá porque fiquei viúvo, tenho 3 filhos pequenos e tô desempregado. (...) Trabalho com o que dá, mas sou ajudante de pedreiro (...). Aqui, quando acho um bico, alguma companhia ajuda com as crianças (...). Também cato reciclagem (...), Planto e na minha roça tem de tudo (...). Agora tão querendo despejar a gente (...). (Entrevistado 23, Ocupação Cidade Maravilhosa, 2023).

A essas, muitas outras histórias se cruzam. O que esses sujeitos têm em comum? Convivem com a cruel realidade do desemprego estrutural, são pouco qualificados, para o capital, não conseguem mais ser absorvidos pelo

8 Conforme informações prestadas durante realização de entrevistas, ocorridas entre os anos de 2021/2022 (Acampamento Terra Nobre) e 2023 (Ocupação Cidade Maravilhosa).

9 Em Vitória da Conquista/BA esse processo de “limpeza urbana” se acelerou na última década, sobretudo no centro da cidade, podendo-se citar a remoção da antiga feira do Paraguai, que funcionava na Praça Arlindo Rodrigues, a retirada dos camelôs da lateral do mercado de artesanato, na praça da Bandeira, a retirada dos artistas de rua da praça 9 de novembro (Santos, 2019) e, mais recentemente, a retirada de trabalhadores informais do terminal da Lauro de Freitas, após reforma. Em uma realidade de desemprego, desprover famílias inteiras do direito ao trabalho certamente vai repercutir na reprodução da vida desses.

mercado formal de trabalho. Veem na luta pela moradia e a terra (uma pequena fração) as possibilidades de, junto a atividades precárias que acessam, garantir a reprodução social. Almejam, ainda, melhorar as condições de vida da família, para que os filhos estudem e possam buscar uma “sorte” diferente (Entrevistada 11).

A ocupação Cidade Maravilhosa é bastante antiga, já tendo sofrido vários despejos, inclusive um bastante violento ocorrido na véspera de natal, quando os acampados se preparavam para a ceia natalina, como demonstra a Figura 1 a seguir.

**Figura 1** – Despejo da Ocupação Cidade Bonita, Vitória da Conquista/BA, 2017.



Fonte: Revista Gambiarra, 2017. In: Facebook da Ocupação.

De acordo com a entrevista realizada com a coordenadora do MTD de Vitória da Conquista, essa desocupação foi particularmente difícil e violenta. Na área residiam mais de 300 famílias, em casas de alvenaria, e tudo foi destruído: casas, roças, sonhos, e todos os pertences das famílias. A repressão armada se fez presente, houve tiros e ameaças aos acampados e à coordenação do movimento. Ressalta-se que era tanta gente, que a ocupação parecia “um bairro” (Entrevista 21, Ocupação Cidade Maravilhosa, 2023). Após o despejo, algumas famílias foram embora, e outras reorganizaram a ocupação (Figuras 2 e 3), permanecendo na luta pela moradia/terra/trabalho até o presente momento.

**Figura 2 e 3** – Ocupação Cidade Bonita, Bairro Alto Maron, Vitória da Conquista/BA, 2023



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Como se pode observar, as Figuras 1, 2 e 3 apontam a Ocupação Cidade Bonita sobre 3 ângulos diferentes. Na Figura 1 avista-se a perspectiva da Serra do Periperi, onde antes passa o anel viário de Vitória da Conquista, já a Figura 2 mostra o limite com as casas do loteamento Nova Cidade. Na Figura 3 é também possível se avistar a Serra ao fundo. Ou seja, a Ocupação é uma estreita e comprida faixa de terra, quase que uma sobra de terreno – que mais de 200 famílias almejam para reproduzirem a vida. Nessa área os lotes individuais e coletivos já foram divididos. Nos lotes individuais há o barraco – já que não foram autorizados a reconstruírem suas casas com alvenaria (e a insegurança jurídica e a ameaça constante de despejo se fazem presentes), além de uma pequena área, quase que um quintal, onde plantam hortaliças, frutas, verduras, mandioca e outros produtos. Na outra parte da Ocupação, encontra-se a roça coletiva, com: abóbora, mandioca, hortaliças, feijão verde e outros produtos. Na entrada da Ocupação está um amontoado de material para reciclagem, que as famílias catam, juntam e depois vendem. O fato de estarem em um bairro próximo do centro facilita esse deslocamento. Eles levam esses materiais amarrados em cima de pequenas carroças que eles mesmos puxam. Algumas famílias conseguem manter um cavalo nessa área. A reciclagem é outra forma de renda que ajuda a manter a família.

A pequena faixa de terra que eles ocupam pertence ao município, mas este não disponibiliza a área para fins de assentamento de pessoas, pois alega que se trata de uma área de reserva ambiental, e de reprodução de uma espécie de calango bem típico da região. Sobre isso, a coordenação do MTD é enfática em rebater que a área que ocupam não chega ao local da mata, nas proximidades; além disso, alegam a construção de diversos empreen-



dimentos como *resorts*, condomínios fechados e até mesmo instalação da torre de internet que cobre a Câmara de Vereadores, na área denominada “de reserva”. Neste artigo, já demonstramos a prática de permuta e doações de terrenos por parte do poder público municipal, que ocorreu sem maiores problemas. A apropriação ou não do espaço está completamente ligada à produção da mercadoria – se há interesses nesse sentido, o “impacto ambiental” é silenciado, do contrário é justificativa para não atender aos interesses da classe trabalhadora mais precarizada.

No acampamento Terra Nobre verificamos problemas similares. Tratam-se de trabalhadores pobres, descartados pelo capital, em sua maioria sem a possibilidade de acessar o mercado formal de trabalho. A área que reivindicaram também pertence ao município, mas com um agravante: encontrar-se em local bastante privilegiado, cercado por condomínios fechados e equipamentos de alto padrão. Isso, certamente, justificou a impossibilidade da permanência desses “indesejados” neste espaço. A ocupação da área, pelo Movimento ASTERRA, ocorreu no ano de 2021, durante a pandemia, e perdurou por mais de um ano de resistência. Importante ressaltar que não foi a pandemia quem colocou esses sujeitos no fronte da luta por terra e moradia, enfim, na luta pelo direito à cidade (Carlos, 2007), uma vez que estes já se encontravam, de um modo geral, desempregados, vivendo de bicos e da informalidade e precariedade nas relações de trabalho. Mas, certamente, a pandemia agravou esse processo, pois alguns desses trabalhos que realizavam – as mulheres, por exemplo, com as faxinas – deixaram de ser requisitados, deixando os trabalhadores sem renda alguma. Isso afetou, diretamente, a reprodução da família, vez que muitas delas no acampamento são chefiadas por mulheres – viúvas ou mães solo. Para citar um exemplo da degradação na vida dessas famílias durante a pandemia do Covid-19, os entrevistados declararam que o pouco que conseguiam, como o auxílio do governo federal, por exemplo, era insuficiente para garantir a alimentação e a moradia (pagamento de aluguéis). Foi constatado nessas entrevistas que o preço do aluguel dos imóveis anteriormente utilizados pelas famílias variava de R\$ 120,00 a 150,00 (no ano de 2021) e que, mesmo assim, essas famílias já não conseguiam arcar.

A primeira ocupação do terreno, localizado no bairro Universidade, nas imediações do anel viário que circunda a cidade, ocorreu no início do ano de 2021, tendo os assentados sofrido um primeiro despejo em junho

do mesmo ano, em plena véspera de São João<sup>10</sup>. Após essa data, as famílias voltaram a ocupar a área. Entidades e movimentos sociais estiveram presentes e prestaram apoio para a permanência das famílias. Em poucos meses, e dado o agravamento das condições de desemprego no país e no município, o acampamento já contava com mais de 300 barracos. A Figura 4 mostra as instalações da ocupação.

**Figura 4** – Acampamento Terra Nobre, Bairro Universidade, Vitória da Conquista/BA, 2021.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Ao longo de quase um ano, tivemos a oportunidade de acompanhar diversas ações ocorridas na área ocupada. Uma das características que mais chamou atenção entre as famílias ocupantes foi a relação da maioria destas com o campo, algo posteriormente confirmado por meio de entrevista. No acampamento, as famílias, contando com apoio de entidades e movimentos sindicais e sociais, organizaram logo após a reocupação, em final de junho de 2021, uma horta coletiva, voltada sobretudo à plantação de hortaliças (Figu-

10 O primeiro despejo ocorrido na área repercutiu na imprensa local/regional e mesmo em escala nacional, como divulgou página oficial do ANDES-SN, em reportagem do dia 15 de julho de 2021. Essas reportagens podem ser conferidas nos seguintes endereços: Acampamento “Terra Nobre” recebe apoio de movimentos sindicais e dirigentes do PSOL de Vitória Conquista - Blog do Sena - Vitória da Conquista - Bahia. Famílias acampadas em Vitória da Conquista (BA) estão sob risco de desocupação (andes.org.br)

ra 5). Além disso, nas laterais dos barracos, nos espaços sobrantés, era possível identificar pequenas plantações – como aponta o depoimento: “Eu sou da roça, sempre trabalhei na roça. Vim pra cá para ajudar minha filha que ficou viúva (...), mas gosto mesmo é da roça. Aqui do lado do barraco plantei umas coisinhas e não vejo a hora de colher”<sup>11</sup> (Entrevistada 16 – Acampamento Terra Nobre, 2021).

**Figura 5** – Horta comunitária no Acampamento Terra Nobre, 2021



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Era possível, ainda, ver uma grande variedade geracional e de relação entre campo e cidade entre as famílias entrevistadas. Os mais velhos, em geral, apresentavam forte relação com o campo, de onde parte foi expropriada ou perdeu o emprego, muito embora retornem a esse espaço para serviços temporários – como a colheita de café, por exemplo, citada por parte significativa das famílias entrevistadas. Entre os mais novos, geralmente os filhos dos mais velhos, esses já tinham uma trajetória mais ligada ao espaço urbano e à reprodução nas periferias urbanas. Dentre esses, prevalecia uma escolaridade que variava entre o Ensino Fundamental até o Ensino Médio; já entre os mais velhos, prevaleciam os analfabetos e semianalfabetos<sup>12</sup>.

11 Lamentavelmente, não deu tempo de D. Carmem (nome fictício) colher o produto do seu trabalho, já que faleceu meses após a entrevista. Morreu sem ter a chance de realizar seu sonho: terra, trabalho e moradia.

12 Algo visível, até mesmo durante as entrevistas, quando as autorizações para utilização das informações prestadas se fazia por meio do carimbo com o dedo polegar.

Foi possível conviver com as dificuldades concretas na reprodução social da vida por parte dessas famílias, muitas chefiadas por mulheres mães solo. A situação de penúria, marcada pela derrubada e reconstrução dos barracos, as doações por parte de entidades e movimentos sociais para ajudar a garantir a alimentação e outras demandas das famílias, em sua grande maioria desempregadas, as condições sanitárias precárias – em plena pandemia do Covid-19, a situação das crianças, o frio do inverno, o cotidiano de medo provocado pela ameaça constante do despejo, dentre outras situações agravaram a luta pela permanência na terra.

Com relação ao acampamento Cidade Bonita, ressalta-se que essas famílias já se encontram há pelo menos 10 anos em luta por terra, trabalho e moradia<sup>13</sup> – já tendo ocupado terrenos anteriores e hoje estarem em busca de uma sobra de terreno entre o loteamento popular Nova Cidade e o anel viário, como já apontado. A alegação de se tratar de área de reserva (como no Terra Nobre) para não assentar as famílias aponta para as contradições na construção de diversos empreendimentos que foram e continuam a ser construídos no entorno da Serra do Periperi.

Os exemplos de luta representados nos dois acampamentos em estudo referendam as contradições no espaço urbano conquistense, de onde emergem diversos empreendimentos que viabilizam a moradia mercadoria, mas de um espaço urbano que não é acessível para os trabalhadores mais pobres. Aponta-se, ainda, para a força repressora do Estado, representada pelo poder público municipal, que além de não ter política habitacional como plataforma de Governo, investe na repressão desses movimentos, ao tempo que fomenta seu projeto de classe de colocar a terra, o solo urbano e a moradia como mercadoria a serem valorizadas e adquiridas.

Nesse movimento constante e contraditório de luta pelo espaço urbano, os Movimentos Sociais levantaram em suas pautas e formas de resistência pela moradia, a terra e o trabalho, representada por diversas mobilizações e formas de evidenciar as contradições da ausência de uma política de moradia popular no município, bem como da dificuldade de acessar o solo urbano para fins de moradia e reprodução da vida. As Figuras 6, 7, 8 e 9 demonstram algumas dessas ações de resistência por parte dos movimentos em luta.

---

13 Esse debate aparece tanto no Acampamento Terra Nobre quanto na Ocupação Cidade Bonita. Alegam seus coordenadores que a luta é pelo denominado quintal produtivo, onde possam ter a casa, um quintal para plantar, junto com uma área coletiva

**Figura 6** – Mobilização realizada na porta da Prefeitura de Vitória da Conquista/BA.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

**Figura 7** – Acampados buscando diálogo com a Prefeitura, 2021.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

De acordo com informações obtidas por meio de entrevista com a Coordenação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), o déficit habitacional na cidade chega a 10 mil moradias, resultado da total ausência de política habitacional pelas últimas gestões municipais, agravada pelo desemprego, empobrecimento da classe trabalhadora e pelo quadro pandêmico, desde 2020, além da conversão dessas políticas em grande negócio. Mas, são essas mesmas gestões quem doa e faz permuta de terrenos públicos para grandes empreendimentos, consolidando a cidade produtora de mercadorias, inclusive a moradia, e o agravamento na reprodução dos trabalhadores mais pobres – que lutam por um pedaço de terra.

Durante a pandemia, um dos marcos nos quais os Movimentos Sociais de luta por terra, trabalho, moradia e demais direitos no espaço urbano conquistense se apegaram foi a luta pela prorrogação da ADPF 0828<sup>14</sup>, que proibia a realização de despejos durante a pandemia (que agravou, ainda mais, as condições de reprodução social das famílias pesquisadas). Para tanto, acompanhamos mobilizações no Fórum João Mangabeira, nas portas da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (com tentativas de ocupações desse local), na Câmara de Vereadores e em diversos locais no centro urbano (Terminal de ônibus, Praça 9 de Novembro, etc.). Participamos de encontros e cursos de formação nos referidos espaços, mobilizações para evitar os despejos; realização de *lives* para discutir a questão da luta por terra, trabalho e moradia em Vitória da Conquista; realização de reuniões com representantes do poder público, dentre tantas outras atividades.

---

14 A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), de n. 0828 foi promulgada pelo ministro Luiz Roberto Barroso, mediante pressão dos Movimentos Sociais e partidos políticos de esquerda, e suspendeu as ações de despejo durante a pandemia, e mediante a extensão da pandemia, foi também prorrogada até meados do ano de 2022. O objetivo da ADPF é “resguardar os direitos fundamentais à moradia, à saúde e à vida de famílias vulneráveis e ameaçadas de remoção de suas casas, em face do estado de calamidade pública deflagrado pela pandemia de SARS-COVID-19”. Disponível em: ADPF 828, prorrogação do “despejo zero” e o STF perante o mundo do trabalho (abet-trabalho.org.br)

**Figura 8** – Mobilização realizada pelo MTD na Praça 9 de novembro, Vitória da Conquista/BA, 2021.



Fonte: Facebook da Ocupação, 2021.

**Figura 9** – Mobilização do MTD na porta da Prefeitura da Vitória da Conquista, 2021.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Mas, a ADPF 0828 acabou servindo de suporte para os acampamentos já existentes antes da pandemia, não se estendendo às ocupações ocorridas durante a pandemia, cujas condições agravaram a reprodução da vida dos trabalhadores. Foi essa a justificativa para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, por meio da Guarda Municipal, mas fortemente escoltada pela Polícia Militar do estado da Bahia, promover um segundo despejo, ainda mais violento, dos acampados do Terra Nobre (Figura 10).

**Figura 10** - Acampamento Terra Nobre, 11 de mar. 2022 – Vitória da Conquista/BA



Fonte: Pinto (2022)

De todo o período de desenvolvimento da pesquisa, esse foi o mais difícil. Após a violenta desocupação, os movimentos e as organizações sociais deram suporte para que as famílias fossem levadas para casa de parentes nas periferias da cidade, e aquelas que não possuíam para onde ir foram relocadas para a Ocupação Cidade Bonita.

Para além do elemento legal, há uma questão muito maior por trás do aparente despejo dessas famílias: a consolidação da cidade mercadoria – sobre o fundamento da propriedade privada e a negação ao solo urbano e as possibilidades da reprodução da vida para aqueles que não possuem, nem podem adquirir, a propriedade privada e a mercadoria moradia. Mas, a luta pela terra, o solo urbano, a moradia, o trabalho e a dignidade humana mantêm-se de pé na luta da Ocupação Cidade Bonita, evidenciando a contradição que é a produção da cidade capitalista e seu conteúdo de classe.



## CONCLUSÕES

Os resultados desta pesquisa, em consonância com o aparato teórico e o método adotado, permitiram concluir sobre a realidade concreta da crise do capital, do desemprego estrutural e da produção desigual, porque classista, do espaço urbano. Esse espaço se expressa na contradição posta, por um lado mediante a realidade do desemprego diante da crise estrutural do capital na produção desigual do espaço urbano, e por outro demonstrando a realidade de luta pela sobrevivência dos trabalhadores, organizados em Movimentos Sociais Urbanos, em busca de terra, trabalho, moradia e outros direitos. Essa particularidade permite reafirmar a totalidade posta nas contradições capital trabalho, na cidade mercadoria que constitui o modo de produção capitalista. Mas, pensar essas contradições significa, também, considerar a resistência – expressa na produção desigual do espaço, onde as periferias e os espaços de ocupação se desenvolvem como forma de negação à cidade mercadoria, a apresentando, também, como espaço de reprodução da vida.

Como aponta a frase de articulação do Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), trazida na Figura 9, “Enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito”, a essas e outras lutas estabelecidas no e pelo espaço (neste caso, urbano), legítimas e necessárias, cabe, ainda o questionamento sobre a necessidade de superar essa forma de sociabilidade, que reduz absolutamente tudo, inclusive “o mundo dos seres humanos” em “mundo das coisas” à produção de mercadorias. Como uma das autoras deste capítulo já havia declarado anteriormente: “Somos responsáveis por manter acesa a crítica e não nos omitimos contribuindo para a goleada dos jogadores globais. No momento em que nos omitimos, assumimos a responsabilidade histórica social contra os que têm fome” (Conceição, 2005, p. 169).

## REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Horizontes de um “Geografia Crítica radical”. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. (et al). **Marx, a Geografia e a Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. 384p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mer-cator**. Vol. 3, n. 5, 2004.
- CHAVES, Marília Faria. **Renda da terra na produção do espaço urbano de Vitória da Conquista/BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**. 1 (6): 166-170, 2005.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MAIA, Doralice Sátiro. A periferação e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjunto habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. (Em línea). Barcelona: Universidad de Barcelona., 1 de Agosto de 2010. Vol. XIV, n. 331 (80). ISSN: 1138-9788

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1. O processo de produção de capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MEDEIROS, Rui H. de Araújo. Vitória da Conquista nos anos 1960-1978. In: MOSCONI, Luis (Org.). **Edivanda uma vida de fé e de muitas lutas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.223p.

MESZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial/Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS, Edna Macedo Silva. **Conflito capital versus trabalho e a negação do direito à cidade no centro comercial de Vitória da Conquista BA: uma análise das ações do Poder Público e Privado frente aos artistas de rua da Praça Nove de Novembro**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

SANTOS, Joelisa Pereira. **A produção dos espaços da periferia urbana de Vitória da Conquista/BA na contradição capital versus trabalho**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

# NEOLIBERALISMO ENQUANTO COMPLEXO DE CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA<sup>1</sup>

Luiz Carlos Tavares de Almeida  
Ana Rocha dos Santos

## INTRODUÇÃO

O debate empreendido neste capítulo resulta da tese intitulada - “Educação Empreendedora: (des)socialização e subsunção do trabalho ao capital”, cujo objetivo foi analisar o processo de empresariamento da educação pública e sua relação com a promoção do empreendedorismo no currículo escolar, com destaque para o processo de reestruturação curricular do Ensino Médio da educação pública do estado de Sergipe. Para tanto, foi necessário compreender e questionar a radical interferência dos setores empresariais na elaboração e condução da política educacional, sobretudo, ao editar, por dentro dos processos educacionais, a imposição irrestrita de um ideal de formação humana tendente ao conformismo e à adaptação dos sujeitos à precariedade própria das relações de trabalho atuais.

Decorrente dessa pesquisa de doutorado, este texto buscar discutir a relação entre o neoliberalismo e as forças que engendram e subordinam a política educacional aos interesses privados. Para tanto, sem a mínima pretensão de dar conta de todas as nuances apresentadas, traçamos o percurso histórico de origem do neoliberalismo, situando-o enquanto expressão de um amplo e complexo processo de construção hegemônica (Gentili, 1996), além de refletir sobre o contexto em que a política educacional é tomada pelas forças do mercado e transformada em instrumento de formação para a precariedade, para o trabalho simples e para a adaptação dos sujeitos a uma realidade marcada por níveis crescentes de desemprego (agora ao nível estrutural), redução de estatutos salariais e desmobilização do sentido de classe.

---

1 O presente texto é parte da tese, intitulada “Educação Empreendedora: (des)socialização e subsunção do trabalho ao capital”, defendida em 2023, sob a orientação da profa. Dra. Ana Rocha dos Santos.

A dinâmica social atual, efetivamente contraditória, tem se caracterizado cada vez mais pelo desemprego, pela crise do trabalho assalariado e busca desenfreada, por parte do trabalhador, de mecanismo de complementação de renda, mesmo que destituídos de direitos e de quaisquer tipos de proteção social. Atuando diretamente nessa questão, a educação tem contribuído, nos termos da contrarreforma do Ensino Médio, imposta pela MP 746/16, convertida na Lei 13.415/2017<sup>2</sup>, para a construção de um ideal de formação humana tendente ao conformismo e a adaptação dos jovens a esse precário mundo do trabalho. Assim, foi partindo da crítica aos processos reiteradamente reproduzidos pelas mutações sociometabólicas do capital, que tendem a alienar o trabalho e suas possibilidades emancipatórias, que este debate adquire e situa seu sentido analítico.

## **NEOLIBERALISMO ENQUANTO COMPLEXO DE CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA**

Expressão de natureza política, vinculada ao combate ao Keynesianismo e ao Estado de bem-estar, o neoliberalismo é uma das mais notórias derivações estruturais da nova fase de acumulação do capital. Nascido logo após a Segunda Guerra Mundial e amparado sob as ideias de Friedrich Hayek e Milton Friedman, emerge como uma forte reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar social. O texto que dá origem a seus postulados é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Ao tecer argumentos eminentemente contrários a qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado (Anderson, 1995), Hayek fora taxativo a respeito do quão deletério seria um tipo de cultura disposta a reconhecer a necessidade da intervenção estatal aos “méritos” do livre mercado. Suas teses apontam para a suprema importância do homem comum se afirmar no valor da competição e nas enormes possibilidades modernizadoras oferecidas pelo mercado.

Se o homem comum não afirma na sua vida cotidiana o valor da competição, se a sociedade não aceita as enormes possibili-

---

2 Após muitas críticas e pressão empreendida por educadores, organizações e estudantes, houve uma revisão do Novo Ensino Médio que resultou em alteração com a aprovação da Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Com esta revisão, foram mantidos os retrocessos educacionais, embora tenha sido ampliada a carga horária da base comum para 2.400 horas.

dades modernizadoras que o mercado oferece quando passa a atuar sem a prejudicial interferência do Estado, as consequências - defendia o intelectual austríaco - são nefastas para a própria democracia: os piores serão os primeiros, o totalitarismo aumentará e a planificação centralizada tomará conta da vida das pessoas, impedindo-lhes de expressar seus desejos individuais, sua vocação de melhora contínua, sua liberdade de escolher (Gentili, 1996, p. 10).

A dita liberdade de escolha atrela-se à liberdade econômica e ao “direito natural” de acumular privadamente. De acordo com os preceitos neoliberais, somente pode haver liberdade, em seu sentido pleno, se garantidas as condições próprias do livre mercado e do direito de cada um acumular propriedade privada, por “seus méritos”. Neste modelo de sociedade, a “liberdade” é fruto de um “capitalismo sem restrições”, sem interferências de governos que se comprometem, por interesse dos votos, com as “maiorias fracassadas” - leia-se, menos favorecidas socioeconomicamente. A intervenção estatal representaria uma das maiores armadilhas do coletivismo, o caminho mais seguro a imposição de regimes totalitários como o da Alemanha nazista e o da União Soviética comunista.

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo - na realidade imprescindível em si -, pois disso precisavam as sociedades ocidentais (Anderson, 1995, p. 10).

A perspectiva posta por Mises (2010) e Hayek (2010) articula as bases para um tipo de capitalismo duro, livre de regras para o futuro e fixado em valores de mercado. Seu núcleo teórico-ideológico e político está estreitamente vinculado à tradição histórica do pensamento liberal, à apologia do mercado enquanto instância reguladora da vida social e a iniciativa privada como a principal operadora do sistema.

De acordo com Fernandes (1995), há duas vertentes essenciais sobre o neoliberalismo: uma se destaca por sua versão ideológica original, oriun-

da da “Sociedade de Mont Pèlerin<sup>3</sup>, influenciada por Hayek, pelo monetarismo de Milton Friedman e Von Mises; e uma outra, de caráter mais matizado e flexível. Essa última admitiria, mesmo sendo favorável à inquestionável prerrogativa de redução do Estado, intervenções estatais que fossem responsáveis por reformas, centrando-se em termos doutrinários na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira.

A versão pura do neoliberalismo, definida em seu sentido estrito, de subordinação incondicional ao mercado e a negação de qualquer tipo de intervenção do Estado, seja ela na economia ou na sociedade, chegando a considerá-la como uma desgraça a ser evitada a todo o custo, não foi aplicada em lugar nenhum, e está muito longe de se constituir como corrente hegemônica ou predominante no mundo (idem). Segundo Oliveira Negrão (2004), o chamado neoliberalismo duro “(...) certamente não foi aplicado em lugar nenhum, nem mesmo no Chile, onde apesar da ditadura e da assessoria direta de Milton Friedman e seus discípulos da Universidade de Chicago, o Estado manteve um papel importante no setor do cobre, principal produto do país” (2004, p. 103).

Toda a crítica neoliberal passou por circunstâncias mais ou menos desfavoráveis no cenário político-econômico daquele período, sobretudo porque no pós Segunda Guerra, mais especificamente entre as décadas de 50 e 60, o capitalismo entrou em um período de grande crescimento, também conhecido como – a fase de ouro<sup>4</sup> – momento histórico caracterizado por um crescimen-

---

3 Hayek acreditava fortemente na necessidade de combater o Estado intervencionista, chegou mesmo a apontar que as “boas intenções” da social-democracia poderiam produzir como efeito direto, os mesmos desastres do nazismo alemão – uma servidão voluntária. Seguro de suas ideias, mas sem tanto espaço para propagá-las, devido, sobretudo, às crescentes taxas de crescimento do capitalismo desse período, a única forma para dar continuidade a tarefa de combate ao keynesianismo e ao solidarismo reinantes, foi “(...) convocar aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça (...) Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polany, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou uma espécie de maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos” (Anderson, 1995, p. 9-10).

4 Período da história marcado, dentre outras coisas, pela corrida armamentista dos EUA e da URSS durante Guerra Fria, e a consequente consolidação de uma espécie de complexo industrial-militar em ambos os países; pelo confronto entre grandes empresas por espaços de acumulação, consolidando a internacionalização do capital monopolista; e pela reforma do capitalismo. Articulado ao *boom* desse período, essa reforma esteve notoriamente marcada pela resignificação dos “papéis” do Estado, tanto em termos normativos quanto relacionados ao espraiamento de suas atribuições socioeconômicas, contribuindo para uma reconfiguração da relação capital-trabalho, em uma espécie de controle social assentado no Welfare State. Apesar do grande crescimento econômico característico desse período, que de maneira relativa proporcionou a melhoria das condições de vida de parcela da sociedade, suas verdadeiras transformações circunscreveram-se aos limites da empresa monopolista, em um projeto civilizador restrito à expansão e complexificação do mundo das mercadorias.

to econômico nunca antes presenciado na história. Mas já na década de 70, quando eclode a grande crise econômica do capitalismo avançado, colocando em voga todo um padrão e modelo de acumulação do capital, as ideias neoliberais ganharam espaço. Naquele período, seus ideólogos passaram a apontar para a necessidade de toda uma reconfiguração institucional do capitalismo, referendando a importância de “diminuir” o tamanho do Estado, em um movimento de convergência em torno da racionalidade do mercado.

Cresce a receptividade ao discurso de crítica e ataque à classe trabalhadora, ao seu poder de articulação política, e aos seus respectivos direitos democráticos. Publicada em 1975, a obra denominada *The crisis of democracy*, sintetizou toda uma visão crítica à ampliação da democracia na sociedade – especialmente quando relacionada aos direitos das classes subalternas – por gerar demandas sociais, as quais os Estados não teriam capacidade de responder. Segundo seus autores, Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki, o desenvolvimento econômico e social do período do Welfare State propiciou o crescimento do número de pessoas inseridas no poder político, e isso teria gerado o crescimento de um drástico processo de ingovernabilidade.

O que está no cerne dessa perspectiva é o conceito de política econômica, que em sua essência prevê a limitação das obrigações do Estado, a crítica da politização das questões econômicas e sociais e a apologia a ampliação do espaço do mercado e de suas instituições privadas. Nesse contexto, toda e qualquer questão oriunda de demandas e direitos universais, originadas na maioria das vezes do poder político sindical da classe trabalhadora, passam a ser compreendidas como obstáculos ao necessário e imaneente movimento de reforma econômica.

Na década de 1980, com um panorama absolutamente diferente daquele de vinte anos atrás, devido, sobretudo, ao esgotamento do Estado de bem-estar social, o livro - *Free to Choose* [Liberdade de Escolher], de Milton Friedman, encontrou um cenário de grande aceitação<sup>5</sup> aos ideais neolibere-

---

5 A questão da aceitação refere-se à quantidade de exemplares vendidos, quando comparado com seu antecedente mais direto, o livro – *Capitalism and Freedom* [Capitalismo e Liberdade], também de Milton Friedman, publicado vinte anos antes. Apesar de ambas obras abordarem a mesma problemática e defenderem as mesmas ideias, a obra “Liberdade de Escolher”, publicada na década de 1980, fora largamente aceita, com mais de 400.000 exemplares vendidos em sua edição de luxo, e várias centenas de milhares em sua edição popular, diferente da “tímida” recepção que havia tido sua antecessora. Seu volume de vendas foi tão grande que em poucas semanas logrou aquilo que *Capitalismo e Liberdade* conquistou em vinte longos anos (Gentili, 1996).

rais. Era um aceno para aquilo que os intelectuais neoliberais desejavam, um movimento de construção de um senso comum, ou em certo sentido, de um imaginário social propício à aceitação dos princípios do livre mercado. Transformada em uma verdadeira alternativa de poder no interior das principais potências do mundo capitalista, o neoliberalismo se tornou, nesse momento, muito mais receptivo à prédica insistente dos defensores do livre mercado. Tornou-se comum questionar a atuação do Estado, e aquilo que passou a ser interpretado como a tentativa de monopolizar tudo, inclusive o direito mais elementar do ser humano, a liberdade individual.

O neoliberalismo expressa a dupla dinâmica que caracteriza todo processo de construção de hegemonia. Por um lado, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que se inicia ao final dos anos 60 e que se manifesta claramente já nos anos 70. Por outro lado, ela expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante (Gentili, 1996, p. 9).

As políticas neoliberais recriam uma ordem baseada na hegemonia de conceitos econômicos, e isso produz um cenário de aprofundamento do fosso entre classes sociais vitimadas pela incontestável mercantilização dos direitos e serviços. A ideia é combater direitos universalizantes e estimular demandas e reivindicações pontuais, individuais e setorializadas, impedindo a execução de planos e metas abrangentes, o que segundo essa perspectiva, produzem obstáculos inflacionários concorrentes com a acumulação do capital. O mercado capitalista institui uma sociabilidade composta por compradores e vendedores, e nessa relação, por essência desigual, a satisfação universal das necessidades da população dá lugar à escolha seletiva do sujeito que opta pelo serviço-mercadoria que mais lhe interessa. Esse processo produz um binômio muito destrutivo em direção a (des) socialização, inclusive com raros precedentes na História, que é a exacerbação da exploração e domínio do capital sobre o trabalho e o aumento dos processos de exclusão social. Isso contribui para que setores sociais inteiros percam seus postos de trabalho e/ou se submetam a relações de trabalho cada vez mais degradantes, sem proteção social, jurídica ou política.



## NEOLIBERALISMO E A GESTÃO DE UM NOVO E PRECÁRIO MUNDO DO TRABALHO

Muito embora o aprofundamento do fosso entre as classes possa aparecer, mesmo que em um primeiro plano, como um problema de efetividade do neoliberalismo, não é bem isso o que ele representa em termos reais, já que a retórica neoliberal clássica sempre tratou o desemprego como um mecanismo necessário às economias de mercado que se julgam eficientes. Para Chauí (2020) além do neoliberalismo representar o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado dos interesses do mercado, sob sua vigência o desemprego torna-se estrutural, “(...) deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão” (2020, p. 312). O desemprego se torna crescente e sua intensificação possui um papel importantíssimo na estruturação da terceirização e do setor de serviços, que aliado a outros elementos atua na desarticulação de praticamente todos os referenciais que permitiram/permitem a classe trabalhadora perceber-se como classe.

Se, nos anos de 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5.4 pontos negativos para 5.3 pontos positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressão da queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários (Anderson, 1995, p. 15).

Mesmo que em um primeiro momento a política de austeridade fiscal e de combate ao sindicalismo tenha alcançado um considerável êxito, é possível afirmar que o grande objetivo do neoliberalismo, que foi/é reanimar o capitalismo avançado, restaurando suas altas e estáveis taxas de crescimento, se mostrou/mostra absolutamente decepcionante. Apesar de todas as novas condições institucionais criadas em favor do capital, a taxa de acumulação, não apenas não cresceu nos primeiros anos de neoliberalismo, como tendeu a um movimento decrescente. Essa realidade levou Perry Anderson, em sua análise e balanço sobre o neoliberalismo, a refletir sobre a seguinte

questão – por que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos?

Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo - o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais. Embora o crescimento da proporção do produto bruto nacional consumida pelo Estado tenha sido notavelmente desacelerado, a proporção absoluta não caiu, mas aumentou (...) (Idem, p. 16)

Embora esse período não tenha sido de grande crescimento para a economia capitalista, apresentando inclusive um forte movimento de recessão econômica, quase sempre relacionado ao aumento da dívida pública de quase todos os países ocidentais, e com crescente número de desempregados, foi na década de 90, que ironicamente, o neoliberalismo ganhou um novo alento. Segundo José Paulo Netto, o poder de sobrevivência do sistema capitalista está estritamente relacionado a seu alto poder de (re) organização. Para o autor, “(...) o capitalismo nunca esteve tão organizado quanto atualmente, com uma insuspeita capacidade de refuncionalizar e de responder rapidamente às novas demandas (...)” (Netto, 1995, p. 31).

É bem verdade que o reavivamento do neoliberalismo, na década de 90, esteve fortemente ligado à queda do “comunismo” na Europa oriental e na União Soviética. Contudo, além do favorável cenário internacional, a retomada do ideário neoliberal também contou com a vulnerabilidade daquelas instituições que foram decisivas no processo de constituição e manutenção do Estado de bem-estar social (Netto, 1995). É importante salientar que a vitória do Ocidente capitalista frente a seu adversário comunista produziu um outro componente importante – a vitória de todo um conjunto de ideias e símbolos crivados pela ideologia neoliberal. Nesse momento, o discurso de combate ao Estado de bem-estar, tão bem representado por Reagan e

Thatcher nos anos 80, ganhou novo fôlego, além da crítica aos excessos de um sistema social amarrado por regras responsáveis pela destruição da moralidade básica do trabalho e do sentido de responsabilidade individual.

Será no contexto da intensa e progressiva crise estrutural do regime de acumulação fordista que a retórica neoliberal ganhará espaço político e também, é claro, densidade ideológica. Tal contexto oferecerá a oportunidade necessária para que se produza esta confluência histórica entre um pensamento vigoroso no plano filosófico e econômico (embora, até então, de escasso impacto tanto acadêmico quanto social) e a necessidade política do bloco dominante de fazer frente ao desmoronamento da fórmula keynesiana cristalizada nos Estados de Bem-estar. A intersecção de ambas as dinâmicas permite compreender a força hegemônica do neoliberalismo (Gentili, 1996, p. 11).

Caracterizado como um período de retomada da hegemonia capitalista, mudanças políticas e econômicas de grande magnitude foram implementadas não apenas no Brasil, mas em praticamente todos os países do mundo. Fenômenos como o fim do socialismo real, o avanço da geopolítica dos Estados Unidos da América (EUA), a incorporação do Brasil à globalização financeira e o advento da chamada terceira revolução tecnológica foram centrais no processo de reafirmação do domínio das grandes potências mundiais sobre a periferia e do controle do capital sobre o trabalho.

Segundo a ortodoxia neoliberal, um dos maiores problemas presenciados junto ao padrão de acumulação fordista decorreu do poder excessivo dos sindicatos e, sobretudo, do próprio movimento operário. Acreditava-se, que estes, devido a seu grande poder de articulação e reivindicação sobre os salários, teriam corroído as bases da acumulação capitalista, produzindo um efeito parasitário sobre o Estado. De modo dialético, muito embora o Fordismo tenha sido uma resposta do capital às necessidades da acumulação nas condições do capital monopolista, foi também o grande responsável pelo crescimento do chamado operário-massa e o desenvolvimento da representação sindical por categoria.

O grande inimigo do fordismo é a antiga organização da classe trabalhadora e sua experiência histórica gestada durante o século XIX. Por um lado, a linha de montagem e a profilática separação entre

a gestão e a execução, as rígidas formas de controle de tempos e ritmos, o princípio da relação operário-massa, quebram o antigo saber operário e fragmentam a classe no próprio espaço da produção. Por outro, são necessárias instâncias de representação que permitam ao capital promover acordos pontuais com os trabalhadores, como relativos aos salários, jornada, benefícios etc., que não ocorram no bojo de processos de luta e enfrentamento que mobilizem potencialmente trabalhadores como classe (...) (Iasi, 2017, p. 226-227).

Como parte do movimento contraditório de reprodução das relações capitalistas, o capital passa a se defrontar com sua própria criação, um tipo de operariado organizado, com grande força de reivindicação, concentrado em grandes cidades, polos industriais e plantas produtivas. A crise do padrão de acumulação fordista, traduzida pelos processos de valorização e sobreacumulação, passa a exigir que o enfrentamento de classe se estabeleça em patamares qualitativamente diferenciados. Em termos paradigmáticos, impõe-se um novo desafio ao capital: transitar do fordismo para um novo modelo de acumulação que consiga conformar tanto as novas condições de exploração da classe trabalhadora, quanto a necessidade de romper com a capacidade de reação associativa e resistência política do operário-massa.

A mudança da estrutura industrial dos países do Norte global para os países do Sul global, somada ao enfraquecimento da segurança ocupacional, promovida tanto pela retração dos direitos trabalhistas quanto pelo decréscimo do apoio de governos liderados por partidos social-democratas, teria decretado o advento de toda uma era de declínio do poder sindical, traduzida pela queda nas taxas de sindicalização e a perda de influência política dos trabalhadores em escala nacional (Braga, 2017, p. 26).

No bojo do desenvolvimento, expansão, posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia relativa, novas formas de organização do trabalho foram criadas, e com elas, um novo perfil de organização da classe trabalhadora. Todo esse processo, denominado de reestruturação do capital, parte do princípio da racionalidade do trabalho capitalista, da introdução de novos “modelos” produtivos, cada vez mais eficientes, e da alteração das condições de produção (e de reprodução) social da civilização huma-

na (Alves, 2011). No embalo de determinações cada vez mais sofisticadas, oriundas do próprio movimento da concorrência intercapitalista, a “classe-que-vive-do-trabalho<sup>6</sup>” é cada vez mais vitimada pelo que Antunes (2009) chama de envolvimento manipulatório.

A precarização se torna regra, e sua materialidade, profundamente reificada, passa a demandar o aprimoramento das estratégias de controle do trabalho. Grandes são os desafios que vão se impondo a quaisquer processos de transformação e superação das contradições sociais. O movimento de mudanças políticas e econômicas produzidas pelo neoliberalismo foi, assim, decisivo para a crise do sindicalismo, do poder organizativo da classe trabalhadora e para a gestação de um novo e absurdamente precário mundo do trabalho. Muito embora o discurso da flexibilidade negue sua direta relação com as crescentes taxas de desempregados, informalização, e fragilização da legislação social protetora do trabalho, o que há de fato é o aprimoramento de “(...) uma engenharia social cada vez mais focada em reduzir ao máximo o trabalho humano necessário à produção (...)” (Antunes, 2020, p. 20).

A tônica predominante passa a refletir a base material e superestrutural do regime de acumulação flexível, que em vias de tornar-se hegemônico, vai sedimentando relevantes transformações nas condições de produção e de reprodução do trabalho. Torna-se necessário adequar e “formar” um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos e mais complexos métodos de produção, mas não apenas isso; trata-se de articular novas competências e novos modos de viver, pensar e sentir. Emerge a importância de processos pedagógicos que possam fornecer ao trabalhador uma justificativa para a sua alienação e, ao mesmo tempo, suprir as necessidades do capital com um homem cujos comportamentos e atitudes respondam às suas necessidades de produção e reprodução ampliadas.

A sociedade do desemprego e da “precarização” do trabalho (informalização e degradação do estatuto salarial) constitui o que podemos denominar de “afetos do sociometabolismo da barbárie”

---

6 Antunes não utiliza essa expressão com o objetivo de ressignificar a compreensão sobre o conceito de classe trabalhadora, mas de conferir validade contemporânea à sua leitura marxiana. Sua preocupação se dá mediante a um cenário de (des) construção da validade analítica de noções tais como - classes sociais; classe trabalhadora; trabalho. Nesse sentido, a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” representa um esforço para dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, apreendendo sua efetividade, processualidade e concretude (Antunes, 2011).

(novas formas de estranhamento e de fetichismo social e a constituição da subjetividade pelo medo). Nestas condições sócio-históricas específicas, tendem a exacerbar-se a individualidade de classe e o império da contingência salarial. De certo modo, a sociabilidade neoliberal, com seus valores, expectativas e sonhos de mercado e mais, com a exacerbação do fetichismo da mercadoria, tem contribuído para sedimentar os consentimentos dos trabalhadores assalariados às novas “metas” da produção (Alves, 2011, p. 121).

Subordinadas ao novo projeto de desenvolvimento, às mudanças econômicas oriundas do processo de reestruturação produtiva e da concorrência internacional, o processo educativo foi tomado pelas forças do mercado como instrumento de formação de um “novo homem”. Torna-se regra a formação para a precariedade, para a conformação e adaptação dos sujeitos a uma realidade marcada por níveis crescentes de desemprego (agora ao nível estrutural), redução de estatutos salariais e desmobilização do sentido de classe.

Em decorrência dessa processualidade, o financiamento público da educação passou a obedecer à concepção “público não-estatal”, o que supõe, dentre outras coisas, o repasse de parte da gerência do Estado e, portanto, de recursos públicos, para a sociedade civil, alegando maior eficiência e racionalidade para realizá-las (Kuenzer, 2007). A incrível capacidade de se expandir para muito além do campo econômico stricto sensu, faz do neoliberalismo uma lógica normativa em conjunto (Dardot; Laval, 2016). Um movimento que transforma a racionalidade do capital em lei social geral; a razão do capitalismo contemporâneo. Nessa trama, a educação, que em seu sentido amplo traduz a capacidade de “internalização” pelos indivíduos da cultura historicamente produzida pela humanidade, torna-se um instrumento de disputa pela hegemonia. Trata-se de ratificar a clássica retórica liberal, agora transmutada e perversamente acentuada pelo neoliberalismo, de uma sociedade produzida por indivíduos livres, igualmente capazes e emancipados, que acumulam bens e ascendem socialmente em função de seus talentos, empenhos e capacidades empreendedoras.

## POLÍTICA EDUCACIONAL E SUA SUBORDINAÇÃO À DISCIPLINA DO CAPITAL

O quadro atual da luta de classes é extremamente desafiador, sobretudo para aqueles que sofrem diretamente com as duras e indisfarçáveis perdas de direitos, que aos poucos vão se espraiando em um movimento privatizador que dissolve as certezas na mesma velocidade que inaugura incertezas e mazelas sociais. À medida que se avolumam os contingentes de desempregados por todo o mundo, ganha força uma narrativa expressa por um tipo de centralização política e normatização simbólica, em que o mercado e a chamada empregabilidade são tomados como parâmetros para a definição da relação educação – trabalho.

Organicamente fundida à estrutura social a qual pertence, uma vez que é parte dessa totalidade e é por ela engendrada, a educação é a manifestação, nunca homogênea, dos interesses dominantes que organizam as relações políticas, econômicas e culturais. Eleita peça indispensável aos planos de inserção competitiva dos países na economia globalizada, a educação passa a ser alvo, com maior intensidade a partir da década de 1990, de um conjunto de reformas neoliberalizantes. A onda reformista da década de 90 encerra uma processualidade radicalmente contraditória sobre os processos educacionais, pois funde em um mesmo movimento – modernização e subordinação. Reelaboram-se metodologias, currículos, formas de avaliação e gestão, na mesma medida e velocidade de sua subordinação à disciplina<sup>7</sup> do capital. Subordina-se à educação ao projeto de desenvolvimento neoliberal, tornando-a, de maneira indisfarçada, um instrumento de consolidação e difusão de uma das principais teses neoliberais: a responsabilização individual pelos problemas sociais.

---

7 A relação histórica entre a valorização do capital e processos pedagógicos é algo indiscutível, sobretudo pela incessante necessidade, também histórica, de adequação entre os processos produtivos e as novas exigências sociais por ele demandadas. Essa adequação perpassa pela tarefa de produzir um novo tipo de homem, ajustado a novos métodos de produção, novos comportamentos, atitudes e valores. Para além disso, um novo tipo de trabalho, quase sempre fundado no aprofundamento da fragmentação e precarização de seus estatutos laborais, exige uma nova concepção de mundo, um conjunto de explicações que oferecem ao trabalhador uma justificativa para a sua crescente alienação, subordinação e degradação humana. É nesse sentido que a disciplina do capital, em busca de se tornar hegemônica, objetiva-se por um movimento de transformação concreta não apenas dos sistemas de produção, mas de todo o apanágio intelectual e moral da sociedade.

A racionalidade neoliberal se impõe ao centro da política educacional com enorme força de transformação, traçando e conformando novas diretrizes em torno do processo educacional, reordenando percursos formativos, sejam de estudantes ou de professores, inaugurando “novas” estratégias metodológicas, práticas pedagógicas, percursos formativos, avaliações externas, produção de materiais didáticos via currículo, etc. Perpassado por um período de busca diuturna pelo (re) estabelecimento da hegemonia do capital, as reformas educacionais, dirigidas por frações da burguesia nacional e internacional, fazem uso de um expediente considerado inexorável, modernizador, mas que na verdade busca assegurar o controle social através do alargamento do gerenciamento dos processos formativos.

Com a intencionalidade de apoiar a agenda neoliberal, os processos advindos da reforma educacional imposta ao Brasil têm produzido graves alterações na correlação de forças entre os sujeitos que lutam pela hegemônica e controle da política educacional. Revestida sob o manto da “modernização” e da “administração gerencial”, as políticas governamentais passam a ser objeto de um tipo de governança dada pela colaboração entre mercado, Estado e sociedade civil<sup>8</sup>. Nessa nova correlação de forças, as políticas sociais, em geral, tornam-se serviços não exclusivos do Estado, mas de responsabilidade dividida entre Estado, iniciativa privada e as chamadas organizações públicas não estatais. Essa racionalidade administrativa produz uma correlação de forças que privilegia a esfera privada, permitindo que múltiplas áreas e instituições fossem mercantilizadas, submetendo-as à lógica da empresa capitalista (Martins, 2016). O que se busca é um processo de gestão das políticas sociais pautado na reconfiguração do espaço público, inclusive através do ressurgimento do gerencialismo e da proliferação de diversas consultorias nacionais e internacionais na condução das políticas sociais.

Tendo por eixo a busca pelo desenvolvimento de uma educação em tempo integral, com foco nos projetos de vida dos estudantes, na construção de um currículo flexível e no desenvolvimento de competências e habilidades

---

8 É importante salientar que o conceito de sociedade civil adotado neste trabalho é aquele de matriz gramsciana, em que não há oposição entre sociedade civil e Estado, pois, a sociedade civil é duplo espaço de luta de classes: expressa contradições e ajustes entre frações da classe dominante e, ao mesmo tempo, nela se organizam as lutas entre as classes.



socioemocionais<sup>9</sup>, a atual política educacional reflete um projeto educacional tomado pela disputa em torno do controle dos processos formativos, seja entre aluno ou professores. Seus precursores enfatizam o quanto a política educacional deve primar pelo direito à aprendizagem, mesmo que esta negue o direito à formação humana, sobretudo aquela ancorada em uma educação em seus níveis mais amplos e avançados.

Neste particular, é importante assinalar que a própria forma escolar atual já foi concebida com o intuito de isolar as crianças da vida, vale dizer das contradições sociais. A proximidade com estas, levaria a juventude a pensar sobre a nossa forma de organização social e seus limites, ensejando desejos de mudança ou revolta. Isolados no interior das salas de aulas, restritos à aprendizagem do básico, lhes é prometido um dia, chegar aos níveis mais avançados e complexos de educação, que de fato nunca chegarão a ver. Historicamente, a escola sempre sonou seu conteúdo para a classe trabalhadora. Com o discurso do direito restrito à aprendizagem do básico, perpetua-se por um lado a exclusão dos processos de formação humana e ao mesmo tempo libera-se a conta gota o conhecimento necessário para que a juventude dê conta de atender às demandas das novas formas de organização da produção (Freitas, 2014, p. 51).

Para além do controle do processo de ensino, que se estende ao pensamento crítico-reflexivo e à capacidade organizativa da escola e do magistério, as formas de padronização e harmonização atuais, delineadas sobretudo

---

9 Desde o ano de 2011, o Instituto Ayrton Senna vem realizando, em parceria com outras instituições, grandes esforços para garantir a incorporação das competências socioemocionais nos currículos da educação brasileira. Com forte poder de penetração nas políticas educacionais, tal fundação trabalha com foco no chamado gerenciamento educacional, articulando métodos/processos de gestão e orientações na formação escolar. Para Silva (2018), a inserção das competências socioemocionais no currículo escolar vem atender ao interesse de perpetuação da exploração capitalista por meio da captura da subjetividade da classe trabalhadora. O incentivo ao desenvolvimento das chamadas competências socioemocionais preconiza a importância de a escola estimular o desenvolvimento, sempre na escala do indivíduo, de comportamentos alinhados à amabilidade, à resiliência emocional, à autogestão e ao autocontrole. Nesse contexto, uma das grandes críticas às competências socioemocionais tem sido a redução de questões sociais coletivas a mero atributo de ordem pessoal, além da captura de conceitos tais como o de “autogestão”, surgido das contradições próprias das relações capitalistas, como forma organizativa do trabalho coletivo, e sua incorporação ao conjunto de elementos de ordem emocional representativo do projeto pedagógico imposto pelos reformadores empresariais da educação.

pela nova (BNCC), apontam para o que Freitas (2016) chama de política nacional imediatista de controle e responsabilização verticalizada das escolas, professores e alunos. O autor salienta para o aprofundamento do fosso que vai se instaurando entre escolas públicas, destinadas aos pobres, e privadas de alto nível, destinadas aos mais ricos. Nesse contexto, além de qualificar para as novas formas de organização do trabalho produtivo, a política educacional dos reformadores “(...) preserva e amplifica as funções sociais clássicas da escola: exclusão e subordinação” (Freitas, 2014, p. 52).

A título de mascarar o quão dual tornar-se-á o sistema educacional brasileiro, a começar pela educação básica, a Reforma do Ensino Médio, sancionada via medida provisória, propôs itinerários formativos alinhados, segundo os reformadores, às necessidades, vocações e projetos de vida dos alunos. Mas esse argumento mascara o fato essencial desse processo – que tal flexibilidade curricular produz uma educação fragmentada, que retira dos jovens a perspectiva de desenvolvimento pleno e multilateral do ser humano (Duarte, 2018).

## **FORMA E CONTEÚDO DE UM PROCESSO EDUCACIONAL ESTRITAMENTE CONTROLADO**

Para os planos reformistas, o caminho para se superar os princípios de gestão pública consagrados na segunda metade do século XX, resultantes de forte conjunção entre burocracia do Estado e reivindicações sociais, fontes primárias da cultura burocrático-corporativa, estaria na incorporação de uma “nova cultura” de corresponsabilidade pela educação. Para tanto, seria necessária uma redefinição do modelo de gestão de políticas públicas, pautando-a na incorporação e mobilização de todos os segmentos fundamentais no processo educativo. É assim que, partindo da crítica ao funcionalismo público e à centralidade do Estado na definição da política educacional, o TPE propõe, como caminho de superação do que chamam de cultura fisiológica do Estado, uma reorganização do trabalho dos professores e dos gestores da educação pública, de modo a torná-lo “mais eficiente” e tecnicamente mais produtivo.

Dessa forma, aos professores – embora não tenham participado efetivamente da elaboração das metas propostas pelo TPE – foi dedicada especial atenção nas orientações para implementação de

seu projeto. Isso porque, para o movimento, são os professores os principais responsáveis pelas mudanças na educação [...]. Entretanto, é preciso destacar que os docentes são encarados pelo TPE como profissionais do magistério e não como uma categoria de luta (Martins, 2016, p. 54).

Os professores, assim como os gestores escolares e pais de alunos, são chamados a participar de um grande processo de reformulação da política educacional com foco na “gestão por resultados”, em uma clara e indisfarçada incorporação da racionalidade empresarial às estratégias de qualificação dos processos e resultados educacionais.

No bojo da crítica a uma base curricular que tem por princípio a defesa de uma “educação básica necessária”, Frigotto chama a atenção para um processo já antigo – o de que a educação vive uma crise de aprofundamento teórico, apontado pelo fato de o materialismo histórico ser de domínio (relativo) de um quadro reduzido de intelectuais da área da educação, estando longe de ser assimilada ao nível da teoria e das transformações históricas (Frigotto, 1986). Não é difícil perceber que os profissionais da educação, saturados de suas obrigações laborais, quase sempre precárias, dadas pela falta de estrutura para o desenvolvimento de suas atividades, salas lotadas, instabilidade contratual, baixos salários e carreira pouco motivadora, são facilmente “capturados” pelas promessas transformadoras de um apanágio modernizador das técnicas e orientações didáticas.

O que está em jogo é sem dúvida o controle político e ideológico da escola, o que tem sido feito mediante a imposição de diretrizes que reorganizam completamente a relação que a educação possui com o mercado de trabalho. Partindo da BNCC, é possível apontar pelo menos três instâncias de controle suscitadas pelos atuais objetivos de ensino da BNCC - (i) avaliação de larga escala censitária; (ii) controle dos processos de formação dos profissionais da educação, bem como seu exercício funcional; (iii) e a padronização de materiais didáticos, o que pode ser um embrião de futuros sistemas digitais de aprendizagem e avaliação (Freitas, 2016). As chamadas avaliações de larga escala nacionais e internacionais representam um instrumento político de promoção e internacionalização da política educacional.

Os processos de avaliação censitária visam, antes de qualquer coisa, planificar e padronizar, via indicadores generalistas, claramente incapazes de avaliar as particularidades inerentes aos processos de ensino-apren-

dizagem, critérios para a liberação de recursos públicos às instituições de ensino. O raciocínio que vigora é o de que a escola deve atuar como uma empresa, deve estar envolta à lógica da produtividade, da concorrência, da busca permanente por indicadores que demonstrem sua eficiência, e que, portanto, justifiquem os investimentos do valoroso e disputadíssimo recurso público. Partindo do princípio de que médias mais altas são um indicador de bom ensino, professores e escolas são submetidas às regras empresariais da concorrência, cuja orientação distingue e premia aqueles considerados mais eficientes, adaptados a esse modelo de gestão educacional.

A padronização do processo de avaliação do desempenho educacional, aliada à conformação de um mercado educacional, modulam um cenário de previsibilidade e escalada ao investimento privado, tornando seguro e atraativo o investimento nessa área.

De fato, focar em índices de avaliação associados à auditoria, acreditando que aumento nas médias de desempenho é sinônimo de boa educação, desresponsabilizará aquelas forças positivas, no interior das instituições, que poderiam ser realmente protagonistas na melhoria da qualidade da educação brasileira e mobilizadoras da escola em direção a novas práticas educacionais. O efeito é, portanto, no médio prazo, contrário ao intencionado (Freitas, 2016, p. 128).

Em um cenário como esse, avaliações do tipo amostral, que objetivam verificar diferenças locais, regionais, culturais, etc., não têm sentido, pois a lógica concorrencial exige um diagnóstico de grande escala, passível de padronização, mensuração e controle. Trata-se, portanto, de tornar possível a tarefa de controlar e avaliar, via resultados contábeis – que não possuem a menor precisão qualitativa, a eficiência dos restritos recursos financeiros alocados pela autoridade pública e pelos “consumidores” da escola.

Hoje, é a lógica econômica que determina como o sentido de eficiência é entendido. O discurso corrente sobre a “escola eficiente” enfatiza a única coisa que parece importar: a escola deve ser gerida com rigor, na medida em que está em jogo um gasto público de grandes proporções que não deve ser desperdiçado, caso contrário outras formas de ação pública serão prejudicadas (Laval, 2019, p. 212-213).

Essa processualidade impacta de maneira estrutural na política educacional, pois orienta a promoção da qualidade e definição das finalidades educacionais a um conjunto de valores, na maioria das vezes, antidemocráticos, segregadores e afinados às necessidades empresariais. Essa lógica econômica, que migra do mundo dos negócios para praticamente todas as esferas da vida social, abstrai a importância dos processos e atribui importância finalística à mensuração estatística da realidade.

Em um movimento de priorização das disciplinas que referenciam os exames de avaliação, todas as demais dimensões de formação são deixadas de lado, secundarizadas, tratadas a partir de métodos aligeirados, por projetos ou por temas estanques e sem relação com a história. O direito à educação transforma-se no proclamado direito à aprendizagem, e logo após, direito ao básico, ao mínimo (lê-se ensino da leitura e da matemática). Retira-se da responsabilidade da escola o papel de formar mentes criativas, críticas e conscientes de sua condição na realidade concreta.

Na esteira da política de responsabilização pelos resultados dos exames de avaliação da qualidade educacional, está o Projeto de Lei de Responsabilidade Educacional (PL 7420/2006). Voltado à avaliação da qualidade da educação básica e responsabilização dos gestores públicos quanto a sua promoção, este projeto prevê procedimentos de responsabilização baseados na obtenção de metas de progressão acadêmica, oriundos de testes padronizados. Segundo Freitas (2011), esse é um tipo de política de responsabilidade de caráter verticalizado, sustentada em leis que regulam, para além da idoneidade financeira do investimento público, o controle das metas impostas, a transferência de responsabilidades para a escola e sua associação a política de premiações e punições dos gestores escolares. O caráter vertical dessa política de responsabilização despreza o papel das condições socioeconômicas, culturais e familiares dos envolvidos no processo educacional. Além disso, o simples investimento orçamentário não produz por si só, resultados fixos, previsíveis, pois as desigualdades concretas são cumulativas e acabam abolindo as possibilidades de justiça entre sujeitos socialmente desiguais.

O horizonte da educação, seja ele qual for, torna-se difuso e intencionalmente controlado e articulado à métrica do mercado. O Banco Mundial, por exemplo, tem se transformado em um verdadeiro analista em econometria, um dos maiores especialistas no cálculo de investimentos educacionais, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Suas orientações preconizam desde

a diminuição do salário de professores, como forma de aumentar o número de docentes nas escolas, até o aumento do número de alunos por turma. A introdução de critérios econométricos dá forma e conteúdo a processos educacionais cada vez mais previsíveis e controlados (apoiado em análises estatísticas que permitem isolar a influência de cada fator). Além disso, endossa a tese de que essa metodologia permite a superação dos conflitos de valores e interesses, já que as mensurações objetivas dos cálculos diluíram as predileções ideológicas em direção à neutralidade científica.

Se por um lado a política educacional tende à ampliação<sup>10</sup> do tempo de educação, por outro, não é possível afirmar que haverá, na mesma proporção, a socialização e democratização do ensino das ciências. Prioriza-se o aprendizado prático, “não cognitivo”, permitindo que se perca de vista a importância do aprofundamento do ensino de geografia, história, sociologia, química, etc. Apregoa-se a centralidade da educação integral, mas sem propor, contudo, a formação integral, pautada no desenvolvimento das capacidades integrais do gênero humano. Parece que em nome da garantia do “direito de aprender das crianças”, as elites nacionais e internacionais passaram a se julgar responsáveis por ditar o que ensinar, quando e como ensinar, como formar os profissionais e como avaliar os sistemas de ensino, negligenciando o processo formativo e estimulando a acirramento da dualidade educacional.

A despeito dos grandes problemas que atravessam a educação brasileira, tais como questões de demanda e acesso à escola, aprendizagem, repetência e permanência dos alunos na escola, o protagonismo empresarial vem se tornando responsável, com incentivo do Estado, por diversas formas de expropriação, sobretudo por reduzir progressivamente o processo de escolarização a simples transferência de competências e habilidades consideradas necessárias a um mundo do trabalho supostamente mais exigente; radicalmente alheio às potencialidades políticas presentes no movimento de apropriação e socialização plena do conhecimento científico, artístico

---

10 No contexto educacional brasileiro o conceito de educação integral está vinculado à ideia de tempo escolar ampliado, seja pela elevação de dias letivos, ou ainda pelo aumento da carga horária diária que um mesmo aluno passa na escola. É nessa perspectiva que foi instituída, a partir da Portaria 1.145 de 10 de outubro de 2016, o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Tempo Integral, criado por meio da Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016. De acordo com essa Portaria: “§ 1o A proposta pedagógica das escolas de ensino médio em tempo integral terá por base a ampliação da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos aspectos socioemocionais, observados os seguintes pilares: aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser (Brasil, 2016).

e filosófico, a tônica dominante confere à educação, de modo inteiramente instrumental, o papel de contribuir com a formação de um trabalhador de perfil resiliente, “qualificado<sup>11</sup>”, disposto a se desafiar e capaz de aprender permanentemente (Motta; Andrade, 2020).

Num momento de esmagamento das lutas sociais, em que a avalanche de “perda de direitos” sociais, sintetizadas pelas “Reformas” (ou anti-reformas) em curso no Brasil e em diversos outros países, escancaram o poder do capital e do Estado em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras, torna-se fundamental olhar criticamente para o processo histórico de mudanças concretas nas formas sociais que nos trouxeram até aqui. Sem isso, é grande o risco de obscurecer e espetacularizar os fenômenos atuais, como se fosse possível gerar novas relações “desde cima”, de uma hora para outra, pela força dos decretos e reformas sem sustentáculos materiais. Se considerarmos verdadeira a noção de que as mudanças nas formas sociais encontram sustentação em processos históricos e que, portanto, a situação atual é produto do desenvolvimento capitalista e de suas crises, não seria possível desconsiderar que, no Brasil contemporâneo, ela também é fruto de um tipo de conformismo conciliatório, que logrou a naturalização de uma ação política pseudo-reformista, subordinada aos preceitos fundamentais do neoliberalismo (Catini, 2017, p. 6).

---

11 É importante destacar que, historicamente, aquilo que os textos oficiais chamam de qualificação, sobretudo aqueles delineados pelas instituições internacionais e pelo empresariado de novo tipo, deriva de uma concepção linear e causal entre educação e crescimento econômico. Trata-se, pois, de uma perspectiva estritamente economicista de educação - reduz a educação escolar à preparação para o mercado de trabalho. Mesmo que seja possível considerar a qualificação como uma estrutura de elementos hierarquizáveis e historicamente mutáveis, determinada pelas especificidades das relações de produção e dos processos vigentes de trabalho, reconhecidamente construídos e transmitidos pela educação escolar, não é correto aceitar que o processo educacional se reduza a esse papel. Essa perspectiva, além de antidialética, nega as potencialidades políticas operadas no seio da apropriação e socialização plena do conhecimento científico, artístico e filosófico. Mais do que consolidar a engrenagem produtiva, o processo educativo, por meio da apropriação do conhecimento, deve propiciar a compreensão da dinâmica das relações sociais para além das aparências fetichizadas e das ilusões largamente difundidas no cotidiano de um mundo do trabalho profundamente reificado (Duarte, 2013). Além disso, diante das novas características do mundo do trabalho, aprofundadas pela devastação neoliberal sobre os direitos do trabalho (atomização das relações de trabalho, protagonismo da informalidade, terceirização, flexibilidade, alta rotatividade do trabalho, dentre outras), é impossível não reconhecer que a estrutura do processo de qualificação foi alterada, e que o apelo à formação de capital humano, ou de competências produtivas, sequer encontra correlação com a devastação que hoje caracteriza o mundo do trabalho, dada sua precariedade.

A subordinação e ajustamento do sistema educacional às sempre novas demandas do sistema produtivo do capital não produz garantias de que haverá como efeito a curto e médio prazo a geração de empregos e/ou postos de trabalhos, sejam eles quais forem, pois, seu papel nessa dinâmica é outro - promover aquilo que os neoliberais chamam de empregabilidade.

Isto é, a capacidade flexível de adaptação individual às demandas do mercado de trabalho. A função “social” da educação esgota-se neste ponto. Ela encontra o seu preciso limite no exato momento em que o indivíduo se lança ao mercado para lutar por um emprego. A educação deve apenas oferecer essa ferramenta necessária para competir nesse mercado. O restante depende das pessoas. Como no jogo de baccarat do qual nos fala Friedman, nada está aqui determinado de antemão, embora saibamos, que alguns triunfarão e outros estarão condenados ao fracasso (Gentili, 1996, p. 15).

A tese da plena autonomia do indivíduo é assumida como corolário de instituições que não teriam outra razão de ser se não o de servir aos interesses particulares. Sedimenta-se um discurso que apesar de extremamente instrumental e liberal, reivindica certa neutralidade política, pois seria puro e simples reflexo das transformações advindas da sociabilidade contemporânea, do processo de reestruturação produtiva e de Reforma do Estado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As novas relações de produção, cada vez mais precárias, tornam urgentes a necessidade de controlar a força do movimento operário e a luta de classe. “A terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global” (Antunes, 2020, p. 11). Aqueles estatutos representativos da proletarização do trabalho vão cedendo terreno para uma materialidade cada vez mais complexa, heterogênea e fragmentada. Alargam-se variadas formas de precarização do trabalho – subproletarização do trabalho – conformadas pelas mais diversas formas de trabalho parcial; enfim, instala-se uma aguda crise que além de afetar diretamente a sua materialidade, produz fortes rebatimentos em sua subjetividade.

Nesse contexto, se faz definitivamente imprescindível para o capital,



sob o risco de propiciar a elevação do nível de consciência das contradições que assolam as condições de vida de toda uma sociedade, o constante (re) alinhamento da identidade do trabalho à materialidade reificada. Ofuscam-se os sentidos que dão corporeidade e força ao sujeito coletivo, intensificando processos de intensa fragmentação política e dispersão espacial da classe-que-vive-do-trabalho.

Segundo a perspectiva dos grupos reformadores da política educacional, há uma sinergia positiva entre a Reforma do Ensino Médio, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e demais alterações legais – as chamadas “competências para o século XXI”. Esses grupos insistem em considerar que as reformas educacionais e sua correlata modernização das práticas teórico – metodológicas, as quais incidem, sobretudo, na conformação do currículo e da avaliação, cumprem o papel de ajustar os processos pedagógicos à necessidade de elevação dos níveis de empregabilidade entre a juventude. No entanto, o que se observa, sobretudo, ao se analisar as alterações direcionadas ao currículo, é a privação dos filhos dos trabalhadores “[...] de uma dimensão crucial da formação humana sem a qual a imaginação e a sensibilidade estética, histórica, e o fazer criativo tornam-se rudimentares” (Leher, 2016, p. 6-7). Ganha espaço e destaque, a defesa de uma versão instrumental da educação, reduzida e fixada nas necessidades de um tipo de formação adaptativa ao trabalho precário.

A formação pretendida pelos postulados da Reforma do Ensino Médio cria grandes obstáculos à secularização e laicidade da vida social, sobretudo por disseminar valores que pretendem moldar a juventude a um mundo tomado por incertezas, perdas de direitos, complexificação dos problemas emocionais e atenuação do senso de coletividade. A escola, cuja função precípua é a promoção do desenvolvimento dos indivíduos por meio da socialização do patrimônio cultural da humanidade, referenciada na ciência, no estudo das artes, da cultura, da filosofia, portanto, na apreensão histórico-crítica da realidade, passa a ser redefinida pelos ideais da empresa capitalista, comprometida com o desenvolvimento de sujeitos ajustados à precariedade e ao trabalho simples.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Geovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatórios. – São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 set. 2016. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Palácio do Planalto. Presidência da República. Brasília, DF, 13 jul. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm)

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002->

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

CATINI, Carolina de Roig. **Privatização da educação e gestão da barbárie**: crítica da forma do direito. Edições Lado Esquerdo, 2017.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**, Vol. 10, Nº 18. (Mao - Outubro 2020): 307-328.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016

DUARTE. Newton. **A individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. – Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

DUARTE, Newton. O currículo em Tempos de Obscurantismo Beligerante. **Revista Espaço do Currículo** [online], João Pessoa, vol.11, n.2, pp.139-145, 2018.

FERNANDES, Luís. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In. SADER, E. GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FREITAS, Luiz Carlos de. Lei de responsabilidade educacional? **ComCiência** [online]. 2011, n. 132. ISSN 1519 – 7654.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. A importância da avaliação: em defesa de uma responsabilização participativa. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 127-139, maio/ago. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento e consciência. In: **IV CBE**. Goiânia, 1986.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. Escola SA: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE (1996).

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 10. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises do Brasil, 2010.

IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilidade justifica a inclusão excludente. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, Roberto. Uma etapa crucial da contrarreforma. **Le Monde Diplomatique – Brasil**. 3 de novembro de 2016 (p.6-7). Disponível: <http://diplomatique.org.br/uma-etapa-crucial-da-contrarreforma/>. Acesso: 18 de fevereiro de 2022.

MARTINS, Erika. M. **Todos pela Educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2016.

MISES, L. V. **Liberalismo**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises do Brasil, 2010.

MOTTA, V.; ANDRADE, M. Empresariamento da educação de novo tipo: mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. **REVISTA DESENVOLVIMENTO E CIVILIZAÇÃO**. 1/janeiro 2020 – junho 2020.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In. SADER, E. GENTILI, P. (orgs.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA NEGRÃO, José de. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, [S.I.], n. 1, p. 103-112, nov. 2004. ISSN 2526-3706.

SILVA, Márcio Magalhães da. **A formação de competências socioemocionais como estratégia para captura da subjetividade da classe trabalhadora**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157212>.

# A DINÂMICA DA ALIMENTAÇÃO: ENTRE TÉCNICAS, TECNOLOGIAS E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES COM O ESPAÇO<sup>1</sup>

Greiziene Araújo Queiroz de Sousa  
Sônia de Souza Mendonça Menezes

## INTRODUÇÃO

A história da alimentação é também a trajetória da humanidade. Portanto, falar de alimentação é tratar de um tema intrínseco à sociedade. Nas palavras de Fischler (1995, p. 11), não há “nada mais vital, nada mais íntimo” do que o ato de se alimentar. A intimidade à qual se refere o autor é a ingestão do alimento, que se torna um com o corpo, relação essencial para a manutenção da vida. Contudo, é necessário ir além do corpo para encontrar o espaço, condição da existência. Enquanto no organismo operam as trocas metabólicas, na sociedade operam os processos sociais circunscritos no espaço. Diante do exposto, o objetivo desse texto é discutir as mudanças na obtenção do alimento/comida no transcorrer da história e seus rebatimentos no espaço.

Segundo Isnard “o espaço é uma componente da estratégia de vida” (1982, p.32), este é transformado, organizado para garantir a reprodução social. Para isso, a humanidade recorre ao seu [...] “alto grau de desenvolvimento mental [que] faz dele um inesgotável criador de técnicas” (Sorre, 2003 [1967] p.139). Na alimentação, estão presente no extrativismo, cultivo, fabricação e preparo do alimento, não de forma estática, mas em constante transformação.

A obtenção do pão de cada dia foi modificada com o tempo, mas a incerteza parece ser uma constante na história da humanidade. A coleta e a caça não garantiam uma fonte segura de suprimento diário, com a agricultura foi

---

1 O presente texto é parte da tese de doutorado intitulada “A expressão territorial da comida de rua em Ilhéus e Itabuna-Bahia” defendida em 2023, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Sônia de Souza Mendonça Menezes.

possível armazenar os grãos, mas o surgimento da propriedade privada assegurou o estoque, não a distribuição. A indústria contribuiu para conservar e diversificar os itens da alimentação, mas também serve para confundir as mentes, Fischler (1995) chamou de “cacofonia alimentar”, são muitas vozes com distintos discursos sobre o que comer, não há consenso. É nesse itinerário que se trilhou a primeira seção. Na segunda, há uma discussão da obtenção dos alimentos com o advento das tecnologias sejam os supermercados como também os espaços digitais de comercialização e *Delivery*. A aquisição do alimento/comida é facilitada pela praticidade e variedade. Contudo, a renda ainda é um fator determinante.

Debater sobre a alimentação é tão complexo quanto necessário, retratar sua trajetória é imprescindível para compreender contradições atuais de escassez de comida de no prato e abundância de commodities transgênicas e ultraprocessados. Essa é uma tarefa para os/as pesquisadores/as do presente, interessados nas dinâmicas sociais.

## **DE COLETORES A CONSUMIDORES: MUDANÇAS NAS RELAÇÕES SOCIEDADE NATUREZA**

O filósofo Ortega y Gasset (1963), alude que a existência humana é permeada por um reino de necessidades, como alimentação e abrigo. Para satisfazê-las, um repertório de atividades é criado, implicando deslocar-se, elaborar estratégias e fazer escolhas. Assim, faz-se necessário um esquema de atos que “[...] modificam ou reformam a circunstância ou natureza, conseguindo que nela haja o que não há [...] estes são os atos técnicos, específicos do homem” (Idem, p. 14). Diferentemente do animal, o homem não se submete à natureza, ele utiliza suas faculdades mentais, expressas no conjunto de atos que “é a técnica, que podemos, desde logo, definir como a reforma que o homem impõe à natureza em vista da satisfação de suas necessidades” (Idem, p. 14). Ele faz fogo mesmo não havendo fogo; constrói um abrigo na ausência de uma caverna para se proteger das intempéries da natureza e dos predadores.

No âmbito da alimentação, entre as técnicas mais significativas está o domínio do fogo. Para Harari, ao “domesticar o fogo, os humanos ganharam o controle de uma força obediente e potencialmente ilimitada” (2014, p. 16). Nesse período, o fogo servia para afastar predadores, purificar o alimento e

inserir novos hábitos na dieta alimentar. O homem é o único ser vivo que elabora sua refeição, a técnica do fogo o diferenciou de toda a natureza exterior.

Os atos técnicos (Ortega Y Gasset, 1963) se multiplicaram com o fogo: assar, defumar, cozer e estocar carnes, o que demandava a criação de utensílios como espetos, lâminas, recipientes em pedra, couro, madeira e cerâmica (Carneiro, 2003). A cada desafio encontrado a resposta era a técnica; grande parte do esforço empregado pelo homem era para manter-se vivo, e alimentar-se era crucial. Segundo Ratzel, “La alimentacion es la necesidad más urgente, tanto para los particulares como para la coletividade; [...] prevalecen sobre todas las demás” (1987 [1900], p. 196). Estar nutrido significava estar mais apto para fugir dos predadores, pensar com mais clareza, ter energia para adquirir novos alimentos e conhecer o terreno.

É preciso considerar que cada grupo humano possuía suas especificidades técnicas. Com efeito, é importante reconhecer que “[...] ao longo de todo o processo de hominização, cada nova geração toma seu impulso no terreno técnico e cultural enriquecido pelas gerações precedentes” (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 68). Logo, é possível falar em herança técnica. A faca, o arpão, a agulha e a ponta de lança são exemplos claros dessa herança que ainda hoje são utilizados, embora com materiais diferentes como aço inoxidável. Os instrumentos também evidenciam a busca por satisfação das necessidades imediatas, seja a alimentação ou a defesa.

Coletores e caçadores transformam-se em “uma raça de cozinheiros” (Harari, 2014, p. 17). Isso tem implicações na manutenção da vida, na organização de um grupo maior, como também numa cultura alimentar. Para Isnard, “Com o homem nasceu a cultura, este banco de informações que se enriquece de geração em geração” (1982, p. 35). O alimento está, em parte, associado ao cru, natural, enquanto a comida é o resultado final do preparo (Da Matta, 1986). Assim, o modo de fazer a comida possui uma relação direta com a cultura, bem como o conjunto de alimentos que são eleitos/aceitos como comestíveis. Esses elementos agrupados formam a cozinha de cada lugar (Fischler, 1995).

Nesse período da história, as técnicas permitiam, apenas, obter recursos passageiros. Contudo, “Na eterna luta pela vida, o homem não só não se defronta com forças isoladas, mas ele mesmo intervém para formar novos núcleos em proveito próprio, como na associação de plantas de cultivo” (Sorri, 2003 [1967], p. 140). No ímpeto por viver, se desenvolve a revolução alimentar neolítica, quando se tornou possível a domesticação de animais

e plantas. O impulso técnico<sup>10</sup> para esse acontecimento foi o polimento da pedra, o que permitiu criar ferramentas como machados, enxadas e, ainda, “[...] por outras inovações revolucionárias, como a construção de moradias duráveis, a cerâmica de argila cozida e os primeiros desenvolvimentos da agricultura e da criação” (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 70).

Sem dúvida, a agricultura e a criação trouxeram uma nova feição para o meio, tornando paulatinamente espaço geográfico, momento em que “[...] a humanidade tentou libertar-se das coações do meio para organizar o espaço onde desenrola a sua história” (Isnard, 1982, p. 17). Não apenas organizar, mas também produzir<sup>11</sup>, pois traz à existência um espaço que até então não existia.

Entre “10.000 e 5.000 anos antes de nossa Era, algumas dessas sociedades neolíticas tinham, com efeito, começado a semear plantas e manter animais em cativeiro, com vistas a multiplicá-los e utilizar-se de seus produtos” (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 70). Com as novas técnicas, tornam-se, também, cultivadores. Esses eventos provocaram uma mudança significativa, na medida em que a “agricultura nos permitiu multiplicar num grau formidável as populações de algumas poucas espécies de alimentos e, assim fazendo, multiplicou também a nossa própria espécie” (Pollan, 2006, p. 14).

A oferta de alimentos não significou apenas crescimento populacional, mas também organização social. Segundo Childe (1981 [1950]), a revolução agrícola, neolítica, favoreceu a revolução urbana, que se traduziu em densidade populacional, produção de alimentos com geração de excedentes, controle e concentração da produção, especialização de ofícios manuais, fiscais e intelectuais e, conseqüentemente, divisão da sociedade em classes. Conforme o autor, a acumulação de alimentos foi a primeira forma de acumulação de capital. Assim, o excedente de alimentos:

[...] devia alimentar um grupo de comerciantes e trabalhadores em transporte [...] um grupo de artesãos especializados, [...] soldados para proteger os comboios e apoiar os mercadores pela força, escritas para manter registros de transações que se tornavam cada vez mais complexas, e funcionários do Estado para conciliar interesses em choque [...] (Childe, 1981, p. 144).

É a oferta de alimentos, possibilitada por novas técnicas criadas pela humanidade, que constitui o mercado, e este tem por finalidade, segundo Smith,



“[...] simplificar e centralizar as complexas trocas que ocorrem”. Com efeito, “[...] a produção para a troca faz com que a relação com a natureza deixe de ser exclusivamente a de valor-uso” (Smith, 1988, p. 77). Logo, o alimento passa a ser valorado como mercadoria, de modo que “os alimentos extras não se traduziram em uma dieta melhor” (Harari, 2014, p. 86). Contraditoriamente, o excedente da produção de alimentos favoreceu a criação de uma elite. É nesse cenário que se constitui o Estado para “[...] administrar a sociedade de classe, conforme os interesses da classe dominante” (Smith, 1988, p. 79). Notadamente, não é possível desconsiderar a relação intrínseca entre alimentação e poder.

A técnica, que, *a priori*, libertaria o homem da fome, dando-lhe a possibilidade de cultivar o alimento, domesticar animais e acumular excedentes, não cumpriu com esse objetivo, visto que não é um fim em si mesma. É certo que “[...] o estudo das técnicas ultrapassa largamente, desse modo, o dado puramente técnico e exige uma incursão na área das próprias relações sociais” (Santos, 2013 [1994], p. 59). É no âmbito das relações sociais que ocorrem mudanças significativas, ou seja, à medida que a produção de alimentos cresce, as trocas se intensificam e se constitui a propriedade privada.

A velha sociedade, baseada nos laços de parentesco, é destruída em decorrência do choque entre as classes sociais recém-formadas. Em seu lugar surge uma nova sociedade, organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são agrupamentos sedimentados em laços de parentesco, mas unidades territoriais, uma sociedade em que o regime familiar está totalmente submetido às relações de propriedade (Engels, 2019 [1884], p. 9).

Engels demonstra como o Estado é organizado em função da manutenção da propriedade privada. Quando uma nova (des)ordem é estabelecida, há sempre favorecidos e desfavorecidos. Não é intenção desta tese discutir, profundamente, o Estado ou as classes sociais, no entanto é preciso destacar que as discussões acerca da alimentação e da técnica não são neutras e, também, que as relações de poder interferem tanto na forma quanto na sociedade que se alimenta, bem como nas técnicas que utiliza.

Pode-se, então, inferir que o espaço geográfico se constitui a partir da relação entre o homem e o meio, enquanto o território é constituído na relação desigual entre os homens. Nas palavras de Raffestin (1993, p. 144), “O

espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Na produção de alimentos, o espaço seria a liberdade original, nesse momento específico, condição inata ao homem. O território se estabelece na relação de estranheza entre nós e os outros. Portanto, o território necessita do espaço para existir.

As mulheres e os homens, por intermédio da técnica, transformam o espaço geográfico: irrigação, cultivos, canais, templos, oficinas e cidades. Assim, o espaço “[...] por suas características e por seu funcionamento [...] é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais” (Santos, 2004 [1978], p. 96). Com o passar do tempo, as cidades ganham uma forma distinta da do campo, embora sejam engendradas pelo mesmo processo. Isso acarretou uma análise dicotômica que separava a cidade do campo e a sociedade da natureza, como se se tratasse de unidades antagônicas. É importante considerar que a forma “é o aspecto visível” que não pode ser considerado isoladamente, pois se trata de um “arranjo ordenado” por fazer parte de um sistema maior, uma totalidade, que não pode ser compreendida isoladamente (Santos, 2008 [1985], p. 69).

A Revolução Industrial representou mudanças significativas no âmbito socioeconômico e, conseqüentemente, na alimentação. No entanto, não se pressupõe que toda a sociedade tenha vivido essa realidade ao mesmo tempo; pensar assim seria ingênuo. Reconhecemos que “O fenômeno, [...], era limitado. Eram poucos os países e regiões em que o progresso técnico podia instalar-se” (Santos, 2006, p. 159). Logo, não se trata de generalização, mas de particularidades. No entanto, é importante frisar essas mudanças porque contribuem para dinâmica alimentar.

O que há de novo nesse período se a técnica sempre existiu habitando o homem? Segundo Santos, pode-se destacar que “As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos” (Santos, 2006, p. 158). Assim, a incidência do meio técnico hierarquizou os lugares, industrializados e não industrializados, conferindo aos não industrializados um estigma de atraso, o que não foi diferente para a cidade e o campo. É na cidade que esses objetos técnicos, cada vez mais artificiais, se instalam com maior intensidade.

De acordo com Souza (2005, p. 27), “A cidade é [...] um espaço de produção não agrícola (ou seja, manufatureira ou industrial) e de comércio e

oferecimento de serviços”. Essas atividades que constituem a cidade, nesse momento histórico, também serviram como elemento de diferenciação entre elas, ou seja, a hierarquia urbana<sup>19</sup>. Logo, o contingente populacional e a oferta de serviços e atividades industriais demonstravam, nesse período, o poder de uma cidade e de sua classe dominante.

Outra característica marcante é que os componentes materiais do espaço não estão restritos ao natural/cultural, são também artificiais, técnicos, “[...] já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses” (Santos, 2006, p. 158). Um bom exemplo empírico para a citação de Santos é a fábrica, objeto técnico, uma prótese no sentido estrito da palavra, como componente artificial destinado a uma finalidade. Com a fábrica, alteram-se a forma de produzir e consumir e as relações de poder.

Conforme Marx e Engels:

[...] o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos. [...] à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais [...] (1999 [1848], p. 9).

Falar de indústria é discutir o par industrialização/urbanização, visto que ambas alteram os modos de vida. Engendradas pela burguesia, que “Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos”, isso acarretou o aumento das desigualdades, a centralização do poder político e econômico e ainda “submeteu o campo à cidade” (Marx; Engels, 1999 [1848], p. 14), e com isso controlou a produção, a distribuição e o consumo dos alimentos. Tornou a cidade mais atrativa do que o campo, um chamariz para as massas empobrecidas e expropriadas em busca de melhores condições de vida, o que na prática revelou-se um engodo.

Engels (2010 [1845]) relata no livro *A situação da classe trabalhadora* as condições de moradia, trabalho, vestuário e alimentação em meio à Revolução Industrial. Assinala que, “Nas grandes cidades da Inglaterra, pode-se ter de tudo e da melhor qualidade, mas a preços proibitivos e o operário, que

deve sobreviver com poucos recursos, não pode pagá-los” (Idem, p.109). Ainda descreve as condições dos alimentos, dizendo que “as batatas que [o trabalhador] adquire são de má qualidade, os legumes estão murchos, o queijo envelhecido é mau, o toucinho é rançoso e a carne é ressequida, magra, muitas vezes de animais doentes” (Idem, p. 110). Com isso, fica evidente que o avanço técnico desse período não se traduziu em uma alimentação de melhor qualidade para a população em geral.

Apesar do aumento na oferta de produtos destinados à alimentação, há um enclave social entre oferta e aquisição. Segundo Pierre Bourdieu<sup>20</sup>, há uma “relação direta entre renda e consumo” (2007, p. 352). O autor faz uma análise sociológica da distinção entre as classes sociais levando em consideração a alimentação, a arte, os esportes, entre outros aspectos. Conclui que “[...] o gosto é quase sempre produto das condições econômicas [...]” (Idem, p. 352). São as “restrições materiais e as urgências temporais” que condicionam o “estilo de vida”, logo a classe popular se alimenta com base nos poucos recursos e nos imperativos mais imediatos, ou seja, a “submissão à necessidade” (Idem, p. 353).

Ao analisar a realidade brasileira Becker e Egler corroboram Prado Júnior (1976) ao afirmarem que as condições para o desenvolvimento da indústria no Brasil estavam diretamente ligadas ao complexo agroexportador do café. Acrescentam ainda que “O mercado interno ampliou-se com a emergência da classe média urbana e com a substituição dos escravos por trabalhadores livres, solucionando o problema da mão de obra e liberando capitais para outros investimentos”, como a indústria (Becker; Egler, 1994, p. 68). Forma-se um mercado de trabalho no Brasil composto por trabalhadores rurais impedidos de ter acesso à terra, pela lei de 1850, que subordinou o trabalhador ao latifúndio; somam-se a eles quase um milhão de trabalhadores disponíveis após a abolição da escravidão, em 1888, imigrantes europeus, a migração interregional, principalmente do Nordeste para o Sudeste, e a migração campo-cidade (Prado Júnior, 1976; Becker; Egler, 1994).

Na década de 1920, alguns grandes estabelecimentos sobressaíam no urbano, como o Moinho Inglês (grafia do período), atuava na produção de farinha e na distribuição de biscoitos e massas Aymoré (grafia do período). O trigo sempre esteve na pauta de importação de alimentos (Prado Júnior, 1976) e, após a instalação dos moinhos e das indústrias, tornou-se possível produzir a farinha e seus derivados. Diferentemente do trigo, 3.422 estabe-

lecimentos beneficiadores de arroz trabalhavam com a produção nacional. Em 1918, o país exportava o excedente do cereal, que passava a ser cultivado em todos os estados (Duarte, 1941).

Os derivados da cana ocupam o segundo lugar no beneficiamento (64.573 estabelecimentos) com açúcar, álcool e aguardente. De acordo com Santos e Silveira (2001), as usinas sucroalcooleiras foram historicamente instaladas no rural devido à proximidade da matéria-prima e/ou das fontes energéticas com maior presença na região Nordeste, porém não exclusivamente. No Sudeste, no início do século XX, a cidade de Piracicaba, no interior de São Paulo, assume uma posição de destaque nessa atividade, operando em três Engenhos Centrais e usinas de grande porte, utilizando-se de terras impróprias para a cafeicultura (CARAN, 2012).

A indústria de enlatados e conservas, nesse período, de carne e peixe, manteiga, massa de tomate, doces e leite condensado “impôs-se porque é duradoura e porque todos os seus índices nutrientes, higiênicos e gustativos podem ser quantificados” (CAPATTI, 1998, p. 594). Por meio das conservas e dos enlatados, a indústria busca superar o tempo, pela durabilidade, e o espaço, pela distribuição.

Mais que produzir e consumir novos alimentos, o que ocorre é uma transição do saber culinário no século XX, como mostra Oliveira (2019) no livro *Dos cadernos de receitas às receitas de latinhas*. A autora enfatiza o papel da indústria como instrutora e portadora de um novo fazer culinário que passa a ser instituído por meio de rótulos, embalagens, revistas e folhetos.

A indústria do frio, no Brasil, ensaiava seus primeiros passos. De acordo com a tabela 7, apenas 24 indústrias (8 de carnes e 16 de leite) operavam nesse segmento em 1920. A indústria de carne congelada recebe investimentos durante a Primeira Guerra Mundial (1914- 1918) em função das limitações de importação. Nesse período, “implantaram-se no Brasil indústrias subsidiárias estrangeiras [...] como a Swift, Wilson e Anglo” (Becker; Egler, 1994, p. 76) no setor frigorífico. Por um lado, é positiva a substituição das importações; por outro, a entrada de capital internacional estreita o mercado nacional, o que favorece a formação de monopólios.

Segundo Capatti (1998, p. 602), “Com a refrigeração, surge um novo modelo dietético”, ou seja, produtos são fabricados com a finalidade do congelamento, e produtos já conhecidos ganham maior durabilidade. Com isso, “Acaba de se iniciar a era da simulação do fresco” (Idem, 1998, p. 603). Um

produto alimentício refrigerado não permite precisar ao certo a sua validade. É importante também considerar que o advento da refrigeração vai provocar uma maior subordinação do campo (pequeno produtor) à cidade (indústria). Os produtores com poucos recursos, sem possibilidade de refrigeração em sua propriedade, comercializam sua produção a baixo custo em função da perecibilidade.

O desempenho da indústria é mostrado no relatório *Brasil compra e vende*, que destaca os dez principais itens do comércio de exportação em 1940: café, algodão, carnes e derivados, couros e peles, cacau, cera de carnaúba, baba de mamona, pedras preciosas, óleos vegetais e madeira (Duarte, 1941). Fica evidente o caráter agrário alimentar da indústria nacional, que atuava no beneficiamento dos alimentos e derivados, bem como no extrativismo. Contudo, já dá sinais de uma mecanização da produção (campo e cidade) e da circulação com portos, ferrovias, estradas, telégrafos e energia (Santos; Silveira, 2001). Por fim, nota-se que o período lançou as bases para o próximo período, que no Brasil se manifestou após a Segunda Guerra Mundial, a qual modificou radicalmente os hábitos alimentares.

Radovan Richta o chamou de período técnico-científico, em que “L’homme devient progressivement maitre de sa propre existence” por sua capacidade técnica de “raccourcir les distances, se condenser le temps, le milieu artificiel se substituer partout au milieu naturel; la science fait son entrée dans l’ensemble de la vie sociale, ouvrant continuellement de nouvelles dimensions au mouvement” (1968, p. 3). Essa entrada da ciência em todas as dimensões da vida alterou drasticamente a alimentação.

Pode-se afirmar que o espaço “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2006, p. 39). É conjunto porque seu funcionamento é sistêmico, nada está à parte, cada fração é parte/todo da totalidade. É necessário pontuar, aqui, como os objetos e ações repercutem no campo brasileiro por se entender que o mesmo sistema de acumulação capitalista que rege o urbano rege também o rural, e os objetos técnicos da agricultura passam a ter uma carga científica e tecnológica, sejam os pesticidas, fertilizantes, maquinários e/ou sementes.

A Revolução Verde, segundo Goodman, Sorj e Wilkinson (2008, p. 11), inclui “[...] ‘pacotes’ tecnológicos de inovações genéticas, químicas e mecâ-

nicas [...]”. Para os autores, a segunda metade do século XX foi marcada por uma aliança entre Estado, capitais agroindustriais e “lobbies” agrários. Essa coalisão acarretou uma maior concentração de terra, a expropriação da população rural, a monopolização da agricultura e a legitimação do latifúndio por aparentemente cumprir seu papel social de produzir “alimento”, quando na realidade a maior parte da produção não se destina à alimentação, como a soja.

Em *A Mundialização da Agricultura Brasileira*, Oliveira (2016) discute como as corporações monopolizaram a agricultura mundial, exemplificando com dados substanciais a monopolização de sucos de fruta, carnes, cereais, café e lácteos. Entre tantas consequências, pontua as implicações para a soberania alimentar, “tornando o mercado como regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais” (Idem, p. 123). Assim, o mercado define o que será plantado, o preço das commodities, por meio das bolsas de mercadoria, e a quem se destina a produção.

Conforme Cruz, existe uma relação contraditória entre o excesso da produção de alimentos no campo e a escassez no prato. Segundo a autora, as “dificuldades de acesso fazem com que, ainda hoje, apesar de aumento significativo na produção de alimentos, milhões de pessoas ao redor do mundo estão em situação de insegurança alimentar” (Cruz 2018, p. 104). Por outro lado, multiplicam-se a oferta e o acesso a “alimentos hipercalóricos, ricos em gorduras e açúcares e pobres em vitaminas, fibras e minerais reforça outra face da fome” (Cruz, 2018, p. 104).

Passados 50 anos, a oferta desses “alimentos” se prolifera nas prateleiras dos supermercados, mercadinhos de bairros, mercearias, quitandas, armazéns e bodegas e, atualmente, não está restrita ao urbano, mas também atinge o rural. Menezes (2013), assevera que as alterações na alimentação sertaneja reflete a interferência da indústria, evidenciada na utilização de óleo de soja em detrimento da banha de porco, na ingestão de massas industrializadas, no uso da margarina onde predominava o consumo da manteiga e na substituição do cuscuz de milho *in natura* por flocos de milho transgênico. As transformações na alimentação no campo foram “motivadas pela inserção do meio técnico-científico, pelo poder do *marketing*, da propaganda e dos grandes conglomerados nacionais e transnacionais” (Menezes, 2015, p. 55).

Conforme Fischler, a “alimentación se ha convertido en una industria [...] las três cuartas partes de nuestros alimentos han pasado por las manos

de la indústria” (1995, p. 186), e o supermercado tem um papel fundamental nesse novo arranjo, com uma difusão planetária de novos produtos alimentícios.

## **DOS SUPERMERCADOS AOS ESPAÇOS VIRTUAIS DA ALIMENTAÇÃO**

Segundo Rastoin e Gherzi (2010, p. 19), os sistemas alimentares são estruturados como uma “réseau interdépendant d’acteurs [...] localisé dans un espace géographique donné [...] et participant directement ou indirectement à la création de flux de biens et services orientes vers la satisfaction des besoins alimentaires”. Os autores enfatizam a questão da localização dos sistemas alimentares, contudo o estar no lugar não significa enraizamento, isso é verificado na ação das grandes redes. É notória a contribuição para a circulação de bens e serviços, no entanto é controverso pensar que o objetivo seja atender às necessidades alimentares, pois a “comida foi e ainda é um capítulo vital na história do capitalismo” (Canesqui; Garcia, 2005, p. 10)

O supermercado está presente no cotidiano das cidades, reflexo da urbanização, da globalização e da aceleração do tempo. Gomes Júnior, Pinto e Leda, afirmam: “No imaginário brasileiro de fins dos anos 1960 e início dos 1970, o supermercado apresentava-se [...] como um espaço de modernidade” (2016, p. 65) em razão da oferta e variedade de produtos, do funcionamento diário e seu horário prolongado. Nesse período, uma ida ao supermercado não significava apenas abastecer a despensa, mas também “um programa familiar mensal” (Idem, 2016). No final dos anos 1990, essa modalidade de varejo representava 85% da distribuição de gêneros alimentícios no Brasil (Rojo, 1998).

A diversidade e a regularidade constituem as características mais acentuadas dos supermercados. Enquanto na feira o alimento está ligado ao calendário e às estações do ano, nos supermercados é possível oferecer os mesmos produtos durante todo o ano. Em parte, isso se explica porque a “[...] rede de transporte e a capacidade de armazenamento asseguram a regularidade de fluxo do abastecimento, transformando a produção cíclica e variável em fluxo regular e contínuo” (Becker, 1966). Por outro lado, os incontáveis produtos alimentícios ofertados não necessitam dos alimentos de verdade para serem produzidos, mas de aditivos químicos que reproduzem o sabor artificial que simula o natural. Ainda, uma mesma fonte alimentar primária pode resultar em diferentes produtos, a exemplo do tomate, trans-



formado em: extrato, molho, polpa, desidratado, cozido sem pele, *ketchup*, entre outros.

Atualmente, as lojas de autosserviço alimentar variam no formato, na área de venda, na porcentagem de itens destinados à alimentação, no número de caixas (*check-out*) e seções (Quadro 1). Para a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), há formatos como superloja, hipermercado, supercenter e atacado misto que disponibilizam itens de mercearia a eletroeletrônicos no mesmo estabelecimento.

**Quadro 1:** Característica das lojas de autosserviço alimentar brasileiro

Formato	Área de venda (m <sup>2</sup> )	Nº médio de itens	% de não alimentos	Nº de check-outs	Seções*
Loja de conveniência	50/200	1.000	1	1/2	I, IV e V
Loja de sortimento limitado	200/400	900	2	2/4	I, III, IV e V
Supermercado de proximidade	150/400	4.000	1	2/4	I, II, III, IV e V
Supermercado compacto	300/800	6.000	3	2/7	I, II, III, IV e V
Supermercado tradicional	800/2.500	12.000	5	6/16	I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII
Supermercado <i>gourmet</i> e de especialidades	1.000/1.900	16.000	6	5/12	I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII
Superloja	2.500/ 4.500	24.000	10	16/30	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X
Hipermercado	6.000/ 10.000	50.000	35	30/60	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X
Super center	8.000/ 12.000	60.000	40	30/60	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X
Loja depósito	3.500/ 5.000	7.000	7	20/30	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X
Clube atacadista	5.000/ 10.000	6.000	50	14/25	I, II, III, IV, V, VI, IX e X
Atacado misto	2.500/ 6.000	9.000	9	20/28	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e X

Elaborado pela Sousa, G.A Q de, 2023.

\*Seções: (I) Mercearia, (II) Carnes e aves, (III) Frutas e verduras, (IV) Frios e laticínios, (V) Bazar, (VI) Peixaria, (VII) Padaria, (VIII) Rotisseria, (IX) Têxtil, (X) Eletroeletrônicos. Fonte: ABRAS, 2012.

No quadro 1, é possível verificar que quanto maior o porte do estabelecimento maior é a porcentagem de itens não alimentares comercializados no local. O formato Clube Atacadista chega a destinar 50% do comércio a itens não destinados à alimentação, enquanto lojas de conveniência e supermercados de proximidade correspondem a 1%. Conforme *Antônio Carlos Ascar, especialista em varejo, entrevistado pela ABRAS (2012), as lojas de conveniência são, em geral, uma nova roupagem das padarias que inseriram itens de mercearia em seus estabelecimentos, e há também dessas lojas atreladas a postos de gasolina. Observa-se, ainda, que as seções de mercearia, frios/laticínios e bazar aparecem em todos os formatos. O bazar se refere a papelaria, brinquedos e utilidades domésticas. Ainda segundo Ascar, o supermercado compacto é o mais comum em bairros periféricos, geralmente de propriedade familiar; atende às classes C e D, comercializa preferencialmente itens de mercearia, frutas e verduras, carnes e aves, laticínios e bazar. Um formato mais recente é o supermercado gourmet e de especialidades, mais direcionado a produtos importados, vinhos, especiarias e iguarias, destinados às classes mais abastadas.*

Santos e Silveira, asseveram: “Os supermercados, são, hoje, elos fundamentais nas cadeias de distribuição e produção [...] criando marcas, agindo como oligopsônio em algumas produções [...] comandando uma grande parcela do comércio varejista” (2001, p. 150). Não se trata apenas da distribuição, mas da produção de linhas próprias, como no caso do Grupo Pão de Açúcar (GPA), que desenvolveu em 2006 a marca Taeq de produtos orgânicos para consumidores específicos. Por esse motivo, os autores se referem ao oligopsônio, ou seja, poucos compradores por não se tratar de produtos de massa.

Os supermercados representam uma expressão do capitalismo no sistema alimentar urbano, assim é possível adequá-los ao conceito de impérios alimentares, aludido por Ploeg (2008, p. 6), caracterizados pelo “expansionismo, o controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas”. O expansionismo se refere ao alcance global dessa modalidade de varejo que alcança a escala das metrópoles até as pequenas cidades, enquanto o controle hierárquico pode ser atribuído às escalas de comando que, embora estejam distantes no território, operam, por meio das normas, selecionando lugares e regulando preço e oferta de produtos. No que se refere às novas ordens materiais e simbólicas, operam na cria-

ção de novos produtos, gostos e desejos para formar um padrão alimentar sem história, sem memória, mas impregnado de signos e significados de status sociais que “não nos fornece a realidade, mas a vertigem da realidade” (Baudrillard, 1995, p. 24).

Esse comando se torna cada vez mais ampliado em virtude do alcance, mas reduzido em relação aos poucos grupos que lideram o abastecimento urbano. No Brasil, grandes varejistas controlam o setor supermercadista nacional, apesar de estarem sob nomes e bandeiras diferenciadas. Essas empresas crescem por meio de aquisição, fusão ou incorporação e assim dominam o território brasileiro, “levando imposição das normas dos grandes agentes da economia mundial sobre os lugares, que tem então seus destinos ditados pelos mesmos” (Toledo; Castilho, 2008, p. 90).

Essas empresas adotam inúmeros formatos com distintos objetivos. A Cassino Guichard Perrachon & Cie As, por exemplo, com a Pão de Açúcar, opera como a maior varejista do setor de alimentos no Brasil e está voltada para um público de elevado nível de renda como supermercado de vizinhança; geralmente em bairros nobres, oferece produtos e serviços especializados, além de refeições prontas. Na bandeira Compre Bem, a mesma empresa opera de modo oposto, voltando-se para a classe popular. Com a razão social Assaí, trabalha com o atacado e o varejo direcionados para pequenos comerciantes, sejam eles mercadinhos, lanchonetes, bares, restaurantes, cozinhas industriais e padarias (Xavier, 2009).

Essas empresas integram o império alimentar composto “[...] por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc.” (PLOEG, 2008, p. 20). Esse contexto é diferente do da feira livre, que está ligada a agricultura familiar, pequenos comerciantes, perseguida pelo poder público por normas higienistas, desamparada legalmente, com mobilidade reduzida a cadeias curtas de comercialização e tecnologia residual.

As empresas supermercadistas na modalidade atacado são mais comuns em cidades de médio a grande porte, a exemplo da Carrefour, com as bandeiras Atacadão e Mineirão; e a Casino Guichard Perrachon na razão social Assaí. Geralmente se localizam nos eixos rodoviários de grande movimentação e contiguidade regional. Segundo Pintaldi, a “localização favorável [...] permite que as grandes empresas de supermercados trabalhem

com uma margem de lucro maior, já que isso é compensado por um volume muito grande de vendas” (1988, p. 36). Para os grandes empreendimentos supermercadistas, o território é um recurso valioso tanto pela exploração do trabalho quanto pela reprodução do capital.

O lucro ainda é maximizado pelo fato de possuírem cartões de crédito do próprio supermercado em parceria com o capital financeiro. O Atacadão e o Assaí aceitam uma grande variedade de pagamentos a prazo, mas estimulam o consumidor a pagar com o cartão da empresa por meio de vantagens especiais como descontos e prazos para fidelizar o cliente. Conforme Silveira “[...] hoje, o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito, para estender suas oportunidades de lucro e, assim, os requisitos exigidos são mínimos” (2009, p. 69) como identidade, cadastro de pessoa física ou jurídica e comprovante de residência.

De acordo com a classificação da ABRAS, estão entre as denominações supermercados compactos ou tradicionais que atuam nos formatos de mercaria, carnes e aves, frutas e verduras, frios e laticínios, bazar, peixaria e padaria. Esses estabelecimentos oferecem pagamento a prazo e parcelado, infraestrutura com estacionamento, banheiros e climatização e uma grande variedade de produtos industrializados destinados à alimentação.

Na realidade, são lugares de extrema impessoalidade e inflexibilidade para a negociação de preço. As aparentes vantagens na verdade são estratégias dos empresários para que o consumidor não tenha pressa para sair do estabelecimento e assim consuma além do necessário, por esse motivo muitos supermercados oferecem também serviços de lanchonete. Ao realizar as compras no crédito, o consumidor fica refém do supermercado, sem dinheiro para o mês seguinte, quando deve ser feito o pagamento da fatura do cartão, o que se torna um ciclo vicioso. A variedade de produtos alimentícios (des)educa o paladar condicionado a sabores construídos quimicamente. Desse modo, “Onde quer que atue e penetre, o império cria um regime super abrangente que exclui a autonomia, [...] o controle centralizado e a apropriação são suas principais características e mecanismo de desenvolvimento” (PLOEG, 2008, p. 297).

Esse controle centralizado é expresso na vida cotidiana como principal local de comercialização de produtos alimentícios; é também uma manifestação do autoritarismo do que é servido à mesa, do que se come, e uma re-

lação de poder expressa no território identificado claramente com a instalação de unidades nas imediações das feiras livres de maior porte.

Segundo Wille, os supermercados também buscam reproduzir signos da feira livre por meio de estratégias como utilização de “cestas de vime ou caixas de madeira no setor de hortifrutigranjeiros” e disposição de produtos em barracas (2014, p. 70). Em 2015, a empresa Vapza de alimentos orgânicos adotou a estratégia publicitária de levar a feira para o supermercado com barracas de papelão reciclável. Essa tentativa de aproximação com a feira é também uma tática para remeter ao campo, ao tradicional e ao saudável a fim de atrair consumidores mais preocupados com a qualidade do que se come (Wille, 2014), uma vez que no supermercado predomina a comida industrializada, que Pollan (2006, p. 20) classificou como “toda comida cuja proveniência é tão complexa e obscura que exige a ajuda de um especialista para determinar de onde ela veio”. O autor se refere, nesse dito, ao processo produtivo como também aos rótulos confusos.

Embora as grandes redes se destaquem pelo volume de produtos, pela mobilidade de capital e pela inserção de tecnologia, é importante destacar o contraponto: os mercadinhos, principalmente em bairros periféricos que se encontram mais distantes das grandes redes. Segundo o SEBRAE (2017), os mercadinhos têm foco nos produtos alimentícios, havendo uma quantidade significativa deles em todo o país ocupando primordialmente os bairros. Essa modalidade de comércio é importante enquanto atividade comercial no segmento alimentar como possibilidade de trabalho para moradores do lugar e por fazer circular o dinheiro dentro do bairro.

De acordo com Silveira (2009, p. 134), as atividades próprias do lugar conferem uma “organização interna, que possibilita inúmeras interdependências contíguas”, ou seja, é a dona de casa que abastece a despensa ou compra poucos itens necessários para uma refeição específica, a manicure que atende à vizinhança e compra parte dos produtos do trabalho no mercadinho, a vendedora de marmitas que compra o necessário para a produção diária com base nos recursos do dia anterior adquiridos no próprio bairro. Para uma parcela empobrecida da população, segregada, o deslocamento para aquisição de alimentos e produtos resulta em um custo significativo que impacta no orçamento familiar.

Por outro lado, para pessoas com maior poder aquisitivo é possível fazer compras em supermercados *on line*. Trata-se de uma nova fase de aquisi-

ção de produtos industrializados disponíveis em plataformas digitais. Kotler (2015) assegura que é “a conversão da internet em ponto de venda” principalmente nos itens como alimentos, bebidas e produtos de limpeza segundo a ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados). É a compressão espaço-tempo discutida por Harvey para abordar aspectos da globalização na pós-modernidade.

Essa tendência é refletida no espaço doméstico, as cozinhas estão cada vez mais reduzidas; em forma de cubículos, são projetadas para racionalizar movimentos, principalmente nas moradias populares. Com um número restrito de mobiliário, geralmente sem mesa para refeições, numa mesma parede estão armário, pia, fogão e geladeira. O micro-ondas é fundamental para descongelar a comida elaborada industrialmente. Esse modo de vida enlaidado, na moradia, favorece o mercado imobiliário, a indústria de alimentos e eletrodomésticos e o mundo do trabalho, que, no processo de “vampirização”, passa a sorver todas as energias do trabalhador, que utiliza a residência mais como dormitório do que na realização da vida.

A difusão da internet também contribui para a subutilização da cozinha. Segundo Castells (2003 [2001]), a importância da internet na atualidade pode ser comparada ao uso da eletricidade na era industrial, e tudo, exatamente tudo, funciona por meio dela ou em torno dela. O mercado da alimentação no formato *delivery* (entrega) tem passado por uma reestruturação com a utilização de aplicativos em plataformas digitais que otimizam o pedido, o pagamento e a entrega. Entre eles, destaca-se o iFood, aplicativo brasileiro há oito anos no mercado. É a maior plataforma de *delivery* de comida da América Latina, com mais de 5 milhões de usuários e 6,6 milhões de pedidos mensais. Em entrevista, o diretor executivo da empresa declarou: “A nossa briga ainda é contra o fogão” (Huffpostbrasil, 2018, s/p), corroborando a discussão apresentada anteriormente.

Essas plataformas digitais congregam fornecedores de insumos como embalagens, restaurantes, bares, lanchonetes, fornecedores de alimentação, entregadores e consumidores. É o que se pode chamar de rede como “um conjunto de nós interconectados”; ela tem “vantagens extraordinárias como ferramenta de organização” e comunicação (Castells, 2003 [2001], p. 7).

O que circula nessa rede é muito mais que alimentação, informação e dinheiro. Também é criada uma rede de trabalho precário, principalmente os entregadores. Para Antunes (2011, p. 409), estes podem ser classificados

como “trabalhadores informais mais instáveis”, que são caracterizados pelo trabalho temporário, inseridos em atividades que exigem baixa qualificação, geralmente são pagos pelo volume de entrega diária, não há um piso salarial ou regulamentação da jornada de trabalho. Ao final de cada corrida, o entregador é avaliado, e o número de “estrelas” que recebe indica a sua permanência ou saída do trabalho.

Os aplicativos são espaços virtuais da racionalidade organizacional do capital, e neles “o mercado é tirânico e o Estado tende a ser impotente” (Santos, 2013 [1994], p. 31). O consumidor, ilusoriamente, é empoderado para avaliar o restaurante e o entregador. Na realidade, trabalha para o capitalista, sem ser remunerado, para julgar a eficiência e a qualidade do produto e do serviço ofertado, de maneira a definir quais profissionais estão aptos ou não para permanecer na plataforma digital.

O segmento de *delivery* tem alcançado um vertiginoso crescimento em função da pandemia mundial de coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19. Para conter o avanço do vírus, foi determinado em vários países o isolamento social. Restaurantes, bares e lanchonetes ficaram impedidos de receber o cliente para o consumo no local, sendo o sistema de entrega a única opção de funcionamento. Segundo a *startup* de gestão de finanças pessoais Mobills, as entregas de comida por aplicativo cresceram 94,67% no período de janeiro a maio de 2020, com base na pesquisa realizada com 160 mil usuários de aplicativo (Bull, 2020).

Em pleno século XXI, vive-se a caça de descontos, de entregas grátis, dos combos leve mais e pague menos. A obtenção do que comer pode estar a poucos movimentos dos dedos, e as opções de culinária chinesa, japonesa, mexicana estão em um único aplicativo e em 40 minutos estarão dentro da casa. O mundo, de fato, é uma possibilidade de experimentação. Há um afastamento da cozinha, do cozinhar e do alimento principalmente nas grandes cidades, onde o ritmo de vida é mais frenético e as redes verticais de *fast food* se impõem com maior intensidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação passou por mudanças drásticas tanto na obtenção quanto na elaboração. O que anteriormente era fruto de uma relação direta entre a sociedade e a natureza, mediada pelas técnicas da sobrevivência, passa a

ser conduzido pela indústria, pela ciência e pela informação. Contudo, as práticas rotuladas como modernas não suplantam as tradicionais como o extrativismo e agricultura.

Atualmente, a utilização sumária dos eletrodomésticos industrializa o fazer e o comer em espaços reduzidos e gestos contidos. A indústria assume a função de cozinhar, dita o cardápio e as escolhas pelo poder de sedução das embalagens e estilo de vida que elas denotam. A comida altamente processada está ao alcance dos dedos nos espaços digitais de comercialização fetichizado pela compressão espaço-tempo e por uma aparência de status social.

Cabe refletir então, até que ponto é possível falar de evolução técnica? Uma vez que a ciência e a informação foram cooptadas para produzir sementes estéreis, gêneros alimentícios que não nutrem e um estranhamento entre a comida e o comedor. Paulatinamente, as sociedades urbanas são destituídas de suas habilidades técnicas como o cozinhar, tarefa exercida por um sistema de atos, hábitos e costumes que o diferencia de todos os outros seres vivos ao produzir seu próprio alimento.

O espaço geográfico torna-se cada vez mais artificial para atender as demandas da comida mercadoria. Essa ação orquestrada pelos impérios alimentares se estende do uso do solo, para o monocultivo, as vias principais das cidades com a instalação das grandes redes de supermercados, até o prato, intenção da ação. Nesse percurso muitos saberes e sabores são perdidos, esquecidos e confrontados a permanecer no movimento contínuo de resistência.

## **AGRADECIMENTOS**

Expressamos nossa profunda gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por assegurar o direito a uma bolsa de estudos durante os quatro anos da pesquisa e ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Alimentos e Manifestações Culturais (GRUPAM) que contribui significativamente com os conhecimentos que embasam essa pesquisa.



## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço social e sociedade**. São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/02.pdf> . Acesso em 12 de Nov. de 2019.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BECKER, Berta K. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 2, v. 28, p. 129-156, 1966. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1966\\_v28\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1966_v28_n2.pdf). Acesso em: 7 mar. 2020.

BECKER, Bertha. K. EGLER, Claudio. A. **Brasil**: Uma nova potência regional na Economia – Mundo. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BELLONI, Luiza. Como o iFood se tornou o maior aplicativo de delivery da América Latina. **HUFFPOSTBRASIL**, em 18 de abr. de 2018. Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/18/como-o-ifood-se-tornou-o-maioraplicativo-dedelivery-de-comida-da-america-latina\\_a\\_23414651/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/18/como-o-ifood-se-tornou-o-maioraplicativo-dedelivery-de-comida-da-america-latina_a_23414651/). Acesso em: 17 abr. 2020.

BULL, Patrícia. Gastos com delivery crescem mais de 94% na pandemia. **Consumidor moderno**, em 8 de jul. 2020. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2020/07/08/gastos-com-delivery-crescem-mais-de-94-durante-a-pandemia/> . Acesso em 01 de Ago. de 2020.

CAPATTI, Alberto. O gosto pelas conservas. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade**: Uma história da alimentação. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003 [2001].

CHILDE, Gordon. **A evolução cultural do homem**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CRUZ, Fabiana Thomé da. Governança de sistemas alimentares: perspectivas e oportunidades para a soberania e segurança alimentar e nutricional sustentáveis. In: PREISS, Potira; SCHNEIDER, Sergio. **Sistemas Alimentares no Século 21**: debates contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

DA MATTA, Roberto. **O que faz do brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DUARTE, Dioclécio. **Brasil compra e vende**: Manual da economia brasileira. Rio de Janeiro: Edições 3 Américas, 1941.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. LeBook, 2019.

FRANÇA, F.C.O. et all. Mudanças dos hábitos alimentares provocados pela industrialização e o impacto sobre a saúde do brasileiro. **Anais** do I Seminário de Alimentação e cultura na Bahia, 2012. Universidade Estadual de Feira de Santana - BA. Disponível em < [http://www2.uefs.br:8081/cer/wpcontent/uploads/FRANCA\\_Fabiana.pdf](http://www2.uefs.br:8081/cer/wpcontent/uploads/FRANCA_Fabiana.pdf)> Acesso em 12 de jun. de 2019.

FISCHLER, Claude. **El (h)omnívoro: El gusto, la cocina y el cuerpo**. Traducción Mario Merlino. Barcelona. Anagrama, 1995.

GOMES JÚNIOR, Newton Narciso; PINTO, Henrique Salles; LEDA, Luisa Corrêa. Alimento e comida: sistema de abastecimento e consumo alimentar urbano. **Revista brasileira de desenvolvimento sustentável**, Guajú, Matinhos, v. 2, n. 1, p. 61-76, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/46560>. Acesso em: 2 set. 2020.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. internacional [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Available from SciELO Books. Disponível em <http://books.scielo.org/id/zyp2j/pdf/goodman-9788599662298-02.pdf> . Acesso em 3 de Abr. 2020.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma Breve História da Humanidade**. Editora Harper, 2014.

ISNARD, Hildebert. **O Espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Edição eletrônica, Ed. *Ridendo Castigat Mores*, 1999.

MAZOYER, Marcel; ROUDAR, Laurence. **Histórias das agriculturas do mundo: Do neolítico a crise contemporânea**. São Paulo: Unesp, 2010.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia**, Ano 13, v. 1, n. 2, p. 31-58, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/issue/view/951>. Acesso em: 9 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Queijos e beijos tradicionais: da nostalgia a segurança alimentar. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2014. Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402014079\\_ARQUIVO\\_QUEIJOSEBEIJU\\_STRADICIONAIS.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402014079_ARQUIVO_QUEIJOSEBEIJU_STRADICIONAIS.pdf). Acesso em: 17 maio 2022.

MONTANARI, Massimo. Estruturas de produção e sistemas alimentares. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. Sa o Paúlo: SENAC,2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Débora. **Dos cadernos de receitas as receitas de latinhas**: Indústria e tradição culinária no Brasil. São Paulo: SENAC, 2019.

ORTEGA Y GASSET, José. **Mediação da técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero Americano, 1963.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PINTALDI, Silvana Maria. Mudanças nas formas de comércio varejista e a implantação dos supermercados na grande São Paulo - SP - Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 66, 1988. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletimpaulista/article/view/954/846>. Acesso em: 5 set. 2020.

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro**: Uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. El Territorio, la Sociedad y el Estado. **Cuadernos de Geopolítica** Nº 5/87, Departamento II “Políticas y Difusión”, Instituto Geopolítico de Chile, Santiago, 1987 [1900].

Santos, Milton. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008[1985].

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço e tempo**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [1994].

\_\_\_\_\_. **A urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1993].

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora USP, 2006.

\_\_\_\_\_. O período técnico-científico e os estudos geográficos. **Revista do Departamento de Geografia**. nº. 4 São Paulo, 1990 [1985].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Nelson do Vale; Barbosa, Maria Lígia de Oliveira. População e estatística vitais. In: **Estatísticas do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1988.

SORRE, Max. **Geografia Humana** (introdução). Traduzido de “E1 hombre En La Tierra, introducción” (1967). **GEOgraphia**, Niterói, ano V, nº 10, p. 137-143, 2003.

SORRE, Maximilien. *L’homme sur la Terre. Traité de Géographie Humaine*. Paris: Hachette, 1962.

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Bahia. **Estudo de mercado comércio e serviços**: varejo de alimentos mercadinhos. 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/Mercadinhos%20na%20Bahia.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

SORRE, Maximilien. **Geografia Humana** (introdução). Traduzido de “E1 hombre En La Tierra, introducción” (1967). **GEOgraphia**, Niterói, ano V, n. 10, p. 137-143, 2003.

\_\_\_\_\_. **L'homme sur la Terre**. Traité de Géographie Humaine. Paris: Hachette, 1962.

TOLEDO, Márcio; CASTILHO, Ricardo. Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja. **Geosul**, v. 23, n. 46, p. 79-93, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2008v23n46p79/11726>. Acesso em: 13 ago. 2020.

XAVIER, Marcos Antônio de Moraes. **Os elos entre os dois circuitos da economia urbana brasileira no atual período**: os atacadistas distribuidores e seu papel intermediador. 2009. 208f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, 2009.

# **POSSIBILIDADES DE ORDENAMENTO TERRITORIAL: CONFLITOS, SANEAMENTO E IDENTIDADE**

**José Wellington Carvalho Vilar**

**Alex das Chagas Rosa**

**Fagner Santos de Oliveira**

**Telmo da Mota Meneses**

## **INTRODUÇÃO**

A discussão sobre ordenamento territorial tem tradição na ciência geográfica. Embora nem sempre essa expressão tenha sido utilizada, desde a geografia tradicional e, principalmente, na chamada geografia quantitativa, as análises sobre organização espacial ganharam força e vão assumir uma abordagem crítica no final do século XX. Nas últimas décadas, se discute o papel chave que desempenha o desenvolvimento territorial a partir do olhar cultural e ambiental, com abertura para as questões sobre qual o futuro queremos e sobre nossa existência enquanto espécie dominante, no contexto das transformações do planeta.

No Brasil, tradicionalmente, essa questão territorial assumiu um viés economicista que predominou até o final dos anos oitenta, quando o olhar crítico dos geógrafos apontou para a necessidade de um paradigma mais abrangente e ao mesmo tempo sintético, que pudesse dar conta do debate sobre desenvolvimento numa perspectiva territorial ou, em outras palavras, sobre o ordenamento do território.

Num mundo de muitas geografias, de variados tempos, com novas e velhas perguntas, com velhas e novas respostas, como advertem os geógrafos espanhóis Nogué e Romero (2012), os muros, as fronteiras, os espaços estilhaçados e as “ilhas” se multiplicam, e o efêmero, o invisível e o fugaz ganham protagonismo sobre o universal, cada vez mais perplexo e em choque com a velocidade que a tecnologia impõe. Nesse contexto, se coloca a necessidade de reconsiderar as políticas de desenvolvimento, de repensar o território e ponderar sobre as incertezas, as fragmenta-

ções geográficas, os conflitos socioambientais (CS), a infraestrutura e a questão cultural.

O objetivo do presente capítulo é discutir o ordenamento territorial a partir de três elementos: conflitos, saneamento ambiental e identidade territorial. Na verdade, trata-se de uma contribuição geográfica em função de componentes-chaves para entender o desenvolvimento tendo como referência empírica a realidade nordestina, mais especificamente o recorte espacial do Litoral Sergipano e do Baixo São Francisco Alagoano, a partir de alguns trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

## **CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A PERSPECTIVA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL**

Com o advento da Revolução Industrial, na Inglaterra, no século XVIII, a relação do homem com o meio natural foi profundamente transformada. O ritmo do uso dos recursos naturais foi se intensificando e, consequentemente, foram surgindo diversos conflitos entre o homem e a natureza. Atualmente, com as novas tecnologias e diante de um mundo globalizado, tal contexto se intensificou numa proporção que a própria natureza é incapaz de acompanhar, sobretudo, em termos de reposição dos recursos naturais utilizados; a resiliência parece alcançar um limite preocupante de não retorno.

O conflito socioambiental surge quando os seres humanos estão em relação entre os pares e com o meio natural. Nessa interação mútua, evidencia-se a subjugação e imposição de interesses, necessidades e vontades, motivados sobretudo por questões econômicas (Oliveira, 2020). O elo mais vulnerável nesse processo é a própria natureza, que arca com as consequências das ações antrópicas e isso afeta o ser humano indistintamente e, ao mesmo tempo, de maneira seletiva. Há uma universalidade e uma singularidade na questão ambiental e dos conflitos.

O caráter de universalidade dos CS possibilitou o surgimento de diversos estudos ao longo do tempo, porém, nunca tão importantes e necessários como nos tempos hodiernos. Inicialmente, esse tema adquiriu proeminência na Sociologia e na Economia Política, mas foi desenvolvido pelas mais diferentes ciências naturais e sociais, especialmente na Geografia.

Tais estudos permitiram entender que a política ambiental que lida com CSs têm sua origem quando os atores envolvidos se apropriam dos recursos naturais como objeto. Dessa forma, tais atores tendem a configurar interesses, projetos pessoais e usos conflitantes da base material de existência da sociedade, a própria natureza. Por isso, as políticas ambientais comprometidas com a construção democrática utilizam-se dos CSs como campo por excelência da ação política na área do meio ambiente, a fim de garantir-lhe o caráter de bem público de uso comum da sociedade (Little, 2001; Acselrad, 2006).

Essa perspectiva se aplica ao espaço litorâneo de Sergipe que é igualmente modificado pelas ações antrópicas. Por conta de sua localização estratégica, da construção de infraestrutura viária e habitacional, pelo valor social dos domínios ambientais e pelo desenvolvimento de diversas atividades econômicas, o litoral sergipano possui importante valorização, tornando-se palco de disputas e de CSs das mais distintas expressões. O Estado é o principal agente articulador desse processo. Como afirmam Santos e Vilar (2012, p. 1129): “o Estado tem papel relevante na valoração e valorização dos espaços costeiros, uma vez que esta instituição legisla, planeja e gerencia, além de atuar como produtor de espaço [...]”. Tal contexto, contribui para a rápida transformação do espaço litorâneo e para o surgimento de CSs.

Os CSs podem ser encontrados em diferentes recortes territoriais, e aqui nos interessa as Unidades de Conservação (UCs) no litoral sergipano, no Nordeste do Brasil. A Carta Magna do Brasil de 1988, no seu art. 225, confere, para todos os brasileiros, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. No entanto, essa redação constitucional só teve regulamentação de ampla proteção à natureza no ano 2000, momento em que foi instituída a lei de nº 9.985, que propõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

No Brasil, de acordo com essa legislação, as UCs podem ser classificadas em dois tipos: Unidades de Proteção Integral (que permite apenas o uso indireto dos recursos naturais); e Unidades de Uso Sustentável (que permite o uso direto dos recursos). Entre os tipos das Unidades de Uso Sustentável tem-se a APA (Área de Proteção Ambiental), cujos objetivos consistem em proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação territorial e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos.

A APA Litoral Sul de Sergipe constitui uma UC e abrange a zona costeira de quatro municípios: Itaporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e

Indiaroba. Nos 26 km da faixa costeira estanciana encontram-se as praias do Abaís, da Boa Viagem, das Dunas e do Saco, com rica biodiversidade e variados ambientes geomorfológicos, mas também outras povoações marcadas pela intervenção antrópica, em decorrência das recentes políticas promovidas pelo Estado (Oliveira, 2020).

Vários fatores corroboram para a transformação geográfica do litoral sul de Sergipe. Mais especificamente no litoral estanciano, isso decorre, sobretudo, do aumento progressivo da população, da construção de habitações para primeira ou segunda residência, da implantação de imobiliário turístico e da exploração acelerada dos recursos. De acordo com Santos (2011, p. 16), tal situação leva ao surgimento de problemas ambientais “(...) que podem trazer contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas e poluição do ar comprometendo a qualidade ambiental e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos cidadãos estancianos”.

Portanto, faz-se mister a atuação conjunta dos poderes constituídos, nos diferentes níveis, para promoção de uma análise crítica e fundamentada no desenvolvimento sustentável, tendo em vista garantir as gerações futuras um ambiente preservado e conservado no que condiz as suas riquezas naturais e construídas. Ações pontuais e emergenciais precisam ser encaradas com seriedade, tal como iniciativas eficientes e eficazes de transformação da realidade atual. A perspectiva do ordenamento territorial se apresenta como uma real necessidade para a mudança desse cenário complexo e conflitivo (Santos; Vilar; 2016 Vilar; Vieira, 2014).

Este cenário expõe a necessidade de um ordenamento do território que estabeleça restrições mais severas de ocupação com vistas à conservação e preservação destes ambientes naturais dotados de significativo potencial ecológico. Para isso, é necessária à compreensão dos processos litorâneos e dos agentes que os controlam, a fim de orientar o assentamento das atividades humanas, reverter ou minimizar conflitos de uso e muitos impactos por eles gerados (Oliveira, 2014, p. 342).

O meio ambiente precisa ser valorizado a ponto de prescindir a interesses meramente subjetivos e individuais ou fins puramente econômicos. O turismo também pode ser realizado de modo equilibrado e sustentável. Do contrário, poderá ser causa de litígios, tal como nos atesta Santos (2011, p. 45) ao referir-se à zona costeira do município de Estância: “o aumento



do turismo desordenado, sem planejamento, vem acarretando urbanização intensa dos espaços, principalmente no litoral, ocasionando em conflitos ambientais e legais”.

Os fatores econômicos têm sido a mola propulsora da transformação acelerada que tem ocorrido no litoral sergipano, mais especificamente no caso da APA Litoral Sul. Outro fator relevante que não pode ser esquecido é a negligência quanto ao monitoramento por parte do poder público, fato que contribui para o surgimento de CSs de diversas naturezas e dimensões, recentes ou antigos, e que ameaçam a sustentabilidade (Oliveira, 2020).

As políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos influenciaram as ações humanas que acentuaram as transformações das feições naturais do litoral sergipano como um todo. Elas foram importantes para a integração territorial e rodoviária com a Bahia. A construção da rodovia João Paulo II e de grandes obras de engenharia de integração regional, a exemplo das pontes Joel Silveira e Gilberto Amado, foram fundamentais nesse sentido. Porém, outras políticas territoriais setoriais necessitam de planejamento, prioridade e gerenciamento para lidar com os conflitos cada vez mais constantes e intensos.

Com a integração rodoviária ocorreu o aumento vertiginoso da especulação imobiliária no Litoral Sul de Sergipe. Foram construídos inúmeros empreendimentos particulares, de condomínios fechados e de loteamentos voltados para o turismo imobiliário. A atividade turística se acentuou em diversas atividades de lazer e entretenimento. As ocupações clandestinas se multiplicaram consideravelmente.

Segundo Santos (2014, p. 1736), “contraditoriamente ao fortalecimento da identidade territorial, o imobiliário-turístico pode vir a provocar a diminuição da qualidade dos recursos ambientais e a substituição de atividades tradicionais por atividades turísticas”. Várias outras atividades surgiram e trouxeram consigo uma gama de preocupações ambientais. As comunidades tradicionais tiveram que se adaptar ao novo ritmo impresso por tamanha mudança.

Além disso, diversas atividades econômicas de pequeno porte foram surgindo paulatinamente para atender a demanda de serviços dos moradores locais, dos proprietários de casas de segunda residência, de veranistas e de usuários do imobiliário turístico. Essas atividades estão voltadas, sobretudo, para o turismo e lazer, como pousadas, restaurantes, bares, mercearias, etc.

De modo geral, os moradores locais desconhecem a natureza e as finalidades jurídicas da APA Litoral Sul. Por outro lado, há exceções, sobretudo, dos responsáveis pelos órgãos do poder público, a exemplo da SEMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) de Estância, da ADEMA (Administração Estadual de Meio Ambiente) e da Unidade Gestora da APA. As atuações fiscalizatórias são comuns somente no período de veraneio e destinam-se principalmente aos moradores locais, com a finalidade praticamente exclusiva de punir e multar.

A resolução de conflitos não é um caminho fácil de ser trilhado. Ele depende de uma série de fatores para se alcançar entendimento e soluções. As motivações e intenções do ser humano muitas vezes são impelidas por interesses de lucro rápido e incessante. O processo de conscientização e sensibilização da sustentabilidade ambiental é uma atividade desafiadora para muitos dos sujeitos envolvidos nesses conflitos, principalmente quando estes atores desconhecem a natureza e finalidade jurídicas das UCs em geral e das APAs em particular.

Destarte, as questões atreladas à preservação dos recursos naturais ainda carecem de instrumentos de ordenamento territorial para o direcionamento das ações humanas no litoral sergipano. Embora o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) constitua-se como um valioso instrumental jurídico de preservação e conservação ambiental, o Plano de Manejo de UCs costeiras se impõe como uma necessidade.

Diversas práticas econômicas, de ocupação e uso do solo e dos recursos naturais são resultado das políticas implementadas na referida APA ao longo das últimas décadas. Por isso, faz-se necessário desenvolver políticas públicas pautadas na resolução dos principais problemas ambientais, bem como viabilizar o ordenamento territorial dessa UC. Ademais, faz-se imprescindível a conscientização/sensibilização do cidadão e o seu engajamento numa práxis fundada no desenvolvimento sustentável tendo em vista a conservação das riquezas naturais do litoral.

Contudo, na APA Litoral Sul de Sergipe constatou-se o aumento nos CSs decorrentes de uma série de razões: desconhecimento da natureza e das atribuições de uma APA; interesses desiguais no usufruto dos bens materiais e acesso, apropriação e uso também desiguais dos recursos naturais; iniciativas turísticas e viligiaturísticas sem base sustentável; e falta ou dificuldade de ação do poder público no tocante à fiscalização e implementação

da legislação vigente. Esse cenário gera uma tensão constante que dificulta a implementação de ações equilibradas e a conservação dessa UC de uso sustentável, dificultando o ordenamento territorial plural, democrático e participativo.

## **SANEAMENTO AMBIENTAL: UM OLHAR A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO ESPACIAL**

Quando se trata de condições de vida e de qualidade ambiental é possível referir-se ao meio ambiente em que se vive, numa escala mais local. É essencial, neste contexto, o desenvolvimento da saúde e do bem-estar da população, que depende de forma direta ou indireta de questões de infraestrutura. Machado (2005) analisa as obras de infraestrutura urbana como uma condição singular no processo de produção e transformação das cidades e defende a ação do poder público nas políticas territoriais de ordenamento do espaço.

O sujeito faz parte do lugar em que vive e ao seu território procura impor suas vontades, interesses e necessidades socioambientais. Pelas imposições realizadas nos últimos séculos ao espaço geográfico, faz-se necessário uma mudança imediata de comportamento, no sentido em que a busca pelo desenvolvimento de melhorias seja uma constante fundamental, pois segundo Dias (2004, p. 15), “a sociedade humana foi empurrada por padrões de consumo insustentáveis, impostos por modelos insanos que afugentou a gente do campo e as cidades se tornaram superpovoadas, imersas em problemas crônicos de saneamento e serviço”.

Dados fornecidos pelas Organizações das Nações Unidas (ONU, 2016) demonstram que cerca de 4,5 bilhões de pessoas em todo planeta ainda sofrem sem o acesso ao saneamento que proporcione o mínimo em qualidade de vida. Neste quesito, quando se trata de água potável, são 2,1 bilhões de pessoas impossibilitadas de ter água encanada e tratada, caracterizando um problema extremo para a saúde da população (OMS, 2006). Esse órgão também alerta quanto ao saneamento deficitário como uma grave ameaça à saúde pública.

O saneamento pode ser entendido como o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (Zombini; Pelicioni, 2014).

A partir dessa definição de saneamento, pode-se refletir sobre a ideia de desenvolvimento territorial urbano e metropolitano, haja vista a necessidade de implementação de serviços e obras de infraestrutura sanitária que contemple a melhoria das condições das populações assistidas, indispensável ao crescimento e ordenamento das cidades. Diante do exposto, dados referentes ao ano de 2023 apontam 35 milhões de brasileiros com escassez de água potável, demonstrando uma desigualdade significativa de acesso a um produto tão essencial à vida. Ademais, somente 51,20% do volume de esgoto gerado é tratado, algo equivalente a mais de 5,5 mil piscinas olímpicas de esgotos despejados no meio ambiente diariamente sem tratamento, deixando cerca de 100 milhões de pessoas sem o acesso a esse serviço essencial (Painel Saneamento Brasil, 2023).

Pautas relacionadas à temática do saneamento ambiental são necessárias nos diversos campos de planejamento ambiental e de estruturação do espaço geográfico, com fins de execução atrelada diretamente a diversas áreas do conhecimento. O fortalecimento de políticas públicas se faz necessário, uma vez que o tema se relaciona com outras pautas ligadas à saúde, educação, gerenciamento de recursos hídricos, habitação e ordenamento urbano, por exemplo. Diante disso, o saneamento no Brasil apresenta

como principal característica a fragmentação e limitação do acesso as amplas ações que o definem, influenciada em maior medida pelos interesses de produção como apoio aos seus projetos de desenvolvimento e modernização (Menezes; Reis, 2020, p. 47).

A limitação de acesso ao saneamento em nível global está conectada a interesses do processo de produção capitalista. E o Brasil não foge a essa realidade, pois está muito longe de situações favoráveis, principalmente quando partimos para a coleta e tratamento do esgoto sanitário, configurando uma realidade enfrentada por milhares de municípios da federação. No que se refere ao abastecimento de água, presente em cerca de 99% dos municípios brasileiros, ainda se encontram índices muito problemáticos quando comparados à coleta de esgoto, estando presente em cerca de 62,5% dos municípios, e o seu tratamento, em apenas 28% (IBGE, 2022).

A organização da sociedade sobre o espaço induziu a consequências persistentes nos dias de hoje, decorrentes da falta de planejamento ou das dificuldades de sua operacionalização, que trouxe uma série de problemas, entre eles a escassez de saneamento, associado à apropriação territorial que atende

à demanda capitalista, destinando assim às classes menos favorecidas o ônus maior pela ausência de políticas territoriais de infraestrutura em áreas tradicionalmente marginalizadas pelo Estado. A sociedade contemporânea é uma sociedade de massas, onde reinam a lógica produtiva e a intensa distribuição e circulação de produtos e serviços. O consumo desnecessário e a produção crescente de resíduos sólidos contribuem para um dos mais graves problemas ambientais no mundo atual: o esgotamento e a contaminação dos recursos naturais (Zacarias, 2000).

Nessa conjectura, deve-se ressaltar como o saneamento se faz importante para a redução de doenças, mediante melhores condições de higiene, infraestrutura sanitária e promoção de ambientes mais saudáveis. Esses indicadores vêm imbuídos de elementos que proporcionam o desenvolvimento sócio territorial através das melhorias nos setores de turismo, da malha urbana, da renda per capita e até do rendimento escolar, ou seja, tem-se elementos que proporcionam níveis crescentes de salubridade de um determinado ambiente, em benefício da população, o que vai produzir efeitos positivos sobre o bem-estar e a saúde (Zombini; Pelicioni, 2014).

Mesmo com todos os benefícios supracitados, as políticas públicas para promoção do saneamento não tem a devida atenção em nosso país, e estão associadas ao processo histórico de urbanização desigual, isto é, com grandes diferenças espaciais que se expressam pelos estratos sociais e nos estados, municípios e regiões. Em outras palavras, apresentam uma perspectiva social, geográfica e de escala. No Brasil, os investimentos vêm sendo reduzidos ou são de difícil operacionalização em forma de projetos, tornando a universalização dos serviços de saneamento uma realidade cada vez mais longínqua, culminando em uma série de desafios a serem enfrentado pelo setor.

Além disso, reforce-se que o crescimento populacional e o envelhecimento demográfico no país não vem sendo acompanhado pela infraestrutura básica, o que corrobora para a geração de ambientes insalubres e de exclusão social. As deficiências de saneamento desencadeiam nos municípios diversos problemas que implicam no seu pleno desenvolvimento espacial e em condições que impactam as populações locais. Por conta disso, o saneamento se torna um ponto vulnerável, interferindo diretamente nos espaços locais das cidades e na dinâmica valorativa dos territórios urbanos e em zonas metropolitanas.

Portanto, proporcionar melhorias no acesso da população ao saneamento está relacionado diretamente aos avanços da sua infraestrutura. Por isso, é fundamental organizar e planejar ações que potencializem a gestão e acesso dos serviços públicos junto a coletividade social, voltando-se à redução de pro-

blemas crônicos e emergenciais. Neste sentido, a prioridade quanto ao planejamento regional e sanitário abre novas perspectivas para as cidades e para os espaços metropolitanos, contribuindo para o desenvolvimento dos centros urbanos de forma sustentável e que possa promover melhoria das condições de vida para sua população.

## **FESTAS POPULARES COMO MARCO DE IDENTIDADE TERRITORIAL**

As festas populares enquanto manifestações coletivas espelham a cultura de um povo, de uma nação, de um país e de uma região, e criam e recriam sensações de pertencimento ao lugar, concebido a partir do vivido, ao mesmo tempo em que representam uma das formas de guarda e defesa da identidade cultural e territorial.

Destarte, em busca da identidade no Baixo São Francisco alagoano, o exercício de compreensão dos sujeitos sociais envolvidos nas manifestações das festas populares (grupos folclóricos tradicionais, trupes teatrais, cantores e cantoras, sociedade musical, rappers, batucadas, terreiros, a Igreja, artesãos, culinaristas regionais, doceiras, santeiros, os bois, as liras, orquestras de frevo, blocos afro, repentistas, bandas de pífano, trios de forró, aboia-dores, guerreiros, quadrilhas juninas, equipes de paredões, entre outros atores) corresponde a uma das bases da compreensão territorial da cultura. Vale ressaltar que as relações destes fazedores de cultura ou empreendedores culturais com a urbe faz parte da construção identitária.

No enquadramento entre a arte e a realidade vivenciada na cultura popular, Claval (2013, p. 136-137) ressalta que “a transformação contemporânea dos sentimentos de identidade tem repercussões sobre a territorialidade: ela leva a uma reafirmação apoiada nas formas simbólicas de identificação”.

Conforme Fernandes (2013, s.p), novas identidades são moldadas

[...] na relação entre os grupos sociais e seu meio-ambiente, já que através delas o significado do homem, da natureza, do espaço e suas representações, a exemplo das paisagens, são reinterpretados, possibilitando a criação de novos coesões e identidades sócio-espaciais.

Neste contexto, destacamos as festas populares como processos resultantes de dinâmicas culturais, como construção de identidades e territórios. Assim, Sousa e Barleto (2009, p. 130) defendem que:

A festa com seu poder pedagogizante, por possuir certa regularidade temporal e um caráter ritualístico e de repetição, fixa na memória de seus sujeitos participantes e ensina aos novos integrantes do grupo seus valores e crenças, criando certas paisagens mentais e construindo a memória espacial do grupo a ela vinculado.

Numa perspectiva do exercício do poder real e simbólico sobre a cidade, é de suma importância identificar e refletir sobre quem detém esses poderes, pois na possibilidade da sua existência, há também uma possível subalternidade, enquanto apropriação cultural e territorial. Desta maneira, o território vivido torna-se um laço intermediário, reunindo a experiência fenomenológica direta e subjetiva com o objetivo coletivo, público e infinito (Serpa, 2008).

Na região do Baixo São Francisco, o dinamismo territorial a partir de processos culturais emerge no contexto das festas populares realizadas no berço da sociedade alagoana, onde os sujeitos sociais diante das ações de poder real e simbólico atuam cada um/uma em função das necessidades e limites, além das conectividades entre os processos culturais. Ademais, segundo Rocha e Almeida (2005, p. 12), “para se entender o território, busca-se analisar a identidade cultural através do coletivo de suas festas, seus ritos, seus mitos, suas crenças, no simbólico, enfim na sua história.”

Como resultado, nas últimas décadas do século XX, as festas populares se transformaram em valiosos produtos comerciais de acordo com a sua carga atrativa, onde, através de grupos hegemônicos, o poder do mercado detém as rédeas das organizações destes eventos, um poder que vai além do Estado, onde os fazedores de cultura muitas vezes não participam do planejamento e da avaliação do pós-festa.

Conforme salienta Canclini (2023, p. 220):

A evolução das festas tradicionais, da produção e venda de artesanato, revela que essas não são mais tarefas exclusivas dos grupos étnicos, nem sequer de setores camponeses mais amplos, nem mesmo da oligarquia agrária; intervêm também em sua organização os ministérios de cultura e de comércio, as fundações privadas, as empresas de bebidas, as rádios e a televisão. Os fenômenos culturais folk ou tradicionais são hoje o produto multideterminado de agentes populares e hegemônicos, rurais e urbanos, locais, nacionais e transnacionais.

Diante dessas reflexões conceituais ainda preliminares busca-se trazer à tona o que está oculto nas relações sociais e nas relações homem/espço de vida, no contexto das festas populares, sujeitos sociais, territórios e identidades que marcam o cotidiano no berço da cultura em Alagoas.

Dentro da conjuntura estabelecida, o desenvolvimento regional apresenta sua interface a partir do fortalecimento da cultura, das festas populares e da identidade territorial, levando em conta as funções e significados do território.

Estas práticas culturais altamente simbólicas, baseadas nas capacidades intelectuais, criativas e emocionais das suas populações, têm um impacto econômico nas cidades. Em suma, a cultura tem importância estratégica para o contexto social, para as políticas públicas e para o desenvolvimento sustentável (CAF, 2023).

Na esteira da importância da cultura popular para o fortalecimento de políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial cabe destacar uma série de elementos:

- a) Educação emancipatória.** A troca de experiências dentro das comunidades na perspectiva das culturas populares automaticamente se transforma em uma ação pedagógica, no contexto dual entre uma ação libertária e iniciativas focadas em políticas públicas, onde a herança cultural é impulsionada, como garantia de salvaguarda das tradições e costumes;
- b) Inclusão social.** A partir da defesa e compartilhamento da herança cultural de uma comunidade, povo ou agrupamento específico, o conagraçamento e a solidariedade resultam em espaços de fortalecimento para o desenvolvimento de projetos regionais;
- c) Turismo.** As festas populares são atrativos que tradicionalmente convidam a população em busca de raízes culturais, como também aos viajantes que buscam além das músicas e das danças, a gastronomia, o artesanato e o acolhimento. Nesse sentido, o poder da unidade geográfica e da diversidade oriundas das festas populares são molas propulsoras de um turismo local, regional e até internacional, propício ao desenvolvimento territorial;
- d) Sustentabilidade e valorização do patrimônio.** A partir do processo educativo em defesa da cultura popular múltiplas funções são colocadas em prática: defesa das tradições e da identidade; consolidação



do respeito à diversidade imbricada nos costumes locais; respeito e apoio aos artistas locais, aos artesões, grupos folclóricos, culinaristas e confeitadeiras tradicionais; manutenção e preservação dos espaços históricos; e fortalecimento das festas tradicionais em prol do bem-estar das comunidades.

Dentro da relação entre a potência da cultura popular, o desenvolvimento regional e o ordenamento do território pode-se adicionar a participação coletiva, a economia criativa, a diversidade de gênero, a força produtiva feminina, o poder da juventude e os marcos identitários. Como se vê, o papel que desempenha as festas populares para o desenvolvimento territorial não pode ser negligenciado, seja como elemento dinamizador do território, seja como produtor de identidades e do fortalecimento da cultura. E nesse caminho, a geografia cultural como um todo e a geografia das festas populares em particular têm muito a oferecer.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tentou-se aqui trabalhar partindo-se do pressuposto que as novas e antigas desigualdade sociais pudessem ser consideradas a partir do olhar tripartite que considere o território como chave para entender conflitos, a rede de saneamento e as festas populares.

Mas relacionar conflitos, saneamento e festas populares com o ordenamento territorial se revelou uma tarefa ampla, complexa e de difícil realização, devido ao alto grau de questões que envolvem essa teia de conexões. O ponto em comum parece ser a necessidade de políticas públicas territoriais que considerem a participação popular, o diagnóstico participativo e a gestão compartilhada para cada segmento aqui selecionado.

A materialidade geográfica e a dinâmica do território, inseridas na análise geográfica, nem sempre são consideradas no olhar exclusivamente econômico e tampouco, na dimensão estritamente sociológica, o que eleva o papel da visão integrada que a geografia oferece em seus esforços de união de várias categorias por meio do território.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Mapa dos conflitos ambientais no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CD ROOM, 2006.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CAF). **Cultura popular, economia criativa e desenvolvimento local**: valorizando as festas populares na América Latina e no Caribe. Rio de Janeiro: CAF, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.985 de 18/07/2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CLAVAL, P. “A Virada Cultural” em Geografia. In: ALMEIDA, M. G. de; ARRAIS, T. A. (Orgs.). **É geografia, é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013, p. 122-143.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**: Princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

FERNANDES, N. da N. Geografia cultural, festa e cultura popular: limites do passado e possibilidades do presente. **Espaço e Cultura**, n. 15, 2013.

G1. **Bombas, diques e comportas: saiba para que serve cada item do sistema anticheias de Porto Alegre**. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/14/bombas-diques-e-comportas-saiba-para-que-serve-cada-item-do-sistema-anticheias-de-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

IBGE, **Dados do Saneamento Básico**. 2022. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39237-censo-2022-rede-de-esgoto-alcanca-62-5-da-populacao-mas-desigualdades-regionais-e-por-cor-e-raca-persistem>>. Acesso em: 23 de julho de 2024.

LITTLE, P. E. Os conflitos ambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 57-64.

MACHADO, T. R. Cidade e Meio Ambiente em Debate. **Interface**. V. 2. N. 2, p. 40-51, maio 2005.

MENEZES, A. N. de; REIS, A. G. B. dos, Saneamento básico: o urbano, o social e o ambiental em questão. **Revista Desenvolvimento Social**. V. 25. N. 1, p. 39-56, 2020.

NOGUÉ, J. ROMERTO, J. (Orgs.). **Las Otras Geografías**. Valência: TH, 2012.

OLIVEIRA, A. C. C. de A. Análise do estado ambiental da planície costeira de Estância-Sergipe como subsídio de ordenamento territorial. **Estudios Territoriales**. São Paulo, p. 3240-3264, set. 2014.

OLIVEIRA, F. S. de. Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral

Sul em Estância/SE. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2020.

ONU. 2016. Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. ONU, 2016. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2024.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD [OMS]. **Guias para la calidad del agua potable**. Geneve, 2006.

PAINEL SANEAMENTO BRASIL, [tratabrasil.org.br](http://tratabrasil.org.br). 2024. Disponível em: <[http://www.tratabrasil.org.br/painel-saneamento-brasil/?gad\\_source=1&gclid=EAIaIQobChMlor3h6MakhgMVclVIAB2DUgrdEAAYA SAAEgLH\\_fD\\_BwE](http://www.tratabrasil.org.br/painel-saneamento-brasil/?gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMlor3h6MakhgMVclVIAB2DUgrdEAAYA SAAEgLH_fD_BwE)>. Acesso em: 23 mai. 2024.

ROCHA, L. B. ALMEIDA, M. G. de. Algumas reflexões sobre cultura, território e mundo-vivido na abordagem da geografia cultural. **GeoNordeste**. Ano XIX. N. 2, 2005.

SANTOS, M. A. dos. Análise geoambiental do município costeiro de Estância – Sergipe. 2011. 145 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – UFS, São Cristóvão. 2011.

SANTOS, P. P. dos. Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano. 2015. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2015.

SANTOS, C. N. C.; VILAR, J. W. C. O Litoral Sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial. **Revista Geonorte**. Edição Especial. V. 3. N. 4, 2012.

SANTOS, P. P. dos; VILAR, J. W. C. Os conflitos ambientais da implantação do imobiliário-turístico no litoral de Sergipe. **Revista Geosaberes**. Fortaleza. V. 6, N. 3, jul. 2016.

SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUSA, P. P. A. de; BARLETTO, M. Identidades, memória e espacialidade na festa do rosário. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, vol. 8, n. 17, set./dez., 2009, p. 123-137.

VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: EDIFS, 2014.

ZACARIAS, R. **Consumo, lixo e educação ambiental**. Juiz de Fora: Ed. FEME, 2000.

ZOMBINI, E. V. e PELICIONI, M. C. F. Saneamento básico para a saúde integral e a conservação do ambiente. In: PHILIPPI Jr. A., PELICIONI M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2014. p. 258-257.



**PARTE 3**

**ANÁLISE GEOAMBIENTAL  
E ORDENAMENTO DO  
TERRITÓRIO**

# PPGEO-UFS: VIVÊNCIA E REFLEXÕES SOBRE EXCEPCIONALIDADES À PROCURA DE LIÇÕES

**Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto**

Comentar a vivência acadêmica, no caso pessoal, é significar a materialidade da Geografia, teoria e prática, ensino, pesquisa e orientação. Tal vivência, em seu contexto, se aplica às ações vinculadas ao PPGEO nos seus anos iniciais e atuais. Foram disciplinas de conteúdo ambiental associado ao agrário nos idos iniciais e, com o advento do Doutorado, questões ambientais abrangendo a climatologia, direcionando para campos e espaços escalares de cada orientação.

O olhar para a estruturação de bacias e sub-bacias hidrográficas surgiu pela intenção de entender o total integrado da Geografia, já se constituindo ensaio sobre a abordagem socioambiental preconizada por teóricos da dita Climatologia Geográfica. Algumas adversidades suscitam campos de pesquisa.

Em períodos recentes, o aprendizado sobre a problemática urbana, também em questões e contextos derivados da ação antrópica sobre o ambiente, e sim, a cidade é o espaço (natureza) transformado pelo homem. Tal abordagem não exclui preocupações agrárias, mas tão somente pelo significado do avanço das cidades e de questões relativas, como respostas associadas e, no caso, envolvimento de pesquisa sobre resíduos sólidos, entre outros.

A expectativa de ensinar e aprender, orientar e refletir, pesquisar, dissertar e defender teses, selecionar artigos e publicar, além de constituir pontos de relevância, consiste na vivência de uma pós-graduação, ao passo que possibilita a evolução do conhecimento e contribui para compor o conteúdo geográfico.

Para falar de vivência e aprendizado, há que se referir à atividade de orientação, desenvolvida ao longo de 26 anos, coerente com a compreensão difundida e preconizada em leituras direcionadas para as realidades singulares de cada orientado. Ao refletir, entendemos que se faz necessário destacar o quão é significativo, seja na importância da leitura e do enriquecimento teórico, seja no conhecimento próprio de áreas até longínquas, quer na construção do Doutorado, quer no Mestrado, entendendo o ritmo

diferenciado de cada orientado. Destaco como orientação, nos princípios e preceitos iniciados em 2008, as teses de Doutorado descritas como reflexão a respeito do quanto de aprendizado tem sido experimentado. Dissertações de Mestrado foram numericamente superiores por conta do advento ao Doutorado, ocorrido tempos depois, paralelamente ao ensino e algumas alterações na estrutura curricular, até mesmo na constituição nominal da linha de pesquisa.

## **ENSINO: CONSTRUINDO SABERES**

Disciplina de base, obrigatória e ofertada no período inicial, Teoria em Dinâmica Ambiental foi formulada conforme chegavam temáticas específicas de docentes, além de discentes do Mestrado e do Doutorado. Por fim, surgiram textos e debates ao longo do curso sugestivos de uma dinâmica própria do Ambiente. Discussões vivas para olhares distintos, iniciadas sobre a questão ambiental na Geografia, tendo a relação sociedade e natureza como fundamento epistemológico; depois, as limitações e a validação na pesquisa ambiental. Em seguida, vem à tona a Teoria Geral dos Sistemas, reafirmando a metodologia do Geossistema como modelo teórico e escalas de aplicação em Geografia. Inserem-se na discussão o GTP, a categoria paisagem, a abordagem socioambiental e a pesquisa socioespacial. Acrescenta-se a premência de fazer entender algumas interpretações de ordem científica, tais como: sustentabilidade, fragilidade, vulnerabilidade, riscos e impactos ambientais, resiliência. Quando necessário, aborda-se a temática inerente ao estudo de bacias hidrográficas em qualquer ordem escalar. Assim, também entendemos a extensão geográfica no quesito ambiental com pesquisas sobre a desertificação.

Ressaltamos como premissa a abordagem socioambiental, elaborada tendo por base teorias e metodologias de caráter sistêmico e multi ou interdisciplinar, cuja diversidade não compõe um só âmbito, nem pertence somente ao ambiente delimitado. Mendonça e Dias (2019, p. 124-125) relatam a primazia do ambiente urbano, notadamente porque a população da Terra é sobretudo urbana e se constitui em uma sociedade de risco.

Há que se entender a concepção e os modelos metodológicos aplicados aos estudos da fragilidade ambiental nas propostas de Ross (1994, 2004) e de Crepani et al. (1996). Spörl e Ross (2004, p. 39) analisam as propostas

concebidas e concluem definindo modelos de análise, que, em questão, servem como subsídio ao planejamento estratégico ambiental ao apontar que as áreas de níveis de fragilidade são mais baixas e carentes de determinados tipos de inserção.

Paisagens instáveis incitam discussões sobre impactos ambientais, como dito por Mendonça e Dias (2019). Concepções adversas de impactos implicam qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia (Mendonça; Dias, 2019, p. 123). Na mesma obra, os autores elucidam os conceitos de riscos, vulnerabilidades e resiliência para melhor compreender as desventuras que associam populações em todas as partes do planeta (Mendonça; Dias, 2019, p. 125), salientando que o conceito de vulnerabilidade deve ser entendido pela promoção de uma diversidade de fatores (sociais, econômicos, políticos, culturais, educacionais etc.) associados às condições de vida de dada população. Constatam cenários de riscos, de ordem natural, tecnológicos e sociais.

Sobre Geografia do Clima ou Climatologia Geográfica, concepções, problemáticas e adversidades podem suscitar pesquisas acerca de semiaridez, desertificação, derivações antropogênicas dos geossistemas terrestres no Brasil e alterações climáticas, em perspectivas urbanas e agrárias e sobre o problema da elaboração de modelos de avaliação.

A base teórica se inspira nos preceitos difundidos por Monteiro (1978, 1999) de prática disciplinar e modelar em leitura versando sobre clima e excepcionalismo, com conjecturas a respeito do desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico, assim como publicando avaliações e tendências da Geografia no Brasil nos idos da década de 90, cujos ensinamentos são considerados atuais e pertinentes. Outras leituras e interpretações disciplinares e interdisciplinares vão surgindo e sendo incorporadas.

Então, articulação, complexidade sistêmica, geotecnologias e tipologias avançam para uma compreensão integrada, interdisciplinar e as respectivas estratégias, cujo princípio aponta para uma escala mais regional e local, em que questões orientam para a hierarquização, mas sem generalizar em classificação. Considera-se um maior significado para cada espaço e em cada tempo; o clima se articula com o espaço geográfico; a duração, a velocidade e a extensão; tempo longo e tempo curto, sendo que o tempo longo é definido pela escala geológica, pelos movimentos astronômicos da órbita da Terra, pelas manchas solares, pelas atividades vulcânicas e pela tectônica de pla-

cas, e o tempo curto, pelo tempo histórico, associado à presença do homem como agente transformador e pelos impactos causados na sociedade. Nesse contexto, tem-se:

Se a escala zonal generaliza, pelas leis gerais da influência da latitude sobre a radiação – fundamento básico da energia terrestre – e a escala local diversifica e multiplica, pela influência dos múltiplos e pequenos fatores das diferentes esferas do domínio geográfico, a escala regional lhes dá a verdadeira unidade geográfica (Monteiro, 1999, p. 25, grifos nossos).

Por sua vez, o autor considera que estudos e pesquisas devem se desmembrar da escala zonal, com mais enfoque em escalas climáticas e espaciais de menor envergadura, sem esquecer que a cidade, concebida como um fenômeno de alta complexidade, desperta a atenção de inúmeros campos do conhecimento.

Monteiro (1978, p. 40) explicou, naquela época, o que é válido para os tempos atuais, sobre questões e compreensões climáticas emanadas do reconhecimento de que o comportamento atmosférico organiza os espaços climáticos a partir das escalas superiores em direção às inferiores e que a ação antrópica em derivar ou alterar tal organização se dá em sentido inverso, ou seja, das escalas inferiores para as superiores.

No tempo contemporâneo, uma indicação de leitura sobre Teoria e Dinâmica Ambiental, Castelhana (2020) traz uma abordagem sobre o clima e as cidades, com introdução da climatologia em ambientes urbanos, sob o enfoque do SCU (Sistema Clima Urbano), abordando questões escalares adotadas na análise aplicada ao Brasil. Apresenta uma leitura pertinente sobre planejamento urbano, feições urbanas e o clima das cidades. Arregimenta conhecimentos acerca de balanço energético, radiação solar e ilhas de calor. Aborda ainda, com propriedade, a associação entre balanço hídrico, chuvas e consequências no ambiente urbano, revelando problemas de risco e vulnerabilidade e especificando a presença de rios urbanos, a qualidade e a poluição do ar, além de tratativas operacionais de pesquisa e possíveis soluções. Finda trazendo à tona a temática em moda sobre mudanças climáticas, teorias, efeitos e políticas de adaptação futura.

Em 2001, surge uma nova proposta, arrazoada por Sant’Anna Neto, trazendo em seu bojo uma Geografia do Clima, contrapondo-se à noção de Cli-



matologia Geográfica. Justifica a necessidade contemporânea de estabelecer bases conceituais e readequar noções de ritmo à luz do processo de globalização e mundialização, associando à apropriação da natureza por uma sociedade estabelecida em classes sociais. O autor justifica o novo paradigma sob a perspectiva social e a valoração dos recursos naturais, dissociando privilégios de abordagem sobre os mecanismos físicos de tempo e dos climas. Por seu conteúdo, constitui uma leitura obrigatória para nossos discentes em nível de Mestrado e de Doutorado.

Nas palavras de Sant'Anna Neto,

Indagar, compreender e explicar como e em quais circunstâncias e território foi (e tem sido) produzido e como estas ações afetam de forma diferenciada os seus habitantes torna-se imprescindível para sua análise geográfica do clima – *A Geografia do Clima* (2001, p. 59).

Uma unidade relevante, o entrelaçamento de conhecimentos, o conceito simplificador e integrador do Geossistema na procura de uma prognose geográfica, como dito por Monteiro (2000), devem emanar a aplicação e avaliação crítica em suas escolas originais. Salienta que a prática implica uma reflexão de conjunto. Ademais, “Fica também muito claro que a modelização dos geossistemas à base de sua dinâmica espontânea e antropogênica e do regime natural a elas correspondente visa, acima de tudo, promover uma maior integração entre o natural e o humano” (Monteiro, 2000, p. 47).

Limberger (2006) resume que a abordagem sistêmica trouxe para a ciência, a partir da década de 1950, um viés de entendimento mais globalizante em relação ao paradigma dominante até então, o modelo cartesiano ou mecanicista. Entende que tal compreensão permitiu uma maior integração entre os elementos que a compõem, como a sociedade e a natureza. Contudo, alerta para as dificuldades metodológicas de aplicação, que devem incluir a Teoria da Complexidade em detrimento da simplificação (Limberger, 2006, p. 95).

Leitura fluida, direcionada à abordagem sistêmica na Geografia, Vicente e Perez Filho (2003) ratificam a influência da Teoria dos Sistemas, com bases conceituais e desdobramentos teórico-metodológicos e tecnológicos, suscitando reflexões sobre a abordagem e compreensão do meio ambiente como um todo complexo.

Entender e aprender tais concepções são ações que permitem avançar em outros campos da Geografia, indo além da Climatologia. Isso significa ampliar a visão e enriquecer teorias e práticas de orientação, acreditando que o orientado decididamente vai construindo suas ideias, estruturando objetivos e formulando hipóteses e questões.

Com foco na ementa sugerida para a disciplina, cujo enunciado prevê leituras e debates sobre Teorias Geográficas e Análise Ambiental; Fisiologia; Estrutura e dinâmicas dos sistemas ambientais; Dinâmica ambiental do meio biofísico: fragilidade, vulnerabilidade, potencialidades e níveis de degradação ambiental urbana e rural; Ecodinâmica e risco ecológico: teorias e métodos de análise ambiental integrada; Validação de estudos ambientais na Geografia, entendendo a complexidade sistêmica, anualmente incorporando modelização e reflexões sobre a validação de conteúdo, fazendo, assim, uma Geografia Transversal – e de travessias – (entendendo o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades) (Bertrand; Bertrand, 2009).

Geocologia, Geodiversidade e Ecodinâmica trazem em seu bojo um olhar tipológico com base na ecologia e na geomorfologia, devendo integrar, contudo, a tendência da interdisciplinaridade, contemplando serviços ecossistêmicos, Geossítios, Unidades de Conservação e conhecimentos derivados, em espaços regionais ou em bacias e sub-bacias hidrográficas. Olhar para bacias hidrográficas é entender toda a complexidade de um sistema aberto.

É imperativo acrescentar, quando se refere singularmente à temática da desertificação, a leitura de Conti (2002, 2006) sobre o clima do Nordeste brasileiro e os processos de desertificação, estabelecendo relações entre sociedade e natureza e os impactos da desertificação nos trópicos. São fragmentos de sua tese de livre-docência – de fácil manuseio para quem se interessa pela temática.

Ao final, a expectativa é de que o referencial teórico seja vivido e povoado no sentido de os orientados avançarem na construção da qualificação. Devem ser avaliados participando dos debates e apresentando, à guisa de conclusão, um fluxograma ou quadro-síntese contendo comentários sobre autores e textos vinculados ou não às pesquisas individuais.

Adotamos como princípio que

A teoria precisa da prática, para ser real. A prática precisa da teoria, para continuar inovadora. A diversidade de estruturas e movimen-

tos é percebida logo na divergência natural da passagem: toda teoria é remodelada pela prática, quando não é rejeitada; toda prática é revista, refeita na teoria. Nenhuma prática esgota a teoria, nenhuma teoria dá conta de todas as práticas (Demo apud Mendonça et al., 2009, p. 6).

Seminário de Pesquisa, uma orientação disciplinar obrigatória para Mestrado e Doutorado, abrange todas as linhas de pesquisa do PPGEU-UFS e, após evolução temporal, toma corpo pela construção ou tentativa de um Sumário a ser projetado. A título de objetivos, ao longo do período são discutidos as perspectivas e o andamento do conhecimento e da aplicação teórica ancorada no estado da arte e na modelização teorizada. Os orientados devem apresentar um Seminário para ciência e possíveis sugestões entre os pares, constando tema, categoria de análise, métodos e procedimentos, objetivos geral e específicos, questões e hipótese, teorias fundantes, e a proposta do sumário da dissertação ou da tese.

Aprendemos juntos ao ensinar e preparar, ao dirimir dúvidas e inseguranças, vivendo condicionantes particulares e ao mesmo tempo gerais, mas cujo significado maior é a evolução.

## **DOUTORADO E DOUTORANDOS: ORGULHO CONSENTIDO**

De princípio, a primeira orientação de tese, *Transformações socioambientais e indicadores para recursos hídricos em diferentes sistemas de uso do solo no cerrado baiano. O caso da bacia hidrográfica do Rio de Ondas/BA\**, defendida em 2008 por Marco Antonio Tomasoni. No ano de 2009, a título de desafio, *Políticas Territoriais no Turismo: Investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil*, de autoria Mary Nadja Lima Santos. Seguindo, em 2012, mais uma tese versando sobre bacias hidrográficas, desta vez de Espedito Maia Lima, com o título *Interações Socioambientais na Bacia do Rio Catolé – Bahia – Brasil*.

Uma história de amor pela abordagem de bacias hidrográficas se inicia com as teses de Tomasoni (2008) e Lima (2012), prontos em formação, acautando aconselhamentos específicos. Houve um real e verdadeiro intercâmbio de ideias e de procedimentos aplicados nas respectivas pesquisas. Isso perdurou nas disciplinas cursadas, na construção e nos resultados tornados públicos, em artigos e capítulos de livros. São colegas de respeito pela com-

petência com que exercem a profissão docente na UFBA e na UESB, respectivamente. Admiração é o que me define.

A partir de modelos e resultados elaborados na sua tese, Tomasoni (2009) estende seus resultados ao tornar públicas em periódico a questão dos recursos hídricos e as perspectivas para o Brasil.

Lima (2012), por sua vez, alerta para o tema, chamando atenção para as bacias hidrográficas, devendo ser entendido que a questão é bem ampla e abrangente, mas, na sua análise em particular, derivada de procedimentos e ferramentas qualitativas e quantitativas:

O uso sustentável do território na Bacia do Rio Catolé preconiza a diversificação em termos de uso agrícola e pecuário dos solos, maior rigor na proteção das áreas mais frágeis e de grande relevância ecológica, aproveitamento sustentável dos potenciais ambientais da região, a exemplo de sua inserção na rota do turismo rural e ecoturismo (Lima, 2012, p. 246).

Em direção às questões urbanas integradas, destaco a tese de Daniel Almeida da Silva, *Nos (dos) meandros ambientais: A natureza das águas urbanas em Aracaju*, defendida no ano de 2016. Nos anos seguintes, 2017 e 2018, houve orientações profícuas, um tanto transversais à Climatologia Geográfica, sob os títulos *A desertificação do Alto Sertão de Sergipe no Contexto Geográfico*, de Alberlene Ribeiro de Oliveira, e *Fitogeografia urbana e condicionantes socioambientais em Aracaju-SE*, uma abordagem integradora e sistêmica na Geografia Socioambiental como conhecimento, de autoria de Judson Augusto Oliveira Malta.

Silva (2016) culmina uma história de orientação que deve ser aqui conhecida. Foi orientando de PIBIC durante dois anos, fez Mestrado e deu continuidade no Doutorado. Gratidão pela fidelidade na orientação e no conhecimento do clima. Resultou em um trabalho exemplar, pois venceu algumas dificuldades próprias da redação de uma tese, que exige tempo e afinco, independentemente de sua atividade profissional.

Exemplo de excepcionalidade gratificante pode ser considerada a mudança de temática de estudos de Oliveira (2017) quando elaborou a dissertação de Mestrado intitulada *Influência climática no uso e ocupação do solo do município de Poço Verde/SE* (defendida em 2013) e, anos depois, passou a desenvolver leituras e pesquisas sobre desertificação, voltando seu olhar

para uma escala mais regionalizada, cobrando excepcionalismo na orientação. Admito a força gratificante que chega com discussões, resultando em artigos publicados e um estágio de Doutorado em outra instituição como notório saber. Havia discussões sobre a inserção da desertificação no componente climatológico pela definição própria remetida à degradação do solo na acurácia de um único saber.

Em conjunto, procurou difundir conhecimentos que tratavam da temática e da realidade estadual expressa no Alto Sertão Sergipano, como debatido no texto “O Processo de Desertificação em Sergipe: Associação Climática, Riscos, Vulnerabilidade e Resiliências”, revelando sinais de vulnerabilidade ambiental associados ou não ao clima. A mesma autora ratifica a teoria sistêmica em capítulo de livro, “Complexidades da desertificação no Alto Sertão de Sergipe: Vegetação e Clima” (Oliveira, 2016).

Considero também desafiadora a orientação de Rosangela Fátima de Oliveira Machado pela sua formação de origem, psicóloga, pela categoria geográfica de análise e pelo tema desenvolvido: *Territorialização da saúde: Determinantes ambientais e o cotidiano das equipes de saúde da família – Lagarto (SE)*. Foi gratificante mergulhar em outros climas e conduzi-la para uma incipiente Geografia da Saúde. Foi uma excepcionalidade à análise climatológica, mas mantendo a questão ambiental como foco.

Em apresentação, na tese, a então doutoranda se referiu à questão como exponencialmente diferente, mas imersa em comunhão. Na questão ambiental, pontuou que o município pesquisado, Lagarto, é exemplo de iniquidades e problemas associados ao abastecimento de água e ao saneamento por conta de suas características de porosidade e permeabilidade do solo. Ela conclui em seu texto que

Os resultados confirmam a importância da inclusão dos determinantes ambientais nas ações em saúde e mostram a possibilidade de construção de um modelo que contribua para inseri-los na rotina da agenda dos profissionais da equipe de saúde da família (Machado, 2019, p. 9).

No mesmo ano, 2019, mais um título de Doutora em Geografia para Alda Lisboa de Matos, com a tese *Estruturação ambiental e mudanças na paisagem da Microrregião de Boquim/Sergipe*. Referendo a orientação de Matos (2019), em escala regional, no paradigma de paisagem, mas em forma de

ensaio no que concerne à abordagem socioambiental, ainda incipiente em divulgação e adoção para orientações, especificamente como proposta ao SCU (Sistema Clima Urbano), o que não invalida sua contribuição e a geografia requerida. Ela entendeu que

O sistema metodológico GTP foi capaz de embrenhar nas complexas tramas da temática ambiental e mostrar que o estudo integrado da paisagem pode ser posto mesmo em fenômenos híbridos como: a natureza e as demonstrações culturais.

A construção da paisagem da Microrregião de Boquim dá-se por meio da relação integrada dos elementos naturais e sociais, na busca de superar os desafios para alcançar o desenvolvimento duradouro das comunidades locais (Matos, 2019, p. 144).

Entremeando orientações de dissertações de Mestrado, em 2020 houve novas e enriquecedoras orientações em que a singularidade permeia a pluralidade. Denise dos Santos Pontes desenvolveu a pesquisa *Entre secas e carências: Demandas cotidianas de água na sub-bacia do Riacho do Sertão - Alagoas*, cujo tema é eminentemente caro ao tratar de questões relativas à semiáridade.

A orientada colocou o semiárido em questão, propiciando experimentação teórica e prática, à medida que mudam o tempo e o espaço, ainda que permaneça a categoria geográfica paisagem como opção e espelhada na dinâmica sistêmica, mas fazendo uso da abordagem socioambiental como orientação. Escala especial definida por uma sub-bacia hidrográfica, Pontes (2020) tratou da especificidade do semiárido e das dinâmicas próprias refletidas em atributos físicos, bióticos, sobretudo na ocupação humana, esta em constantes carências e demandas, o que impõe intensa, diversificada e previsível degradação.

Sobre o Riacho do Sertão, ao norte de Alagoas, associando oferta de água e necessidades sociais à dinâmica cultural, a autora conclui:

Simplicidade e praticidade é o que leva as pessoas a fazerem uso dos cursos d'água como forma de armazenamento e convivência. Pequenas barragens, barreiros ou mesmo tanques são formas muito antigas e usadas na região como forma de atender as demandas de produção e na criação dos animais (Pontes, 2020, p. 164).

Em 2023, uma diversidade de conteúdos e de espaços com os estudos *Savanização antrópica de ambientes no semiárido pernambucano*, de Elayne Mirele Sabino de França, *Clima urbano: Interfaces termodinâmica e hidrodinâmica no contexto socioambiental de Feira de Santana-BA*, conclusão da tese de Michelle Pereira da Costa da Silva, e, por fim, Feira de Santana foi tema de mais uma tese de Doutorado, intitulada *Da expansão urbana às transformações socioambientais: Risco e vulnerabilidade em Feira de Santana-BA*, do autor Laerte Freitas Dias, a quem me rendo pelo grande desempenho na realização de uma pesquisa expressiva sobre o clima urbano em escala local. No ano em questão, ressalto a pesquisa realizada por Bruna Leidiane Pereira Santana, cujo título foi *Geodiversidade das unidades de paisagem da bacia hidrográfica do rio Piauí/SE*.

França (2023) compôs sua tese sobre o semiárido pernambucano tratando da savanização antrópica. Entende que uma abordagem sistêmica sobre análise de paisagem em espaços sujeitos à savanização antrópica é propiciada em virtude da transformação fitofisionômica e geocológica. Explica que a denominação savanização antrópica corresponde à conversão ou supressão de formação vegetal em áreas singulares de ocupação antrópica. Acrescenta que “A dinâmica clima, vegetação e ação antrópica, associados, interferem em processos bioquímicos de auto regulação do sistema natural” (França, 2023, p. 226).

A tese em referência cuida de configurar o semiárido com apontamentos sobre a caatinga agrestada, em sua diversidade na composição da vegetação sobreposta em diferentes compartimentos do relevo e sob ação de sistemas meteorológicos-climáticos diferenciados em seus padrões, concluindo:

Compreende-se, ainda, que a investigação sob escalas distintas pode demonstrar a realidade particular pertencente ao mesmo grau de savanização, com diversidade socioambiental e vulnerabilidades específicas. A relação sociedade natureza tem suas complexidades (França, 2023, p. 232).

Ressalto a orientação de duas teses de Doutorado desenvolvidas no espaço urbano de um município de clima semiárido, de particularidades próprias, permitindo aplicar estratégias de abordagens distintas em escala climatológica local, cuja teoria de base se fundamenta na Teoria e Clima Urbano (TCU), pela concepção de Monteiro (2003), e na abordagem socio-

ambiental, pelos preceitos de Mendonça (2002), fazendo uso da ferramenta modelar do geossistema.

Pelo enunciado na teoria, são três os campos de observação, sugerindo um sistema próprio em que o campo termo-higrométrico – conforto térmico, que enfatiza os estudos de ilhas de calor e de frescor urbanas, ventilação, umidade, conforto/desconforto térmico, inversões térmicas etc. – afeta a todos permanentemente. O campo físico-químico ou dispersão – qualidade do ar – destaca a poluição do ar, as chuvas ácidas, a relação entre a estrutura urbana e os ventos etc. Por sua vez, há o campo hidrometeorológico – meteoros de impacto –, relacionado ao estudo das precipitações urbanas, hídricas (chuva, neve, nevoeiros), mecânicas (tornados), elétricas (tempestades) e os processos de enxurradas, alagamentos, inundações, aguaceiros, desmoronamentos e escorregamentos de impacto. Eles perturbam a ordem e desorganizam a circulação e os serviços.

Silva (2023) aplica, com propriedade, os campos termodinâmico e hidrodinâmico no contexto socioambiental de Feira de Santana, Bahia. Ajusta a teoria aos atributos qualitativos e quantitativos, organizados nas seguintes dimensões: clima, metabolismo e morfologia urbana, regularização bio-hidroclimática e impactos hidrodinâmicos. Apresenta a amplitude, a assimetria e a dispersão das chuvas nas escalas mensal e anual, comprovando que os meses com maior variabilidade ocorrem no início do verão e no outono. Salienta que bairros como Campo Limpo, Queimadinha e George Américo convivem historicamente com problemas de alagamentos e/ou inundações.

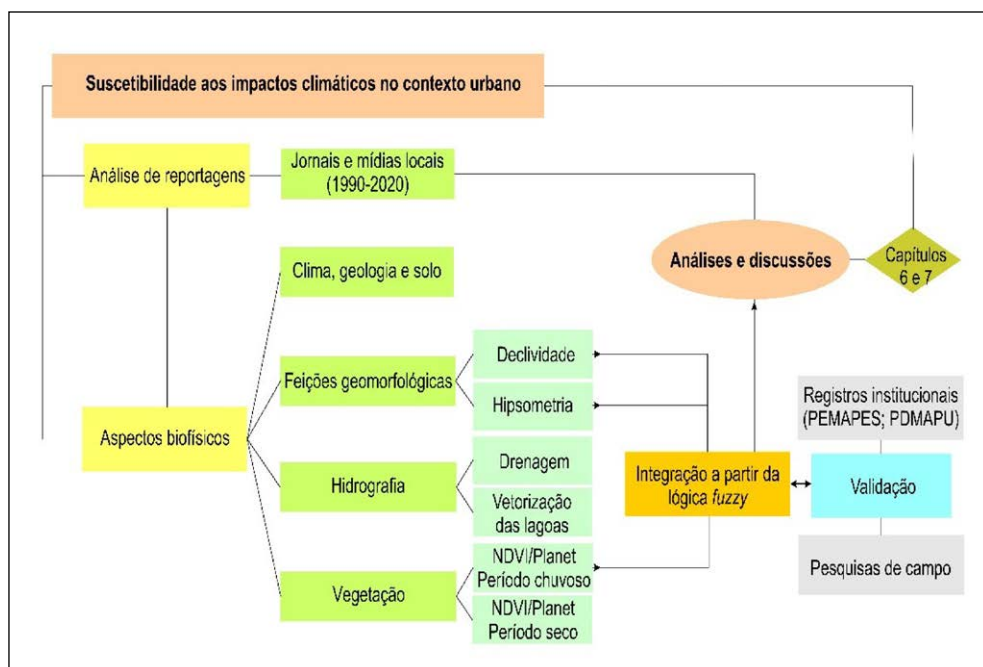
Por outro lado, o campo termodinâmico apresentou aumento da amplitude térmica, formando ilha de calor, decorrentes da diminuição de área coberta de vegetação e aumento das superfícies impermeáveis. Medidas itinerantes em transectos apontam condições de temperatura e umidade do ar em função das características geourbanas; Diferença térmica caracteriza extremos de formação de ilha de calor e áreas redutoras de temperatura. Ratifica-se o potencial das lagoas e áreas verdes como amenizadoras da temperatura e aumento da umidade. Em síntese, a ampliação da mancha urbana representa não só a produção do espaço seguindo interesses estratégicos – especulação imobiliária, mas também um cenário sujeito a omissão, sobretudo em problemas estruturais locais que permeiam o tecido urbano, face às vulnerabilidades socioambientais urbanas (Silva, 2023, p. 16).



Por sua vez, Dias (2023) buscou relações entre a expansão urbana e as condições de risco e vulnerabilidade, abordando a interface socioambiental, ratificando:

Com ênfase na implementação dos estudos integrados na Geografia, busca-se compreender, a partir da perspectiva socioambiental, a dimensão prática dos conceitos, não como resultantes lineares no espaço, mas enquanto denunciadores da desigualdade, da exclusão, da miséria e da seletividade espacial (Dias, 2023, p. 9).

Para avaliar o grau de vulnerabilidade de Feira de Santana-BA, analisou indicadores vinculados à infraestrutura urbana e condições domiciliares e de acesso a bens e serviços. Importante se fez a sistematização sobre a suscetibilidade aos impactos climáticos no contexto urbano da cidade. Adotou como princípio metodológico a análise da repercussão na mídia local, enfatizando a questão social, articulando isso ao conhecimento dos aspectos biofísicos.



Concluiu que é relevante destacar a sobreposição das tipologias de risco a partir das vulnerabilidades, revelando que o risco socioambiental às inundações, como fator hidroclimatológico, também reflete na precarização da saúde, na ampla exposição social às doenças, na carência de condições básicas de sobrevivência e mesmo de garantia de vida, mormente entre a população mais pobre (Dias, 2023 p. 277-278).

Mais recente, em sua tese concluída e aprovada, Santana (2024) evidencia o objetivo de analisar a bacia hidrográfica do rio Piauí, com ênfase nas suas unidades de paisagem, a partir da integração de metodologias que possibilitassem sua inventariação, quantificação e avaliação ecossistêmica.

A Geodiversidade se estabelece como a pluralidade dos componentes abióticos que constituem as paisagens e ambientes terrestres em conjunto com seus processos de origem, dinâmica e interação com a biodiversidade. Litologia, relevo, cobertura pedológica e recursos hídricos configuram-se como a estrutura de existência e manutenção da fauna, flora e produção humana (Santana, 2024, p. 6).

A autora conclui que, para os serviços ecossistêmicos, é possível avaliar os serviços de regulação, suporte, provisão e conhecimento. No critério destaca o serviço de suporte com elevada relevância nos Tabuleiros Costeiros através dos bens e processos de solo, plataforma, materiais de construção e recursos hídricos. Envolve análise integrada que propõe a metodologia geossistêmica. Enunciados teóricos enriquecidos com uma imersão criteriosa no campo compõem a estrutura acadêmica da tese e resultaram na produção de um capítulo a ser publicado sobre bacias hidrográficas, além de dois artigos encaminhados para periódicos qualificados.

## **MESTRADO E MESTRES FORMADOS: AVANÇOS E EXPECTATIVAS**

Refletindo sobre o aprendizado de concepções teóricas e exercícios estruturais relativos à dissertação, uma pluralidade de temas permeou o tempo de docência na pós-graduação. É possível condensar tais informações em um quadro componente de um compêndio memorial de vivência logo a seguir.

Por princípio, orientar no Mestrado entendemos que deve ser uma construção de bases teóricas consolidadas, nem sempre iniciadas na graduação. É de obrigação preparar o recém-ingressado para aprender a pensar,

adicionando paulatinamente leituras que propiciem autonomia para, enfim, interpretar realidades à luz de um olhar amadurecido. Sem leituras não há dissertação que não sofra embaraços.

À guisa de exemplos e de reflexões sobre excepcionalismos climáticos, um quadro construído sobre a vivência junto ao PPGeo-UFS, elaborado em ordem cronológica decrescente, salienta o respeito e a gratidão por cada trabalho concluído. Destaco conteúdos concernentes à questão dos recursos hídricos, à pertinência do campo hidrometeorológico, resultado da localização de latitude tropical, com relevo para a semiaridez, além da distribuição irregular das chuvas, somada às conjecturas sobre o comportamento atmosférico.

A nível regional, à medida que se percebem as correlações complexas e uma concepção mais comportamental e complexa do clima é que nos damos conta de como os estados de tempo oscilam, admitem desvios e produzem “acidentes” que não podem ser considerados excepcionais (Monteiro, 1991, p. 19).

Na dinâmica do quadro, tornou-se possível fazer reflexões sobre as abordagens persistentes no campo da Dinâmica Ambiental, com ênfase na Climatologia e, em algumas situações, a obrigatoriedade de constar a relação com a Geografia Agrária. Foram singulares em sua temática e na temporalidade, mas plurais na escala espacial de abrangência. Todas as temáticas estão contidas no regional do Nordeste brasileiro. A orientação para estruturação do conhecimento permitiu avanços bem interessantes quanto às realidades locais.

**Quadro 1:** Vivência e expectativas na orientação do Mestrado PPGeo-UFS - Período 1998 a 2023

Ano de Conclusão	Mestres	Título
2023	Lucas Melo Costa	Agravos e Vulnerabilidade na Sub-bacia do Rio Gararu no Semiárido Sergipano.
2022	Ívia Rejane Ferreira Silva	Declínio Hídrico do Baixo São Francisco: Desafios Socioambientais em Piranhas/AL.
2022	Thiago Lima Santana Duarte	Eventos Extremos de Chuvas em Barra dos Coqueiros/SE: Circunstâncias e resiliências.
2022	Gabriel Carvalho Santos	Processos Socioambientais no Estuário do Rio Sergipe.

Ano de Conclusão	Mestres	Título
2018	Riclaudio Silva Santos	Análise Integrada da Paisagem do Geocomplexo Alto Sertão Sergipano.
2018	Carla Alessandra Melo de Freitas Bastos	Desafios e Perspectivas dos Resíduos Sólidos no Centro de Abastecimento de Feira de Santana - Bahia.
2018	Elayne Mirele Sabino de França	Contrastes Socioambientais na Microbacia do Riacho Flamengo em Garanhuns-PE.
2018	Sandra Freitas Santos	Natureza e Derivações Antropogênicas: Conflitos Socioambientais no Alto Curso do Rio Subaé/BA.
2018	Isabela Santos de Melo	Dinâmica e Fragilidade Ambiental na Paisagem da Microbacia do Rio Paripueira/SE.
2017	Edilsa Oliveira dos Santos	Configuração Socioambiental de Planície Costeira no Município de Paripueira – Alagoas.
2017	Michele Pereira da Costa da Silva	Dinâmica dos Recursos Hídricos e Derivações Antropogênicas no Alto Curso do Rio Subaé-BA.
2017	Sheylla Patrícia Gomes do Nascimento	Semiárido Alagoano: Dinâmica Socioambiental de Nascentes em Poço das Trincheiras-AL
2017	Franciele dos Santos Santana	Derivações Antropogênicas na área do Perímetro Irrigado de Betume/SE.
2016	Bruna Fortes Santos	Urbanização e clima urbano do bairro Atalaia na cidade de Aracaju/SE.
2016	João Luiz Santana Brazil	Eventos pluviais extremos e risco de inundações na cidade de Aracaju/SE.
2013	Alberlene Ribeiro de Oliveira	Influência climática no uso e ocupação do solo do município de Poço Verde/SE
2013	Marcos Pereira da Silva	Categorias Geoambientais da Paisagem Costeira de Ilha Grande-PI
2012	Elder dos Santos Lima.	Ordem e desordem socioambientais da bacia inferior do Rio Piauí, em Sergipe.
2011	Daniel Amador da Cunha	Clima Urbano: uma Análise das Alterações Provocadas pela Modelação Urbana da Cidade de Aracaju-SE.
2011	Núbia Oliveira Almeida	Dinâmica Ambiental e a Política de Recursos Hídricos em uma Barragem do Rio Brumado-BA.
2010	Cleâne Oliveira dos Santos	Qualidade Ambiental: Vulnerabilidades e Potencialidades no Município de Itabaiana/SE.
2007	Manoel Alves de Oliveira	A barragem de Anagé no sudoeste da Bahia: dinâmica na paisagem e na reorganização do território.
2007	Maria Orlanilza Fontes de Oliveira	Sustentabilidade ambiental da citricultura no município de Boquim-SE.
2007	David Alves Valio	Precipitação pluvial e organização do espaço no município de Nossa Senhora da Glória/SE: um retrato do semiárido nordestino.

Ano de Conclusão	Mestres	Título
2005	Marcelo Alves Mendes	Ritmo climático e espacialidade: subsídios para o planejamento agrícola do município de Pão-de-Açúcar-AL.
2005	Daniel Almeida da Silva	Metamorfoses na Região do Petróleo: A criação de territórios a partir da Implantação da Petrobrás.
2004	José Hunaldo Lima	A dinâmica do clima e a organização do espaço agrário no município de Monte Alegre de Sergipe.
2004	Maria dos Prazeres Araújo Nery Santana	Configurações ambientais do agreste sergipano: uma visão geográfica regional.
2004	Carmem Zita de Oliveira Moreira	Questões ambientais e sustentabilidade da cana-de-açúcar em São Miguel dos Campos-Alagoas.
2003	Fábia Verônica dos Santos	Mudanças climáticas e agricultura: o estudo do fenômeno El Niño na agricultura de Boquim/SE.
2002	Mary Cristina Santos das Chagas	A pluviosidade e a agricultura nas zonas climáticas da bacia hidrográfica do Vaza-Barris em Sergipe.
2000	Carlos Alberto de Vasconcelos	Meio ambiente e especialização da citricultura no município de Sairé-PE

Organização: Pinto, 2024.

A título de laboratório, primordial, fez-se sugestão de leitura fundamentando a categoria paisagem, presente nos trabalhos concluídos de Ab'Sáber (1977, 1999, 2003), versando sobre os Domínios de Natureza no Brasil – potencialidade paisagística –, complementando leitura do autor sobre o Nordeste brasileiro, “Sertão e sertanejos: uma geografia humana sofrida”.

Teorias consubstanciaram as dissertações no caminhar incipiente de Mestres pela Ciência, que, ao avançarem, lhes proporcionava expectativas de autonomia acadêmica, pessoal e profissional. Alguns deles prosseguiram as pesquisas ao cursarem o Doutorado. Outros, entretanto, finalizaram a dissertação, se submeteram à defesa pública, mas encerraram os estudos. Alguns abraçaram a carreira acadêmica e hoje são colegas e merecem todo meu respeito e minha admiração. Uma troca de saberes.

## PALAVRAS FINAIS

Enfim, tendo sido acolhida no PPGEU-UFS em 1998, contabilizando até a presente data 35 (trinta e cinco) orientações de Mestrado, sendo a primeira defendida no ano 2000, e mais três junto a outro programa de pós-graduação, além de 13 (treze) orientações de Doutorado, não desprezando a significância de participar de bancas examinadoras e de seleção para in-

gresso na instituição, uma atividade constante, afirmo ser um aprendizado deveras derivado da vivência acadêmica, que ainda não findou. Seguimos vivenciando estudos em forma de pesquisa, formando discentes originários da Geografia e de conhecimentos afins.

As bancas de trabalho de conclusão e de comissões julgadoras perfizeram o número significativo de 208, abrangentes em seus conteúdos e gratificantes no exercício mais de aprendizado do que de arguição propriamente dita. Refiro-me a contatos com paradigmas e excepcionalidades adotadas e sugeridas em trabalhos diversos da prática pessoal, incluindo convite de outras instituições.

Dar publicidade aos trabalhos concluídos é tarefa atribuída no contexto da orientação e complementa a vivência junto à pós-graduação e à Geografia. Neste caso, foram quantificados, entre livros publicados, capítulos de livro, organização, salvo falhas, 37. Perfazem as presentes reflexões 33 artigos completos publicados em periódicos, e, em anais de evento, contabilizam-se 185.

O que ponderar sobre o aprendizado na supervisão de Pós-Doc? Saliendo aqui a gratificação que me acomete. Dois professores Doutores de colaboração incalculável. Meirilane R. Maia, advinda da UESB, Vitória da Conquista, que, em conjunto, traz contribuições em artigos e capítulos de livro, bancas examinadoras, enveredando pela climatologia urbana. Com formação e titulação em Climatologia no Paraná, Francisco Jablinsky Castelhana articula pesquisas, técnicas de campo e coorientação, disciplinas e atualmente compõe o quadro docente do PPGEQ-UFS.

Algumas publicações derivaram das orientações e foram realizadas em coautoria, a exemplo de capítulos de livros e de livros organizados. Continuamos em construção pessoal, formando discentes e docentes, junto a colegas que acumularam conhecimentos e novas estratégias no conhecimento e na modelização socioambiental.

## LEITURAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Problemática da desertificação e da savanização no Brasil intertropical. **Geomorfologia**, São Paulo: Instituto de Geografia da USP, n. 53, 1977.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertão e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, Dossiê Nordeste seco, São Paulo: IEA, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil** – Potencialidade paisagística. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. **Uma Geografia Transversal e de traves-sias** (O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades). Tradução coordenada por PASSOS, Messias Modesto dos. Maringá: Editora Massoni, 2009. 360 p.

SILVA, Michelle Pereira da Costa. **Clima urbano**: Interfaces termodinâmica e hidrodinâmica no contexto socioambiental de Feira de Santana-BA. 2023. 249 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

CASTELHANO, Francisco Jablinski. **O Clima e as Cidades**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

CONTI, José Bueno. As relações sociedade/natureza e os impactos da desertificação nos trópicos. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis: UFSC, n. 4, 42 p., dez 2002.

CONTI, José Bueno. A questão climática do Nordeste brasileiro e os processos de desertificação. **Revista Brasileira de Climatologia/Associação Brasileira de Climatologia**, Presidente Prudente: ABCLIMA, v. 1, n. 1, p. 5-15, 2006.

DIAS, Laerte Freitas. **Da expansão urbana às transformações socioambientais**: Risco e vulnerabilidade em Feira de Santana-BA. 2023. 324 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

FRANÇA, Elayne Mirele Sabino de. **Savanização antrópica de ambientes no semi-árido pernambucano**. 2023. 237 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

LIMA, Espedito Maia. **Interações Socioambientais na Bacia do Rio Catolé – Bahia**. 2012. 280 p. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGE), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

LIMBERGER, Leila. Abordagem sistêmica e complexidade na Geografia. **Geografia**: Londrina, v. 15, n. 2, 2006

MACHADO, Rosângela Fátima de Oliveira. **Territorialização da saúde**: Determinantes ambientais e o cotidiano das equipes de saúde da família – Lagarto/SE. 2019. 206 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

MAIA, Meirilane Rodrigues; LIMA, Espedito Maia; PINTO, Josefa Eliane Santana de S. Riscos e conflitos socioambientais em episódios de enxurradas e alagamentos em Vitória da Conquista-BA. **ANPEGE**, n. 1, p. 12644–12653, 2017.

MALTA, Judson Augusto Oliveira. **Fitogeografia urbana e condicionantes socioambientais em Aracaju-SE**. 2018. 206 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

MATOS, Alda Lisboa de. **Estruturação ambiental e mudanças na paisagem da Microrregião de Boquim/Sergipe**. 2019. 163 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Pro-

grama de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia socioambiental. *In*: MENDONÇA, Francisco de Assis; KOZEL, Salete (Orgs.). **Epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

MENDONÇA, Francisco de Assis; DIAS, Mariana. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2019. 296 p.

MENDONÇA, Francisco de Assis; SAHR, Cicilian Luiza Löwen; SILVA, Márcia da (Orgs.). **Espaço e tempo**: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. 740 p.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. Teoria e Clima Urbano. *In*: MONTEIRO, Carlos Augusto de F.; MENDONÇA, Francisco (Orgs.). **Clima Urbano**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-68.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **Clima e Excepcionalismo**: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. O estudo geográfico do clima. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, ano I, n. 1, 1999.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **Geossistemas, a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Alberlene Ribeiro de **A desertificação do Alto Sertão de Sergipe no Contexto Geográfico**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

OLIVEIRA, Alberlene R.; PINTO, Josefa Eliane S. de S. O processo de desertificação em Sergipe: Associação climática, riscos, vulnerabilidades e resiliência. *In*: **Anais X Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica**. Curitiba, PR, 2014. p. 2222-2232.

OLIVEIRA, Alberlene R.; PINTO, Josefa Eliane S. de S. Complexidades da desertificação no Alto Sertão de Sergipe: Vegetação e clima. *In*: SOUZA, Rosemeri M. et al. (Orgs.). **Cenários Urbanos**: Riscos e vulnerabilidade na gestão territorial. Criação Editora, 2016. p. 169-186.

PONTES, Denise dos Santos. **Entre secas e carências**: Demandas cotidianas de água na sub bacia do Riacho do Sertão - Alagoas. 2020. 174 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do departamento de Geografia**, São Paulo: FFLCH/USP, n. 8, p. 63-74, 1994.



SANTANA, Bruna Leidiane Pereira. **Geodiversidade das Unidades de Paisagem na Bacia Hidrográfica do Rio Piauí – Sergipe**. 2023. 234 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. 234 p.

SANT'ANNA NETO, João Lima. Por uma geografia do clima – antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. **Terra Livre**. Paradigmas da Geografia – Parte II, São Paulo, v. 17, p. 49-61, 2001.

SILVA, Daniel Almeida da. **Nos (dos) meandros ambientais**: A natureza das águas urbanas em Aracaju. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SPÖRL, Christiane; ROSS, Jurandyr Luciano S. Análise comparativa da fragilidade ambiental com aplicação de três modelos. **GEOUSP**, São Paulo: FFLCH/USP, p. 39-50, 2004.

TOMASONI, Marco Antônio. **Transformações socioambientais e indicadores para recursos hídricos em diferentes sistemas de uso do solo nos cerrados baiano**. O caso da bacia hidrográfica do Rio de Ondas/BA. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

TOMASONI, Marco A., PINTO, Josefa Eliane S. de S. e SILVA, Heraldo P. da. A questão dos recursos hídricos e as perspectivas para o Brasil. **GEOTEXTOS**, Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, v. 5, n. 2, 2009.

VICENTE, Luiz Eduardo; PEREZ FILHO, Archimedes. Abordagem sistêmica e Geografia. **GEOGRAFIA** – Associação de Geografia Teorética, Rio Claro, SP, v. 28, n. 3, p. 323-344, set./dez. 2003.

*A Meirinha, em sua memória, dedico as minhas!  
Conti e Carlos Augusto, sigo suas lições!*

PPGEO-UFS, julho de 2024

# DINÂMICA GEOGRÁFICA DA PRECIPITAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO EM TEMPOS DE CRISE CLIMÁTICA

**Francisco Jablinski Castelhanao**  
**Lucas Lima Ferreira**  
**Mariana Andreotti Dias**

## INTRODUÇÃO

Na obra “A Invenção do Nordeste”, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior (2021) procura elucidar aspectos históricos e culturais referentes a criação do termo e do conceito que lhe segue de “Nordeste Brasileiro”. Muito mais do que apenas uma designação geográfica, o autor apresenta elementos que atestam que, o conceito de ‘Nordeste’, bem como o de ‘nordestino’ foram criados intencionalmente, dentro de um contexto cultural e sociopolítico, sobrepunando, portanto, sua posição ante a capital brasileira.

Ao longo de seu trabalho, e sempre buscando referências em elementos culturais como literatura, música dentre outros, a seca, fenômeno meteorológico, hidrológico e agrônômico, torna-se um elemento central na designação na amalgama cultural, social e econômica que passa a ser definida como nordeste.

Por mais que o fenômeno não afete a região de forma homogênea, a generalização dela para os estados que atualmente compõe o Nordeste Brasileiro é um traço que povoa o imaginário popular do país como um todo.

Neste capítulo, procuraremos explorar a dinâmica geográfica deste fenômeno, mas mantendo-o dentro de sua esfera mais simples, mas talvez mais conhecida, a climática.

Em um contexto de Crise Climática, procuraremos apresentar, a partir de dados cartográficos, a dinâmica das chuvas na região brasileira mais lembrada por tal variável.

Com dados de sensoriamento remoto, foi possível mapear os níveis de precipitação anual para cada município do Nordeste brasileiro desde o iní-

cio do século XXI, reforçando que o fenômeno da escassez de água e falta de chuvas, pelo menos até o momento, não é homogêneo e presente em toda a região.

Ademais, propomos uma análise espacial de sua variação temporal, de modo que, foi possível estimar cenários futuros, em um contexto de Crise Climática, para a precipitação, nos municípios nordestinos. A generalização, ou talvez, expansão geográfica das secas, parece mostrar-se como uma realidade, visto que os municípios da região, tem apresentado forte tendência a queda nesta variável.

## **TÉCNICAS PARA UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS PRECIPITAÇÕES**

O primeiro obstáculo para a realização de uma pesquisa a respeito da dinâmica geográfica de uma variável climática está na limitação espaço temporal dos dados disponibilizados a seu respeito.

A rede de monitoramento meteorológica do Brasil atualmente encontra-se sob responsabilidade do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), órgão este, ligado ao Ministro da Agricultura e Pecuária.

Tal rede se iniciou ainda no século XIX com a estação meteorológica instalada no observatório nacional no Rio de Janeiro. Passados mais de 100 anos, a rede se expandiu para todas as regiões do Brasil, possibilitando que tanto mais conhecimento quanto mais dados pudessem ser gerados e analisados pelo território nacional.

Apesar disso, diversas são as áreas do Brasil com pouca ou nenhuma cobertura de dados, e com dados que podem vir a apresentar problemas como falhas, e mesmo incongruências em termos de correlação espacial (Perrazzi et al, 2021).

Estados como o Sergipe, contam com apenas seis estações do INMET fornecendo dados em seus territórios, deixando um percentual muito elevado da paisagem sergipana desprovida de dados climáticos (Castelhana e Pinto, 2022).

Assim, nesta pesquisa, buscamos utilizar dados oriundos de sensores remotos, de modo a preencher lacunas de municípios que não contem com estações de superfície.

Para esta análise, foram utilizados dados de satélites coletados no período de 2003 a 2018 em escala diária, totalizando 16 anos, a fim de oferecer uma

perspectiva ampla e confiável sobre as variações nas precipitações pluviais.

Os dados de precipitação foram coletados junto ao Copernicus Atmosphere Monitoring Service (CAMS)-Reanalysis (do Centro Europeu de Previsões Meteorológicas de Médio Prazo – ECMWF) em escala temporal diária e com resolução espacial de 12.5 km agregados para o centróide de cada município. A exceção do Piauí, todos os demais estados da região tiveram seus dados coletados e analisados a nível de município portanto.

Os dados, foram tratados utilizando o programa Excel, e em seguida, foram imputados no programa R, utilizando o pacote mgcv, onde foi executada uma Regressão GAM utilizando as variáveis temporais (ano, mês e dia) como variáveis controladoras. Tal função, apresentada na equação 1 permitiu a quantificação da variação média de precipitação para cada município da área de estudo por ano, fornecendo um panorama espacialmente amplo e temporalmente significativo para a precipitação na região (Castelhana et al, 2022).

$$Y_{i,j,p} = \beta_0 + \beta_{\text{semajuste}} \text{Ano}_{j,p} + \gamma_{\text{mês}_{j,p}} + \varepsilon_{\text{dia}_{j,p}} \quad (1)$$

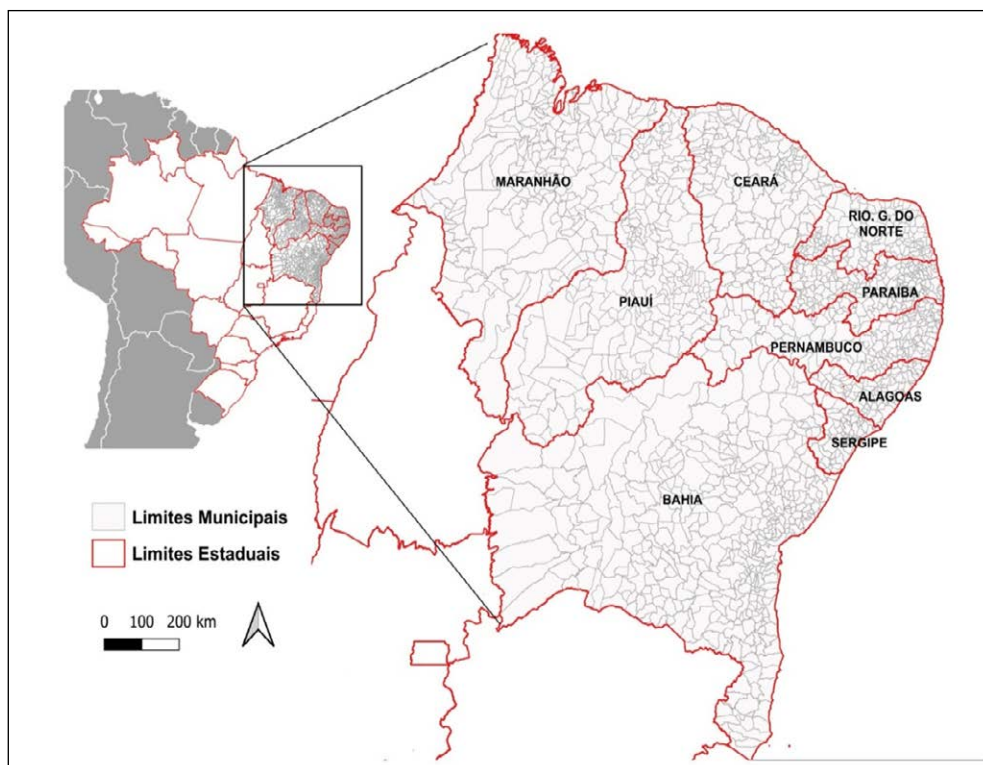
onde Y representa a precipitação acumulada diária no município i na data j;  $\beta_0$  é o intercepto do modelo GAM;  $\beta_{\text{semajuste}}$  representa a tendência linear não ajustadas, respectivamente, expressas em mm por ano  $\gamma$  e  $\varepsilon$  são os vetores de coeficientes que explicam a variabilidade mensal e diária da série temporal.

Depois da aplicação dos cálculos, procedeu-se a espacialização dos resultados, utilizando o software QGIS para confecção de mapas contendo os resultados, onde um padrão de cores foi escolhido para identificação dos municípios que tiveram uma maior variação de precipitação, e para aqueles com uma variação menor.

## O NORDESTE BRASILEIRO E A PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA

A região nordeste do Brasil ocupa 18,3% do território brasileiro, chegando a aproximadamente 1552175.42 km<sup>2</sup>, e possuindo uma densidade demográfica de 35.21 hab/km<sup>2</sup>, sendo composta por nove unidades da federação (Figura 1).

Figura 1 – Região Nordeste e seus municípios



Fonte: IBGE, 2024. Org.: Autores, 2024

A dinâmica das precipitações da região, conforme já discutidas, situam-se como sua mais marcante característica climática, e são alimentadas sobretudo pelos seguintes sistemas atmosféricos:

O Nordeste recebe das seguintes influências atmosféricas (Ferreira e Cavalcanti,2022):

- Zona de Convergência Intertropical (ZCIT): Um dos sistemas mais importantes, responsável por grande parte das chuvas na região, especialmente durante os meses de verão. Sua atuação é se intensifica na faixa equatorial atingindo uma área significativa do nordeste sendo resultado da convergência dos alísios de sudeste e nordeste.
- Vórtices Ciclônicos de Altos Níveis (VCAN): São sistemas de menor escala em relação a ZCIT que se formam na alta troposfera e podem causar chuvas intensas e tempestades. Sua atuação é concentrada

na área interiorana dos Estado do nordeste. A parte central de sua atuação mantém-se com alta pressão, causando as secas e estiagens, enquanto a umidade e a precipitação concentram-se em suas bordas. Assim, trata-se de um sistema que pode tanto regular as secas como causar chuvas a depender de sua posição.

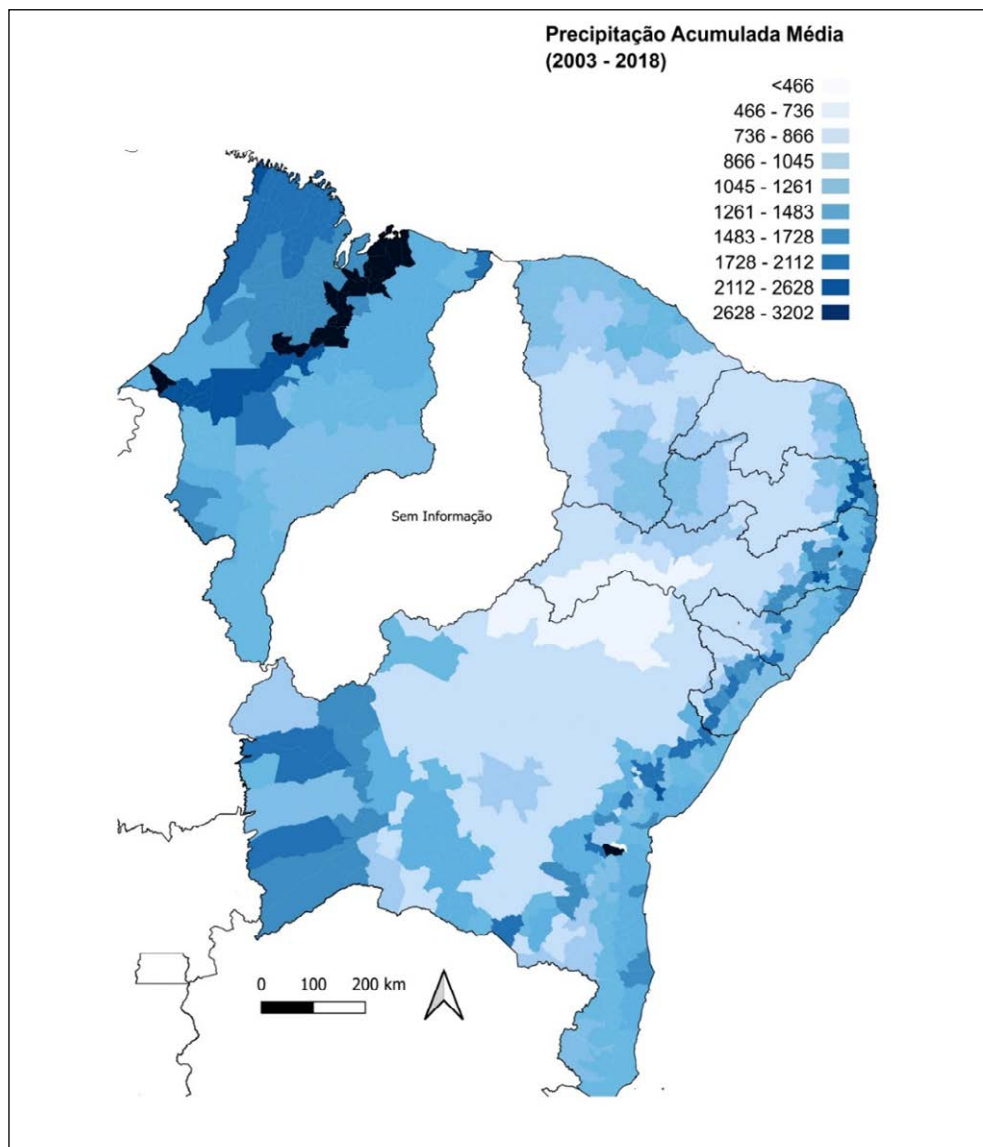
- Ondas de Leste: São perturbações atmosféricas que se formam no Atlântico e se movem em direção ao continente de leste para oeste, trazendo chuvas para a faixa litorânea leste do Nordeste atingindo principalmente os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas durante os meses de outono.
- Alta Subtropical do Atlântico Sul (ASAS): Um sistema de alta pressão que influencia os ventos e a precipitação, especialmente durante o inverno. trazendo chuvas para a faixa litorânea leste do Nordeste por regular a chegada de sistemas tropicais.
- Frente Fria: De menor atuação no Nordeste, trata-se do encontro de uma massa de ar polar com uma de ar tropical causando elevação da massa tropical e posterior precipitação no formato de uma banda de nebulosidade. Chega a atingir os extremos sul da região, mas suas repercussões ocasionalmente podem atingir até os estados de Pernambuco.

A atuação destes sistemas garante grande variabilidade espaço temporal da precipitação sobre os municípios que compõe a região nordeste. Tal variabilidade pode ser visualizada no mapa presente na Figura 02.

A figura apresenta os dados de precipitação acumulada anual média para o período 2003-2018 nos municípios da área de estudo.

Destaca-se no mapa uma ampla faixa de precipitação acumulada anual superior a 1200 mm em média na porção leste da região, sendo limitado sobretudo pelos planaltos atlânticos. A porção interiorana com precipitações inferiores a 800 mm anuais, a exceção de porções no oeste potiguar e sul do Ceará onde as chuvas mostram-se ainda acima das áreas vizinhas, em razão dos planaltos residuais ali alocados que colaboram para a formação de chuvas. Já no oeste da região nordeste, sobretudo no oeste do Maranhão e mesmo partes do oeste baiano, apresentam-se novamente elevadas precipitações, denotando a área de transição entre nordeste e região amazônica. No estado maranhense, temos os maiores valores de precipitação do nordeste.

Figura 2 – Precipitação Pluviométrica Anual Média no Nordeste brasileiro – 2003/2018



Fonte: CAMS. Org.: Autores, 2024

Para Novais (2023), é possível classificar a região nordeste em até quatro tipos climáticos. Na faixa litorânea leste, iniciando-se no litoral sul do estado da Bahia até o litoral leste potiguar, encontra-se o tipo climático Litorâneo Leste do Brasil, onde as chuvas são mais intensas. A partir do litoral norte potiguar até os limites da região nordeste, ao longo da costa, teríamos um novo tipo, caracterizado por menos chuvas, seriam o clima litorâneo

norte do Brasil. Para o autor, o extremo sul do Maranhão, do Piauí e parte da Bahia, na região conhecida como Matopiba, teriam um clima denominado de 'Central do Brasil'. Por fim, a grande parcela interiorana do Nordeste, com escassez de chuvas e áreas semiáridas e áridas seria denominada de Clima Nordestino do Brasil.

A distribuição espaço-temporal heterogênea da precipitação reflete inclusive em seus estudos de tendência.

Um dos primeiros estudos a analisar as tendências de chuva na região foi publicado em 1998, e apresentou análises de séries relativamente longas. Com dados de 88 estações meteorológicas e uma série começando em 1911, Silva et al (1998) destacaram a ausência de tendências negativas de chuva para a maior parte da região durante o período 1911-1996.

Analisando os eventos extremos de chuva, isto é, aqueles volumes que excedem o percentil 95 de uma série histórica, Costa et al (2015) constataram que, para a região como um todo, tais eventos se concentram nos meses de janeiro a Abril, quando tem-se uma sobreposição da atuação da ZCIT, DOL e Complexos Convectivos de Mesoescala.

A análise dos autores aponta ainda forte influência do fenômeno do El Niño Oscilação Sul na variação pluviométrica da região. Tal evento está relacionado com variações de temperatura do oceano pacífico que modificam a dinâmica de circulação da célula de Walker.

A célula de circulação de Walker promove uma circulação atmosférica no sentido leste-oeste e possui um ramo de ascensão no norte da América do Sul e um ramo descendente no pacífico norte.

Em anos de El Niño, o aquecimento acima da média do oceano pacífico modifica os locais de ascensão e queda desta célula, alterando também a dinâmica das chuvas.

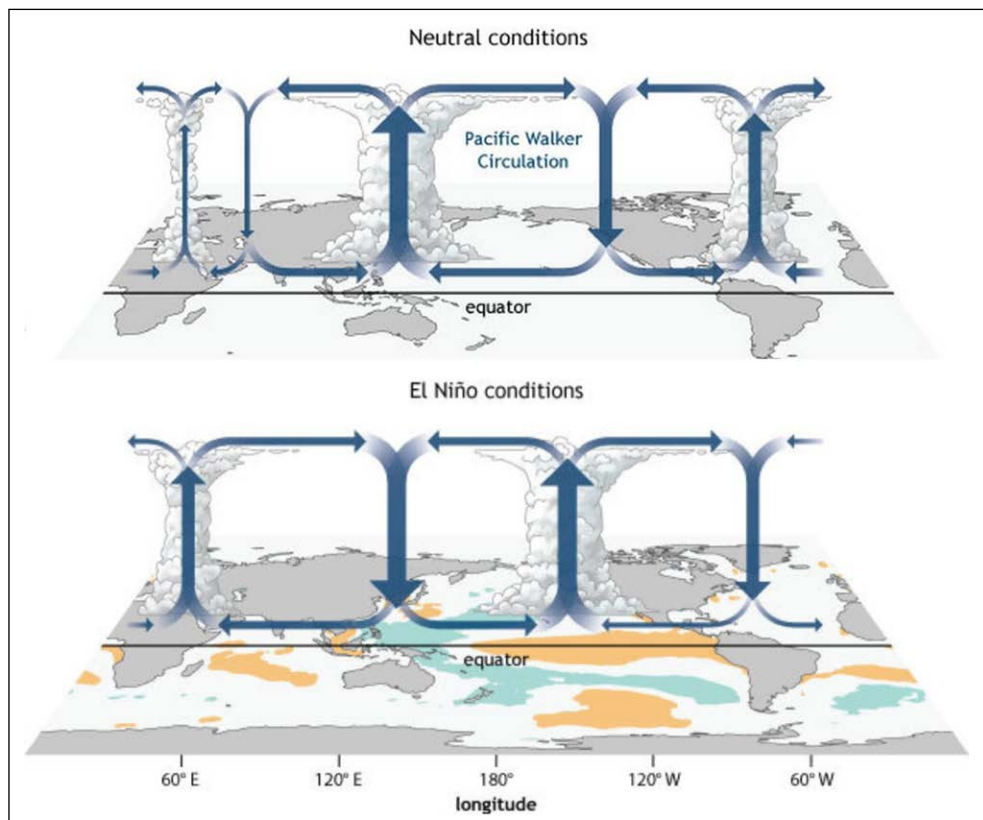
A célula descendente passa a se posicionar sobre o norte da América do Sul, afetando as chuvas no local, e ocasionando em épocas de seca mais intensa no nordeste brasileiro.

Já durante os anos de La Niña, quando o oceano pacífico se resfria acima da média, temos uma intensificação da situação normal da célula de Walker, ocasionando em mais chuvas para a região nordeste. (Figura 3)

Ademais do efeito do El Niño, as autoras constaram uma tendência significativa para o aumento de chuvas extremas na região, levantando a possibilidade de maior frequência de eventos catastróficos e possibilidade de aumentos de riscos em uma região cujas estruturas sociais já é deficitária.



Figura 3 – Circulação de Walker em Anos com condição Neutra e El Niño.



Fonte: NOAA, 2024

Ainda dialogando com as teleconexões, Ferreira et al (2021) apresentam a influência tanto do El Niño como da Temperatura da Superfície do Mar na variação temporal da precipitação no oeste do estado de Pernambuco. Aplicando testes de tendência em séries de chuva de seis estações climatológicas da região, os autores constaram fortes tendências a redução da chuva, além de sua já mencionada relação com as teleconexões.

Analisando apenas uma bacia hidrográfica no Sul da Bahia, Alves et al. (2022) constaram que os pontos de análise mais próximos ao litoral apresentaram tendência positiva ou insignificante para as precipitações, enquanto os mais distantes da costa, na porção oeste da bacia, apresentaram as tendências para queda. Os autores ainda procuraram estabelecer uma relação entre o desmatamento e os valores de variação de precipitação, apresentando as áreas com tendências negativas como aquelas com maiores índices de desmatamento.

Resultado similar foi encontrado por Castelhana e Pinto (2022) ao analisar o estado do Sergipe. Calculando índices de variabilidade climática para temperatura e precipitação, os autores atestaram que a medida que adentra-se ao interior do estado no sentido oeste, as tendências negativas se intensificam, revelando cenários de grande risco para as regiões que já sofrem com escassez de água no sertão sergipano.

Analisando apenas o estado do Ceará, Santos et al (2009) destacaram resultados adversos, apresentando tendências para o aumento nas precipitações em uma análise de dados envolvendo o período de 1935 a 2006.

Com dados a partir de 1980, Carvalho et al (2020) constataram resultados divergentes. Com dados de 45 estações de todos os estados da região, os autores apontam que a porção central da região Nordeste tem maior tendência de variação de precipitação, número de dias chuvosos e temperatura. Além disso, revelaram que haverá maior variabilidade espacial de precipitação e número de dias sem chuva para o Nordeste do Brasil, especialmente para a região central que abrange o Sertão.

Além destes, outros estudos apresentam dados a respeito da precipitação da região nordeste, mas a limitação espacial das fontes de dados torna-os ou muito específicos, ou muito genéricos em suas análises. O presente estudo, por outro lado, fazendo uso de dados de sensoriamento remoto, conseguiu apresentar uma cobertura de informações maior. Embora com uma série histórica mais curta em relação a alguns dos estudos citados, a abrangência geográfica dos dados mostra-se como um diferencial na análise aqui proposta.

## **A VARIAÇÃO DE PRECIPITAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO**

Uma vez aplicada a regressão GAM mencionada anteriormente, o primeiro resultado levantado atestou o problema da escassez da chuva como de fato algo presente e marcante nos estados nordestinos. Em todos os municípios analisados, os resultados da variação da precipitação entre 2003 e 2018 foram negativos, revelando, portanto, quedas nos níveis desta variável em todos as cidades.

De forma a relacionar tal fato com as teleconexões no período de análise, utilizou-se o índice oceânico niño (ONI). Existem vários índices usados para monitorar o Pacífico tropical, todos baseados em anomalias da tempe-

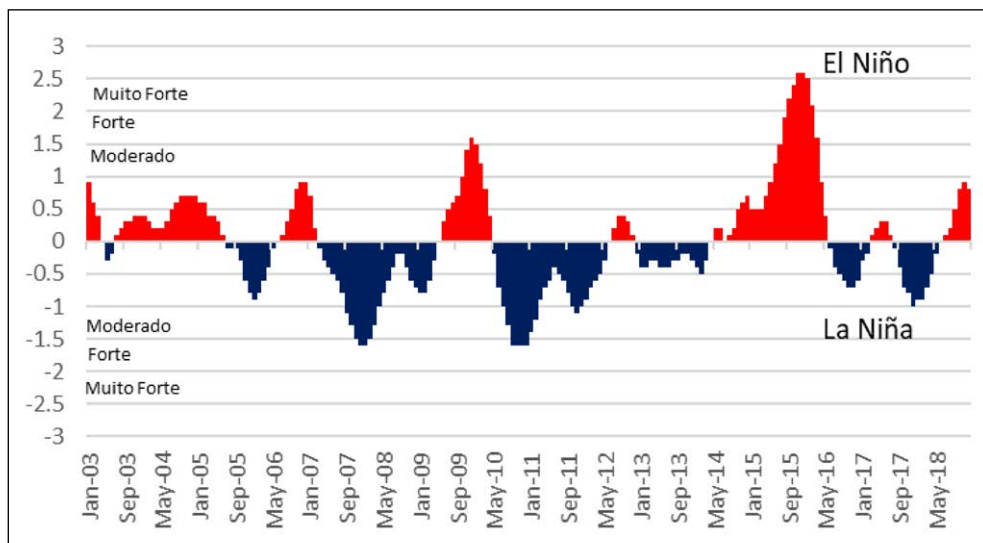
ratura da superfície do mar (TSM) calculadas em média em uma determinada região. Normalmente, as anomalias são computadas em relação a um período base de 30 anos. O índice Niño 3.4 e o Índice Niño Oceânico (ONI) são os índices mais comumente usados para definir eventos El Niño e La Niña.

O ONI usa uma média móvel de 3 meses e, para ser classificado como um El Niño ou La Niña completo, as anomalias devem exceder +0,5C ou -0,5C por pelo menos cinco meses consecutivos. Esta é a definição operacional usada pela NOAA (2024).

A figura 4 apresenta os resultados do índice ONI gerado pelo NOAA para o período de estudo. Ao todo, o período teve um total de 58 meses classificados como períodos de La Niña, isto é, épocas em que o resfriamento das águas do oceano pacífico ocasiona em acumulados de chuva menores. Dentre estes, destaca-se o período que se inicia na metade de 2007 e perdura até o início de 2009, representando uma La Niña forte.

Já os meses de El Niño somaram um total de 46, com destaque para o final do ano de 2015 e começo de 2016, quando o El Niño chegou a ser classificado como muito forte.

Figura 4 – Variação do índice oceânico Niño (ONI) no período 2003/2018.



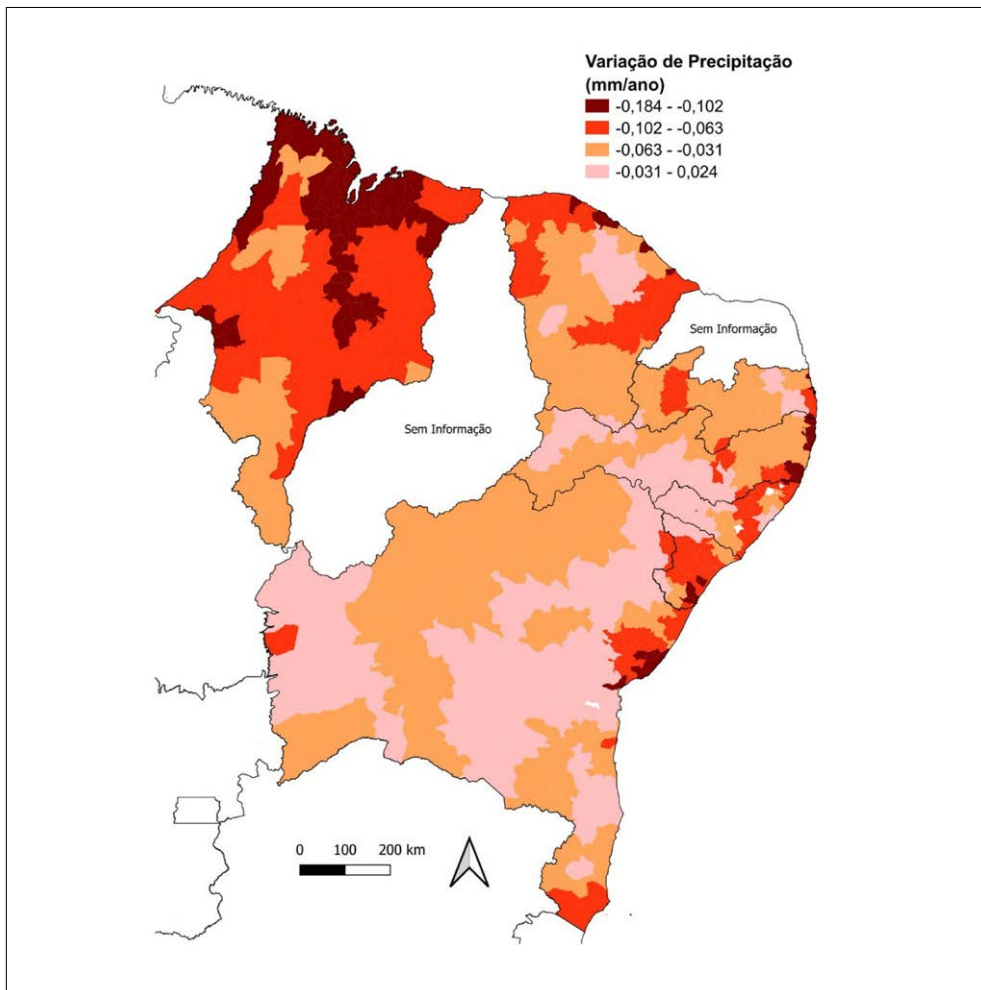
Fonte: NOAA, 2024. Org.: Autores, 2024

Constatado tal fato, coube então, analisar a distribuição geográfica da variação negativa de chuva na região, e para tanto, fez-se uso de mapas que representaram a partir de tonalidades de vermelho, quão intensa foi tal di-

minuição. A única exceção se deu com o estado do Piauí e Rio Grande do Norte, o qual infelizmente não puderam ser inseridos na análise por problemas com os dados.

A figura 5, propõe-se a espacializar tal fato, apresentado como os níveis de variação de chuvas no Nordeste entre os anos de 2003 a 2018 se organizaram. As áreas em vermelho mais escuro representam os municípios onde a variação negativa de precipitação foi mais elevada, isto é, ficaram mais secos. Já os municípios mais claros representam os locais onde essa variação negativa foi menos intensa.

Figura 5 – Variação de Precipitação na Região nordeste do Brasil no período 2003/2018.



Fonte: CAMS. Org.: Autores (2024)

Como é mostrado na figura 5 os municípios que têm uma um tom mais próximo ao cinza são os que apresentam menor variação pluviométrica mm/ano. Esses municípios têm uma maior concentração no estado da Bahia ocupando áreas no interior do estado e no litoral sul do estado, e nos municípios que fazem parte de Alagoas, Sergipe e Pernambuco.

O local com menor variação de precipitação contrasta com os locais onde a precipitação acumulada no período foi igualmente baixa. Tal fato pode, inclusive, auxiliar na compreensão dos motivos de tal variação próxima a zero, visto que, proporcionalmente, com um menor volume de chuvas, a variação tende a ser igualmente menor.

Nos municípios da faixa litorânea leste da região, revelou-se um comportamento ligeiramente homogêneo, com altos índices de variação negativa de precipitação. A partir da cidade de Salvador em direção ao norte, a grande maioria dos municípios costeiros apresentou quedas muito significativas na precipitação pluviométrica, a exceção de uma pequena área no litoral alagoano.

De forma geral, nestes estados observa-se uma queda maior na precipitação próximo a costa, e conforme se dirige ao interior, a queda na precipitação apresenta diminuições.

Isso vale para o Ceará, que apresenta no litoral, os municípios com maior queda na precipitação, e conforme dirige-se ao sul, rumo ao interior do estado, a queda na precipitação apresenta diminuições.

O estado do Maranhão, por outro lado, apresenta uma dinâmica espacial singular na região, contrastando com sua localização e tipo climático igualmente distintos.

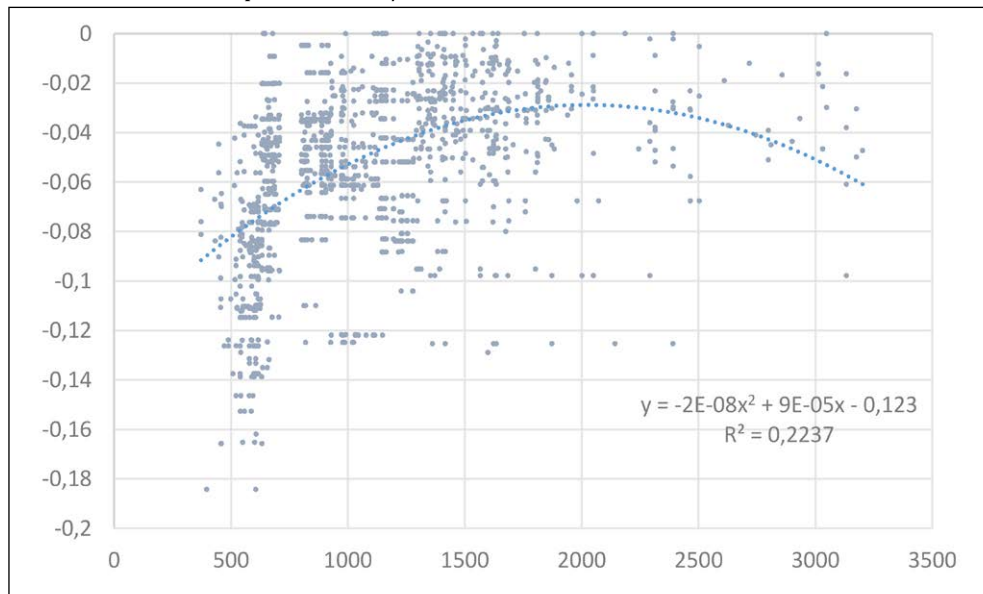
Embora o seu litoral também apresente as maiores quedas de precipitação em relação ao interior, percebe-se uma faixa de redução de chuvas muito intensa dividindo o estado em sua porção central. E atingindo até quase seu extremo sul.

Este estado foi aquele com maiores quedas registradas no Nordeste, novamente, podendo estar relacionado aos seus elevados valores de concentração pluviométrica apresentadas na figura 2.

A relação entre concentração de precipitação e variação de precipitação é demonstrada na figura 6. Aqui, através de um gráfico de dispersão, percebe-se a formação de uma curva polinomial de segundo grau envolvendo as duas variáveis. O  $r^2$  calculado por outro lado, revela que apenas 22,3%

da variação de precipitação é explicada unicamente pela concentração de chuvas.

Figura 6 – Relação Variação de Precipitação e Concentração de Precipitação na Região nordeste do Brasil no período 2003/2018.



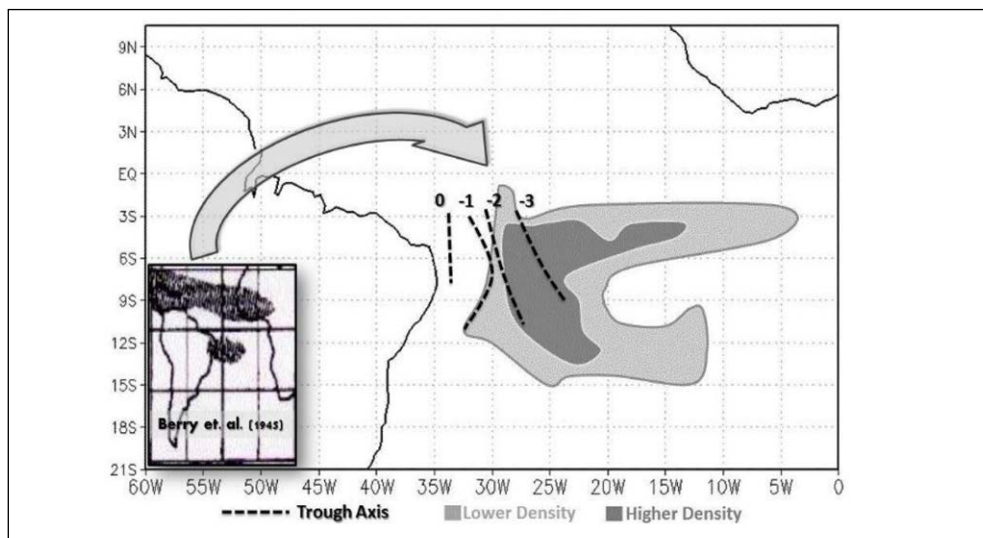
Fonte: CAMS. Org.: Autores (2024)

Dado que a queda na precipitação mostra um padrão geográfica definido, com quedas mais acentuadas em regiões específicas, pode-se buscar explicações em outros fatores.

No caso do litoral leste do nordeste, a queda acentuada pode estar associada com a diminuição na atuação de sistemas atmosféricos característicos dessa área como é o caso dos Sistemas Ondulatórios de Leste. Analisando uma curta série histórica de passagens de DOL pelo nordeste, entre 2006 e 2010, Silva et al. (2020) apontam uma leve queda na ocorrência das mesmas com pouca significância, e indicam que tais sistemas são responsáveis por 50 a 70% da precipitação total no litoral leste nordestino.

Assim, uma diminuição na frequência de ocorrência desse sistema, pode ocasionar em diminuições nos totais de precipitação para área. Os autores, todavia, alertam para o fato de que a ocorrência de tal sistema é mais sentida no litoral do Pernambuco e Paraíba, atingindo suas adjacências. A figura 7 revela sua área de atuação habitual, deixando ainda uma vasta área no sul da Bahia, com significativas quedas na precipitação sem uma explicação.

Figura 7 – Atuação habitual dos Distúrbios Ondulatórios de Leste. 0- Dia de atuação, -1 a -3 – dias anteriores



Fonte: Silva et al (2020)

A diminuição intensa da precipitação no Maranhão, por outro lado, pode ter suas origens não em um evento meteorológico, mas sim em um processo antrópico.

A região do cerrado maranhense está entre as que tiveram maior percentual de área desmatada desde o início deste século. Segundo Silva Junior et al. (2018), a região onde predomina essa vegetação situa-se exatamente no polígono do interior onde as chuvas apresentaram maiores quedas.

Igualmente, é justamente nesta região que concentraram-se os focos de incêndio no estado nas duas primeiras décadas dos anos 2000. Muito associado ao crescimento da monocultura sobretudo na região do Matopiba, o desmatamento e a substituição da cobertura vegetal original são fatores importantes para a dinâmica das chuvas.

Substituir a cobertura vegetal pode acarretar mudanças nos padrões de transpiração e nos totais de vapor d'água que retornam a atmosfera, modificando o balanço hídrico da região e conseqüentemente da concentração de chuva.

Além disso, reforçamos que o oeste do Maranhão já se encontra dentro do chamado Arco do Desmatamento. A área que faz limite com o bioma amazônico é fortemente e constantemente ameaçada por processos de crescimento de culturas, sendo considerada a região amazônica mais desmatada

(Celentano et al, 2018). A diminuição das chuvas portanto, revela-se como um fator espacial de complexidade ímpar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sequência das primeiras conferências sobre problemas ambientais realizadas pela ONU nos anos 1970, e no alvorecer da consciência ambiental, em 1975 e já com alguns dados indicando o crescimento na concentração de CO<sup>2</sup> na atmosfera, o pesquisador Wallace Broecker apresenta-nos pela primeira vez a ideia de aumentos na temperatura global, com seu artigo intitulado “Climatic Change: Are We on the Brink of a Pronounced Global Warming?”, apontando a influência das emissões de CO<sup>2</sup> na atmosfera para o clima do planeta.

O autor traz dados científicos que apontam o constante aumento de emissões de CO<sup>2</sup> ligados principalmente à queima de combustíveis de origem fóssil, como a gasolina e diesel, utilizados diariamente em nosso transporte, e incrementos para a modificação do clima em uma escala global.

Sua publicação, abrem margem para uma ampla discussão, viu-se então o aprofundamento e surgimento de uma série de estudos que analisam a correlação entre o aumento no volume de CO<sup>2</sup> na atmosfera, advindo de emissões antrópicas, e o incremento nas temperaturas observado em diversas estações meteorológicas pelo globo.

Mais do que isso, nos 50 anos que passaram de sua publicação, o debate sobre meio ambiente e o clima adquiriram forte protagonismo, e por que não, traços de tragédia.

Se até meados dos anos 1990 as mudanças climáticas eram vistas como um problema distante, ou talvez, sequer chegassem a ser tratadas como um problema, nos tempos atuais tal fato modificou-se significativamente, de modo que, faz-se difícil manter-se atualizado ante os problemas de ordem ambiental que assola nossa sociedade.

Apenas no Brasil, entre os anos de 2023 e 2024 podemos mencionar as ondas de calor, enchentes e inundações no sul do Brasil, e as queimadas na região norte, centro-oeste e sudeste.

Curiosamente, a região nordeste, sempre tão lembrada por seus ‘problemas’ de ordem climática, em específico da chuva, alvo de nosso capítulo, manteve-se fora dos holofotes. Talvez por hora.



A urgência das mudanças climáticas mudou inclusive a forma como nos referimos a este problema. Se em um primeiro momento era comum falarmos em aquecimento global, e depois em mudanças climáticas globais, atualmente prefere-se o termo crise climática ou emergência climática, por denotarem a urgência, e principalmente contemporaneidade da situação. A questão climática deixa de ser uma preocupação para o futuro e torna-se um problema para o presente.

Tanto pela sua Urgência quanto pelas possíveis repercussões, mais do que nunca, a Crise Climática deixa de povoar apenas o aspecto físico-meteorológico. Discutir a crise climática torna-se necessário em múltiplos espectros da ciência e da sociedade em diferentes níveis. Os desafios para a construção de uma agenda de pesquisa neste campo se multiplicam.

Tomemos o Brasil como exemplo. Um país com forte característica fundiária oligárquica onde os setores agrícolas rivalizam com a temática ambiental/climática, mas o seu modelo de economia mante-se com características fortemente agrárias pautado na monocultura e latifúndio e voltado principalmente para a produção de commodities vê seus interesses constantemente irem contra a pauta ambiental.

O debate ambiental passa, portanto, por um debate econômico, social e histórico de modelo de desenvolvimento como foi demonstrado com o exemplo da precipitação no nordeste.

Assumir a relação social existente na problemática ambiental é assumir que os riscos e impactos ambientais são desigualmente distribuídos pela sociedade. Determinados grupos sociais são mais impactados em relação aos problemas ambientais em detrimento a outros. Igualmente, há de se levar em conta que as origens dos impactos também são distintas. Será que no nordeste brasileiro, os grupos que geram o impacto são os mesmos que as sofrem?

Essa desigualdade e injustiça atinge múltiplas escalas territoriais. Falamos de territórios sustentáveis que “exportam” sua sujeira. Falamos de territórios que não admitem suas responsabilidades. Mas falamos de distritos, bairros e vilas que, por desigualdades sociais, são mais impactadas por ações e decisões de grupos terceiros.

A premissa da Justiça Ambiental deve nortear as ações de Mitigação e Adaptação climática. Entendemos que a vulnerabilidade social precisa ser levada em conta na elaboração de planos de ação climática.

Por fim, reforçamos que as soluções para a Crise Ambiental/Climática passam por ampla movimentação popular. A busca por igualdade ambiental é igualmente uma busca por igualdade social, de forma que não podemos desatrelar a problemática social da ambiental. Apenas a transição tecnológica de forma isolada não garantirá uma melhora ambiental pois ela é restrita aos grupos com alto poder financeiro.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz, **A Invenção do Nordeste**, Brasil, Cortez Editora, 2021.
- ALVES, J.; GONÇALVES, T.; NASCIMENTO, S. A. Precipitação na Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira, Nordeste do Brasil: tendências e variabilidade (1970-2020). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Naturais**, v. 17, n. 2, p. 527-542, 16 set. 2022
- CARVALHO, A. A. DE . et al.. Trends of rainfall and temperature in Northeast Brazil. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 24, n. 1, p. 15–23, jan. 2020.
- CASTELHANO, F.J. et al., The impact of long-term weather changes on air quality in Brazil, *Atmospheric Environment*, Volume 283, 119182, 2022.
- CASTELHANO, F. J., PINTO, J.E.S.S. Tendências e alterações climáticas no Estado de Sergipe, nordeste do Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 42, p. e185565-e185565, 2022.
- CELENTANO, D. et al.. Desmatamento, degradação e violência no “Mosaico Gurupi” - A região mais ameaçada da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 92, p. 315–339, jan. 2018.
- COSTA, M.S. et al. Tendências observadas em extremos de precipitação sobre a região Semiárida do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 08, n. 5, p. 1321–1334, 2015.
- DA SILVA, B. F. P. .; DA ROCHA, R. P. .; GOMES, H. B. . Easterly Wave Disturbances Activity Over the Eastern Northeast Brazil During 2006-2010 Rainy Seasons. *Revista Científica Foz*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 30, 2021
- FERREIRA, P. DOS S. et al. Avaliação Da Tendência Espaço-Temporal Da Precipitação Pluviométrica Em Uma Região Semiárida Do Estado De Pernambuco. **Revista Brasileira De Climatologia**, v. 21, p.113-134, 2021.
- FERREIRA, Nelson Jesus e CAVALCANTI, Iracema, **Sistemas meteorológicos atuantes no Brasil**, São Paulo: Oficina de Textos, 2022
- NOVAIS, Giuliano Tostes; MACHADO, Lilian Aline. Os climas do Brasil: segundo a classificação climática de Novais. **Revista Brasileira de Climatologia**, [S. l.], v. 32, n. 19, p. 1–39, 2023.

PERAZZI, P. R. et al.. O Tradicional ou o Moderno? Uma Visão da Informação da Rede de Estações Meteorológicas Brasileiras. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 36, n. 3, p. 351–366, jul. 2021.

SANTOS, C. A. C. DOS . et al. Tendências dos índices de precipitação no estado do Ceará. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 24, n. 1, p. 39–47, mar. 2009.

SILVA, V. de P. R.; CORREIA, A. A.; COELHO, M. S. Análise de tendência das series de precipitação pluvial do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.2, n.1, p.111-114, 1998

# EXPLORANDO A PAISAGEM: INTEGRAÇÃO DE GEOSISTEMAS E GTP NA GEOGRAFIA

Rodrigo Souza Mello  
Márcia Eliane Silva Carvalho

## INTRODUÇÃO

Habitamos um mundo que se transforma continuamente, desde sua origem até o presente. Ao longo do tempo, passamos por diversos processos físicos e históricos, registrados pela ciência em livros, pinturas, fotografias e também evidenciados na geologia. A humanidade ocupa a Terra, apropriando-se do patrimônio natural, seja ele abiótico (geológico, hidrológico, geomorfológico, pedológico) ou biótico (fauna e flora), utilizando-o para moradia, alimentação, expressão cultural, e deixando sua marca ao longo dos séculos.

A geografia, assim como todas as ciências, engloba conceitos-chave (como paisagem, região, território, espaço e lugar) que são capazes de resumir a objetivação geográfica, apesar da diversidade de métodos, o que promove autonomia e identidade entre eles, conforme explicado por Corrêa (2008, p. 16). A ciência geográfica está inserida tanto nas ciências da Terra quanto nas ciências humanas, tendo como objetivo central a “compreensão do processo interativo entre sociedade e natureza, resultando em um sistema de relações e arranjos espaciais que se manifestam por meio de unidades paisagísticas identificáveis” (Britto e Ferreira, 2011, p. 79).

Especificamente sobre a paisagem, esta, ao longo da história do pensamento geográfico, adquiriu vários significados, possuindo um caráter polisêmico, que varia de acordo com o a abordagem, contexto histórico e cultural de cada pesquisador.

De uma perspectiva natural à cultural, esta categoria de análise apresenta diversas outras compreensões e aplicações. Neste sentido, este artigo tem como objetivo analisar e compreender a evolução do conceito de paisagem e as interações entre geossistema, território e paisagem (GTP), conforme proposto por Bertrand (2007), avaliando como esse modelo

pode contribuir para uma análise integrada e transversal dos sistemas naturais e sociais. O intuito é desenvolver uma abordagem que ultrapasse a dicotomia entre geografia física e humana, promovendo uma visão integrada das interações entre sociedade e natureza.

Para tal, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a temática, incluindo autores como Bertrand (2007), Bertrand e Bertrand (2007), Rosalém e Archela (2010), Passos (2016), Guerra, Souza e Lustosa (2012) e Surtegaray (2015), dentre outros. Esses autores fornecem uma base teórica sólida para a compreensão do modelo GTP e suas aplicações na análise geográfica.

A metodologia adotada neste artigo compreende a análise documental de textos teóricos e empíricos, complementada por uma revisão crítica da literatura sobre a evolução do conceito de paisagem e sobre a interação entre geossistemas, territórios e paisagens. Essa abordagem permite identificar as principais contribuições do modelo GTP para a geografia contemporânea, evidenciando suas potencialidades e limitações. A pesquisa se fundamenta em uma perspectiva interdisciplinar, reconhecendo a necessidade de integrar diferentes campos do conhecimento para a compreensão dos complexos processos de interação entre sociedade e natureza.

Ao final, espera-se que este artigo contribua para uma melhor compreensão das interações complexas entre sociedade e natureza, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais integradas e eficazes na gestão territorial e ambiental. A interdisciplinaridade e a colaboração entre diversas áreas do conhecimento são essenciais para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos, e o modelo GTP oferece uma estrutura promissora para avançar nesse sentido.

## **A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA**

No cotidiano, é comum ouvirmos pessoas mencionarem a paisagem. Essa categoria de análise não se limita apenas à ciência geográfica, sendo usada no senso comum para descrever o belo e possuindo um sentido mais subjetivo para quem a observa, muitas vezes relacionada ao natural, em abordagens biológicas e ecológicas. Conforme Corrêa (2008, p. 17), é na Geografia Tradicional (1870-1950), quando a geografia se consolidou como uma disciplina acadêmica, que os conceitos de paisagem e região ganharam centralidade, sendo elevados a um conceito científico, já que se buscava de-

finir o objeto de estudo da geografia e sua identidade no contexto das demais ciências. Nesse período, os debates incluíam os conceitos de paisagem, região natural e região paisagem, bem como paisagem cultural, gêneros de vida e diferenciação de áreas.

Durante a Geografia Teorética-Quantitativa na década de 1950, a geografia passou por transformações significativas ao adotar a visão da unidade epistemológica da ciência, fortemente influenciada pelas ciências naturais, especialmente pela Física, baseada na teoria geral dos sistemas de Bertalanffy. Nesse período, houve uma consolidação do raciocínio hipotético-dedutivo e dos modelos matemáticos, que passaram a ser aplicados em questões antes exclusivas das ciências naturais. Foi nessa fase que a geografia começou a ser reconhecida como uma ciência social/espacial, levando ao deslocamento do conceito de paisagem e à promoção do conceito de espaço como central na geografia (Castro; Gomes; Corrêa, 2008, P. 19)

Na década de 1970, a Geografia Crítica, fundamentada no materialismo histórico e na dialética, manteve o espaço como seu conceito central, mas procurou romper com as abordagens da Geografia Tradicional e da Geografia Teorético-Quantitativa. Nesse período, ocorreram acalorados debates entre os geógrafos materialistas e idealistas. O espaço foi entendido como o lócus fundamental da reprodução social, o que implicava que sociedade e espaço deveriam ser estudados de forma integrada, a partir de uma análise sócio-espacial. Essa perspectiva foi desenvolvida por geógrafos como Milton Santos, que formularam conceitos como forma, função, estrutura e processo, nos quais estão implicados os conceitos-chave de paisagem, região, espaço, lugar e território.

Também durante a década de 1970 e 1980, surgiu a Geografia Humanista e Cultural, ambas fundamentadas na fenomenologia, na intuição, nos sentimentos, na subjetividade, no simbolismo e no existencialismo, privilegiando o singular e a compreensão como base para a inteligibilidade do mundo real. Nesse contexto, a paisagem foi reintroduzida e revalorizada como um conceito central, juntamente com a região. Essa vertente da geografia destacou o lugar como conceito-chave, enquanto o espaço adquiriu o significado de “espaço vivido”.

Compreendidos os percursos da ciência geográfica, é crucial destacar também os trajetos da categoria paisagem, que será o foco deste artigo. Assim como a geografia adotou diversas abordagens, métodos e técnicas ao longo da história do pensamento, o estudo da paisagem seguiu caminhos semelhan-

tes. Esta categoria foi objeto de investigação por diferentes escolas geográficas, como a Francesa, Alemã e Soviética, cada uma contribuindo com suas concepções estruturantes baseadas em suas observações particulares. Essa diversidade cultural é um dos motivos pelos quais a paisagem é considerada polissêmica. Uma das mudanças significativas experimentadas pelas sociedades ao longo do tempo foi a evolução do conceito de paisagem, que se moldou conforme essas transformações. Consequentemente, as paisagens se tornaram territórios carregados de significados peculiares em cada período histórico, refletindo-se na cultura por meio de expressões artísticas, científicas, literárias e outras manifestações do cotidiano e dos diversos campos do conhecimento humano (Carvalho, Cavicchioli e Cunha, 2002, p. 310).

Segundo Passos (1998), a palavra paisagem tem suas raízes no latim *Pagus*, que significa “país” com o sentido de lugar ou setor territorial. Em outras derivações linguísticas pelo continente europeu, o termo foi adquirindo novas formas, como na sociedade germânica, onde a palavra *land* era usada para representar um espaço territorial delimitado, *landschaft*. Na Inglaterra e em seus territórios colonizados, o termo paisagem é difundido como *landscape*, na Holanda como *landschap*, na França como *paysage*, na Espanha como *paisaje*, na Itália como *paesaggio* e na Rússia como *landschaftovedenie*. Observa-se que a origem do conceito de paisagem está tipicamente associada a um conjunto espacial ou territorial, conforme explicado por Figueiró (1997). Em português, o significado de paisagem não difere muito do observado pelo autor, pois é associado a um “espaço ou extensão de território captado em um único lance de vista”.

Carvalho, Cavicchioli e Cunha (2002) explicam que ao longo da evolução da humanidade, a paisagem foi abordada de várias maneiras e especialmente retratada em pinturas, como é evidenciado pelas obras de sociedades africanas, como os egípcios e os fenícios, bem como pelos povos cretenses, que eram grandes navegadores. A partir de suas percepções da natureza, essas comunidades desenvolveram estudos em áreas como astronomia e medicina. Os autores também destacam a relevância das sociedades chinesas e indianas no desenvolvimento do estudo e da percepção da paisagem ao longo da evolução das antigas civilizações. Os chineses, por exemplo, foram responsáveis pela invenção da pólvora, utilizada na arte dos fogos de artifício, e da seda, que foi fundamental para a criação de livros, textos e impressões de desenhos por meio da técnica da xilogravura.

Na Idade Média a representação da paisagem estava ligada à religiosidade pelas pinturas cristãs e, com isso ocorre uma regressão no conhecimento científico europeu pois as explicações da natureza passam a ser dadas pela igreja. Entretanto, com o rompimento de paradigmas da época, surge o Renascentismo com uma forte evocação racionalista. Também é nesse momento histórico que a sociedade começa sua transição do feudalismo para um capitalismo primitivo (Carvalho; Cavicchioli, Cunha, 2002)

Segundo Figueiró (1997, p. 43), ao longo da história, o caminho do racionalismo tem levado à substituição da concepção de paisagem idealizada pela noção de paisagem concreta, na qual a territorialidade assume um papel secundário diante da perspectiva de “unidade” que ela sugere. A ideia de paisagem tem se consolidado cada vez mais como um mosaico composto por elementos naturais e não naturais, percebidos pelos sentidos humanos em um momento específico e a partir de um lugar determinado. Nesse processo, a dimensão espacial e territorial tem gradualmente perdido relevância, embora tenha sido resgatada posteriormente pela escola alemã.

É nesse contexto histórico que as premissas do conceito de paisagem surgem na geografia, Mendonça e Venturi (1998) também destacam o movimento renascentista (1300-1650), pois é nesse recorte histórico que o ser humano adquire a técnica de modo que passa a se distanciar da natureza, vendo-a como algo passível de ser apropriado e transformado, ou seja, um recurso. É esse aspecto do antropocentrismo presente no período renascentista, onde era evocado o pensamento racional cartesiano. O ser humano passa a ser considerado peça central do desenvolvimento da sociedade, e a religião passa a ter um caráter secundário.

No século XVIII, a sociedade europeia experimentou transformações sociais significativas que tiveram um impacto profundo no desenvolvimento científico. Nesse período específico, ocorreu a primeira Revolução Industrial na Inglaterra, que trouxe mudanças radicais na produção e na organização econômica. Paralelamente, na França, os avanços do pensamento positivista e iluminista culminaram na Revolução Francesa, um movimento que não apenas redefiniu as estruturas políticas e sociais do país, mas também influenciou profundamente o pensamento científico e filosófico da época. Esses eventos históricos marcantes proporcionaram um contexto propício para o surgimento de novas ideias e teorias que moldaram os rumos da ciência e da sociedade moderna.



[...]durante o iluminismo, o conhecimento se processava por meio da observação direta dos fenômenos e as leis científicas tornam-se apoio indispensável e irrefutável para a explicação dos fenômenos que constituem o Universo[...] O positivismo propôs explicações abrangentes do mundo, compreensão de todos os fenômenos do real, afirmação das possibilidades da razão humana e a aceitação de que o homem teria condições de superar as próprias limitações e criar um mundo perfeito. (Springer, 2009 p. 8 e 9).

O Romantismo emergiu como um movimento significativo após a Revolução Francesa, desempenhando um papel crucial na consolidação da geografia como ciência e na valorização da categoria paisagem. Segundo Springer (2009, p. 10), “No movimento romântico, o homem não era apenas razão, não era apenas um ser calculista: ele era um ser subjetivo, sensível, emotivo e repleto de sentimentos.” Nesse contexto de transição do positivismo para o Romantismo, surge a figura de Alexander von Humboldt, cujas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da geografia como disciplina científica.

Humboldt era alemão e na Alemanha, ao contrário de outros países que vivenciaram movimentos contra a monarquia após a Revolução Francesa, a arte e a ciência não se separaram. Conforme destacado por Carvalho, Cavicchioli e Cunha (2002, p. 230), essa não separação deu origem à ideia de paisagem como uma totalidade, a Naturphilosophie, uma visão holística integradora que não reconhece divisões entre arte, ciência, religião, público e privado.

O Romantismo percebia a natureza como algo de que a humanidade se distanciara, e para o homem encontrar seu lugar, ele deveria se reconectar com ela, como fez Humboldt em suas análises. Para ele, a paisagem era uma mistura de sentimentos, uma simultaneidade de ideias que são despertadas pelo observador. Esse entendimento foi crucial para o desenvolvimento do conceito contemporâneo de paisagem percebida

O grande caráter de uma paisagem, como de toda uma cena importante da natureza, depende da simultaneidade das ideias, dos sentimentos existentes no observador. Poderíamos dizer que o poder da natureza se revela pela conexão das percepções, na unidade das emoções e nos efeitos produzidos a certo modo de uma só vez (Humboldt, 2005a, p. 22).

O método utilizado por Humboldt mesclava a descrição, a comparação de áreas e, ao mesmo tempo, incorporava uma perspectiva histórica, de modo que possui uma especial predileção pela observação da paisagem e sua morfologia destacando o papel da vegetação, porém, não excluindo a sociedade destas análises. Como muitos falam, seus escritos eram correlacionados e integrados, como explica Springer (2009) e Carvalho, Cavicchioli e Cunha (2002).

A paisagem nasce quando um olhar percorre um território. Ao mesmo tempo objeto material e sujeito de representação. Ela é, em essência, um produto de interface entre a natureza e a sociedade. Ela é a expressão do trabalho das sociedades humanas sobre a natureza, ao mesmo tempo com encontra esta última. (Bertrand e Bertrand, 2007 p.191)

Ainda no Romantismo alemão, surge Oscar Schlüter, seguidor de Humboldt, que entendia a paisagem como uma totalidade, onde se integram os elementos da natureza e os elementos da cultura. Carvalho, Cavicchioli e Cunha (2002) citam a importância de Schlüter, pois é a partir das ideias dele que Carl Troll se apropria do conceito de paisagem cultural para aplicar uma nova metodologia, a “análise temporal”, que, ao imprimir o caráter temporal, abre espaço para a hierarquização da paisagem, que conseqüentemente é compreendido como escala, já que adiciona a concepção de tempo ao espaço, um prenúncio para a ideia de Geossistema.

O estudo da paisagem na geografia perpassa por vários métodos de análise e como já dito, é isso que a torna polissêmica. Neste artigo se pretende analisar a concepção proposta por Bertrand, que a compreende como um conjunto de elementos indissociáveis em perpétua evolução.

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos dispartados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. A dialética tipo-indivíduo é próprio fundamento do método de pesquisa. (Bertrand 2004, p.141)

Compreendendo os percursos da ciência geográfica e os caminhos da categoria paisagem ao longo da história do pensamento, torna-se evidente

que a paisagem não é apenas um mero cenário físico, mas sim um produto dinâmico e complexo das interações entre elementos naturais, biológicos e humanos. Ela reflete não apenas as transformações sociais e ambientais ao longo dos séculos, mas também carrega consigo os valores culturais, estéticos e científicos das sociedades que a habitam. A evolução do conceito de paisagem, desde suas origens na Antiguidade até as abordagens contemporâneas, revela sua polissemia e sua capacidade de adaptar-se aos contextos históricos e culturais específicos.

Nesse contexto de contínuas transformações e interações dinâmicas, o próximo tópico abordará o conceito de geossistema, uma ferramenta analítica que se baseia na compreensão integrada dos sistemas naturais e sociais. Os geossistemas, assim como as paisagens, são entendidos como unidades complexas e inter-relacionadas, onde os processos ecológicos, geológicos, hidrológicos e humanos se entrelaçam de maneira dinâmica. Esta abordagem proporcionará uma visão mais abrangente e integrada das dinâmicas espaciais e territoriais, permitindo-nos explorar as interações entre sociedade e natureza de maneira mais profunda e integrada.

## **GEOSSISTEMA: DA PAISAGEM NATURAL À ANÁLISE SISTÊMICA INTEGRADA**

Só final da década de 1960 e início de 1970, na ex-URSS, um geógrafo chamado Viktor Borisovich Sochava utilizou o termo *Landschaft* (paisagem natural) para a elaboração do modelo geossistêmico, sendo um modelo integrado para análise da paisagem, que, relatado por Dias e Santos (2007), na visão de Sochava, definia-se como:

O resultado da combinação de fatores geológicos, climáticos, geomorfológicos, hidrológicos e pedológicos associados a certo(s) tipo(s) de exploração biológica. Tal associação expressa a relação entre o potencial ecológico e a exploração biológica e o modo como esses variam no espaço e no tempo, conferindo uma dinâmica ao geossistema. Por sua dinâmica interna, o geossistema não apresenta necessariamente homogeneidade evidente. Na maior parte do tempo, ele é formado de paisagens diferentes, que representam os diversos estágios de sua evolução (Dias e Santos, 2007, p. 3).

Ou seja, o conceito de Geossistema para Sochava era baseado em dois subsistemas: o de potencial ecológico/abiótico e o da exploração biológico/biótico.

Entre muitos autores que se referem à temática, podem-se destacar: Bertrand (2014); Bertrand e Bertrand (2007); Christofolotti (1979, 1999); Passos (2006), Sochava (1962, 1977, 1978), Rodriguez e Silva (2002, 2013), Rodriguez et al. (2004), Tricart (1977, 1982) e Troppmair (1983, 2000, 2004).

É crucial entender a concepção e a inserção da abordagem sistêmica na geografia ao discutir o geossistema. A ciência geográfica enfrentava uma ruptura de paradigmas, especialmente na necessidade de compreender o meio ambiente como um sistema complexo. Esse movimento não foi exclusivo da geografia, mas também caracterizou diversas outras ciências modernas nos séculos XVI e XIX.

A sistematização dos conceitos de pensadores como: Copérnico, Galileu, Bacon, Kepler e Descartes, através da síntese físico-matemática de Newton, sedimenta de vez o paradigma do Universo mecânico nas ciências como um todo, indo das ciências de base como a Física e a Matemática, até as biológicas e humanas, influenciando de maneira contundente e inovadora a busca do conhecimento até os dias de hoje. (Vicente e Perez Filho, 2003 p.327)

A partir do desenvolvimento das ciências da natureza, o conceito de sistema emergiu de maneira mecanicista, caracterizando o universo como uma máquina organizada de forma linear. No entanto, os avanços na física trouxeram uma consolidação de conceitos que provocaram reflexões profundas sobre o Universo e suas leis. A Teoria da Relatividade de Einstein e a noção de tempo não absoluto, juntamente com a descoberta de partículas elementares de natureza instável, revelaram uma correlação direta entre as partículas microscópicas e as estruturas macroscópicas. Esses avanços corroboraram a compreensão de um Universo mutável, dinâmico, em constante expansão e interação. Os conceitos introduzidos por Einstein levaram a física a revisar a visão do universo como uma máquina de trocas lineares e uniformes, como era concebido por Newton (Vicente; Perez Filho, 2003).

Com a descoberta das relações entre partículas micro e macro, os estudos sobre o meio ambiente foram profundamente impactados, alte-

rando a forma como determinadas relações deveriam ser observadas. As complexidades reveladas no universo micro, conforme demonstrado pela termodinâmica e pela física quântica, serviram de base para uma releitura da realidade macro, percebida pelo ser humano. Isso resultou em um encadeamento sistêmico percebido em diferentes escalas nas leis que regem os estudos do meio físico, estabelecendo um princípio fundamental para a classificação de sistemas em abertos e fechados.

Os sistemas fechados abrangem a relação de elementos em interação que tem seus princípios regidos pelos conceitos tradicionais da física, especificamente as leis da termodinâmica, onde os fluxos de energia e matéria são invariavelmente controlados dentro de um ambiente fechado.[...] Em sistemas abertos, as condições iniciais sofrem a influência direta de um número enorme de variáveis e variantes em processo constante de reações e contra reações, expressas nas oscilações de seus níveis de entropia. (Vicente e Perez Filho, 2003 p. 330 e 331)

Pode-se afirmar que o sistema aberto engloba a totalidade das relações que compõem a realidade como um todo, desde uma célula e suas trocas de energia até uma bacia hidrográfica, o clima, o planeta Terra, as cidades, a economia e a sociedade. Todos esses elementos mantêm uma relação simbiótica de trocas, coexistindo no tempo e no espaço. Conforme Tricart (1977), o conceito de sistema representa o melhor instrumento lógico para estudar as dinâmicas ambientais.

um sistema é um conjunto de fenômenos que se processam mediante fluxos de matéria e energia. Esses fluxos originam relações de dependência mútua entre os fenômenos. Como consequência, o sistema apresenta propriedades que lhe são inerentes e diferem da soma das propriedades dos seus componentes. Uma delas é ter dinâmica própria, específica do sistema. (Tricart, 1977 p.19)

O conceito de sistemas nos estudos ambientais inicialmente se deu por Heckel no século XIX que em seu trabalho definiu a ecologia como “o estudo das inter-relações dos organismos individuais e seu ambiente” e que posteriormente em 1930 surge o conceito de ecossistema que é definido como “todo o complexo de organismos (animais e plantas) naturalmente vivendo

junto como unidade sociológica” (Sant’anna Neto, 1997, p. 97), entretanto para o estudo geográfico o conceito de ecossistema não se encaixava em sua totalidade por conta do elevado teor biológico na compreensão do conceito.

Os estudos ecossistêmicos privilegiam no seu foco de análise os ambientes naturais, buscando conhecê-los e descrevê-los em seus padrões, para que estes sirvam de modelos comparativos de ambientes, degradados ou não pelo uso antrópico. Portanto, o uso do conhecimento ecossistêmico permite conhecer melhor os processos que compõem a biodiversidade (Neves et al., 2014 p. 274)

O conceito de Geossistema emerge na ciência geográfica como resultado da necessidade de uma abordagem integrada para analisar os fluxos de matéria e energia nos sistemas ambientais. Conforme Neves et al. (2014, p. 274), o Geossistema é compreendido como a “análise dos processos geográficos de interface entre sociedade e natureza através, essencialmente, do conceito de paisagem, primeiro na perspectiva russa e posteriormente na francesa, onde se atribuiu grande valor à ação antrópica sobre o geossistema”. Em outras palavras, o Geossistema proporcionou à geografia um arcabouço teórico-metodológico semelhante ao que o ecossistema possibilitou para a ecologia e biologia, facilitando estudos integrados das paisagens.

Desta forma, pode-se afirmar que o método geossistêmico calhou bastante às análises ambientais em Geografia, pois [...], possibilita um prático estudo do espaço geográfico com a incorporação da ação social na interação natural com o potencial ecológico e a exploração biológica. (Nascimento e Sampaio, 2004/2005 p.168)

Com isso retorna-se a Sotchava, pois foi ele quem se preocupou em estabelecer uma metodologia de estudo da natureza/paisagem que tivesse aplicabilidade nos estudos geográficos. O geógrafo russo propôs uma metodologia que substituísse os estudos que fossem baseados na dinâmica biológica do ecossistema (Neves et al., 2014).

Segundo Dias e Santos (2007), em termos teórico-metodológico o geossistema aproxima-se do conceito de paisagem como paisagem global, na qual se evidencia a preocupação com a interação natureza-sociedade. Na análise geossistêmica, o geossistema é uma categoria de sistemas territoriais regido por leis naturais, modificados ou não pelas ações antrópicas. Para Figueiró

(1997, p.65), o geossistema «é uma determinada porção da superfície terrestre, caracterizada por uma relativa homogeneidade da sua estrutura, fluxos e relações, em comparação às áreas circundantes», em termos espaciais o geossistema se trata de uma unidade dimensional que abarca alguns quilômetros quadrados e incluem centenas de quilômetros quadrados como.

Em 1970, Bertrand propõe incorporar um terceiro subsistema, a ação antrópica (complexo territorial natural), partindo de um pressuposto de que a “natureza não é natural”, já que é impactada pela sociedade, em outras palavras, o fato da ação antrópica estar presente em seu modelo não faz com que tenha como objetivo estudar a sociedade, mas sim o funcionamento do território modificado por ela. Segundo Passos (2016), ao propor essa mudança, Bertrand acarretou em uma ruptura epistemológica com a Geografia Tradicional, assim a análise da paisagem passou de uma “descrição monográfica subjetiva” para um modelo teórico com ênfase nas relações sociedade-natureza.

Ainda à título de comparação com a análise ecossistêmica, Rosolém e Archela (2010, p. 03-04) explicam que na visão bertrandiana o Ecossistema “diz respeito ao ambiente vivido de uma espécie animal, em que esse apareceu e se desenvolveu, relacionando com os demais elementos do seu ambiente, definido seu limite para cada ecossistema” e que Geossistema “relaciona elementos distintos, que são diferentes um do outro, de forma heterogênea, formado por paisagens desiguais que representam estágios de sua evolução.”

Em sua definição de Geossistema Bertrand e Bertrand (2007, p. 51) apontam que, “o geossistema é um conceito territorial, uma unidade espacial bem delimitada e analisada a uma dada escala”. Passos (2016, p. 14), ressalta que “o geossistema é um conceito antrópico, ou seja, não tem o compromisso de explicar a sociedade e, sim, de explicar o funcionamento do território modificado pela sociedade”. O conceito de Bertrand compartimenta o geossistema em taxonomias para uma análise mais aprofundada da paisagem, sendo assim.

O geossistema evidencia a relevância da ação e dinâmica antrópica na modificação da paisagem, especialmente ao criar taxonomias para a delimitação das unidades de paisagem global, destacando as zonas superiores (Zona, Domínio e Região) e as zonas inferiores (Geossistema, Geofácia e Geótopo), estas últimas de forte alteração antrópica [...] Através da conceituação, há a possibilidade de hierarquização

das unidades de paisagem, segundo unidades elementares (relevo, clima, botânica, biogeografia e unidades valoradas pelo homem), possibilitando, com isso, a análise e entendimento dos processos e dinâmicas socioambientais na formação dos complexos paisagísticos (Neves et al., 2014 p. 276)

Bertrand inicialmente considerava o termo geossistema como uma das unidades horizontais do terreno, sendo: geossistema, geofácies e geótopo. Mais tarde, ele reconhece que o geossistema é somente um modelo, ou seja, uma abstração, assim, passou a definir as unidades de terreno, de forma hierárquica como: geótopo, geofácies e geocomplexo (Quadro 1).

Quadro 1: Unidades de terreno do conceito de Geossistema

		Unidades elementares				
Unidades de terreno	Escala de tempo espacial G=grandeza	Relevo (1)	Clima (2)	Botânica	Biogeografia	Unidade valorada pelo homem (3)
Zona	G I		Zonal		Bioma	Zona
Domínio	G II	Domínio estrutural	Regional			Domínio Região
Região Natural	G III	Região estrutural		Estágio série		Bairro rural ou Urbano
Geocomplexo	G IV - V	Unidade estrutural	Local		Zona equipotencial	
Geofácies	G VI			Estádio agrupamento		Exploração ou pequeno bairro parcelado
Geótopo	G VII		Microclima		Biótopo biocenose	Parcela

Fonte: Bertrand, 2004 (adaptado)

A divisão escalar do geossistema tem como função ampliar ou por uma lupa na análise ambiental. As zonas superiores (Zona, Domínio e Região) possuem uma escala menor, sendo comumente utilizadas para estudos de caráter regional, distrital e domínios estruturais, quando se fala de relevo. As zonas inferiores (Geocomplexo, Geofácies e Geótopo) possuem uma escala maior e, com isso, um maior nível de detalhamento a ser analisado, sendo necessárias em estudos de impacto ambiental e ordenamento territorial.



A escala se torna um fator essencial para o estudo da paisagem e, consequentemente, para a análise dos geossistemas, porém é importante salientar que:

a dinâmica e relação dos elementos da paisagem está na origem do conceito de geossistema. Apesar dessa aproximação, **o geossistema** não é a paisagem em sua plenitude, uma vez que há uma maior abrangência e multilateralidade no conceito paisagem, bem como são conceitos criados para finalidades distintas, apesar da necessária aproximação. Pode-se dizer que a paisagem e o geossistema caminham paralelamente no discurso geográfico. (Neves et al., 2014 p. 279, grifo nosso)

E atrelado a eles está a escala e a sua importância no estudo da paisagem e na análise dos geossistemas, já que o estudo da paisagem está em constante processo até os dias atuais. Desde o romantismo, a categoria é analisada de forma descritiva, passando a ser materializada em desenhos, cartografias e fotografias. Na perspectiva de que a paisagem é um recorte do espaço geográfico esse recorte tende a ser medido.

Santos (2006), fala que existem dois tipos de escala, a escala geográfica e a escala cartográfica. A geográfica é um dado temporal e não espacial, ou seja, para se medir o recorte da paisagem é preciso uma referência temporal que se apresenta em uma extensão de acontecimentos, sendo esses acontecimentos ocorrendo no espaço. A escala cartográfica está relacionada à representação do espacial, sendo sua referência escalonar o que está posto no espaço/paisagem.

De acordo com Costa; Seabra (2019) e Favarelli; Faccio (2016) é a partir da escala que tem a possibilidade de compreender a dimensão dos eventos e também a expressividade deles no espaço, com isso eles usam exemplos com imagem de satélite para dimensionar a importância das escalas. Uma escala geográfica grande, possui uma escala cartográfica pequena, e possui como consequência uma maior generalização do conteúdo lido no espaço, é uma proposta de escala para análise macro. No inverso, onde a escala geográfica é pequena, o teor da generalização se apresenta menor, pois existe a diminuição do aglutinamento de informações por conta da escala cartográfica grande, ou seja, os detalhes presentes no mapa são maiores.

Francisco (2012), apresenta três concepções de tempo: seta-evolução, ciclo e espiral. Essas concepções são apresentadas voltadas ao tempo da

paisagem, não ao tempo antes exposto como tempo espacial, sendo muito parecidas com o ciclo de Davis, que é uma concepção mais voltada para a evolução do relevo. O acúmulo de tempo e a evolução dessa variável ocorre pelo agrupamento de processos herdados na evolução, que nesse caso seria o tempo em espiral e não o cíclico, já que os processos não tendem a retornar e sim apenas avançar.

A escala temporal é um modo de analisar a paisagem de um tempo passado, esse modelo de escala é utilizado pela geomorfologia para o estudo da deriva tectônica, como também progressões e transgressões marinhas. Pode ser aplicada em questões sociais, como estudo de sociedades antigas e também trabalhos com cunho de diagnóstico ambiental e impacto.

Ao estudar a Paisagem, Bertrand e Bertrand (2007) a divide em três perspectivas espaço-temporais, que são: Espaço-tempo da natureza antropizada, que compreende os aspectos do geossistema e mudanças de seus sistemas, a mudança no relevo ou cursos de drenagem; Espaço-tempo do social e do econômico, sendo esse o aspecto que busca analisar o tempo do território e de suas mudanças através das dinâmicas sociais e econômicas; E o espaço-tempo da cultura, da história, do simbólico e do místico, que abrange as representações sociais presentes na formulação da Paisagem.

Para avançar na compreensão teórico-metodológica de Bertrand e Bertrand (2007) e seu conceito de Geossistema Territorial Paisagístico (GTP), é crucial reconhecermos o legado deixado pelos estudos sobre geossistemas e paisagens na geografia. O Geossistema, ao incorporar a dinâmica entre elementos naturais e sociais, oferece uma base sólida para a análise integrada dos sistemas territoriais. A partir desse contexto, Bertrand expande o conceito ao introduzir o GTP, que não apenas reconhece as interações entre natureza e sociedade, mas também busca compreender a temporalidade das transformações territoriais e a complexidade das relações simbólicas e culturais na construção da paisagem. Dessa forma, a transição para a análise do GTP revela-se não apenas como uma evolução conceitual, mas como um salto metodológico para a compreensão dos territórios paisagísticos sob múltiplas dimensões temporais e espaciais.

## INTEGRAÇÃO E COMPLEXIDADE NO ESTUDO DA PAISAGEM: O SISTEMA GTP

Após a adição de um terceiro subsistema, ação antrópica (complexo territorial natural) no conceito de geossistema, em 1997, Bertrand cria um conceito mais amplo, que ele chama de GTP (Geossistema, Território e Paisagem), um sistema tripolar e interativo de vias interdependentes, para uma análise das relações construídas entre sociedade e natureza na sua totalidade.

O modelo do GTP surge a partir da crítica de Bertrand à geografia física e também aos conceitos da ecologia, para eles a geografia física se perde ao entrar em caixas conceituais abandonando a análise integrada dos elementos da natureza, ou seja, se dividindo em climatologia, geomorfologia, biogeografia... De modo que a geografia, após o conceito do geossistema, volta a se integrar, já que os elementos da natureza passam a ser lidos de forma interligada, porém não se deve parar apenas na análise geossistêmica, para eles, “Os geógrafos não estão mais na fase de confundir a paisagem com a natureza e propor métodos de análise estritamente naturalistas” (Bertrand e Bertrand, 2007 p.93)

Os autores assinalam que a pesquisa geográfica deve compreender as relações sociedade-natureza, com isso, explicam como deve ser feito em sua proposição teórica-metodológica.

O sistema GTP (geossistema, território, paisagem) define três campos conceituais, semânticos e metodológicos. Ele permite uma varredura lógica, hierarquizada e diferenciada do conjunto da interface. Cada palavra, cada conceito, cada objeto é situado em um sistema de coordenadas tripolares e pode ser definido em relação à distância que os separa dos três conceitos fundadores. (Bertrand e Bertrand, 2007 p.93)

Como exposto já no título de seu livro, Bertrand afirma que a leitura da paisagem deve ser feita de forma transversal e relacionada a processos metodológicos distintos que partem para o mesmo caminho, também destaca que o GTP poderia ser, com alguns ajustes, a ferramenta didática que falta na geografia.

Rosalém e Archela (2010, p. 7), contribuem ao destacar separadamente as 3 entradas do sistema GTP, sendo assim, “O geossistema constituído pelos

elementos geográficos e sistêmicos, no qual são compostos por elementos abióticos, bióticos e antrópicos, em que abrange também os conceitos espacial, natural e antrópico.”. Sob a ótica do modelo de Bertrand cabe adicionar que o geossistema corresponde ao espaço-tempo da natureza antropizada, ou seja, é constituído como resultado da interação entre os aspectos físicos, como a geologia, o relevo e hidrografia, os aspectos biológicos, como composição orgânica dos solos, a fauna, a flora e também os aspectos antrópicos que seriam o impacto das sociedades sobre a natureza. Bertrand compreende o geossistema como a entrada do source, que é a fonte, a base, onde os processos naturais se originam.

Passos (2016, p.138), esclarece que no GTP o conceito de Geossistema tem como finalidade o “mosaico funcional”, onde seus componentes são a água, o ar, as rochas e a vida, porém eles por eles mesmo não exprimem nenhuma possibilidade ou impossibilidade social. O autor aponta que o Geossistema não tem um projeto social e que “A potencialidade e a limitação não estão na natureza da natureza. Os determinantes, se existem, estão na sociedade. Eles exprimem ali a desigualdade das sociedades e dos homens diante da natureza, do território, da paisagem.”

A entrada do Território é “que permite analisar as ações e o funcionamento da questão social e econômica no espaço, considerando o tempo para relatar o recurso, a gestão, a redistribuição, a poluição e a despoluição” (Rosalém e Archela, 2010, p. 17). Sendo assim, Bertrand considera o conceito correspondente ao espaço-tempo do social e do econômico, no qual o meio natural é visto como recurso (ressource) a ser apropriado ou explorado.

No que tange a problemática da visão ambiental como um recurso, Surtegaray (2015 p.6) expõe que hoje vivemos circunstâncias onde “a maior parte dos problemas ambientais são conflitos pela apropriação de recursos para o uso ou para sua transformação em mercadoria” e aponta questões sobre como essa é uma problemática histórica desde de ocupação de vários territórios no globo, principalmente de locais que foram colonizados, como é o caso do Brasil. Na geografia é uma categoria de análise amplamente utilizada, comumente associado à delimitação ou apropriação espacial, bem como às disputas de poder relacionadas ao processo de territorialização e desterritorialização (Haesbaert e Porto-Gonçalves 2006), sendo a partir da apropriação socioeconômica do espaço que os conflitos territoriais e socioambientais apresentam a forma mais evidente.

Para o GTP, as questões temporais também se constituem de fatos históricos, pois para compreender a atualidade deve-se buscar o passado, de modo que explique o presente e auxilie na tomada de decisões. Do mesmo modo que temos as evoluções dos processos físicos no Geossistema, também temos que identificar os processos da dimensão territorial, pois é a partir da relação sociedade-natureza que se busca compreender as questões ambientais

Para Rosalém e Archela (2010, p. 17), a Paisagem “abrange não somente o visível, mas também a construção cultural e econômica de um espaço geográfico. Nela contém o território, sua organização espacial e seu funcionamento, e se reproduz nos elementos do geossistema”, ou seja, no GTP ela representa o espaço-tempo da cultura, da história, do simbólico e do místico, sendo relacionada ao identitário e ao patrimônio cultural, de certo modo ligado às representações sociais do espaço e do meio natural. Bertrand chama também de “*ressourcement*” que, traduzido do francês, seria “cura”, porém muito mais atrelado a um conceito simbólico e abstrato de cura, como se fosse algo mais espiritualoso, contemplativo e sublime.

Passos (2016, p. 80), explicita que “No modelo GTP a paisagem deve ser tratada como um subsistema: o da percepção da paisagem, ou seja, a paisagem é considerada/abordada como o lado sensível do meio ambiente”.

Para Bertrand e Bertrand (2007, p. 257), a paisagem nasce quando o olhar percorre um determinado território, de certa forma, eles expõem que a paisagem não existe fora da percepção, sendo um produto de interface entre a sociedade e a natureza. Os autores ainda esclarecem que o processo de constituição de uma paisagem é atribuído ao encontro de um ser pensante e senciente, dotado de memória e produtor de cultura com objetos da materialidade, como uma flor, montanhas, uma fábrica, ou uma cidade. “A representação da paisagem se elabora a partir de um processo de vai-e-vem entre um sujeito e um objeto. É por essência, um produto de interface unindo um território a uma sociedade”.

A concepção de paisagem de Bertrand se situa no cruzamento das políticas de meio ambiente e desenvolvimento perante a uma estratégia de ordenamento e transformação do território. É com o modelo GTP que se busca aprofundar a dialética dos estudos da paisagem no que tange as problemáticas do planejamento e gestão territorial-ambiental de modo que:

o método em questão tem como objetivo uma abordagem geográfica transversal e de travessias, isto é uma análise diagonal, holística,

dialética e articulada. Desta feita, não será a paisagem a categoria de partida, muito menos um geossistema será uma paisagem, como sempre foi referido ou confundido. A partida desta análise, dá-se de forma complexa, em três espaços e três tempos simultâneos, para analisar o meio ambiente geográfico na sua globalidade, uma vez que o espaço se modifica e/ou se transfigura constantemente ao longo do tempo; enquanto que o tempo dos funcionamentos físico-químicos e biológicos é inversamente proporcional ao tempo do social e do econômico e ao tempo do simbólico (Guerra, Souza e Lustosa, 2012 p.33)

Por mais que a paisagem não seja o ponto de partida na análise metodológica do GTP, Passos (2016, p. 11), acende um alerta sobre os avanços da degradação ambiental “a paisagem tornou-se uma preocupação tanto ecológica e econômica como cultural, interferindo com as problemáticas do meio ambiente e da gestão do território”, por ser um conceito atrelado à percepção humana, a questão ambiental ganha força no desenvolver de nossa sociedade e as alterações da paisagem ganha destaque no GTP.

A urgência nos estudos referentes à degradação ambiental, pois a paisagem se tornou em menos de uma década, uma das questões centrais nas discussões sociais e de estratégias econômicas, acarretando em uma relação direta com as transformações de territórios, identidades culturais e meio ambiente. Desse modo, podemos observar que o GTP serve para:

[...]detectar os problemas existentes e o grau de responsabilidade da ação antrópica sobre os mesmos, para planejar estratégias para conter, reverter ou amenizar os impactos existentes. Pode ser utilizada pelo geógrafo para revelar as formas de criação, de reprodução e de transformação das estruturas. (Rosolém e Archela 2010, p. 7)

Para Souza (2010) a eficiência da abordagem bertrandiana está na preocupação central em compreender a natureza no viés do território e da paisagem, de uma forma integrada e condizente com a demanda por paradigmas abertos à complexidade dos fenômenos, procurando interpretá-los com devida coerência e fornecer respostas mais completas aos questionamentos que provocam.

O modelo de Bertrand e Bertrand (2007) aparenta ser complexo, e os mesmos expõe que o método é pesado e rudimentar, porém ele é apenas

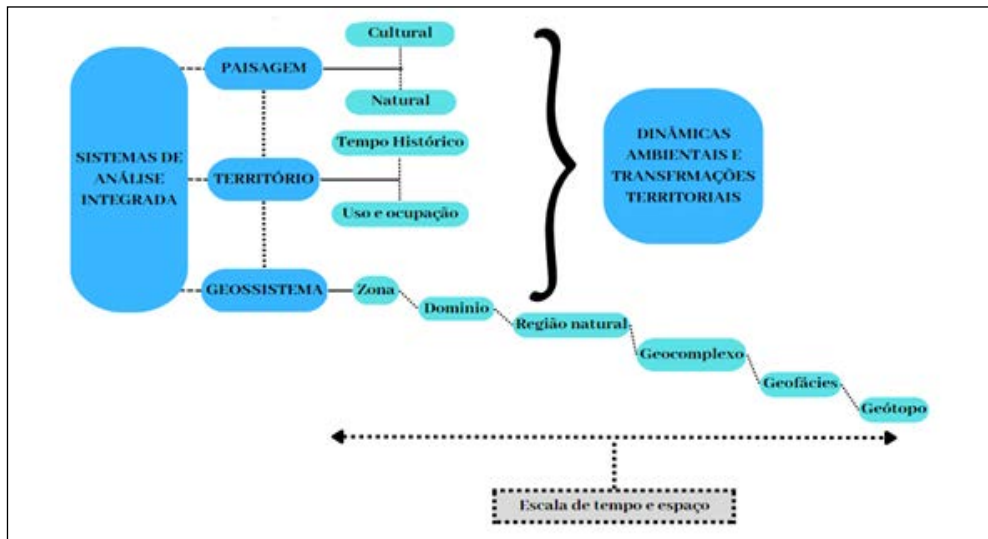
uma etapa, para os autores é uma tentativa de ordem geográfica, “para matizar, ao mesmo tempo, a globalidade, a diversidade e a interatividade de todo sistema ambiental” o GTP busca reconciliar o estudo do material e o ideal, o quantitativo e o qualitativo. A metodologia busca ultrapassar o rompimento entre natureza e cultura, onde combina a análise individual e coletiva, o ecológico e o geográfico, a monografia e o sistema, “Ao compor uma paisagem, recompomos uma geografia” (Bertrand e Bertrand, 2007 p.272).

O GTP tem como proposta basilar a interdisciplinaridade para a análise paisagística, que ao meu ver, não é nada mais nada menos de como a ciência geográfica deve ser, integrada.

É preciso construir um sistema a partir dos diferentes elementos. É mais que um simples agregar. É preciso rejeitar a ruptura entre geografia física e geografia humana, aproximar-se da história. É preciso utilizar a geografia para “traverser” as outras disciplinas com a condição de traçar um caminho. (Passos, 2016 p. 17)

Quando se fala sobre meio ambiente, paisagem e ordenamento territorial se fala do mesmo sistema, ou seja, um conjunto complexo de análise integrada que não se pode utilizar uma única metodologia de análise, e por isso a utilização de um sistema com três entradas, de conceitos naturalistas (antropização), socioeconômicos, territoriais e sociocultural (paisagem) (Figura 1).

Figura 1: Planificação do GTP



Fonte: Adaptado de, Barbosa (2013); Costa (2013). Elaboração: Mello, R. S., 2022.

O GTP possibilita que a noção de paisagem seja um polissistema formado pela combinação dos sistemas natural, social, econômico e cultural, ou seja, um sistema de análise integrada, onde há integração horizontal de todos eles, proporcionando a compreensão do conjunto dos elementos sociais e ecológicos combinados sobre um mesmo espaço.

Bertrand e Bertrand (2007 p. 198) fazem uma reflexão sobre o estudo do meio ambiente e o que seria esse conceito na atualidade, para eles “a natureza e os fenômenos naturais aí são, certamente, considerados em si mesmos e para si mesmos, fenômenos em uma perspectiva social no tempo econômico e cultural”, sendo um exemplo de pesquisa com cunho interdisciplinar já que o estudo do meio ambiente necessita das ciências sociais e das ciências da natureza. Os autores salientam que a pesquisa em meio ambiente não é uma disciplina, mas sim um reagrupamento interdisciplinar, sendo um objeto de estudo que não substitui as ciências já conhecidas.

O meio ambiente é, acima da interdisciplinaridade, a consideração global de fenômenos conhecidos ou desconhecidos e o estudo privilegiado de suas interações. Superando a divisão das ciências positivas, ele encontra a unidade do que é vivo e a unidade do planeta. (Bertrand; Bertrand, 2007 p. 198)

Para os autores, a noção de meio ambiente é essencialmente funcional e ampla, não havendo meio ambiente sem a perspectiva sistêmica.

Ao incitar os cientistas a colaborarem entre si e as ciências da natureza a se associar com as ciências da sociedade, a pesquisa em meio ambiente ultrapassou um patamar epistemológico importante e lançou os fundamentos de uma nova maneira de pensar as ciências em um dado contexto social. O saber científico adquiriu aí uma nova configuração e uma nova dimensão. (Bertrand; Bertrand, 2007 p. 198)

É com esse propósito de interdisciplinaridade e de territorialidade ambiental presentes no GTP que penso ser um sistema que só tende a aprimorar os estudos geográficos, principalmente em temáticas interdisciplinares como a geodiversidade, o geoturismo, geopatrimônio e a geoconservação. Analisar de forma integrada os sistemas e correlacioná-los com as metodologias já exis-



tentes na temática, pois o Geossistema-Território-Paisagem como observado por Passos (2016 p.60), não substitui as metodologias existentes, sua função é de “relançar a pesquisa ambiental sobre bases multidimensionais, no tempo e no espaço” na busca da interdisciplinaridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo GTP emerge como uma resposta crucial às limitações das abordagens fragmentadas da geografia física e humana, promovendo uma análise integrada e transversal dos sistemas naturais e sociais. Ao incorporar elementos como geossistema, território e paisagem, o GTP permite uma compreensão mais holística e complexa das interações entre sociedade e natureza, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes no planejamento territorial e na gestão ambiental. Essa abordagem não apenas enriquece a análise geográfica ao capturar a dinâmica multifacetada dos ambientes terrestres, mas também fortalece a conexão entre diferentes disciplinas e metodologias científicas.

O GTP se destaca por sua capacidade de superar a dicotomia entre natureza e cultura, propondo uma visão que reconhece a paisagem como um produto da interação contínua entre seres humanos e meio ambiente. Essa concepção não só enriquece nossa compreensão das paisagens, como também proporciona uma base sólida para a formulação de políticas públicas e estratégias de gestão ambiental mais eficazes. Ao considerar a paisagem como um polissistema formado por múltiplas dimensões – natural, social, econômica e cultural –, o GTP oferece uma estrutura teórico-metodológica robusta para investigações mais profundas e para a implementação de medidas que promovam a sustentabilidade ambiental e a resiliência socioeconômica.

Diante da urgência das mudanças climáticas e suas repercussões globais, o papel da ciência geográfica torna-se ainda mais crucial. A investigação dos impactos das alterações climáticas na dinâmica ambiental e social não apenas oferece insights fundamentais para a formulação de políticas públicas adaptativas e mitigadoras, mas também reforça a necessidade de uma abordagem interdisciplinar. A colaboração entre diversas áreas do conhecimento é essencial para enfrentar esses desafios complexos de maneira integrada, permitindo uma compreensão holística dos sistemas naturais e sociais e promovendo o avanço do meio técnico-científico e informacional, que cada vez mais opera com modelos robustos e dados detalhados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Anézia Maria Fonsêca. **Dinâmicas ambientais e transformações da paisagem no cerrado piauiense**. Orientadora Rosemeri Melo e Souza. São Cristóvão, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2013.
- BERTRAND, Georges. **Paisagem e geografia física global: Esboço metodológico**. R. RA'E GA, Curitiba, ed. 8, p. 141-152, 2004.
- BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007
- BRITTO, Monique Cristine de; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. PAISAGEM E AS DIFERENTES ABORDAGENS GEOGRÁFICAS. **Revista de Geografia - PPGEO UFJF**, Juiz de Fora, v. 2, ed. 1, p. 01-10, 2011.
- CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.C. & CORRÊA, R. L. C. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- CARVALHO, Silvia Méri; CAVICCHIOLI, Maria Angélica Bizari; CUNHA, Fábio Cesar Alves da. PAISAGEM: EVOLUÇÃO CONCEITUAL, MÉTODOS DE ABORDAGEM E CATEGORIA DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 02, n. 09, p. 309-347, jan. 2002. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1020>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- COSTA, Evelyn de Castro Porto; SEABRA, Vinicius da Silva. ESCALA E TEMPO NA ANÁLISE DA PAISAGEM. *Tamoios*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 46-56, jun. 2019.
- COSTA, Jailton de Jesus. **Transformações Ambientais das Restingas da Planície Costeira Sergipana**. Orientadores Profa. Dra. Rosemeri Melo e Souza e Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça. São Cristóvão, 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2013.
- DIAS, Janise; SANTOS, Leonardo. A paisagem e o geossistema como possibilidade de leitura da expressão do espaço sócioambiental rural. **Revue franco-brésilienne de géographie**, Brasil, ed. 1, p. 01-19, 2007
- FAVARELLI, Fernando Zamora; FACCIO, Neide Barrocá. A UTILIZAÇÃO DAS ESCALAS NO ESTUDO DA CULTURA E DA PAISAGEM DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CACHOEIRA DOS ÍNDIOS/SP. **Revista Equador**, Piauí, v. 5, n. 2, p. 02-20, jun. 2016.
- FIGUEIRÓ, Adriano Severo. **Aplicação do Zoneamento ambiental no estudo da paisagem: uma proposta metodológica**. Florianópolis, UFSC/Dissertação de Mestrado, 1997, p.40-81.
- FRANCISCO, Alyson Bueno. AS ESCALAS DE ANÁLISE NA GEOGRAFIA DOS ESTUDOS AMBIENTAIS. **Revista Formação Online**, Brasil, v. 2, n. 18, p. 156-164, jan. 2012.
- GUERRA, Maria Daniely Freire; SOUZA, Marcos José Nogueira de; LUSTOSA, Jacqueline Pires Gonçalves. REVISITANDO A TEORIA GEOSSISTÊMICA DE BERTRAND NO SÉCULO XXI: aportes para o gtp (?). **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 02, n.

05, p. 28-42. 2012. Semestral. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/index>. Acesso em: 05 abr. 2021.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 160 p.

HUMBOLDT, Alexander von.. **Cosmos**: Ensayo de una descripción física del mundo. Tomos I. Madrid (1851 – 1852). Córdoba, 2005a

MENDONÇA, F. de A.; VENTURI, L. A. B. Geografia e metodologia científica. In: SIMPÓSIO DE GEOMORFOLOGIA. **Revista Geosul**, n. especial, Florianópolis, 1998.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do.; SAMPAIO, José Levi Furtado. Geografia Física, Geossistemas e Estudos Integrados da Paisagem. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**. Sobral, v.6/7, nº 1, 2004/2005.

NEVES, Carlos Eduardo das; MACHADO, Gilnei; HIRATA, Carlos Alberto; STIPP, Nilza Aparecida Freres. A IMPORTÂNCIA DOS GEOSISTEMAS NA PESQUISA GEOGRÁFICA: uma análise a partir da correlação com o ecossistema. **Soc. Nat.**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 271-285, maio 2014

PASSOS, M. M. A Raia **Divisória**: geossistema, paisagem e eco-história. Maringá: Eduem, 2006

PASSOS, Messias Modesto dos. O modelo gtp (geossistema – território – paisagem). Como trabalhar? **Revista Equador** (UFPI), Piauí, v. 5, ed. 1, p. 01-179, 2016.

PASSOS, Messias Modesto dos. O GTP APLICADO AO ESTUDO DO MEIO AMBIENTE. In: OLIVEIRA-COSTA, Jorge Luis P; ZACHARIAS, Andréa Aparecida; PANCHER, Andréia Medinilha (org.). MÉTODOS E TÉCNICAS NO ESTUDO DA DINÂMICA DA PAISAGEM FÍSICA NOS PAÍSES DA CPLP - COMUNIDADE DOS PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA. Málaga, Espanha: Eumed, 2022. p. 1-403.

ROSOLÉM, Nathália Prado; ARCHELA, Rosely Sampaio. Geossistema, território e paisagem como método de análise geográfica.. **AnaisVI** Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra, maio de 2010.

SANT'ANNA NETO, João Lima. O ensino de geografia no limiar do século XXI: Avaliação e Perspectivas. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 7., 1997, Curitiba. **Anais**. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 1997. p. 157 163.

SPRINGER, Kalina. Considerações sobre a geografia de Alexander von Humboldt: teoria, filosofia e conceito de natureza.R. **Ra e Ga**, Curitiba, v. 18, p. 7-22, 2009.

SUERTEGARAY, D. M. A. GEOGRAFIA, AMBIENTE E TERRITÓRIO. **Revista da Casa da Geografia de Sobral** (RCGS), v. 17, n. 3, p. 128-144, 20 dez. 2015.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/ SUPREN, 1977.

TROPPEMIR, H. Ecossistemas e geossistemas do estado de São Paulo. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro. v. 13, n. 25, p. 27-36, 1983.

TROPPEMAIR, H. Biogeografia e Sistemas: sistemas urbanos. In: **Biogeografia e Meio Ambiente**. 6. ed, Rio Claro: UNESP, 2004. p.126-167.

TROPPEMAIR, H. **Geossistemas e geossistemas paulistas**. Rio Claro: UNESP, 2000.

VICENTE, Luiz Eduardo; PEREZ FILHO, Archimedez. ABORDAGEM SISTÊMICA E GEOGRAFIA. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 323-344, set. 2003.

## SOBRE OS AUTORES

**Adriana Lisboa da Silva** - Doutoranda em Geografia- PPGEU/UFSE - Mestrado em Geografia (2019) - PPGEU/ UFS. Graduação em Geografia - Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Sergipe (2016)

**Alexandrina Luz Conceição** - Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe; Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1973), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1991) e Doutorado em Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo/USP (2001). Professora do Programa de Pós Graduação de Geografia/UFS, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territorial

**Alex das Chagas Rosa** - Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da UFS. Licenciado em Geografia pela Universidade Tiradentes - Aracaju SE (2013). Mestre em Educação - PPGED/UFS.

**Ana Rocha dos Santos** - Licenciada (1990), bacharel (1994), mestre (1999) e doutora (2008) em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é profa. associada da Universidade Federal de Sergipe - Campus Prof. Alberto Carvalho e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO-UFS). É líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbano-regionais, Política e Educação (GRUPE).

**Aurelane Alves Santana** - Graduada em Licenciatura Plena em Geografia e especialista em Análise do Espaço Geográfico pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Economia e Transformações do Espaço - ECOE da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente, é pós-doutoranda

em projeto aprovado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB), em parceria com o CNPq

**Christiane Senhorinha Soares Campos** - Professora do Departamento de Economia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO e do Programa de Pós-Graduação em Economia - PROPEC da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tem Doutorado em Geografia (UFRGS, 2009), Mestrado em Geografia (UFG, 1999). Graduação em Ciências Econômicas (UCG, 1993) e Graduação em Comunicação Social - Jornalismo (UFG, 1994). Foi bolsista sênior do Programa CLACSO-CROP Estudos de Pobreza (2008) cuja pesquisa resultou no livro “A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio”, publicado pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais - CLACSO/Outras Expressões (2011). É líder do Grupo de Pesquisa sobre Economia e Produção do Espaço - ECOE da UFS, pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários - NEAG da UFRGS e do Núcleo de estudos sobre Democracia e Desigualdade da UFSM

**Daniela Santos Feitoza** - Possui Graduação em Geografia Licenciatura ( 2013-2017) pela Universidade Federal de Sergipe- UFS. Mestrado em Análise Regional/PPGEO/UFS (2018-2020). Doutorado em andamento na linha de pesquisa Análise Regional e Territórios Rurais PPGEO/Universidade Federal de Santa Maria /UFSM- Rio Grande do Sul. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural-GEP-RU/UFS.

**Fagner Santos de Oliveira** - Doutorando (bolsista da Fapitec/SE) e Mestre em Geografia da Universidade Federal de Sergipe/PPGEO. É pós-graduado *Latu Senu*, em nível de Especialização, em Filosofia, pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá, do Rio de Janeiro/RJ, no ano de 2011; e, em Sagradas Escrituras, pelo Claretiano Centro Universitário, de Batatais/SP, no ano de 2014. Possui Bacharelado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Teologia Santo Alberto Magno, de União da Vitória/PR, sendo graduado em 2005; Bacharelado em Teologia pelo Instituto de Filosofia e Teologia Santo Alberto Magno, de União da Vitória/PR, graduando-se em 2009; Bacharelado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do

Paraná, de Curitiba/PR, obtendo colação de grau em 2011; Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, de São Cristóvão/SE.

**Francisco Jablinski Castelhana** - Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2014), Especialista em Data Science pela Universidade de São Paulo (2023), Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2019) e Pós-Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2019-2021). Atualmente é Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal, Líder do Núcleo de Estudos Sobre Crise Climática (NECC) e Pesquisador no Centro de Estudos em Meio Ambiente e Saúde Pública da Fundação Getúlio Vargas - Brasília/DF

**Greiziane Araújo Queiroz de Sousa** - Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2011) e pós-graduação em ensino de Geografia na UESC (2013). Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (2023).

**Josefa de Lisboa Santos** - É Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, onde também atua como Professora Associada do Depto. de Geografia-DGE/UFS e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Coordena o Laboratório de Estudos Territoriais (LATER) e é líder do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço-PROGEO/UFS/CNPq

**Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto** – Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe, é doutora pela UNESP, campus de Rio Claro, desde 1997. Data de 1982, seu Mestrado pela USP. Graduada em Licenciatura Em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1978), possui graduação em Bacharelado Em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1980). Atua em pesquisas no campo da Dinâmica Ambiental, com ênfase em Climatologia Geográfica.

**José Eloízio da Costa** - graduação em Licenciatura Em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1987), graduação em Direito (advogado OAB/se, n. 3.147) pela Universidade Federal de Sergipe (2000), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1992) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998), pos-doutorado pela Universidade Federal do Ceará e atualmente realiza estágio de pos-doutoramento na Universidade de Lisboa, Portugal. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Sergipe, lotado no Departamento de Geografia e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição. É **líder** do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural, credenciado no CNPq há mais vinte anos e certificado pela Universidade Federal de Sergipe

**José Wellington Carvalho Vilar** - graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (1987), graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe (1991), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1991) e doutorado em Análisis Geográfico en la Ordenación del Teritorio pela UNIVERSIDADE DE GRANADA (2000), Espanha. Atualmente é Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe (IFS), do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da UFS (Universidade Federal de Sergipe) e do Programa de Mestrado em Turismo Profissiona (PPMTUR) do IFS. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC).

**Lucas Gama Lima** - Possui Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela UFS. É docente Adjunto III do Curso de Geografia Licenciatura do Campus Sertão da UFAL. Atua como professor bolsista da área de Geografia do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UNEAL. Professor colaborador no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe, na linha de pesquisa Produção do Espaço Agrário. É membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais - GPECT e do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais, ambos cadastrados no CNPq.



**Lucas Lima Ferreira** - Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre e Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Pesquisador Colaborador no Instituto de Economia da UNICAMP associado a dois Projetos FAPESP: 1) Contribuições do pagamento por serviços ambientais sobre múltiplas dimensões na Mata Atlântica (Processo: 2021/10195-0); 2) Avaliação e monitoramento de iniciativas alternativas ao desmatamento no Sudoeste da Amazônia Brasileira (Processo: 2022/10403-4)

**Luiz Carlos Tavares de Almeida** - Doutor (2023) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal de Sergipe (UFS); licenciado (2007) e mestre (2014) em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; especialista em Libras e Inclusão (2011) pela Faculdade Tobias Barreto. Integra o Grupo de Pesquisa em Estudos Urbano-regionais, Política e Educação (GRUPE)

**Mariana Andreotti Dias** - Doutora, Mestra e Geógrafa pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Especialista em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Pós Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Pesquisadora Especialista junto a Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Brasília) e membro do Centro de Estudos e Meio Ambiente e Saúde Pública (FGVcemasp).

**Márcia Eliane Silva Carvalho** - Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe. Possui doutorado (2010) e mestrado (2005) em Geografia pelo PPGEO/UFS, especialização em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente/UFS (2000) e graduação em Ciências Biológicas/UFS (1999).

**Sônia de Souza Mendonça Menezes** - Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Doutorado, Mestrado e Licenciatura em Geografia UFS. Foi Coordenadora adjunta do PPGEO no biênio 2019-2021. Atual-

mente é Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFS. Coordenou os Programas PIBID no período de 2015-2018 e Residência Pedagógica 2018-2019. Participa como membro do Conselho Editorial da Revista Geonordeste. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais-GRUPAM/UFS/CNPq. Integra a Rede de Estudos Agrários- REA(UNESP-Rio Claro-SP; UNIPEL-RS, UNIFAL-MG; UNIMONTES-MG; UFS-SE) e o Centro Internacional de Pesquisa do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe. É membro da Rede Sergipana de Agroecologia -RESEA

**Suzane Tosta Souza** - Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1996), Especialização em Ensino de Geociências no 3º Grau pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1998), Mestrado em Geografia Humana pela Universidade Federal da Bahia (2001) e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade Federal de Sergipe (2008). Atualmente é professora (Nível Pleno) dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (Lato Sensu e Stricto Sensu) em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade (CNPq). Pesquisadora do Grupo Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GEPCT-UFS/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Ideologia e Memória (GEILC-UESB/CNPq).

**Telmo da Mota Meneses** – Mestrando em Geografia e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2005). Especialização em Metodologia do Ensino da História e Geografia pela Faculdade Amadeus. É professor de geografia da Educação Básica do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Itabaiana - Sergipe

**Tereza Simone Santos de Carvalho** - Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (1987), Especialização em Educação Tecnológica - CEFET/MG, Especialização em Competência Pedagógica e Docência Universitária - Faculdade São Luís de França (2008), Especialização em Gestão de Mídias na Educação - Universidade Federal de Sergipe (2009), Especialização em Libras: Educação Inclusiva - Faculdade São

Luís de França (2010), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2002) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2021). É professora do Departamento de Letras-Libras da Universidade Federal de Sergipe, faz parte da coordenação do Programa de formação continuada para professoras/es das escolas multisseriadas do campo - Escola da Terra, no estado de Sergipe. É membro pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais - GPEMS.

